

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

LÓGICA DAS ESTRATÉGIAS NA AMAZÔNIA

Uma sociologia histórico-política da mudança social a partir
das racionalidades práticas em disputa no Médio Xingu

Jean Carlos Gomes Camargo

Brasília, 2023

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

LÓGICA DAS ESTRATÉGIAS NA AMAZÔNIA

Uma sociologia histórico-política da mudança social a partir
das racionalidades práticas em disputa no Médio Xingu

Jean Carlos Gomes Camargo

Tese apresentada ao Departamento de
Sociologia da Universidade de Brasília/UnB
como parte dos requisitos para obtenção do
título de doutor

Brasília, junho de 2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo autor

1 Camargo, Jean Carlos Gomes
Lógica das Estratégias na Amazônia: uma sociologia
histórico-política da mudança social a partir das
racionalidades práticas em disputa no Médio Xingu / Jean
Carlos Gomes Camargo; orientador Fabrício Monteiro Neves
-- Brasília, 2023.
310 p.

Tese(Doutorado em Sociologia) -- Universidade de
Brasília, 2023.

1. Mudança social. 2. Michel Foucault. 3.
Governamentalidade. 4. Meio ambiente. 5. Médio Xingu. I.
Neves, Fabrício Monteiro, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORADO

LÓGICA DAS ESTRATÉGIAS NA AMAZÔNIA

Uma sociologia histórico-política da mudança social a partir
das racionalidades práticas em disputa no Médio Xingu

Jean Carlos Gomes Camargo

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves (SOL/UnB)

Banca: Prof.^a Dr.^a Débora Messenberg Guimarães (SOL/UnB)

Prof.^a Dr.^a Norma Felicidade L. da S. Valencio (UFSCar)

Prof. Dr. Joao Vicente R. Barroso da Costa Lima (UFAL)

Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa (SOL/UnB)

Prof. Dr. Hans Carrillo Guach (UFG) – Suplente

Para Suzane e Hugo Miguel

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa de tese foi apoiada pelo CNPq com bolsa de doutorado e taxa de bancada. Agradeço ao PPGSOL da UnB pelo apoio durante o curso de doutorado.

Agradeço à professora Débora Messenberg Guimarães, à professora Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio, ao professor Joao Vicente Ribeiro Barroso da Costa Lima, ao professor Arthur Trindade Maranhão Costa e ao professor Hans Carrillo Guach por aceitarem compor a banca de defesa desta tese e pelas significativas contribuições.

Fabricio Monteiro Neves me acolheu durante o doutorado quando o Brasilmar se foi. Respeitou meu tempo e meus impasses para retomar a pesquisa sobre mudança social que Brasilmar e eu iniciamos. Acolheu-me num período de desalento e buscou me tranquilizar sobre prazos, principalmente depois que meu filho nasceu durante a pandemia. Sua orientação foi fundamental para que esta pesquisa chegasse até aqui. Gratidão é o que sinto pelo Fabrício.

Agradeço ao Arthur Trindade Maranhão Costa e à Maria Stela Grossi Porto (*in memoriam*) pelas aulas no curso de sociologia da violência e conflitualidade. Sou grato ao Arthur pelas contribuições no exame de qualificação e por ter aceitado este convite para compor a banca de defesa de tese. Como tutor de prática docente, ele também me ensinou técnicas valiosas. Também agradeço ao Sadi Dal Rosso pelos ensinamentos de metodologia, de política acadêmica e partidária sobre as quais conversávamos tomando café ou caminhando pelo campus. Sou muito grato ao Carlos Benedito de Campos Martins por estimular a hipótese da mudança social durante as aulas de sociologia da globalização e teoria sociológica que ensina com satisfação. E ao Sergio Barreira de Faria Tavolaro pelo curso modernidades e pós-colonialidades. Agradeço a ele também e ao Marcel Bursztyn por terem participado do exame de qualificação.

A perda do professor Brasilmar Ferreira Nunes doeu muito em mim. Foi um excelente professor, orientador e amigo. Acreditava nas pessoas e se preocupava não apenas com a vida acadêmica, mas também com a vida pessoal de seus alunos, com suas condições de permanência na pós-graduação, com emprego e com o futuro. Com o passar dos anos, percebi como isso era raro na universidade. Nesse momento em que escrevo para agradecê-lo *in memoriam* minha garganta faz um nó sufocante de lembranças e saudades. Um filme passa em minha cabeça e me relembro do dia em que meu celular tocou e era ele me dizendo: “Jan, vou precisar assumir a chefia do departamento, peguei a disciplina sobre mudança social para você fazer sua prática docente comigo e a gente tentar entender o que se passa no Brasil.

Gostaria de saber se topa embarcar nessa comigo”. Aceitei sem pensar duas vezes. Aprendi mais do que ensinei durante esse curso o qual acabou me estimulando a enveredar de vez por essa temática na pesquisa de tese. Onde estiver saiba que jamais me esquecerei do que fez por mim, mestre! Muito obrigado!

Roberto dos Santos da Silva (IFB) é um colega do doutorado que se tornou um amigo com quem compartilhei disciplinas e momentos alegres nos botecos em Brasília onde conversávamos sobre sociologia e sobre política, mas também dividimos a dor de perder o orientador durante o doutorado. Ailton de Souza (UEMS) e eu nos tornamos amigos quando dividimos quarto num apartamento da Colina na UnB. Ele sempre foi para mim um exemplo de vida e também uma inspiração. Um amigo com quem sempre pude contar nos momentos mais difíceis, como nas buscas por trabalho. Sou muito grato aos dois pela amizade e pelo apoio nos momentos em que precisei.

Agradeço ao colega Marcio Felipe Salles Medeiros, Pedro Wilson Oliveira da Costa Junior, Camila Carolina Galetti, Edi Alves de Oliveira Neto e a todos outros colegas de turma de doutorado da UnB e do grupo de pesquisa Tatá: conhecimentos, ciências e tecnologias. Sou muito grato à amiga Camilla Martins Santana pelo apoio, pelas conversas sobre a tese, o doutorado e a universidade.

Pude contar com o apoio, em diferentes momentos da tese, de Alessandro Roberto de Oliveira (UnB), Carla Giovana Souza Rocha (UFPA), Jane Silva (IBASE), Leonardo Guimarães (Unip), Wallace Lopes Silva (EPSJV/Fiocruz), Bruno Ribeiro Marques (Museu Goeldi), Indira Nahomi Caballero (UFG), Francisco Mata Machado Tavares (UFG), Manuel Ferreira Lima Filho (UFG) e Tânia Stolze Lima (UFF). A todos sou grato.

Fui muito bem acolhido em Altamira, nas praças, bairros, comércios, hotel, vilas e agrovilas, por isso, agradeço à Nacime Gomes, ao professor Arnaldo, ao Wagner Goés, Denis Carvalho e a todas outras pessoas com quem interagi durante a pesquisa de campo. Sou grato ao Antônio Carlos Bortoli da Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Altamira que me concedeu entrevista e me passou seu projeto de desenvolvimento sustentável para a região.

Dom Erwin é um exemplo de luta na defesa do rio Xingu e da Amazônia. Sou muito grato a ele por me receber para uma entrevista. Agradeço também ao Padre Bosco pelo apoio.

Sou grato ao pessoal do MAB, em especial, Edizangela Barros, Iury Charles Paulino, Jackson Dias e Jhonatan Ferreira, por me receber sempre com muita atenção e me colocar em contato com pessoas para entrevista, em especial com jovens ribeirinhos. Agradeço ao Marcelo Salazar do ISA pelo apoio na pesquisa de campo. Sou muito grato também ao artista plástico

e músico Fernando de Oliveira Barros pela entrevista e por me enviar a letra de sua música e autorizar usar nesta tese, ao músico Derley Santos pela entrevista e ao ativista Zé Roberto Prates do Oficina Território Livre pelo apoio.

Sou muito grato ao pescador ribeirinho Elio Alves da Silva por compartilhar comigo seu relato de história de vida e por me atender prontamente pelo celular sempre que precisei confirmar informações. Agradeço também à indígena Socorro Arara, às ribeirinhas Raimunda, Joana e Francenilda, ao barqueiro Manuel, ao casal Dona Eduwrigens e Antônio Nilton do PA Ressaca. Agradeço à Alice e Ângela pela entrevista e pela fotografia panorâmica, à professora Ana Maria e à professora Rosinelle da Escola Municipal Luiz Rebelo que ajudou no contato com jovens da região, à Francisca e seu esposo Cimar pelos bate-papos, pelas refeições e pelo lugar para armar minha rede para dormir, e ao seu Francisco Piauí e seu Pirulito, a todos esses sou grato pelo acolhimento e pelo apoio na vila da Ressaca.

Serei sempre muito grato ao pessoal do Movimento Xingu Vivo para Sempre. Maria Elena e eu nos conhecemos e conversamos pela primeira vez num sábado de manhã na praça da Independência durante a feira de artesanato que ela organizava. Convidou-me naquele dia para tomar café no escritório do Xingu Vivo e depois ir conhecer alguns pontos da cidade de Altamira. Gratidão é o que sinto pela Maria Elena de Araujo Silva. Amanda Kássia Brito foi a pessoa mais bem-humorada que conheci em Altamira. Agradeço-lhe pela companhia nas atividades noturnas no boteco do Seu Pedro no período em que estive em Altamira. Sou grato à professora Mônica Brito Soares pelos ensinamentos sobre política, luta sindical e ativismo na Amazônia. Agradeço à Antônia Melo da Silva pelo diálogo, sua receptividade, ajuda e apoio à minha pesquisa. Ela é uma mulher admirável. Sou muito grato à Daniela Silva que foi anfitriã, amiga e colega de trabalho durante minha pesquisa de campo. Apresentou-me pessoas e ajudou marcar entrevistas. E, principalmente, ensinou-me a olhar de maneira peculiar para a Amazônia, o rio Xingu, os espaços e bairros da cidade de Altamira.

Agradeço ao Evandro de Souza Silva e ao Filipe Augusto Couto Barbosa pelo apoio e pela amizade de longa data. Também sou grato aos amigos Hans Carrillo e Angélica Rivera López pelos cuidados, pela torcida e pelo apoio na reta final desta tese.

Sou muito grato à Rosane Amaral e ao Ronaldo Vieira, meus sogros, pelo apoio, ajuda e cuidados ao longo dessa tese. Desde que meu filho Hugo Miguel nasceu sempre pude contar com eles para buscar meu filho na escola, cuidar, levar para passear, enfim toda essa dedicação que me disponibilizou tempo precioso para trabalhar nesta tese, em especial nessa reta final. Agradeço à tia Rosinha pelas orações e carinho, e especialmente à Vó Manhê a quem

sou grato não apenas por me receber de braços abertos em sua família com carinho, mas principalmente por me apoiar sair do Rio de Janeiro e retornar à UnB. Sou muito grato a ela por disponibilizar seu apartamento para morarmos durante os primeiros anos desse doutorado.

Agradeço ao meu primo Orlando Gomes pela amizade e por, durante esse doutorado, apoiar, incentivar e ajuda nas soluções de TI sempre que necessitei. Sou grato a minha prima Vanessa Miqueloni por me incentivar a estudar quando eu ainda era um jovem na periferia que jamais imaginava estudar em uma universidade pública, muito menos fazer esse doutorado aqui na UnB. Sempre serei grato a ela pela amizade e por apostar em minha inteligência quando nem eu mesmo conseguia reconhecer.

Minha mãe é uma guerreira que sempre lutou para conseguir alimentar, vestir e cuidar de dois filhos e uma filha praticamente sozinha, enfrentando todas dificuldades. Ensinou-me a viver na periferia sem me sujeitar às diferenças de classe. Com ela, aprendi a me defender e ser insubordinado ao ponto de fazer essa fuga de classe a partir da qual cheguei ao doutorado. Agradeço a meu querido sobrinho Emanuel Camargo, a meu avô que ajudou me criar, e também tios, tias, primos e primas pelo apoio durante esse doutorado.

Desde criança, pude contar com a ajuda, cuidado, proteção, amizade e parceria de minha irmã Clélia Camargo. Deu-me apoio nos momentos mais difíceis da tese. Incentivou, apostou e acreditou em mim. Devo muito a ela e à minha mãe por buscar meu filho em casa ou na escola, cuidar dele e levar para passear. Tive vários momentos felizes conversando sobre política com minha irmã nesse período de trevas que passamos com a extrema direita no governo nos últimos anos. Ela entrou de cabeça na campanha para ajudar tirar esses reacionários do poder, por saber que odeiam cientistas, mas em especial sociólogos. Fizemos campanha política e distanciamos-nos dos reacionários juntos.

Meu sentimento de gratidão pela Suzane de Alencar Vieira é muito grande. Ela é uma companheira e amiga de todos os momentos. Com ela dividi os momentos mais felizes da vida, namoro, casamento, graduação, mestrado, doutorado e principalmente nosso filhote Hugo Miguel no qual encontrei alegria, mesmo durante a pandemia, para sair da depressão e retomar minha trajetória acadêmica. A meu filho serei sempre grato. Suzane, sabendo do meu interesse em estudar mudança social, sugeriu-me ir para Amazônia. Depois estimulou, apoiou e ajudou financiar o trabalho de campo quando faltou recurso para as universidades no país. Agradeço a ela ainda pela interlocução na tese, pelas leituras, edição e revisão, enfim por ter ousado confiar em mim ao longo desses anos quando eu começava a perder a confiança. Ela segurou forte em minha mão e me trouxe até aqui.

RESUMO

Esta pesquisa trata da mudança social desencadeada por tensões, lutas e conflitos relacionados a processos estruturais e histórico-políticos no Médio Xingu. Para tornar esse objeto inteligível foi preciso construir uma abordagem teórico-metodológica caracterizada como uma sociologia histórico-política das racionalidades práticas ambientais. Esta tese toma como quadro principal de inelegibilidade teórica as contribuições de Michel Foucault sobre mudança nas racionalidades práticas e na arte de governar. A mudança é observada à luz das racionalidades práticas que emergiram na segunda metade do século XX, e se encontram em vias de consolidação e de disputas com outras racionalidades práticas e posicionamentos estratégicos no curso de uma série de projetos de desenvolvimento regional no Médio Xingu. Essa racionalidade prática ambiental transformou-se em uma nova conduta da arte de governar e vem se consolidando ao longo de cerca de 70 anos. A partir do legado das lutas contra a instalação da usina de Belo Monte, dos anos 1970 até 2020, discuto a constituição de uma governamentalidade ambiental.

ABSTRACT

This research deals with the social change triggered by tensions, struggles, and conflicts related to structural and historical-political processes in the Middle Xingu. To make this object intelligible, it was necessary to build a theoretical-methodological approach characterized as a historical-political sociology of environmental practical rationalities. This thesis takes as the main framework of theoretical ineligibility Michel Foucault's contributions on change in practical rationalities and the art of governorship. The change is observed in the light of the ethical practical rationalities that emerged in the second half of the twentieth century, and are in the process of consolidating and disputing with other practical rationalities and strategic positions of actors in the course of a series of regional development projects in Average Xingu. This environmental practical rationality has become a new conduct of the art of governorship and has been consolidating itself over about 70 years. From the legacy of struggles against the installation of the Belo Monte plant, from 1970 to 2020, I discuss the constitution of environmental governmentality.

RESUME

Cette recherche traite du changement social déclenché par les tensions, les luttes et les conflits liés aux processus structurels et historico-politiques dans le Moyen Xingu. Pour rendre cet objet intelligible, il était nécessaire de construire une approche théorique et méthodologique caractérisée comme une sociologie historico-politique des rationalités pratiques environnementales. Cette thèse prend comme cadre principal de l'inéligibilité théorique les apports de Michel Foucault sur le changement des rationalités pratiques et l'art de gouverner. Le changement s'observe à la lumière des rationalités pratiques éthiques qui ont émergé dans la seconde moitié du XXe siècle, et sont en train de se consolider et de se disputer avec d'autres rationalités pratiques et positions stratégiques des acteurs au cours d'une série de développements régionaux. projets dans le Moyen Xingu. Cette rationalité pratique environnementale est devenue une nouvelle conduite de l'art de gouverner et se consolide depuis environ 70 ans. A partir de l'héritage des luttes contre l'installation de la centrale de Belo Monte, de 1970 à 2020, je discute de la constitution de la gouvernamentalité environnementale.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1 – TEORIAS DA MUDANÇA SOCIAL	32
1.1. MUDANÇA SOCIAL: DEBATES CLÁSSICOS	34
1.2. MUDANÇA SOCIAL: CAMPO DE PESQUISA OU CAMINHO ANALÍTICO?	40
1.3. MUDANÇA SOCIAL: DA CONDUTA DESENVOLVIMENTISTA À CONDUTA SUSTENTÁVEL	45
CAPÍTULO 2 – SOCIOLOGIA HISTÓRICO-POLÍTICA DA MUDANÇA SOCIAL	57
2.1. É A TEORIA QUE TORNA O OBJETO INTELIGÍVEL	57
2.2. COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI: SOBRE A HISTÓRIA DO PRESENTE	63
2.3. BOMBA, VENENO E HIDRELÉTRICA: CONDUTAS E CONTRACONDUTAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	72
2.4. MUDANÇA NAS PRÁTICAS: DESENVOLVIMENTO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	77
2.5. HISTÓRIA DO PRESENTE E LÓGICA DA ESTRATÉGIA	85
2.6. SOCIOLOGIA HISTÓRICO-POLÍTICA DAS RACIONALIDADES PRÁTICAS AMBIENTAIS	89
CAPÍTULO 3 – O RIO E A ESTRADA NO MÉDIO XINGU	92
3.1. RIO XINGU E OS DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA POLÍTICO-MILITARES PARA AMAZÔNIA	94
3.2. XINGU, RIO DA PLURALIDADE ÉTNICA	98
3.3. RIO XINGU DAS CABECEIRAS À FOZ	99
3.4. MÉDIO XINGU, ESPAÇO DE PILHAGEM E CONTRA-ATAQUE	103
3.5. DA PLURALIDADE ÉTNICA NA AMAZÔNIA AO “PROGRESSO DO PIONEIRO”, DO RIO PARA ESTRADA	109
3.6. TRANSAMAZÔNIA, ESTRADA DA INDIVIDUALIDADE ANTIÉTNICA	119
3.7. MUDANÇAS NA AMAZÔNIA E O CONTROLE DO ESPAÇO DO MÉDIO XINGU	127
CAPÍTULO 4 – CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE MOVIMENTOS E SOCIABILIDADES	129
4.1. AGROVILA, AGRÓPOLIS E TRANSAMAZÔNIA	132
4.1.1. <i>Agrovila no espaço da rodovia Transamazônica pelo olhar de seu Élio</i>	134
4.2. RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELO OLHAR DE JOVENS E REASSENTADOS	140
4.2.1. <i>Fernando Conexão: “chega um monte de máquina e começa a destruir tudo”</i>	141
4.2.2. <i>Djane e Camila não veem problema nas praças cercada com grades</i>	142
4.2.3. <i>Francinilda: “Não estou preparada pra tá aqui dentro da cidade”</i>	144
4.2.4. <i>Elena e seu pai são expulsos pela Norte Energia do bairro central onde viviam</i>	146
4.2.5. <i>Funcionário da Norte Energia e as pessoas que criticam o empreendimento</i>	146
4.3. A CIDADE PELO OLHAR DO BARRAGEIRO E MIGRANTE ELDES	149
4.4. MOVIMENTOS E SOCIABILIDADES: MUDANÇAS NA CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO	154
4.4.1. <i>A Vila ribeirinha de garimpo pelo olhar de Alice e Ângela</i>	155
4.4.2. <i>Assentamento do Incra na Volta Grande pelo olhar de Eduvirgens</i>	158
4.5. SOBRE A CONFIGURAÇÃO DE ESPAÇOS NA AMAZÔNIA	161
CAPÍTULO 5 – O GRITO E A GUERRA	163
5.1. O GRITO XINGU VIVO	164
5.2. A USINA KARARAÔ	169
5.3. O GRITO DE XINGU VIVO EM 1989	173
5.3.1. <i>Articulação dos Kayapó para fazer o primeiro encontro de indígenas do Xingu</i>	175
5.3.2. <i>O articulador Raoni Metuktire</i>	176
5.3.3. <i>O articulador Bep’kororoti Paulinho Paiakã: da ascensão ao declínio</i>	178
5.3.4. <i>Reunião na Aldeia Gorotire em outubro de 1988</i>	181

5.3.5. <i>Encontro de Indígenas do Xingu, em 1989</i>	183
5.3.6. <i>Grito de 1989 como desfecho: construção de Belo Monte é suspensa</i>	187
5.4. RUMORES DOS ANOS 1990 COM PROJETO DE BARRAGEM NA GAVETA	190
5.5. RUMORES DOS ANOS 2000 E A PROMESSA DE CONSTRUIR A USINA BELO MONTE	192
5.6. O GRITO DE 2008 POR UM XINGU VIVO PARA SEMPRE	196
5.7. RUMORES DE 2010, O GRITO “PARE BELO MONTE” E LICENÇA PRÉVIA PARA OBRA.....	203
CAPÍTULO 6 – O GRITO POR UMA AMAZÔNIA VIVA.....	207
6.1. O GRITO DE 2016 E O BALANÇO	207
6.2. HIDRELÉTRICA BELO MONTE E O DESCONTENTAMENTO	210
6.3. ELEIÇÕES MUNICIPAIS E DISPUTA DE PODER LOCAL.....	212
6.4. VIAGEM NA VOLTA GRANDE DO XINGU E DESASTRE NA VIDA RIBEIRINHA COM BELO MONTE.....	216
6.5. RIBEIRINHOS EXPULSOS DO BEIRADÃO DO RIO XINGU E VIDA TRISTE NA CIDADE.....	224
6.6. AUDIÊNCIA PÚBLICA E ORGANIZAÇÃO DE RIBEIRINHOS PARA UM GRITO COLETIVO.....	225
6.7. O GRITO DE 2020 POR UMA AMAZÔNIA VIVA	231
CAPÍTULO 7 – A CONDUTA SUSTENTÁVEL E A CONTRACONDUTA ÉTICO-POLÍTICA AMAZÔNICA.....	236
7.1. NOVO PROJETO DE BELO MONTE SUSTENTÁVEL	239
7.2. O GOLPE NA MESA, ENGENHARIA SUSTENTÁVEL E POLÍTICA AUTORITÁRIA	243
7.3. PAINEL DE ESPECIALISTAS E PRÁTICAS DAS CIÊNCIAS NA PRODUÇÃO DA VERDADE SOBRE O XINGU	247
7.4. HIDRELÉTRICA BELO MONTE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	259
7.5. CONDUTA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: NOVAS PRÁTICAS, NOVOS CRIMES	262
7.6. CIDADE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RACIONALIDADE DE MERCADO.....	268
7.7. AMAZÔNIA E UTOPIAS: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A CIDADE.....	274
CONCLUSÃO	283
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	289
ANEXO – CRONOLOGIA: MARCOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA MUDANÇA NAS RACIONALIDADES PRÁTICAS AMBIENTAIS	301

SUMÁRIO DE TABELA, MAPA, FIGURA, FOTO E GRÁFICO

TABELA 1 - MODELO ABSTRATO DE TIPOS IDEAIS DE RACIONALIDADES PRÁTICAS	90
MAPA 1 - BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO XINGU. MAPA DE LOCALIZAÇÃO. PRINCIPAIS RIOS AFLUENTES NAS CABECEIRAS DO RIO XINGU EM MATO GROSSO	98
MAPA 2 - TERRAS INDÍGENAS KAYAPÓ. ALTO E MÉDIO XINGU. MATO GROSSO E PARÁ. ANO 2021	100
MAPA 3 - BACIA DO RIO XINGU. RIO IRIRI, PRINCIPAL AFLUENTE DO RIO XINGU. RIO TELES PIRES, AFLUENTE DO RIO TAPAJÓS. BACIA BRASILEIRA DO RIO AMAZONAS.	102
FIGURA 1 - A AMAZÔNIA JÁ ERA. PROPAGANDA EM MÍDIA IMPRESSA. ANO 1972. PROPAGANDA DA NETUMAR	110
FIGURA 2 –UM NOVO BRASIL. AMAZÔNIA. REVISTA MANCHETE. CAPA. EDIÇÃO ESPECIAL. FEVEREIRO DE 1973	111
FIGURA 3 – PUBLICIDADE DA CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A. BR-319. ANO 1971, REVISTA VEJA. REVISTA REALIDADE, ANO 1972	114
TABELA 2 - PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA CONFORME FASES DE IMPLEMENTAÇÃO. PERÍODO DA CRIAÇÃO DO PROJETO 01/01/1900 ATÉ 05/12/2022.....	117
TABELA 3- IMÓVEIS CADASTRADOS NO INCRA. ÁREA DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ. QUANTIDADE TOTAL DE ÁREA DO MUNICÍPIO CADASTRADA POR HECTARE. ANO DE REFERÊNCIA 2011	117
MAPA 4 –MAPAS DO MÉDIO XINGU	121
MAPA 5 – TRECHO DO MAPA COM RODOVIA TRANSAMAZÔNICA.....	122
TABELA 4 - REGISTRO DE IMÓVEIS BLOQUEADOS PELA CORREGEDORIA DAS COMARCAS DO INTERIOR DO TJ DO PARÁ. QUANTIDADE TOTAL DE ÁREA DO MUNICÍPIO REGISTRADO EM CARTÓRIO MUNICIPAL, POR HECTARE. MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ. ANO DE REFERÊNCIA 2011	125
TABELA 5 – EFETIVO BOVINOS POR CABEÇA. PRODUÇÃO DE SOJA POR TONELADA. ANOS 1980, 1990, 2000, 2010 E 2020. ALTAMIRA, MEDICILÂNDIA, PLACAS, SÃO FELIX DO XINGU, SEN. JOSÉ PORFÍRIO, URUARÁ E VITÓRIA DO XINGU	126
FIGURA 4 – ESBOÇO NOS ANOS 1890 DE CIDADE JARDIM POR EBENEZER HOWARD À ESQUERDA. ESBOÇO DE CIDADE RURAL, À DIREITA, POR JOSÉ GERALDO DA CUNHA CAMARGO NOS ANOS 1970	134
FOTO 1 – PRAÇA DO MIRANTE CERCADA COM GRADES. ALTAMIRA (PA), NOVEMBRO DE 2016	142
FOTO 2 – VISTA PANORÂMICA DA CIDADE DE ALTAMIRA E DO RIO XINGU. PRAÇA DO MIRANTE. NOVEMBRO DE 2016.	144
FIGURA 5 – ESBOÇO DE PROJETO DE URBANISMO PARA 1.232 UNIDADES, EM GLEBA DE 790.197M ² . ANO 2016. RUC JATOBÁ, ALTAMIRA, PARÁ.....	146
FOTO 3 - VILA DA RESSACA. FOTO À ESQUERDA VISTA DA ORLA DO RIO XINGU. FOTO À DIREITA	154
FOTO 4 - FOTOGRAFIA PANORÂMICA DO RIO XINGU DA CASINHA EM CIMA DO MORRO, DE ONDE DÁ DE VER O RIO XINGU, A BEIRADA ALI DA ILHA DA FAZENDA [NO FUNDO AO CENTRO] E DÁ DE VER A VILA DA RESSACA QUASE TODA [À DIREITA].....	157
MAPA 6 - CARTOGRAFIA SOCIAL. POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. VOLTA GRANDE DO XINGU. VILA DA RESSACA. PA RESSACA. MINERADORA BELO SUN. SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, PARÁ, 2017 ...	160
FOTO 5 – RAONI METUKTIRE, BEP’KOROROTI (PAULINHO) PAIAKÃ E STING. I ENCONTRO DE INDÍGENAS DO XINGU. ALTAMIRA (PA), BRASIL. 1989	180
FOTO 6 - LIDERANÇAS INDÍGENAS CONVERSAM COMO O ROQUEIRO STING, NO I PRIMEIRO ENCONTRO DE INDÍGENAS DO XINGU. ALTAMIRA (PA), 1989	181

FIGURA 6 - JORNAL ESTAMPA FOTO COM MURO GRAFITADO COM AS PALAVRAS “KARARAÔ NÃO” EM UMA EDIÇÃO QUE SUGERE “ACORDO PARA MANTER A PAZ EM ALTAMIRA”	184
FOTO 7 - FOTOGRAFIA EMBLEMÁTICA DO I ENCONTRO DE INDÍGENAS DO XINGU. GINÁSIO DE ESPORTE. ALTAMIRA (PA). ANO 1989.....	185
FOTO 8 - ENCERRAMENTO DO ENCONTRO DE INDÍGENAS DO XINGU. ALTAMIRA, 2008	196
FOTO 8 - ENCONTRO XINGU VIVO PARA SEMPRE. ALTAMIRA (PA), 2008	197
FOTO 9 - ENCONTRO XINGU VIVO PARA SEMPRE. ALTAMIRA (PA), MAIO DE 2008.....	198
FOTO 10 - ENCONTRO XINGU VIVO PARA SEMPRE. ALTAMIRA (PA), DIA 20 DE MAIO DE 2008	201
FOTO 11 - TUÍRE KAYAPÓ ENTREGA CARTA AO JUIZ FEDERAL MARCO CAMPELO COM REIVINDICAÇÃO PARA NÃO DEIXAR CONSTRUIR BARRAGEM E USINA HIDRELÉTRICA NO RIO XINGU. ALTAMIRA (PA), 2008	202
FOTO 12 - ATO "PARE BELO MONTE". RIO XINGU, 2012.....	205
FOTO 13 - ENCONTRO XINGU + DIVERSIDADE SOCIOAMBIENTAL NO CORAÇÃO DO BRASIL. ALTAMIRA (PA), 2013	206
FOTO 14 - RESERVATÓRIO PRINCIPAL DA USINA BELO MONTE ENCHENDO. RIO XINGU. MÉDIO XINGU. 2016	217
FOTO 15 - SISTEMA DE TRANSPOSIÇÃO DE EMBARCAÇÕES (STE), RESERVATÓRIO PRINCIPAL DA USINA BELO MONTE. RIO XINGU, 2016	218
FOTO 16 - PEDRAS COM MARCAS DE ONDE AS ÁGUAS DO RIO XINGU BATIAM. BAIXO XINGU. 2016	218
FOTO 17 - PAREDÃO E COMPORTAS DO RESERVATÓRIO PRINCIPAL DA USINA BELO MONTE. RIO XINGU, 2016	221
FOTO 18 - RESISTÊNCIA DO PESCADOR SEU ORLANDO EM NÃO DEIXAR O LOCAL ONDE FOI SUA COMUNIDADE. MORADIA SOLITÁRIA	222
FOTO 19 - PLACA DA NORTE ENERGIA COM ORIENTAÇÃO PARA NÃO SE OCUPAR OU CONSTRUIR À BEIRA DO RESERVATÓRIO DA BELO MONTE.....	223
FOTO 20 - MORADIA SOLITÁRIA DE RIBEIRINHO APÓS EXPULSÃO PARA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DA USINA BELO MONTE	223
FOTO 21 - AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM 11 DE NOVEMBRO DE 2016	226
FOTO 22 - COMPOSIÇÃO DE MESA PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA “GARANTIA DO MODO DE VIDA DA POPULAÇÃO RIBEIRINHA DIANTE DOS IMPACTOS NÃO MITIGADOS DA UHE BELO MONTE”	227
FOTO 23 - SEU ARENÔ, LIDERANÇA RIBEIRINHA	228
FOTO 24 - TERRA PARA O AGRONEGÓCIO, MATO GROSSO, E TERRITÓRIO INDÍGENA WAWI.....	231
FOTO 25 - ENCONTRO DOS POVOS KAYAPÓ E LIDERANÇAS INDÍGENAS DO BRASIL. SÃO JOSÉ DO XINGU (MT), ALDEIA PIARAÇU NO TERRITÓRIO INDÍGENA KAPOTO JARINA. JANEIRO DE 2020	233
FOTO 26 - NOVAS LIDERANÇAS INDÍGENAS, COM DESTAQUE PARA LÍDERES MULHERES	234
GRÁFICO 1 - USO DOS TERMOS XINGU E BELO MONTE EM CORPUS DE LIVROS EM LÍNGUA INGLESA ENTRE 1986 E 2019	251
GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO ANUAL DA LITERATURA CIENTÍFICA SOBRE “XINGU” E “BELO MONTE”. ENTRE 1989 E 2021	254
TABELA 6 - AS 26 PALAVRAS-CHAVES DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS, ATRIBUÍDAS PELOS PRÓPRIOS AUTORES, COM MAIS FREQUÊNCIA DE USO QUE MENCIONAM XINGU E BELO MONTE. ORGANIZAÇÃO COM A LEI DE ZIPT. BASE DE DADOS DA SCOPUS. PERÍODO 1989-2021.....	255

GRÁFICO 3 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM EMPRESAS COM GESTÃO ESG, 2012-2020. ÁSIA, AMÉRICA DO NORTE E EUROPA. TAXA DE CRESCIMENTO BIANUAL. POR TRILHÕES DE DÓLAR.....	260
MAPA 7 – NOVO ESTUDO DA COTA 100. MPF E UFPA. EM VERMELHO DO PERÍMETRO URBANO DE ALTAMIRA, LOCALIZADO ATÉ 100 METROS ACIMA DO NÍVEL DO MAR. IGARAPÉ ALTAMIRA. ANO 2012	269
FIGURA 7 – IMAGEM DE SATÉLITE. PARQUE IGARAPÉ ALTAMIRA. RIO XINGU À ESQUERDA NA FIGURA, CENTRO DA CIDADE ACIMA E BAIRRO BRASÍLIA ABAIXO. ALTAMIRA, PARÁ. ANO 2022	270

LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia
AGU – Advocacia Geral da União
ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF - Corporação Andina de Fomento
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CF - Constituição Federal
CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNEC - Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores
CONAGE - Coordenação Nacional dos Geólogos
COSIPLAN - Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento
DDT - Dicloro-Difenil-Tricloroetano
DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EUA – Estados Unidos da América
EUA – Estados Unidos da América
FGV - Fundação Getúlio Vargas)
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FJP - Fundação João Pinheiro
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNSP - Fondation nationale des sciences politiques
FONPLATA - Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata
FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Atual)
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IESP - Instituto de Pesquisa Social e Política
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
IIRSA - Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
ISA – Instituto Socioambiental
LAMEP - Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC - Ministério da Educação

MIT - Instituto de Tecnologia de Massachusetts
MN – Museu Nacional
MPF – Ministério Público Federal
MPST - Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica
NESA - Norte Energia Sociedade Anônima
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA - Organização dos Estados Americanos
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONG - Organização Não Governamental
ONS - Operador Nacional do Sistema
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PIC - Projetos Integrados de Colonização
PIN - Programa de Integração Nacional
PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGSD – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito
PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT - Partido dos Trabalhadores
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
RUC – Reassentamento Urbano Coletivo
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente
SIMPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SPI (Serviço de Proteção ao Índio
SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STF - Supremo Tribunal Federal
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TIX - Território Indígena do Xingu
TRF - Tribunal Regional Federal
UDR - União Democrática Ruralista
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UHE – Usina Hidrelétrica
UNASUL - União de Nações Sul-americanas
UNICAMP – Universidade de Campinas
USP - Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

As obras de construção da hidrelétrica Belo Monte no rio Xingu se iniciaram no primeiro semestre de 2011, quando comecei o curso de especialização em Política e Planejamento Urbano enquanto trabalhava em uma pesquisa no Observatório das Metrôpoles, ambos no IPPUR da UFRJ, localizado no campus do Fundão, no Rio de Janeiro¹. Naquele momento, acompanhei debates e mobilizações de professores, pesquisadores e estudantes contrários àquelas obras ressaltando os equívocos de se construir uma hidrelétrica no “coração da Amazônia”, no rio Xingu. Argumentavam ser um grande erro político-ambiental, porque se tratava de uma política pública que exigia investir grande quantidade de recurso financeiro na construção de uma hidrelétrica que produziria grande impacto ambiental e não seria eficiente na produção de energia conforme exige o princípio da administração pública no Brasil. Havia ali também quem argumentasse favoravelmente à hidrelétrica pela importância da rede de energia ao funcionamento das indústrias e da vida urbana que cada vez mais exigia energia elétrica.

Durante os anos de formação e de trabalho no Rio de Janeiro acompanhei notícias e informações sobre o projeto de construção daquela hidrelétrica, campanhas por “pare Belo Monte”, e participei de protestos no bairro central carioca, contra a barragem no rio Xingu. Também observei ou participei de outros protestos contra obras do segundo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II) que demoliram casas localizadas em espaços onde seriam realizadas obras para Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016. Grandes obras de infraestrutura urbana que obrigavam famílias que habitavam por décadas bairros centrais a um reassentamento involuntário em bairros distantes como, por exemplo, Realengo.

Naquele momento, estava em fermentação uma insatisfação com obras para aqueles dois megaeventos. A expectativa positiva da realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014 começou a sofrer um revés, especialmente na população mais pobre, quando as obras de infraestrutura se iniciaram. A animação para assistir a jogos do mundial de futebol no país virava desilusão quando as pessoas começavam a compreender que aquele evento somente

¹ Depois de minha pesquisa de mestrado em sociologia sobre medos e segregação socioespacial em Brasília, orientada pelo professor Brasilmar Nunes na UnB, desenvolvi uma pesquisa sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) e os Ecolimites no Rio de Janeiro orientada pelo professor Luiz César de Queiroz Ribeiro e pela professora Luciana Corrêa do Lago. Parte dos resultados desta pesquisa foi publicado no artigo “Ecolimites ou Sociolimites” (CAMARGO, 2012). Conferir a dissertação de mestrado (CAMARGO, 2010) e a monografia de especialização (CAMARGO, 2012b).

seria acessível a uma pequena minoria que pudesse custear os preços altos dos ingressos estipulados pela FIFA². Ao mesmo tempo, começava-se a criar uma frustração com governantes, em especial, com o governo da presidente Dilma Rousseff que, em 2011, sucedeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometendo, em campanha eleitoral, conceder mais direitos aos mais pobres através de políticas sociais, bem como garantir poder de compra que esse estrato da população havia conquistado nos governos Lula I e Lula II, com aumento real do salário mínimo. Muitas pessoas que criaram expectativa de ver mais políticas sociais, mais direitos, constatavam que recursos públicos seriam alocados em obras para Copa do Mundo em locais muito específicos, em apenas algumas cidades capitais nas quais ocorreriam os jogos.

Em 2013, a força de protestos se difundiu por várias regiões do país, manifestando-se de maneira mais evidente no curso das chamadas Jornadas de Junho. Após observar esses acontecimentos políticos no país e os debates políticos durante as eleições de 2014, decidi no início de 2015 tomar a mudança social como um tema de pesquisa e não mais como contexto ou cenário coadjuvante de outros temas ou processos sociais que eu vinha seguindo desde o mestrado em sociologia. Considerei que seria necessário escapar de grandes centros urbanos e buscar outro espaço onde pudesse testar novas ferramentas de análise, em um campo no qual pudesse acompanhar um processo de mudança que enlaçasse os desafios e as questões centrais no debate contemporâneo sobre o Brasil.

Um outro polo dinâmico do ativismo político contemporâneo que acompanhava na época era dos movimentos de resistência que proliferavam ao longo da intitulada frente capitalista “pioneira” de expansão de fronteira na região Norte do país. Pressupunha que esses movimentos de resistência precisavam ser considerados em uma análise do Brasil contemporâneo, porque teriam condições de fornecer pistas do processo de mudança social que suspeitava estar curso.

A região Norte (e também Nordeste) tinha retornado à agenda pública de projetos de

² Antes das manifestações de 2013 que ocorreram em várias cidades do país, já vinham ocorrendo protestos organizados por movimentos sociais, por exemplo, no Rio de Janeiro onde acompanhei mais de perto, para questionar o uso de recursos públicos em obras de infraestrutura para atender exigências do “padrão Fifa” que deveriam ser aplicados em políticas públicas que beneficiassem as populações mais pobres ou carentes de investimento em saúde, educação, lazer e segurança pública etc. Por meio de vários movimentos sociais, começava-se a exigir dos governos políticas públicas com “Padrão Fifa”. Esse termo se refere às exigências impostas pela FIFA aos países sedes de Copa do Mundo de construir estádios e obras viárias com alto padrão de qualidade para atender, em especial, um público internacional que viaja para assistir jogos de futebol nas Copas do Mundo. Federação Internacional de Futebol (FIFA) é a entidade responsável pela definição das cidades e organização das Copas do Mundo de futebol que acontece a cada quatro anos.

Estado e as principais ações do PAC II do Governo Federal. Vários projetos de desenvolvimento como construções de ferrovias, hidrovias, hidrelétricas, exploração mineral entre outros foram direcionadas para lá. Dentre esses projetos do PAC, o projeto de aproveitamento hidrelétrico Belo Monte era o maior, mais caro e que gerava maior impacto. Por isso mesmo se tornava emblemático e angariava maior apelo e visibilidade nacional e internacional. A cidade de Altamira no Pará, adjacente ao espaço do município de Vitória do Xingu onde a barragem seria construída, por ser a maior cidade do Médio Xingu, sofreria impactos diretos mais intensos com o barramento do rio Xingu. Desde o projeto da Transamazônica no governo dos militares, Altamira vinha consolidando-se como centralidade na Amazônia, por razões geográficas, econômicas e políticas, e começava, a partir de 2011, a aparecer nos meios de comunicação por sofrer os principais impactos sociais da construção da barragem e das casas de força para hidrelétrica, como aumento de crimes violentos, acidentes no trânsito e também aumento da demanda por serviços públicos como saúde, educação e moradia, devido ao fluxo migratório de pessoas para trabalhar direta ou indiretamente nas obras.

Estamos habituados a descrever a mudança que ocorre no espaço da Amazônia como uma mudança provocada por uma política governamental que, por meio de grandes obras de infraestrutura, impacta a vida local de maneira determinante. Amparada na perspectiva de Michel Foucault de uma lógica das estratégias do poder, esta pesquisa busca desenhar outra rota de análise para compreender mudança social como resultante das guerras políticas, tensões e conflitos entre racionalidades práticas³. Essa perspectiva permite acompanhar as linhas microfísicas das racionalidades práticas em disputa, bem como deslocar e complexificar a imagem habitual da mudança social provocada por um agente externo (seja governo ou empresa) em um plano local que apenas sente os efeitos ou reage aos impactos.

Pela lógica das estratégias⁴, esta pesquisa mostra no processo de mudança a prática de diferentes atores sustentada por regimes de racionalidade que remetem a maneiras de atuar,

³ Em sociedade, toda prática humana possui um certo regime de racionalidade. Todos indivíduos aplicam a sua própria conduta saberes e técnicas para conduzir a si mesmo e/ou para tentar conduzir a conduta de outras pessoas. Racionalidades práticas são, portanto, condutas humanas compreendidas enquanto atividades, pensamentos/conhecimentos e sentimentos (FOUCAULT, 2008), (FOUCAULT, 2010b), (FOUCAULT, 2006), (FOUCAULT, 2015) e (FOUCAULT, 2014).

⁴ É uma lógica da conexão de heterogêneos. Não tem como objetivo homogeneizar elementos contraditórios. Ao contrário, busca lidar com heterogêneos, premissas contraditórias, sem a necessidade de cair na trivialidade, ou resolver o problema da contradição fundindo-a no elemento do homogêneo. É um dispositivo que tem por função tentar conexões possíveis entre condutas diferentes (FOUCAULT, 2010b).

pensar e elaborar conhecimento sobre o mundo e produzir espaços. Não pretendo com isso subestimar a dominação ou relativizar o impacto de arquitetura de grande porte e a atuação do Estado com suas *technés*, mas apenas descrever a mudança na governamentalidade⁵ como resultante da guerra entre condutas e entre as racionalidades práticas.

No curso do projeto de construção de uma hidrelétrica com inegável impacto ou poder de transformação sobre a vida local de diferentes grupos, pude observar a atuação de quatro racionalidades práticas em ação no Médio Xingu que designei como: 1) racionalidade prática predatória, 2) racionalidade prática desenvolvimentista, 3) racionalidade prática desenvolvimentista-sustentável e 4) racionalidade prática amazônica. Cada uma delas tem saberes e técnicas, possui objetivos, táticas e estratégias, orienta-se por um regime de racionalidade, por um tipo de conduta. Por isso mesmo, possuem concepções e valores diferentes sobre o ambiente, tempo e o espaço, e sobre forma de organização política que entram em conflito e atuam nos processos de mudança. No capítulo 2, descrevo mais detalhadamente essas racionalidades, especificamente no subcapítulo 2.6, onde disponibilizo uma tabela que construí para orientar o leitor na descrição das racionalidades práticas ou condutas (predatória, desenvolvimentista, sustentável e amazônica).

Esta tese de doutorado trata, portanto, de guerras políticas, tensões e conflitos no Médio Xingu, relacionados a processos estruturais e histórico-políticos de mudança social. Para tornar esse objeto inteligível foi preciso construir uma abordagem teórico-metodológica caracterizada como uma sociologia histórico-política das racionalidades práticas (ambientais/sustentáveis, desenvolvimentistas, amazônicas e predatórias).

A mudança é observada à luz da conduta⁶ ambiental que aparece nos anos 1940 na Europa e nos EUA, e se encontra em ascensão e em disputas com outras condutas ou

⁵ Governamentalidade é a maneira como se governa, como se conduz a conduta dos indivíduos (FOUCAULT, 2010a), (FOUCAULT, 2008) e (FOUCAULT, 2010b). São práticas de governar que se chama “Estado” e que adquirem característica própria de acordo com o regime de racionalidade prática da época. Tem a natureza conservadora, porque é voltado para garantir os próprios interesses do Estado e sua autopreservação. A arte de governar dos economistas liberais influenciou a governamentalidade moderna e contemporânea.

⁶ Quando a maioria dos indivíduos de uma sociedade aplicam em suas ações, pensamentos e sentimentos praticamente os mesmos saberes e técnicas para conduzir a si e os outros, estamos diante de uma racionalidade prática que pode ser compreendida como conduta vigente. Toda sociedade, em determinada época, possui uma conduta vigente que em algum momento se colocava como oposição, como contraconduta. A contraconduta nasce num regime de racionalidade para confrontar a conduta principal vigente numa determinada época. Ela surge porque os indivíduos não se contentam em conduzir sua própria conduta, frequentemente desejam conduzir também a conduta de outras pessoas. Como ninguém quer ser sempre controlado, mesmo que os exemplos de situações nas quais as pessoas aceitam a dominação sejam numerosos, há reação (FOUCAULT, 2008). Quando uma contraconduta se difunde na sociedade de modo a se tornar em conduta vigente, a sociedade está diante de uma mudança social.

racionalidades práticas e posicionamentos estratégicos no curso de uma série de projetos de desenvolvimento sustentável no Médio Xingu da Amazônia e no Brasil. A conduta definida como vigente é identificada aqui como racionalidades práticas desenvolvimentistas sustentáveis. Essa conduta ambiental vigente começou a aparecer na Europa e nos Estados Unidos depois da segunda guerra mundial, ganhou destaque significativamente nos anos 1970. Desde então, as racionalidades práticas desenvolvimentistas sustentáveis vêm se consolidando como uma nova conduta da arte de governar e avança para outros países, por meio de instituições da ONU, como prática a ser seguida. No Brasil ganhou mais destaque nos anos 1990 com a Rio 92, a Lei Federal nº 9.605/98 de Crimes Ambientais, a Lei Federal nº 9.795 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental etc.

Essa racionalidade prática ambiental está relacionada à percepção de que os danos ambientais irreversíveis já estariam em curso, após a segunda Guerra Mundial⁷, e que as sociedades modernas poderiam estar produzindo uma catástrofe ecológica com a conduta desenvolvimentista. Embora essa catástrofe que agora visualizamos como uma crise climática fosse igualmente perturbadora, as grandes guerras mundiais e a invenção de bombas atômicas com grande poder de destruição direcionaram, na época, o foco do perigo mais para o risco de guerra do que para a catástrofe climática e ambiental.

Esta pesquisa de tese doutorado se apresenta, pois, como estudo de sociologia política que busca apreender dispositivos, racionalidades práticas e seus efeitos em formações de verdade, na governamentalidade e na ordenação do espaço vivido. Os procedimentos, as técnicas e as estratégias metodológicas adotadas nesta pesquisa são heterogêneas e foram adotados para alcançar as diferentes racionalidades práticas e captar posicionamentos estratégicos nas ações e pensamentos, alinhamentos, programação, movimentos, mobilizações, em diferentes espaços, épocas e contextos.

Com esses diferentes métodos, busco acompanhar várias estratégias de luta e formação de rede de aliados através de análises de estratégias políticas adotadas por diferentes atores como lideranças indígenas, ribeirinhos, lideranças de movimentos sociais institucionalizados, de membros de organizações indígenas, ambientalistas e dos órgãos

⁷ Obviamente, naquele momento, não se pode negar a predominância do temor da guerra, mas a percepção de que o crescimento econômico precisava ter limite começava a ganhar contornos. Começava-se a prever que os recursos naturais poderiam se esgotar em centenas de anos. O ritmo de consumo da época e de produção de industrializados precisaria de controle efetivo. O cenário era propício para se pensar em alternativas ao crescimento econômico capitalista tomando por base os conhecimentos da corrente teórica sobre conservação que se tornara um dos primeiros alicerces do desenvolvimento sustentável.

ligados à Igreja, agentes políticos municipais, estaduais e federais, executivos de empresas públicas e privadas.

Lancei mão da análise de fontes primárias e secundárias, combinando análise qualitativa de documentos oficiais (relatórios, leis, convenções, projeto urbanístico, Plano Diretor), estatísticas oficiais (plataformas como IBGE, DATASUS, RAIS/CAGED e IDESP: Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará), material de imprensa ou de divulgação (jornais, notícias, blogs), de registros de entrevistas semiestruturadas realizadas por mim e de registros da observação in loco (de reuniões do dia-a-dia desses atores sociais em manifestações públicas) conduzida durante trabalho de campo que realizei nos anos de 2015 e 2016; registros de diários de campo, análises qualitativas, quantitativas e cientométricas da produção científico-acadêmica sobre o espaço do Médio Xingu, e as ressonâncias das controvérsias em torno da construção da Hidrelétrica Belo Monte na produção científica.

Esta pesquisa toma como quadro principal de inelegibilidade teórica as contribuições de Michel Foucault sobre mudança de conduta, nas racionalidades práticas e na arte de governar. E seguindo seu pressuposto sobre o Estado⁸, discuto a constituição de uma governamentalidade ambiental no Brasil a partir do legado da guerra contra a instalação de hidrelétrica no Rio Xingu, de 1970 a 2020, nos sete capítulos que compõe esta tese. Os dois primeiros capítulos são reservados à construção teórico-metodológica da pesquisa. O terceiro e quarto capítulos trazem deslocamentos, transições e variações entre espaços do Médio Xingu, assentamentos, vilas, agrovilas, aldeia, cidade e floresta. Delineiam como a produção do espaço desestabiliza estratificações regionais e dualismos dialéticos que se estruturam a partir da concepção modernista dualista cidade e campo. O quinto e o sexto capítulos são dedicados a uma sociologia histórico-política de guerras entre as racionalidades práticas, mais especificamente, desenvolvimentista, predatória e amazônica, bem como os posicionamentos estratégicos de atores envolvidos no processo de mudança e enfrentamentos desencadeados pelo projeto de construção da rodovia Transamazônica e de hidrelétrica no Rio Xingu, do final dos anos 1970 até o ano 2020. Os penúltimo e último capítulos apresentam análises do enfrentamento entre a racionalidade prática desenvolvimentista-sustentável e racionalidade práticas amazônica ao longo de uma mudança infraestrutural provocada pela construção da hidrelétrica Belo Monte, bem como análises do processo histórico-político de constituição de

⁸ Para (FOUCAULT, 2010b), o Estado é compreendido como algo sempre em construção, como aquilo que existe, mas também aquilo que ainda não existe de forma suficiente.

uma governamentalidade ambiental no Brasil.

No capítulo 1, especificamente, é possível constatar que as teorias da mudança social levam a diferentes perspectivas oferecidas não apenas por diversos sociólogos, filósofos, bem como teóricos de outras áreas do conhecimento. Embora não seja fácil encontrar um consenso entre sociólogos sobre a teoria da mudança social, um percurso por vários dissensos na teoria da mudança social é importante para tomar conhecimento sobre diferentes caminhos de investigação que frequentemente emergem a partir do objetivo de explicar mudanças sociais em determinado tempo e espaço. A diversidade de teorias explicativas se contrasta à expectativa clássica de uma teoria social da mudança que pudesse explicar transformações em todas sociedades e em qualquer época. Essa diversidade demonstra o dinamismo da teoria sociológica articulada às mudanças que transcorrem ou já ocorreram nas sociedades.

Essa discussão é importante porque a sociologia desponta como ciência no contexto de intensas transformações suscitadas pelo advento da sociedade capitalista liberal e industrializada, no contexto em que as racionalidades práticas desenvolvimentistas se transformavam em conduta vigente. A emergência da governamentalidade moderna desenvolvimentista fez recuar a Razão de Estado Policial⁹ e Diplomático-Militar. A mudança social e os problemas sociais relacionados à sociologia naquela época se apresentam como preocupação teórico-analítica central que marcou a formação da sociologia. A sociologia, desde sua gênese, está imbricada com a sociedade moderna desenvolvimentista, o que levou (GIDDENS, 1991) a afirmar que a disciplina seria um epifenômeno da modernidade, um plano do conhecimento por meio do qual a sociedade moderna (industrializada) pensa a si mesma. Como uma forma de reflexão racional sobre a vida social, a sociologia clássica construiu ferramentas analíticas e métodos próprios para tornar inteligíveis processos de mudanças pelos quais passavam sociedades europeias na virada do século XIX para o XX.

Se as sociedades contemporâneas atravessam uma nova mudança, a partir desse último século, esperam-se que os saberes e técnicas também mudem. Com a ascensão das

⁹ Razão de Estado policial é uma maneira de governar que surgiu, segundo (FOUCAULT, 2008) (FOUCAULT, 2010a) e (FOUCAULT, 2010b), na virada do Séc. XVI para o XVII, e recuou (sem jamais desaparecer completamente) no Sec. XVIII com o aparecimento da governamentalidade moderna. Define-se pela regulação indefinida de um país segundo o modelo da organização cidade fechada/cercada. Seu objetivo principal é o exercício interno ilimitado no controle de atividade nos seus pormenores de grupos ou indivíduos. Esse tipo de dispositivo político faz uso do instrumento que for necessário e suficiente para fazer a atividade dos habitantes do país se integrarem aos objetivos do Estado e sejam uteis a ele. O dispositivo de polícia conectado com razão de Estado se divide em gestão da economia e da população, Direito com aparelho judiciário, polícia repressiva (instrumento para conter desordem) que se somam ao dispositivo diplomático-militar (aparelho diplomático e aparelho militar).

racionalidades práticas ambientais, é de se esperar que uma ciência econômica neoliberal e ambiental como a estadunidense e as ciências ambientais em geral apareçam com mais protagonismo. A sociologia e as ciências sociais em geral, enquanto buscam encontrar lugar nesse novo cenário, parecem estar em descenso por estarem atadas a um compromisso histórico e epistemológico com a conduta desenvolvimentista. É preciso reconectar a sociologia com questões contemporâneas prementes, entre elas, a questão ambiental e liberar a dessa herança modernista desenvolvimentista.

No capítulo 2, procuro demonstrar o caminho de estudo percorrido que me ajudou refletir e fazer escolhas teórica-metodológicas para analisar a implementação de um grande projeto de infraestrutura, sem perder de vista processos histórico-políticos da constituição de uma governamentalidade ambiental no Ocidente e no Brasil. Essa reflexão mostra como uma abordagem de pesquisa é, frequentemente, fruto de um longo processo de construção da investigação. É nos desafios da pesquisa e na necessidade de reinvenção da sociologia que teorias filosóficas costumam colaborar com a reflexão ao dar suporte a um instrumento de análise.

Depois de esmiuçar alguns marcos da análise sociológica da mudança social, dedico o capítulo 2 a apresentar a armação metodológica da pesquisa e a montagem da abordagem histórico-política da mudança social. Essa abordagem foi montada no curso do esforço de compreender e transpor ao campo da sociologia algumas premissas e noções da linguagem conceitual de Michel Foucault de quatro obras principais: “Nascimento da Biopolítica”, “Segurança, Território e População: Curso dado no Collège de France (1977-1978)”, “A Hermenêutica do sujeito” e “Ditos e Escritos” (em especial, o “IV: Estratégia, Poder-Saber”, “V: Ética, Sexualidade, Política”, “VI: Repensar a política”, “VII: Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina”, “VIII: segurança, penalidade e prisão”, e “X: Filosofia, Diagnóstico do Presente e Verdade”).

No capítulo 3, abordo a conduta modernista, *technés* governamentais orientadas por utopias da Amazônia e sua aliança estratégica com as racionalidades práticas predatórias no processo de transformação de um espaço de floresta em loteamentos agrários, agrovilas, vilas e espaço de cidades. Essa parceria estratégica na guerra se dá para combater grupos étnicos locais que dominam o espaço operando uma racionalidade prática amazônica. A racionalidade prática desenvolvimentista expressa a conduta vigente no Brasil, até os anos 90, e a desenvolvimentista-sustentável que avança a partir daquela década fazendo aquela recuar a partir de então. Também descrevo a atuação de duas contracondutas, a racionalidade prática

amazônica dos povos tradicionais, e a racionalidade prática predatória de garimpeiros, grileiros, madeireiros e traficantes ilegais.

O que se designa aqui como *techné* remete à racionalidade prática que atua na produção do espaço, constitui uma rede de relações de poder, produz ideias, utopias, práticas e técnicas de intervenção urbana, como também sujeitos aptos a aderir e a desejar o governo dessa racionalidade no modo de viver em determinado espaço real. Essa noção de tecnologia é usada por Foucault (2012) e significa saberes e técnicas guiados por objetivos conscientes. A “tecnologia” é apreendida no sentido grego que inclui o governo considerado também como uma função das tecnologias.

Em suas linhas estratégicas, *technés* também produzem resistências, liberam modos de viver coletivos divergentes, e uma diversidade de orientações práticas atuantes na construção de espaço. O objetivo do capítulo 3 é, portanto, acompanhar e descrever a elaboração e a operação dessas *technés* e de outras tecnologias de poder que tensionam a produção do espaço amazônico, bem como mostrar como essa racionalidade prática desenvolvimentista orientou a teoria e o planejamento, a produção e a gestão do espaço no processo de extensão de fronteira para a Amazônia.

Para operacionalizar o conceito e o quadro de racionalidades práticas amazônicas, vou apresentar, no capítulo 4, as reverberações de diferentes racionalidades práticas na cidade de Altamira, vilas, agrovilas, assentamentos agrários e várias comunidades ribeirinhas, antes, durante e após a construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte. O capítulo trata, portanto, do processo de transformação nas composições, conexidades e mobilidades dos espaços. Nas composições espaciais amazônicas, o rio e a floresta despontam como elementos dinâmicos centrais que propiciaram aglomerações e modos de vida singulares.

O capítulo 4 toma a descrição etnográfica como uma forma de apresentação de racionalidades práticas heterogêneas no espaço do Médio Xingu. Na descrição da história de cada uma das pessoas que trago para o capítulo é possível notar, com base em suas atividades e pensamento, aspectos de uma das racionalidades práticas abordadas nesta tese. Por meio das histórias de moradores, esse capítulo 4 narra a formação de agrovila, transformações produzidas pela rodovia Transamazônica, bem como a reurbanização de Altamira¹⁰, e a vida social de comunidades ribeirinhas da Volta Grande do Xingu que vivem em tensão e conflito

¹⁰ As obras de reurbanização da cidade de Altamira fazem parte das condicionantes para a construção da hidrelétrica Belo Monte.

com uma grande empresa de mineração Belo Sun. A exploração de minério nessa região levaria a expulsão de várias famílias ribeirinhas que vivem ali há décadas.

No capítulo 5 (e também no 6), busco constituir uma sociologia histórico-política das alterações no espaço do Médio e Baixo Xingu amazônico, a partir da construção de vias (em especial a rodovia Transamazônica) ou estradas visando a inserção na rede viária brasileira e a integração desse espaço ao território do país. E mais recentemente a partir da composição de um outro modelo espacial com a ampliação da estratificação espacial através do planejamento urbano que prioriza zoneamentos interligados por redes viárias.

Busco mostrar como uma outra composição espacial se forma quando, por um lado, se forjam uma conexão capaz de colocar em relação vários elementos espaciais do Estado brasileiro através de vias, como a rodovia Transamazônica, com início da construção em 1970, por um lado, quando ocorre alteração na composição anterior, cuja centralidade era o rio e a floresta, com o barramento do Rio Xingu para construção da Hidrelétrica Belo Monte, com início da construção em 2011. Ao barrar o rio, a conexão de vilas de ribeirinhos, aldeias indígenas e assentamentos de agricultores é bloqueada provocando alteração na composição espacial.

Os dois capítulos tratam de um eixo de criação política de resistência a partir de gritos¹¹ contra racionalidades práticas desenvolvimentistas e predatórias no espaço do Médio Xingu da Amazônia. O objetivo é demonstrar como a racionalidade prática amazônica se diferencia da racionalidade prática desenvolvimentista, como também da racionalidade prática desenvolvimentismo-sustentável. Para isso, foi preciso recorrer a esses campos de ação em determinado momento histórico. Para acompanhar a sequência histórica de mobilizações de 1950 a 2020, destaco estratégias e alianças que visaram demover projetos de infraestrutura governamentais em vias de serem implementados no espaço da bacia do rio Xingu, na Amazônia, e mais especificamente o projeto da Hidrelétrica Belo Monte e a construção da rodovia federal intitulada de Transamazônica (BR-230). Esse processo é perpassado por vários embates, muitas vezes resumidos como “luta por direitos”, como a demarcação de Territórios Indígenas e o reassentamento de ribeirinhos que foram deslocados de comunidades

¹¹ Essa noção de grito se baseia aqui em (STENGERS e PIGNARRE, 2007). Esses gritos são compreendidos como uma arma na luta anticapitalista de indígenas, camponeses, ribeirinhos, ambientalistas, feministas, antirracistas e antifascistas. O grito anticapitalista inaugura uma luta política contra a utopia do único caminho, do único modo de vida humana possível, isto é, do capitalismo. Faz parte de um projeto político que aposta na esperança e busca quebrar o sentimento de impotência de quem por temor não vê saída ou apenas as alternativas infernais do capitalismo.

tradicionais para a construção de reservatório da Usina Belo Monte.

O capítulo 5 relata a atuação da racionalidade amazônica indígena ao acompanhar registros do protagonismo do cacique Raoni e de outras lideranças indígenas nas lutas para recuperar parte do território Kayapó, influenciar a Constituição Federal e barrar a construção da Hidrelétrica Kararaô (precursora da Belo Monte). Lideranças indígenas e seus aliados articularam várias estratégias para conseguir, depois de uma viagem à sede do Banco Mundial nos Estados Unidos, derrubar o financiamento internacional ao empreendimento.

No capítulo 6, busco ressaltar a recuperação do protagonismo dos povos indígenas na luta contra a racionalidade prática predatória, pela garantia de seus territórios, pela preservação dos rios, florestas, biodiversidade, bem como seu modo de vida tradicional. Acompanho também, no capítulo 6, várias estratégias de luta e formação de rede de aliados como lideranças indígenas, ribeirinhos, lideranças de movimentos sociais institucionalizados, de membros de organizações indígenas, ambientalistas e dos órgãos ligados à Igreja católica, mas também agentes políticos municipais, estaduais e federais, e executivos de empresas públicas e privadas.

No sétimo e último capítulo, por sua vez, discuto dois processos: a consolidação da conduta sustentável no Brasil e a apresentação da contraconduta amazônica na cena pública. Para então, sustentar o argumento segundo o qual as racionalidades práticas amazônicas nos conflitos em torno da construção de Hidrelétrica Belo Monte forçaram o governo e a empresa Norte Energia a flexionar práticas de gestão. Desta vez, não somente pela influência dos mecanismos racionais jurídicos ou técnico-científico do desenvolvimento sustentável, mas principalmente pela expressividade das racionalidades práticas amazônicas enquanto contraconduta¹².

Parto do pressuposto de um processo de mudança no plano da racionalidade que teve início na metade do século XX, logo após a segunda guerra mundial, em que há uma mudança na maneira de lidar e pensar o meio ambiente diante da catástrofe ecológica. Argumento que essa racionalidade prática amazônica é ético-política, porque enuncia um modo de viver ético

¹² Defendo na tese essa conduta que intitulo aqui de racionalidades práticas amazônicas é uma contraconduta do ponto de vista da análise sobre os processos de desenvolvimento nos quais as racionalidades práticas desenvolvimentistas sustentáveis é a conduta vigente de nossa sociedade atual (2023). O reconhecimento das práticas amazônicas é algo ainda novo no cenário político brasileiro. A tabela que disponibilizo no subcapítulo “2.6” a qual construí para me orientar na descrição dessas racionalidades pode ajudar na compreensão das condutas observadas no espaço do Médio Xingu. Racionalidades práticas amazônicas ou predatórias são condutas que se tornam contraconduta diante da conduta vigente que se apresenta na governamentalidade, ou seja, nas práticas de governar o que chamamos de “Estado”.

na e da floresta. Mas também é um posicionamento anticapitalista que diverge da racionalidade econômico-capitalista de acumulação de riqueza. A racionalidade amazônica luta contra a racionalidade prática predatória que orienta as ações e pensamentos de grileiros, madeireiros, fazendeiros e mineradores, bem como contra a racionalidade desenvolvimentista moderna atual que pensa o meio ambiente como fonte necessária de matérias primas para garantir crescimento econômico da sociedade industrializada e urbana.

Abordo, portanto, nesse último capítulo as tensões e o processo de enfrentamentos que culminou com a licença de autorização para a construção da Hidrelétrica Belo Monte. Assim, é possível notar como se deram as alianças e cisões entre a racionalidade prática amazônica e a racionalidade prática desenvolvimentista-sustentável.

CAPÍTULO 1 – Teorias da Mudança Social

Desde os clássicos da sociologia, a mudança social se apresenta como preocupação teórico-analítica central. Nas teorias e análises sociológicas contemporâneas, o problema da mudança social tem sido delineado através de vários temas e arranjos teóricos. Trata-se de um quadro multifacetado que resiste a uma teoria unificada e geral da mudança social na sociologia e perpassa análises de várias abordagens, escolas ou filiações teóricas. Ainda que a mudança seja, talvez, um dos temas mais evidentes das sociedades contemporâneas e mais problematizados nas explicações sociológicas, torná-la inteligível nunca foi tarefa simples.

Nessa pesquisa parto do pressuposto de que as análises e teorias tendem a apreender processos sociais que se apresentam entre os dois tipos causais da mudança social: 1) fatores estruturais e materiais da mudança (estratégias para ocupar e dominar o espaço com construção de infraestrutura, expressiva mudança demográfica, econômica e tecnológica) e 2) fatores histórico-político-culturais (relacionados ao modo de pensar, sentir e agir, portanto, a tensões, conflitos, atitudes e sensações etc.). Essa ordenação do debate sociológico sobre mudança social permite identificar os impasses específicos de se aplicar ou transpor esse quadro para tornar inteligíveis as transformações no espaço do Médio Xingu na Amazônia. É preciso ressaltar que o contexto empírico que escolhi para esse estudo provocou impasses no quadro teórico desta discussão que me conduziram incontornavelmente para a tarefa de construir uma abordagem para análise de mudanças sociais no Brasil a partir da Amazônia.

A teoria da mudança social emerge de diferentes caminhos de investigação para explicar processos de mudanças em determinado tempo e espaço. Há uma diversidade de teorias explicativas que se contrasta à expectativa clássica de uma teoria social da mudança que pudesse explicar transformações em todas sociedades e em qualquer época. Essa diversidade demonstra o dinamismo da teoria sociológica articulada às mudanças sociais que transcorrem ou já ocorreram.

Penso que a mudança social tende a ser um pressuposto não totalmente evidenciado nas inquietações e problemas contemporâneos da sociologia. Trata-se de esse tema refratário à totalização de um corpo teórico, muito embora acesse análises de várias abordagens, escolas ou filiações teóricas.

O problema não é saber se existe ou existiu uma teoria da mudança social em torno da qual haveria um consenso mínimo, mas sondar diferentes teorias e metodologias, bem como métodos e técnicas de pesquisa capazes de auxiliar a análise da mudança social. Conforme

salientou sobre isso (ROCHER, 1999), as transformações sociais são perceptíveis quando afetam condições, modos de vida e/ou o universo mental de uma coletividade, ou quando apresentam consequências demográficas, biológicas, sociais, políticas e culturais.

A mudança social é, portanto, uma área de estudo da sociologia que surge, simultaneamente a ela enquanto uma disciplina das ciências sociais, quando os primeiros sociólogos clássicos buscavam explicar ou compreender problemas derivados das transformações nas sociedades em que viviam. Para (MARTINS, 2012, p. 108), a sociologia tornou-se um modo de elaborar uma autoconsciência intelectual, um projeto intelectual inovador cujo objetivo seria “compreender analiticamente as profundas mudanças econômicas, culturais, políticas, as novas formas de pensar, sentir e comportar dos atores sociais, produzidas pela modernidade, de tal forma que o pensamento sociológico clássico privilegiou essa temática como seu objeto de reflexão”.

Um dos impasses na sociologia desde seu surgimento se refere à tendência dos estudos sociais da mudança se confundirem com a própria disciplina. Depois de mais de um século de seu aparecimento, a sociologia ainda pode ser vista quase como sinônimo de ciência da “mudança social”, já que muitas áreas temáticas sociológicas, de certa maneira, dedicam-se a compreender ou explicar alterações na sociedade. Sob esse ponto de vista que concebe a mudança como tema elementar e latente a diversos estudos, uma série de campos de especialidades da sociologia poderia ser ambientada na temática da mudança social.

Como exemplos, poderiam figurar nesse campo, os estudos de gênero, sexualidade ou relações raciais quando dedicados a compreender disputas e alterações nas relações de poder. Assim como a sociologia ambiental ou da ciência que se debruça sobre as controvérsias científicas acerca da mudança climática, as relações entre humanos e objetos ou a ciborguização dos humanos com desenvolvimentos da neurociência e das engenharias, por exemplo.

Esse campo poderia abarcar os estudos sobre religião que buscam compreender ou explicar transformações nos valores religiosos que impactam nas estatísticas acerca do número de fiéis evangélicos, católicos, religiões de matriz africanas ou sem religião. A preocupação com a mudança poderia estar presente, por exemplo, em estudos da sociologia da violência e do crime que buscam entender aumento de crimes violentos ou contra o patrimônio, bem como a redução de violências mais impulsivas, recorrendo a transformação no universo simbólico dos costumes.

A sociologia do trabalho que enfrenta as transformações nas relações de trabalho e

emprego, e os efeitos das novas tecnologias da informação, robotização, mcdonaldização e urberização nos direitos dos trabalhadores também mira um cenário de mudanças de longo alcance. E, por fim, a sociologia da educação ou do conhecimento, que se lança na compreensão ou explicação da maneira de pensar, sentir e agir em um mundo cada vez mais virtualizado e no qual o tempo e o espaço sofrem intenso estreitamento.

No presente estudo, a mudança social é atualizada como um caminho analítico para equipar a pesquisa a fim de lidar com transformações nas condutas e nas racionalidades práticas que serão abordadas a partir da história recente do espaço do Médio Xingu Amazônico.

1.1. Mudança social: debates clássicos

O tema da mudança social na teoria sociológica incitou reflexões de cunho teórico-analítico. As tentativas de resposta de clássicos da sociologia aos processos de mudanças se amparavam em construtos teóricos para tornar inteligível a intensidade das transformações pelas quais passavam sociedades europeias na virada do século XIX para o XX¹³. Sensações confusas de mal-estar na sociedade sinalizavam que havia uma mudança em curso. Contudo, por se tratar de processos difíceis de enfrentar analítica e empiricamente, a sensação de mal-estar era abordada com mais frequência em discussões teóricas¹⁴.

Do debate sobre a mudança que surgiu no século XIX, as interpretações e explicações sobre a mudança na sociedade identificavam fatores explicativos distintos para o mesmo tema, e seguiam linhas teóricas diferentes ou completamente opostas. Notadamente, é possível distinguir três linhas principais de maior influência nos debates posteriores sobre o tema: a

¹³ Não se quer aqui afirmar que, apenas nessa época, teóricos buscaram dar repostas sobre as transformações sociais. Há, é claro, exercícios precedentes sobre a mudança, mas não chegou a se transformar em tema tão considerável na era medieval em função da concepção estática de sociedade. Com as revoluções burguesas isso foi se alterando ao ponto de o tema da mudança tornar-se significativo. Esses exercícios do período medieval não serão tratados neste capítulo de tese, mas somente a parte dessa literatura que trazia à consciência europeia a ideia de mudança.

¹⁴ Como os sinais perturbadores capazes de compelir indivíduos a se autoinfligirem que Émile Durkheim tratou, muito bem, usando dados quantitativos secundários sobre o suicídio para produzir um de seus livros clássicos intitulado com o mesmo nome desse fato social (DURKHEIM, 2000).

concepção intelectualista de Auguste Comte¹⁵, a idealista de Frederich Hegel¹⁶, e a materialista de Karl Marx.

A perspectiva de Karl Marx apostou no conflito como motor da transformação que emergisse a partir da contradição no seio da sociedade. Os fatores estruturais seriam dominantes na história de uma sociedade. Na análise da mudança na sociedade, as condições materiais predominam sobre as ideias. Na linha marxiana, em uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais se confrontariam com as relações de produção que se converteriam em obstáculos, abrindo espaço para a transformação social por meio de uma revolução (MARX, 1977). Porém, uma nova formação social apenas desapareceria por completo após surgirem novas forças produtivas¹⁷.

Analisa o presente se apoiando na história, nos acontecimentos pelos quais as sociedades já haviam passado. Sua análise historiográfica o levou a concluir que nenhum modelo de sociedade dura eternamente. A própria sociedade capitalista em um determinado momento ruirá, pois, segundo defendia, as mesmas armas com as quais a burguesia abateu o

¹⁵ Auguste Comte buscou dar mais importância às ideias e aos fatores culturais no debate sobre a mudança. A transformação conforme a perspectiva evolutiva da mente pode ser explicada através de três estados do pensamento predominante. Cada sociedade experimentaria em momentos específicos “três métodos de filosofar, cujo caráter é essencialmente diferente e mesmo radicalmente oposto: primeiro, o método teológico, em seguida, o método metafísico, finalmente, o método positivo” (COMTE, 1978, p. 4). No estado teológico predomina a imaginação. A explicação do mundo se dá a partir intervenção de deuses e espíritos. No estado metafísico, a abstração e a argumentação predominam na maneira de pensar o mundo, fazendo recuar um pensamento com base nas coisas e, ao mesmo tempo, na imaginação. Por fim, o estado positivo no qual predomina a observação sobre a imaginação. Nesse último, o mundo é explicado a partir de observação com uso de métodos e técnicas científicas. Comte foi quem defendeu criar uma ciência com o nome de sociologia para explicar a vida humana. Assim como as ciências exatas e biológicas explicavam leis da natureza, uma ciência da sociedade ficaria responsável por produzir evidências empíricas da vida humana em coletividade a partir da observação, comparação e experimentação. Ao tomar como o foco o pensamento humano, defendia que o exercício da mente humana na busca de explicação para funcionamento do mundo acaba por influenciar na evolução na maneira de pensar.

¹⁶ A linha teórica idealista de Hegel, por sua vez, buscou explicar a mudança a partir da identificação de um devir. As mudanças produzidas na história das sociedades seguiriam o caminho da sociedade mais perfeita em um estágio de mais completo progresso. Enquanto as mudanças no mundo natural seguiriam um viés cíclico, seriam as transformações no mundo do espírito que fariam emergir o novo. Muito embora a história resultasse da obra humana, isso não significaria uma produção na qual as pessoas tivessem total liberdade para fazê-la. É ao buscar a liberdade total e ideal que os humanos adquiririam capacidade real de transformar alguma coisa (como, por exemplo, uma sociedade) em algo melhor e mais perfeito. Na linha hegeliana, é na busca por mais liberdade que se encontra o caminho para uma sociedade mais perfeita, para mudá-la para melhor (HEGEL, 1999).

¹⁷ Novas e mais altas relações de produção jamais se desenvolvem antes de as condições materiais amadurecerem na própria sociedade (MARX, 1977). Como ocorreu na sociedade capitalista moderna que surgiu a partir dos meios de produção e de relações de troca gerados na sociedade feudal. Num certo estágio, as relações no feudalismo tornaram-se incompatíveis com as forças produtivas emergentes. As relações feudais de produção foram sendo estilhaçadas a medida em que a concorrência livre organizava novas relações de produção e se estabilizava por meio de uma constituição social e política adaptada a ela que estava sob o controle econômico e político de uma classe específica, a classe burguesa.

feudalismo seriam usadas em nova mudança social (MARX e ENGELS, 1998)¹⁸.

É na teoria da tendência declinante da taxa de lucro que Marx procurará mais claramente demonstrar como as contradições do capitalismo se intensificariam até levar a sua substituição. Via na lei da tendência de queda da taxa de lucro a principal lei da economia política moderna. O capitalista não estaria interessado no lucro por unidade de valor do trabalho, mas sim pelo lucro por unidade do capital total investido. Depois do processo de acumulação primitiva de renda, a própria competição no mercado forçaria a invenção de novos instrumentos com objetivo de transformar o trabalho humano mais produtivo. Os capitalistas não se interessam pela taxa média de mais-valia, mas sim pela taxa média de lucro, a qual é uma relação do excedente dividido pela soma do capital constante mais o capital variável. Essa relação que forma a composição orgânica do capital (MARX, 1980).

Sua hipótese era de que se os capitalistas estivessem interessados em taxa média de mais-valia não procurariam fazer investimentos em novas tecnologias (máquinas, equipamentos, ou seja, em capital constante). Na medida em que as indústrias vão se automatizando, o dispêndio com salários vai sendo reduzido. Assim, haverá a necessidade de um número relativo de trabalhadores cada vez menor, aumentando a taxa de desemprego e fazendo surgir um exército de reserva.

Segundo esse raciocínio, quando novas tecnologias ficam também disponíveis às indústrias concorrentes, mais produtos são levados ao mercado. O preço dos produtos diminui, e a taxa de lucro também. Neste ponto Marx, quer demonstrar que ocorre uma tensão constante e uma tendência à redução da taxa de lucro, podendo gerar crises no sistema. Doravante, teríamos um aumento na produção e uma redução no salário do trabalhador como consequência da elevação da oferta de mão-de-obra. O trabalho deveria ser tomado como qualquer outro bem, por se enquadrar dentro da lei da oferta e procura. É, portanto, essa

¹⁸ A crise é algo comum na sociedade burguesa que não se sustentaria sem revolucionar constantemente seus instrumentos de produção e as relações de produção. Para vencer crises, a classe burguesia é forçada a destruir em massa as forças produtivas ou tentar conquistar novos mercados para buscar uma exploração mais completa. Sem contar que melhorias incessantes da maquinaria levariam a um aumento no número de desempregados. A competição entre os burgueses e a crise comercial, resultante da epidemia da superprodução, fazem os salários flutuarem ainda mais. E, por sua vez, o desenvolvimento tecnológico cancelaria as distinções de trabalho, permitindo uma redução de salários para o nível mais baixo, obrigando os indivíduos mais pobres a um meio de vida muito precário. É exatamente essa revolução constante da produção, as incertezas e agitações permanentes que distinguem a época burguesa de todas as anteriores, especialmente a feudal na qual existiam relações firmes, sólidas, com sua série de preconceitos e opiniões antigas e veneráveis. Mas as novas também se tornariam antiquadas antes de se cristalizarem, pois tudo que é sólido desmancha-se no ar, como também tudo o que é sagrado pode se tornar profano (MARX e ENGELS, 1998).

tendência que obrigaria as indústrias a buscarem novas tecnologias através das pesquisas¹⁹.

Com o aumento na dimensão ótima da unidade do processo de produção, o capital maior derrubará o menor. O aumento de investimentos nas sociedades anônimas contribuirá para reduzir o papel do empresário, surgindo administradores profissionais para comandá-las. Segundo Marx, chegará um momento no qual o capital estará tão concentrado nas mãos de alguns bancos e indústrias que estes monopolizarão os bens necessários à vida humana. Naturalmente, haverá uma mudança de sistema, uma consequência da própria contradição interna do “capital-trabalho”. Acrescente-se a isso a luta violenta, meio necessário para transformação radical.

Trata-se de uma linha interpretativa conduzida a partir do conflito e dos fatores estruturais na qual a violência é admissível como catalisadora da mudança na história do mundo dos humanos.

Durkheim, por sua vez, foi um dos primeiros a priorizar a demografia como fator explicativo do processo de mudança social. Mas esse não era o único fator explicativo para esse fato social. Além do crescimento quantitativo de uma população, ele via no aumento da divisão social do trabalho, das especializações e do volume de conhecimento por meio da formação educacional fatores que podiam ser também causas para transformações sociais.

A demografia é sopesada como motor da mudança social apenas quando há rápido crescimento populacional. Muito embora, por essa lógica, uma rápida redução demográfica pudesse também ser causa de mudança, o sociólogo francês não buscou explicar um fato social como esse. Seu foco se concentrara em torno do intenso crescimento demográfico nas comunidades tradicionais nos países europeus. Aumento da divisão social do trabalho, das especializações e, por consequência, mudança na educação com a exigência moral do desenvolvimento da inteligência no processo de assimilação das “verdades científicas que são estabelecidas. Há, desde já, certo número de conhecimentos que todos devemos possuir.

Sua análise incidia prioritariamente no caminho de transição da fronteira entre a comunidade onde predomina a solidariedade mecânica e a sociedade moderna na qual

¹⁹ No manifesto comunista (MARX e ENGELS, 1998), os dois autores dizem que o sistema capitalista não pode deixar de existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção. É essa revolução permanente da produção, os distúrbios ininterruptos de todas as condições sociais, as incertezas e agitações permanentes que distinguem a época burguesa de todas as anteriores. O desenvolvimento de novas tecnologias é trancado a sete-chaves. Até outras indústrias terem acesso a elas, o capital constante da indústria pioneira na inovação terá sofrido um acréscimo significativo. Aqui Marx e Engels buscam demonstrar a centralização como um fenômeno intrínseco ao capitalismo.

predomina a solidariedade orgânica. O crescimento demográfico²⁰, para ele, estaria por detrás da mudança na divisão social de trabalho a partir do aumento de especializações e da obrigação moral de possuir ao menos um conhecimento médio da ciência. Com ampliação em número dessa divisão, a diversidade na maneira de agir, pensar e sentir também aumentaria.

Uma sociedade demograficamente pouco numerosa e com sua população espalhada em um extenso território poderia sobreviver com poucas especializações, com uma simples divisão social do trabalho. O mesmo não seria possível em uma sociedade que crescia significativamente num território constricto cuja sobrevivência exigia dos indivíduos depender cada vez mais uns dos outros. As mudanças exigiam um maior número de funções, novas especializações visando a complementaridade.

A exigência da vida em sociedade moderna é a solidariedade orgânica. A moralidade faz seu papel ao reclamar uma divisão social do trabalho, restando à sociedade moderna garantir que essa divisão produza sentimento de solidariedade orgânica (DURKHEIM, 1999). Essa submissão permite libertar-se de forças físico-naturais cegas e ininteligentes. Essa sociedade apenas se tornava possível devido o comando de uma “autoridade” inteligente capaz de garantir aos indivíduos bens materiais e espirituais vitais.

Muito embora o indivíduo possa se furtar às regras existentes da sociedade, é nesse desvio que notará a força da sociedade. O princípio da rebeldia é o mesmo princípio do conformismo, “o indivíduo reconhece a verdadeira natureza da sociedade quando obedece a moral tradicional. Ele reconhece a natureza verdadeira da sociedade quando se rebela contra essa mesma moral” (DURKHEIM, 1970, p. 72). A maioria absoluta dos indivíduos segue uma determinação da sociedade que é a fonte depositária de todos os bens que constituem a

²⁰ O crescimento demográfico, na França e em outros países, gerou uma densidade populacional e, ao mesmo tempo, mudança na divisão social do trabalho. Durkheim classificou esse fenômeno como densidade moral. A vida social com maior número de pessoas e com mais proximidade, ao intensificar as relações sociais, estimulou a criatividade e a criação de novas especializações, bem como a exigência moral por bem como a exigência moral por atividades que estimulassem e ampliassem volume de informação cognitiva. A civilização, no sentido durkheimiano, é produto da densidade moral cujo fator essencial seria o volume demográfico. O crescimento populacional gera aumento na divisão social do trabalho e produz densidade moral e solidariedade orgânica, assim como a conformação lógica dos indivíduos que exercem funções muito distintas, embora complementares. A sociedade durkheimiana é um conjunto de ideias, de crenças, de sentimentos de toda espécie que se realiza por meio de indivíduos, embora esteja além deles. Não é apenas a soma de indivíduos. Espaço físico, bens materiais, instituições, fenômenos da natureza fazem parte da sociedade (DURKHEIM, 1970). Há dois mundos dos quais os homens participam. O mundo da matéria e dos sentidos, mundo da razão pura e impessoal. Do mesmo modo que existem dois mundos, há também duas consciências (DURKHEIM, 1984). Uma contém os estados que são pessoais a cada indivíduo e que o caracterizam. Representa sua personalidade individual e a constitui. A segunda contém os estados que são comuns à sociedade. Representa o tipo coletivo e determina perseguição individual dos fins coletivos. Embora as duas sejam diferentes, ligam-se. São inseparáveis e solidárias.

civilização. Aos indivíduos que cumprem o que se espera deles, a sociedade busca retribuir com o essencial a sua vida física e mental.

A sociedade durkheimiana é o amálgama de duas cuja separação não é possível de se fazer, a sociedade real e a ideal. Essa junção garante a existência da sociedade. Esse ser dual, real (enquanto algo físico) e ideal (enquanto espírito: pensamento ou ideias), se assemelha a cada ser humano que também é dividido em dois, corpo físico e espírito/pensamento.

Para Durkheim, uma das mudanças mais significativas na sociedade moderna foi a inversão na predominância de um desses corpos sobre o outros. Diferentemente das sociedades mais primitivas onde as necessidades fisiológicas regiam o pensamento, nas sociedades modernas é quando se inicia uma inversão. O corpo espiritual ou pensamento adquirir uma certa autonomia através da qual buscava controlar o corpo físico.

Foi por meio dessa lógica hegeliana que Durkheim buscou explicar a vida coletiva moderna e, assim, refutar o paradigma marxista. Para o sociólogo francês, o espírito da sociedade predomina sobre o corpo físico da sociedade na forma de infraestrutura.

Mas aqui cabe um alerta. Durkheim não defendeu euforicamente que a transição do modo de vida comunitário baseado na solidariedade mecânica para uma sociedade pautada na solidariedade orgânica levaria os indivíduos se tornarem mais felizes. Essa não era uma questão, porque desconsiderava qualquer possibilidade de retorno ao modo de vida passado, porque “desde que sejamos civilizados, não podemos renunciar a essa situação, sem que nos renunciemos a nós mesmos” (DURKHEIM, 1970, p. 62). As estruturas sociais sofrem transformações significativas, para Durkheim, quando há alteração na maneira pela qual os homens eram solidários uns com outros.

Durkheim construiu sua metodologia para explicar as mudanças nos costumes, nas normas e nos modelos de crimes e sanções nas sociedades industrializadas cujas cidades onde se concentravam as indústrias acabavam atraindo a migração que geraria concentração demográfica urbana nelas. O tempo observado por ele foi entre o final do século XIX e início do século XX, obviamente. Mas se consideramos hipoteticamente uma virada nas práticas e, por consequência, nos costumes na metade do século XX, após o fim da II Guerra Mundial, encontraríamos novos costumes em desacordo com direito. Eles permaneceriam assim por um tempo, conforme alertou Durkheim, até as novas relações se consolidarem, e os novos costumes produzirem seus efeitos em um conjunto de organizações, documentos, declaração, esboços, planos, projetos, reflexões e leis.

A segunda metade do século XVIII, o século XIX e o início do XX foram marcados

por transformações sociais e sensações confusas de um mal-estar, às vezes, tão perturbadoras a ponto de compelir indivíduos a se autoinfligirem. E a mudança social é, portanto, um tema que perpassa esses fundadores das ciências sociais e várias outras perspectivas de análise sociológica decorrentes.

As sociedades modernas emergiam e para elas previsões de que a razão, a ciência, o progresso e o humanismo, os quatro pilares do Iluminismo, contribuiriam para que os indivíduos vivessem melhor, com menos desigualdades, uma vida mais humana, mais justa, racional e com mais liberdade. Esse otimismo acabou contagiando os clássicos fazendo frequentemente abraçar um sentido inelutável da história. A descrição redundava em previsão e a análise acabava, quase sempre, caindo em profetismo. Nas expectativas sobre o futuro, os anseios próprios falavam mais alto do que a previsão propriamente dita.

Se com a emergência da sociedade moderna industrial a mudança social fora compreendida de maneira mais inteligível até a primeira metade do século XX, desde então o sentido da mudança social passou ser mais difuso e menos decifrável. Talvez por pairar no ar uma série de dificuldades de se apontar ruptura real com uma época anterior como ocorreu quando houve uma ruptura com a sociedade medieval tradicional descrita por clássicos como Max Weber cujo conceito de modernidade, segundo (ROUANET, 1987), foi um produto da racionalização que ocorreu no ocidente (no final do século XVIII), e que implicou na modernização da sociedade (economia capitalista e Estado Moderno) e na cultura (no saber científico e filosófico, na moral e na arte).

1.2. Mudança social: campo de pesquisa ou caminho analítico?

O tema da mudança social é refratário à totalização de um corpo teórico unívoco, muito embora atravesse análises de várias abordagens, escolas ou filiações teóricas. Observo que a mudança social continua a ser um pressuposto nem sempre evidenciado nas inquietações e nos problemas contemporâneos da sociologia. A questão não é saber se existe (ou existiu) de fato uma teoria da mudança social em torno da qual houvesse um mínimo consenso, mas sim sondar novas teorias, metodologias e métodos e técnicas de pesquisa capazes de auxiliar a análise da mudança social que, conforme salientou (ROCHER, 1999), apenas é percebida quando afeta condições, modos de vida e/ou o universo mental de uma coletividade.

As diferentes escolas sociológicas que surgiram ao longo do século XX têm na sua origem explicações e interpretações diversas sobre a mudança social. A mudança era tomada

como um fato evidente que a sociologia, enquanto uma ciência da sociedade, se via na obrigação de explicar e interpretar.

Projetavam-se que a razão, ciência, progresso e humanismo, os quatro pilares do Iluminismo, contribuiriam para que os indivíduos vivessem melhor, com menos desigualdades, uma vida mais justa, racional e com mais liberdade. Um otimismo que chegou a contagiar sociólogos não apenas os clássicos fazendo-os frequentemente abraçar um sentido teleológico da história. Por vezes, a descrição redundava em previsão ou profetismo. Premidos pelas expectativas sobre o futuro, os anseios próprios falavam mais alto do que a previsão propriamente dita.

No momento de emergência da sociedade moderna industrial, a mudança social foi tomada como um fato evidente da modernidade e sua razão de existir. E a Sociologia aparece e se desenvolve a partir de conjugação dos efeitos das crises sociais com os da revolução da mentalidade, produzida pelo advento do pensamento científico, conforme nos mostrou Florestan Fernandes. A secularização significou deixar de conceber e explicar o mundo por uma ordem religiosa, como acontecia no período feudal. Tal mudança abre caminho para a Sociologia compreender e explicar os fenômenos de convivência humana por um viés mais realista e racional (FERNANDES, 2016)²¹.

A partir dos anos 1950 a mudança social passa a ser formalizada, como nota (HEALY, 1998), como subcampo sociológico e começa a figurar como uma especialidade da sociologia com ementa de curso para formação. Vários docentes e pesquisadores formados nessa nova especialidade acabaram contribuindo para sua reprodução com pesquisas e publicações. Produziam-se teorias e metodologias para esse novo subcampo com um viés muito ambicioso. Talvez por isso se tornaria a área da ciência social que mais receberia críticas contundentes. Especialmente pelo elo entre mudança, modernização e sociologia²².

As sociedades europeias se colocavam como um paradigma a ser atingido num futuro próximo por outras sociedades, por exemplo, da América Latina da qual o Brasil faz parte. Mas as expectativas que foram criadas de mudança social semelhante a que ocorreu nos países

²¹ Entre sociólogos brasileiros, Octávio Ianni também se referiu àquela época como marcada por diversas transformações sociais, tecnológicas e econômicas que ocorreram ao longo de um processo de transição. O “período de trevas”, segundo ele, chegava ao fim no século XIX, dando lugar a uma nova realidade, uma sociedade menos mítica e mística, mais antropocêntrica. Emergia, portanto, uma nova sociedade com a mudança na forma de pensar, sonhar e imaginar do cidadão (IANNI, 1993).

²² Diferentemente de economistas que, não raramente, acreditam que mudanças sociais são produzidas por indivíduos, os sociólogos costumam priorizar as causas da mudança para os quais costumam ser frequentemente institucionais, produtos sociais ou coletivos (HEALY, 1998)

européus não seria possível em outros lugares como no Brasil. O pressuposto de um caminho da modernização rumo ao desenvolvimento com colaboração dos países europeus se colocava, portanto, sobre o título de desenvolvimento dependente.

Com a rejeição às metáforas do organismo biológico ou da estrutura físico-mecânica, manejada pela sociologia clássica, a análise da mudança social passou a se orientar por novas metáforas com objetivo de explicar e compreender a causalidade da mudança a partir de processos ou dispositivos. A defesa seria de que uma teoria eficiente conseguisse especificar causas que geram mudanças.

Kieran Healy fez uma seleção bastante criteriosa sobre causas de mudança defendidas em algumas pesquisas sociológicas ou teorias na área da mudança social. As principais causas observadas por ele são: a demografia, a economia, a tecnologia, os planos de governo ou de organizações privadas, as instituições e a cultura. Muitas dessas causas aparecem nas principais metáforas que (HEALY, 1998) classificou a partir de seu estudo bibliográfico. São cinco ao todo: “desenvolvimento orgânico”, “competição e seleção ecológicas”, “difusão e contágio”, “dependência e precedência” e “complexidade e auto-organização”.

O desenvolvimento orgânico é uma metáfora construída a partir de uma analogia com organismos biológicos numa perspectiva darwinista que considera o processo evolutivo a partir da seleção das espécies responsável pela sobrevivência de seres biológicos mais perspicazes. Cientistas sociais ao fazer uso dessa metáfora buscariam enquadrar ação, instituição e estrutura social de acordo com o funcionamento dos organismos biológicos.

Já a metáfora intitulada “competição e seleção ecológica” acolhe diretamente as ideias darwinistas. Com base nela, as sociedades e indivíduos são analisados a partir de um quadro da ecologia humana, no interior do qual travam seus conflitos e guerras cujo sucesso significa sobrevivência dos mais fortes, dos vencedores. Dentro desse quadro teórico, fazem parte do vocabulário, por exemplos, termos como sucesso, fracasso, eficiência, ineficiência e adaptação. O conflito acolhido como um fenômeno que contribui com avanço dos indivíduos e das sociedades. As disputas geram mudança em uma sociedade na qual os “vencedores” são tomados como sobreviventes, aqueles que se adaptaram melhor, das disputas.

A “difusão e contágio”, terceiro conjunto de metáfora, foi frequentemente usada para se referir a mudanças culturais. Consideram que ideias, crenças ou práticas são inventadas e disseminadas de uma pessoa para outro, de uma sociedade para outra através das ferramentas da indústria cultural. Fazem uma certa analogia à difusão dos vírus em uma epidemia, muito embora não seja uma metáfora com forte dependência da biologia. Se interessam mais por

algum dispositivo que possa desencadear um processo de transmissão que ocorre em rede por indivíduos racionais com agência nas suas escolhas.

Teóricos da mudança que adotam a metáfora da “dependência e precedência” deram grande valor aos acontecimentos passados em determinadas sociedades. Embora não tratassem a dependência de uma maneira determinista, os que buscam enquadrar a análise na perspectiva da dependência apontam dificuldade na mudança de rota depois de certas escolhas. Esse tipo de metáfora é muito usado, por exemplo, no Brasil para apontar as dificuldades que o país tem de mudar sua estrutura econômica por ser um país dependente da exportação de commodities agrícola e mineral. As escolhas, tempo e recursos investidos, condicionam uma rota a seguir na qual outras opções que não fazem parte desse caminho vão se tornando indisponíveis.

Já a “complexidade e auto-organização”, quinta e última metáfora, pode ser considerada nova no leque disponível para análise da mudança social. Cientistas sociais que construíram suas teorias com base nessa metáfora buscaram a teoria da complexidade nas ciências naturais, em especial na química e na física. A noção de complexidade toma por base a capacidade dos sistemas de se organizarem sozinhos. Teóricos que aderiram a esse tipo de metáfora passavam a ver a possibilidade de auto-gestão em todas sociedades humanas. Tornaram-se fortes críticos desse modelo de sociedade baseado em uma gestão pública, no sistema burocrático e na linha de comando político representativo. Fazem parte desse grupo aqueles que fazem uso de conceitos como entropia, para os quais, a desordem é tratada como natural e normal nos processos sociais. Nesse sentido, o ordenamento não é algo sobre o qual indivíduos tenham grande protagonismo.

O uso de metáforas continua no horizonte de sociólogos com objetivo de explicar processos de mudanças. Enquanto houver ambição de encontrar a fâsca causadora do fogo da mudança, as metáforas sociológicas continuarão sendo produzidas, seja buscando ciências biológicas analogias do organismo, na física mecânica, da estrutura predial, entre outras que podem fazer cair em um exagerado determinismo²³.

As pesquisas sobre mudança social dizem mais sobre o que os sociólogos pensam em determinado período do que sobre como “as sociedades funcionam”. De acordo com (HEALY,

²³ Não apenas os sociólogos, mas as ciências sociais, de maneira geral, ainda bebem muito na fonte das ciências exatas e naturais, em especial a biologia e a física. Não por acaso, conceitos de caos, complexidade, multiplicidade e redes entram na moda a partir do século XXI. Isso talvez possa ser explicado nas escolhas dos cientistas sociais que costumam ainda basear frequentemente suas analogias nas tecnologias mais importante do contexto no qual escreve. Nesse sentido, novas metáforas que estão surgindo ou podem surgir podem ter alguma relação com o mundo virtual, como também com o mundo de pequenos seres, como vírus ou bacterias, mas também com os trabalhos na neurociência acerca de conexão de objetos ao corpo humano.

1998), pesquisas sobre mudança social e especialmente as previsões sobre o hipotético futuro de uma sociedade em transformação, são mais importantes para pesquisas do pensamento social do que da mudança social propriamente dita, já que não deixam de servir para relatar como pesquisadores das ciências sociais pensam num período histórico.

No início dos anos 1970, já se podia encontrar uma grande produção com críticas aos teóricos da modernização (funcionalistas e estruturalistas) que traçavam em suas escritas os itinerários de mudança tanto na Europa, quanto em outros lugares. Entre os anos 1970 e 1980, há uma renovação no debate. É o auge de estudos comparativos cuja maioria tinha no marxismo um importante modelo metodológico e uma teoria abrangente. Nos 1990, começam a recuar pesquisas nessa vertente das comparações baseadas em modelos metodológicos mais qualitativos e com perspectiva mais macrosociológica. Não significa que esses estudos abrangentes tivessem cessado completamente. Boa parte deles, conforme chamou atenção (WARD, 2008), continuou sob a designação de estudos urbanos comparativos. Porém, a maioria desses estudos acabou sendo marginalizada por outras abordagens.

Em teorias e análises sociológicas contemporâneas, a mudança social tendeu a ser delineada a partir de vários temas e arranjos teóricos que buscavam dar conta de um outro aspecto que os estudos de mudança estrutural frequentemente não abordavam. Trabalhos como de (SASSEN, 2010) apontam para a transformação do ciberespaço pelos excluídos de instituições políticas formais em ambiente de lutas, o conflito entre economia e política globais e locais, bem como a desconfiança de mídias tradicionais e a alteração na hierarquia do poder como cenários da mudança social. David Harvey, por sua vez, chamou a atenção para as alterações na mentalidade humana a partir de transformações tecnológicas, da circulação intensa de informação e capital, e para o processo de obsolescência instantânea que nutre o desejo de consumo e a descartabilidade (HARVEY, 2009).

Sociólogos/as brasileiros/as como (GERBAUDO, 2012) e (GERBAUDO, 2013), e (MESSEMBERG, 2015), por sua vez, buscaram enfatizar, como sinal da mudança social, o descrédito na democracia representativa e em políticos profissionais, o antipartidarismo e a reintrodução dos valores ético-morais na ação política. E as violações de direitos civis, o poder discricionário e a desconfiança em relação às polícias estão em trabalhos como de (SANTOS, 2011) e (TELLES, 2013)²⁴.

²⁴ Em um dossiê sobre mudança social publicado em 2017, os organizadores defendem que não se pode separar mudanças sociais de discursos, porque é a partir desses outros mundos possíveis que são delineados. O fim de uma sociedade e o início de um novo modelo de vida é mais regra do que exceção na história da humanidade,

São questões e trabalhos sociológicos que perpassam estudos diversos que têm como pontos de tensão os processos de mudanças, e revelam um quadro multifacetado que resiste a uma teoria unificada e geral da mudança social na sociologia.

Frequentemente, as técnicas ou instrumentos de pesquisa perdem em alcance algumas capacidades e, por isso, acentuam uma instabilidade das condições de produção do conhecimento sociológico sobre transformações sociais. Especialmente, por se tratar de uma mudança social em curso. Durante o processo e no meio do processo de mudanças sociais mais lentas, como já havia alertado (FREUD, 1996), os indivíduos demonstram mais dificuldade de compreender. Porque costumamos experimentar o tempo presente de forma um pouco ingênua. Isso dificulta tornar inteligíveis os acontecimentos, sendo necessário, portanto, tomar um longo distanciamento no tempo e no espaço. Sobre esse aspecto, (HARVEY, 2009) já tinha alertado que, em uma situação avassaladoramente presente, é sempre mais difícil elaborar qualquer avaliação crítica.

1.3. Mudança Social: da conduta desenvolvimentista à conduta sustentável

Esta pesquisa se enredou por uma rota de estudos da mudança e foi reconduzida à história clássica da própria sociologia e às premissas de que há uma mudança nas racionalidades práticas, após o final da Segunda Guerra Mundial, subsidiada pela questão ética sobre como viver em sociedade.

Para fazer justiça aos clássicos da sociologia e não cair em críticas anacrônicas, é preciso ter em mente, como alertou Antony Giddens “pensadores sociais escrevendo no fim do século XIX e início do século XX não poderiam ter previsto a invenção do armamento nuclear. Mas a conexão da organização e inovação industriais com o poder militar é um processo que remonta às origens da própria industrialização moderna” (GIDDENS, 1991, p. 14). Eles viram o aspecto degradante do trabalho industrial, mas não assistiram à degradação ambiental em escala planetária, porque deram pouca atenção à industrialização da guerra.

A fusão da ciência com tecnologia armamentista produziu artefatos nucleares altamente letais que usados durante as guerras e nos conflitos militares levaram à morte mais de cem milhões de pessoas no século XX, o século da guerra. O mundo passava a ser

quando se considera que “qualquer projeto histórico, ainda que bem-sucedido, tem fim porque tem começo” (MESSEMBERG, PINTO, *et al.*, 2017, p. 18)

considerado perigoso.

Os próprios clássicos já compreendiam que o impacto das indústrias afetava vários aspectos da vida²⁵. Naquela época já havia percepção de que os danos ambientais irreversíveis já poderiam ter acontecido, que as sociedades ditas modernas poderiam estar produzindo uma catástrofe ecológica (GIDDENS, 1991). Mas com advento das grandes guerras mundiais e a invenção de bombas atômicas com grande poder de destruição, embora essa catástrofe que, agora com a mudança climática percebemos com mais clareza, fosse igualmente perturbadora, na época era tomado como risco menor do que as grandes guerras.

Enfim, a rota dessa pesquisa, como vários estudos sobre mudança social, terminou partido de uma hipótese, qual seja, de uma mudança política e cultural relacionada à temática ambiental que seria melhor apreensível nos processos de conservação do meio ambiente²⁶.

Desde a segunda metade do século XX, o “conservacionismo ambiental” foi transformado num *Zeitgeist*, o “espírito da época”²⁷. As racionalidades práticas ambientais são o “espírito da época” que reverbera a partir dos conflitos sobre o futuro comum no planeta e a partir do problema da mudança climática, da crise ecológica e do autoextermínio.

Trata-se de um enfrentamento em jogo também no médio Xingu da Amazônia, muito embora, no Brasil, seu aparecimento ocorresse algumas décadas depois de aparecer em alguns países europeus e nos Estados Unidos. Por meio de órgãos da ONU, a conduta sustentável

²⁵ Os clássicos consideravam que os pontos positivos da industrialização moderna e da ciência superavam pontos negativos. Demonstravam confiança na modernidade. Marx, por exemplo, via no desenvolvimento de novas tecnologias pela ciência como algo inovador. Levavam às indústrias à automatização a qual geraria desemprego e concentração de renda nas mãos dos industrialistas e banqueiros. Um caminho da história para uma nova mudança social, isso que levaria a sociedade burguesa capitalista ser abolida com as mesmas armas com que ela abateu o feudalismo. Durkheim, por sua vez, mesmo na turbulência, o industrialismo possibilitava solidariedade por uma divisão do trabalho orgânica. Para Weber, a burocracia enquanto uma forma de racionalização como positiva por parecer mais eficiente do que os mercados, conforme percebeu (SENNETT, 2006).

²⁶ No século XIX, apareceram duas correntes teóricas com visões diferentes acerca da conservação do meio ambiente: conservacionismo e preservacionismo. O conservacionismo defende que os recursos naturais devem ser conservados e usados de maneira racional segundo três princípios: uso de recursos pela geração presente, preservar desperdício, usar recurso para benefício da maioria. As ideias do conservacionismo são precursoras da noção de “desenvolvimento sustentável”. O preservacionismo concebe que o homem não pode ter direito superior aos animais. Que a natureza deve ser preservada de maneira pura. Buscam proteger a natureza das práticas humanas do desenvolvimento moderno, industrial e urbano. Essas ideias são precursoras da noção de ecologia (DIEGUES, 2008).

²⁷ Faço aqui uso dessa noção com o significado concebido por alemães dentre os quais Karl (MANNHEIM, 1968) é um bom exemplo. O *Zeitgeist* do “meio ambiente”, seguindo o sentido definido pelos alemães, trata-se de um “espírito” que paira sobre nossa época atual e define-a tomando por base um conjunto de práticas, ideias e crenças.

começa a ser difundida, a partir dos anos 1970, para vários outros governos da América Latina, África e Ásia.

Desde que a ONU passou a promover pesquisas e orientar novas normas para a utilização mais racionais dos recursos naturais, o governo brasileiro tem ratificado, principalmente depois da redemocratização nos anos 1980, vários acordos internacionais ligados à preservação ambiental, respeito à autonomia de povos originários. Desde a promulgação da CF (Constituição Federal) em 1988, o tema da gestão ambiental começou a ganhar mais espaço do governo brasileiro. Nela foi incorporada a Lei 6.938 de 1981 considerada uma referência para a proteção ambiental, em especial nos artigos vinte e um, vinte e três, vinte e quatro, e duzentos e cinquenta e cinco da CF.

Trata-se de orientações internacionais para membros de governos adotarem nas políticas públicas, inclusive por meio da temática da educação ambiental que foi, de modo pioneiro, discutida durante a Conferência de Estocolmo, na Suécia, em 1972. No Brasil, durante os anos 1970, logo após esse encontro e outro em Belgrado em 1975 no qual também se discutiu a temática da educação ambiental, somente alguns órgãos estaduais de meio ambiente tentaram adotar essa proposta educacional. Nos setores educacionais, até o final dos anos 1990, educação ambiental era confundida com ecologia.

Foram poucas as experiências de educação ambiental no país nos anos 1980 e 1990²⁸. Somente depois de quase três décadas da discussão pioneira em Estocolmo em 1972 que no Brasil se promulgou em 1999 a Lei Federal número 9.795 para dispor sobre a educação ambiental e instituir a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Mas precisou aguardar o Decreto 4.281 de 2002 no qual foi definido um órgão para gerir essa Política Nacional e estabelecer as diretrizes de implementação da educação ambiental no Brasil²⁹.

Por isso mesmo essa reflexão ética ambiental sobre o futuro comum da humanidade no planeta fez parte, por décadas, das práticas mais especificamente de ativistas de grandes cidades brasileiras. Na Amazônia, especialmente no espaço da bacia do rio Xingu, essa ética

²⁸ Um exemplo foi um curso de extensão para docentes do ensino de primeiro grau que ocorreu em Brasília em 1985 por meio da parceria entre Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), Fundação Educacional do Distrito Federal e a Fundação Universidade de Brasília (DIAS, 1991)

²⁹ Em 1985, o Ministério da Educação (MEC) fez o Parecer 819/85 que dispunha sobre a necessidade de incluir conteúdos ecológicos na formação de uma consciência ecológica em estudantes do ensino de primeiro e segundo graus. Em 1991, publicou a Portaria 678/91 sugerindo a necessidade de a educação escolar contemplar a Educação Ambiental e enfatizou a importância de se capacitar professores nessa temática. Somente em 1994, há uma elaboração conjunta da proposta do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), pelo MEC, Ministério do Meio Ambiente e outros ministérios.

ambiental passou a ser difundida com projetos de desenvolvimento sustentável, bem como por ONGs ambientalistas ou fundações que atuavam em cooperação com projetos de órgãos ligados a ONU.

Na época da colonização, práticas ecológicas e preservacionistas dos povos indígenas eram a conduta vigente no espaço amazônico. Essas mesmas práticas se tornaram contraconduta quando o governo brasileiro estabelece a prática desenvolvimentista nesse espaço com objetivo principal de exercer um controle ilimitado da Amazônia e das atividades dos povos indígenas e de outros indivíduos que habitavam aquele espaço. O governo brasileiro, em vários momentos ao longo do século XX, adotou o dispositivo polícia³⁰ para intervir nesse espaço do país visando estimular, determinar e orientar a atividade dos homens para que se tornem úteis ao Estado (nos capítulos 3 e 4, trato dessas práticas de governo).

As racionalidades práticas desenvolvimentistas-sustentáveis apareceram, por sua vez, nos anos 1970 na Amazônia e, desde os anos 1990, vêm buscando substituir, fazendo recuar as racionalidades práticas desenvolvimentistas industrialistas no controle desse espaço. E agora se transforma na conduta vigente. É, portanto, do ponto de vista da conduta desenvolvimentista industrialista e atualmente desenvolvimentista sustentável que as práticas ecológicas e preservacionistas dos povos indígenas e dos grupos que aprenderam com eles a usar essas práticas na vida social nos espaços amazônicos são uma contraconduta. Essas práticas ecológicas, ético-políticas e anticapitalistas enunciam um modo de viver na floresta³¹.

Um exemplo pessoas que migraram de outros lugares do país para habitar espaços da Amazônia e aprenderam práticas ecológicas que contribuem para vivem em sintonia com os rios, floresta, animais e povos indígenas pode ser observado no livro “The Collector of Leftover Souls” de Eliane Brum³². Nele, a autora narra a origem de nome de um rio famoso na região do Médio Xingu, o riozinho do Afrísio. A história narrada sobre os Raimundos, pessoas que migraram para a Terra do Meio no Médio Xingu com apoio do governo federal para extrair borracha e foram abandonados. Passaram habitar esse espaço que fica acima da

³⁰ O dispositivo polícia é adotado quando um governo pretende intervir no espaço do país visando estimular, determinar e orientar a atividade dos homens para que se tornem úteis ao Estado. O dispositivo polícia surgiu como um grande mecanismo de segurança instalado na razão de Estado (FOUCAULT, 2008) (FOUCAULT, 2010a) e (FOUCAULT, 2010b).

³¹ As racionalidades práticas de vários grupos do Médio Xingu formam a conduta de civilização original, formada por vinte seis povos indígenas e também caboclos, ribeirinhos, camponeses e extrativistas que migraram de outros lugares do país para habitar esse espaço da Amazônia e aprenderam a viver de maneira inteligente, ecológica com os rios, floresta, animais e povos indígenas

³² Esse livro é fruto de várias anotações feitas pela jornalista durante suas viagens à região ao longo de mais de duas décadas

cidade de Altamira no interflúvio do rio Xingu com seu maior afluente, o rio Iriri (BRUM, 2019).

Ali os Raimundos passaram a praticar uma racionalidade prática amazônica na floresta aos modos dos povos indígenas. Tornaram-se invisíveis no Brasil, por não possuírem documentos, nem acesso a qualquer política pública. Apenas voltaram a ter contato com pessoas de cidades quando começaram a serem encurralados em suas próprias terras por pistoleiros a mando de grileiros que se autodenominavam donos daquelas terras. Trata-se de uma racionalidade prática amazônica que compreende a vida humana como apenas um tipo dentre vários e que viver com felicidade está relacionado com a saúde da floresta, animais, rios etc.

A conduta desenvolvimentista-sustentável se torna vigente também no Brasil pela urgência da conservação da floresta amazônica como objetivo de contribuir com equilíbrio do ecossistema e do clima, absorvendo grande quantidade de dióxido de carbono. Os efeitos dos gases estufas, aquecimento global, desmatamento, poluição dos rios e uso acentuado de combustível de energias fósseis entre outras preocupações ambientais entram no horizonte da problematização da mudança social nas sociedades contemporâneas.

É no contexto dessa nova conduta vigente que a construção de usina hidrelétrica no rio Xingu produz não apenas um abalo local e nacional, mas também internacional. Num regime de racionalidade dos povos indígenas e dos que aprenderam a viver na floresta com eles, a reprovação moral intensa sempre existiu (e parece continuará existindo). Porque diferentemente da prática desenvolvimentista-sustentável, seu objetivo principal não é compatibilizar a conservação do meio ambiente ou garantir o equilíbrio ecológico com lucro, com desenvolvimento econômico.

A construção da Hidrelétrica Belo Monte poderia, portanto, sugerir que a questão da mudança seria óbvia ou dada no espaço do médio e baixo Xingu. Todavia, nesta pesquisa, procurei me afastar desta constatação simples da intensidade de uma mudança provocada por um fator infraestrutural para abordar esse tema em sua complexidade. Busquei me desviar do ímpeto de identificar fatores ou impactos e atribuir a eles uma função explicativa. Recusei tomar modelos de desenvolvimento e seus pressupostos sobre a direção da mudança como solo da análise sociológica.

Várias hipóteses e pressupostos precisaram ser controlados, atendendo à vigilância epistemológica que (BOURDIEU, CHAMBOREDON e PASSERON, 1999) recomendavam, para que apenas uma hipótese seguisse dinamizando as inquietações da pesquisa: há uma

mudança constatável por diferentes indivíduos relacionados ao processo, porém sua descrição ou caracterização não é buscada no discurso deles, mas sim em suas práticas. O plano das práticas humanas (enquanto atividades, pensamento e conhecimentos) se mostrou, portanto, como um solo importante para inserir a perspectiva sociológica. A Amazônia passou a ser mobilizada na análise como um campo de guerras no qual se projetam, rivalizam, sobrepõem e coexistem diferentes condutas com seus regimes de racionalidades e seus paradigmas éticos sobre como devemos viver e qual caminho a sociedade deve tomar para garantir sua existência.

Inicialmente, busquei apreender o processo de mudança sociopolítica tomando como indicador alterações entre os limites do legal e ilegal no espaço amazônico. A questão dos ilegalismos já tinha uma inclinação foucaultiana e me lançava ao campo dos movimentos sociais e das contracondutas. Mas percebia que a labilidade da fronteira legal-ilegal me conduzia a uma abordagem nominalista, enquanto me dedicava aos estudos da teoria de Foucault anterior aos anos 1980.

A pesquisa de campo apontou para uma nova perspectiva de pesquisa. Fiz duas etapas de pesquisa de campo no espaço do Médio Xingu perfazendo quase quatro meses (nas cidades de Altamira e Vitória do Xingu, e vilas ribeirinhas na Volta grande do Xingu). Nas minhas entrevistas com lideranças de movimentos sociais, moradores citadinos, ribeirinhos, indígenas, comerciantes e gestores de organizações da sociedade civil percebi que os diferentes discursos sobre a construção da hidrelétrica Belo Monte fluíam entre diferentes limiares de legal e ilegal. Aquele marco de análise, os ilegalismos, orbitava em torno do uso de uma violência racional do Estado brasileiro.

Se por um lado esse marco de análise oferecia uma perspectiva contrapontística ao discurso e ações oficiais de mitigação, compensação e urbanização no espaço, por outro, fazia-me perder de vista, não somente as ações dos demais atores, mas principalmente um aspecto produtivo de um outro regime de racionalidades práticas num quadro de guerra em disputa seja do ponto de vista do macro ou micro relação de poder.

No momento de emergência das lutas políticas e das consequências objetivas da construção da barragem e casas de força para hidrelétrica de 2011 a 2016, era muito mais difícil se livrar de um suposto repressivo de poder, frequentemente intitulado como “estado de exceção” ou “golpe”. O diagrama de poder se convertia logo em um quadro montado para as ações governamentais se imporem em que os atores atuavam como peças com ações limitadas a reagir ora se adaptando, ora aderindo ora se contrapondo.

Nos primeiros anos da pesquisa, supunha que conflitos locais intensificaríamos

mudanças político-culturais já em curso naquele espaço da bacia do rio Xingu na Amazônia onde se construía a Usina Hidrelétrica Belo Monte. Embora essa usina fosse instalada no território do município de Vitória do Xingu, foi em Altamira, cidade maior da região, que se concentraram escritórios de empresas responsáveis pela construção da hidrelétrica. Para essa cidade, também se direcionaram os fluxos migratório, produzindo uma expressiva reconfiguração urbana como efeito de um empreendimento de grande dimensão. E foi nesse município também onde foi aplicado a maior parte dos recursos compensatórios como condicionantes pelos impactos ambientais que a instalação desse grande empreendimento provocou, ao transformar a paisagem, o rio, a cidade, a floresta, enfim, a vida humana e de outras espécies.

Como a região amazônica se colocava como a nova fronteira no país e para a qual vinha sendo direcionado algumas obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) dos governos Lula e Dilma do Partido do Trabalhador entre 2008 e 2016. Argumentei que a Amazônia teria se tornado a arena de disputas com visibilidade e repercussão importantes no âmbito nacional e internacional. A região do médio Xingu e, em especial Altamira, poderia lançar mais nitidez a uma nova maneira de ativismo político na qual estariam presente, ação direta, horizontalidade política, preservação do meio ambiente, modo de vida comunitário com relações de troca solidária.

O momento da observação *in loco* coincidiu com uma alteração estrutural no espaço e isso me fez aproximar por pouco tempo da abordagem de (FORSE, 1990) que parecia tão adequada naquele momento de mudanças estruturais, mas depois mostrou seus limites³³. Embora Forsé salientasse a necessidade de ser capaz de relatar as boas razões que fazem as pessoas mudarem seus comportamentos, terminou por excluir de seus estudos das relações causais as práticas, as atitudes, os sentimentos e as opiniões dos indivíduos, bem como seu valores e crenças. Seu o objetivo principal foi “descrever e explicar os motivos macrossociais dessas mudanças” (FORSE, 1990, p. 05). Por isso mesmo importavam mais a ele instituições

³³ Michel Forsé é um sociólogo que se dedicou ao estudo da mudança estruturais. Seus textos são presença constante nas ementas de disciplinas que tratam da mudança social. O ponto de partida dele era a hipótese segundo a qual a mudança se tornara a característica principal das sociedades industriais modernas que estariam permanentemente suscetíveis a esse processo. O propósito seria descobrir possíveis dimensões importantes da mudança, bem como se as transformações da sociedade se encaixariam em um padrão global. Com foco em categorias macrossociais, instituições, grupos, práticas sociais, modelos e regulamentos, esse sociólogo passou adotar períodos longos de, no mínimo, duas décadas, para se chegar a algumas conclusões sobre mudança estrutural. Trata-se de uma análise de tendências da mudança que tinha como foco transformações que afetassem grandes grupos.

das sociedades industriais modernas que estariam permanentemente suscetíveis a processos de mudança.

Esse foi importante momento de virada nesta pesquisa. Ao invés de focar em processos estruturais, seguindo a linha de Forsé que acabaria por deixar a pesquisa refém da conduta desenvolvimentista/industrialista, abordar condutas ou regimes de racionalidades no espaço onde se construía uma hidrelétrica mostrava-se mais coerente, porque poderia ajudar explicar mais adequadamente o Médio Xingu, e de certa maneira as práticas de governos no país.

No momento da análise, o esquema analítico dessa sociologia de mudança estrutural frequentemente apresentava limitações incontornáveis que parecia repetir o modelo de relatórios de impactos socioambientais que é justamente uma tecnologia da administração pública para controlar o licenciamento ambiental. Tinha uma convicção influenciada por meu primeiro orientador, Brasilmar Nunes, de que análise sociológica não poderia mimetizar aquilo que ela pretende analisar, qual seja, dispositivos de racionalização governamentais e seus pressupostos sobre mudança social.

Busquei montar um quadro teórico preliminar para analisar a mudança a partir dos dados primários (observações e entrevistas) e secundários (dados estatísticos socioeconômicos). Para isso, fui em duas ocasiões à região para fazer trabalho de campo. Na primeira permaneci no município de Altamira por um mês durante entre o final de novembro e final de dezembro de 2015 e, na segunda, de setembro a novembro de 2016. Encontrei a cidade de Altamira com várias obras em andamento promovidas pela empresa pública Norte Energia responsável pela construção da Hidrelétrica Belo Monte, além das obras voltadas para construção da barragem e da própria usina.

Nos dois períodos em que fiz trabalho de campo, em 2015 e 2016, entrevistei três lideranças religiosas (católicos e evangélicos), dois políticos, três professores, oito ribeirinhos que foram deslocados de suas comunidades nos beiradões do rio Xingu para a cidade ou agrovila, dez jovens adolescentes e nove lideranças de movimentos sociais, fundação, ONG ou de sindicato.

No primeiro período em que estive em campo, foi possível observar ao mesmo tempo a implementação de obras de infraestrutura exigidas como condicionantes pela construção da Usina Belo Monte, as mudanças na cidade de Altamira e no espaço do Médio Xingu, bem como a expectativa, insegurança e mal-estar gerados por elas. Algumas pessoas se alegravam com cenário de intensa movimentação e aquecimento na economia dos municípios direta ou

indiretamente afetados pela construção da Hidrelétrica.

Também pude observar a finalização da pesquisa de campo da FGV (Fundação Getúlio Vargas) contratada para produzir o “Indicadores de Belo Monte”. Uma equipe estava na região desde 2014 coletando dados para monitorar as condicionantes e as principais mudanças estimuladas pelo empreendimento. Conversei com alguns membros dessa equipe sobre aquele monitoramento, as mudanças bruscas de demanda que desafiavam a administração pública por pressionarem recursos e infraestrutura disponíveis, fluxo migratório e pressão sobre habitação, aumento da violência, mudança na vazão do rio Xingu que causava perda de recursos pesqueiros e prejuízos a ribeirinhos e indígenas, entre outros assuntos que posteriormente foi divulgado em uma coleção (INDICADORES DE BELO MONTE; FGV EAESP, 2016).

Durante os dias em que estive na região do Médio e Baixo Xingu, pude notar que a maioria dos habitantes dali, em especial da cidade de Altamira, mostrava-se apreensiva em relação ao futuro, depois que as obras passassem, restassem uma usina hidrelétrica e os reservatórios com seus paredões. Dúvidas, questionamentos, entusiasmos, arrependimento e mal-estar eram muito comuns durante minha pesquisa de campo.

Retornei do trabalho de campo com um problema. Com os dados em mãos, achava que várias ações políticas extravasavam esse quadro de análise preliminar de maneira imprevista. Somente muitos meses depois da pesquisa de campo, percebi que a construção de usina e barragem, as obras de infraestrutura urbana, reuniões e mobilizações do Ministério Público e movimentos sociais, pesquisas e relatórios de impactos socioambientais, todas essas situações e cenas heterogêneas manejavam a sua maneira diferentes tipos de regime de racionalidade prática sobre a construção da barragem e da usina hidrelétrica, bem como sobre o grande impacto ambiental que ambos provocavam. A temática ambiental antevista em uma série de ações locais remetia à constituição de uma governamentalidade desenvolvimentista-sustentável no Brasil.

Somente depois de muita leitura e observação do contexto político, econômico e cultural envolvente, que passei compreender que, com a mudança na racionalidade prática da qual o pensamento ético faz parte, a conservação ou preservação do “meio ambiente” se mostrava como um “espírito da época”.

Foi assim que vi um tema sociológico clássico, nascido do contexto social da modernidade, encontrar-se com as mudanças ambientais e climáticas nas fronteiras com outros modos de viver em sociedade e outros regimes de racionalidades. Desde o final da Segunda

Guerra Mundial, conservacionismo ou preservacionismo ambiental, bem como desastres ambientais ou mudanças climáticas pautam o debate contemporâneo sobre mudança de conduta sobre o modo de viver em sociedade. É nesse novo regime de racionalidade que apareceu e se transforma em conduta vigente que a Amazônia é o espaço problemático privilegiado para essa reflexão.

A racionalidades práticas sobre o meio ambiente que acompanhei em Altamira e na região me instigou a buscar um método de descrição sobre o espaço em transformação e traçar outro caminho teórico-metodológico que rompesse com uma discussão triunfalista do capitalismo e com a hipótese de uma resistência revolucionária igualmente triunfante. Hoje proponho repensar a instabilidade e as múltiplas estratégias, as incertezas do curso do processo de mudança.

Vários especialistas já tinham demonstrando que a construção e operação da usina e barragem da Hidrelétrica Belo Monte poderiam provocar um grande impacto com a emissão de gases de efeito estufa (FEARNSIDE, 2011). Mesmo assim, o projeto obteve licença para instalação. Apenas alguns membros do governo Dilma admitiam, veladamente, se tratar de uma grade produtor de gases de efeito estufa. Na sua maioria, o discurso estratégico oficial era tratar a Hidrelétrica Belo Monte como produtora de “energia limpa”, “energia renovável” ou “energia verde”, e seus críticos como “ecopalermas”, “ignocentes”, entre outras classificações depreciativas (FEARNSIDE, 2012). Os principais meios de comunicação do país até 2015 acolheram acriticamente o discurso do governo e, raramente, publicou matérias sobre os grandes impactos com emissão de gases de efeito estufa.

Essa análise de um processo de longa duração me permitiu questionar: Que efeitos o caminho trilhado pelo governo Dilma para materializar o projeto da usina de Belo Monte provocou na governamentalidade ambiental? Haveria alguma relação entre o custo político da aprovação do projeto e a corrosão da representatividade e legitimidade das instituições políticas democráticas? Que racionalidades práticas produzem o espaço amazônico, especialmente, o médio e baixo Xingu? Como essas racionalidades se amparam em dispositivos nacionais e internacionais de preservação ambiental? Que questões ambientais emergem do regime de racionalidade prática por detrás da governamentalidade ambiental e seu Plano de Aceleração do Crescimento?

A governamentalidade responsável pelo projeto e o desenvolvimento da construção de Belo Monte precisava ser analisada a partir de uma racionalidade prática que começou a aparecer através de questões éticas depois da segunda Guerra Mundial e que ainda não adquiriu

sua forma completa. Por isso, a pesquisa foi redirecionada para uma análise do plano das práticas humanas, enquanto atividade e pensamento/conhecimento.

Enquanto organizava meus dados também tentava traçar um percurso sociológico de reflexões que não reiterasse o que já foi dito pelos atores no calor das lutas locais, nacionais e internacionais sobre a “truculência”, “autoritarismo” “perversidade” da construção da usina, no bojo dos programas de aceleração do crescimento. Não era mudança estrutural provocada pela instalação da hidrelétrica em si que estava em foco, mas as táticas e estratégias políticas que indicavam um sinal de mudança menos óbvia e que não poderia ser avaliada somente em termos de vitória ou derrota de projetos políticos que buscavam influenciar os rumos da história da Amazônia e do país.

A legitimidade do Governo Dilma, depois de vários acontecimentos político e social relacionados ao PAC, foi sendo abalada de modo não previsto ou esperado por nenhum dos atores envolvidos naquele enfrentamento. Foi no caldo das “consequências não previstas” que liguei meu radar sociológico para abordar mudanças na racionalidade prática, nas ações estratégicas, e não mais nos limiares de legalidades e ilegalidades. Essas racionalidades práticas traçavam suas estratégias em todo o campo de ação e não somente naquele campo reconhecível como oficial ou governamental. O campo estratégico político da construção da usina Belo Monte constituiu um acontecimento no plano da governamentalidade que provocou uma mutação de posições e estratégias.

A observação das “consequências não previstas” desse acontecimento também me levou a acompanhar o rastro da emergência de uma força política de extrema direita que não somente passou a balizar os limites do legal e ilegal no país e na região, como também representava um regime de racionalidade prática predatória do meio ambiente e das instituições que corroía a representatividade e a legitimidade da arte de governar.

Foi tentando encontrar um lugar para a reflexão sociológica sobre a mudança que intensifiquei meus estudos sobre a obra do filósofo Michel Foucault e me enfronhei na história de dispositivos e formações de verdade que programam as condutas de indivíduos e coletividades. Minhas questões eram sociológicas, mas me exigiam também recuos históricos³⁴ que me permitissem acompanhar como as racionalidades práticas passam do campo das práticas humanas para práticas de governo (a governamentalidade) e vice-versa.

Neste primeiro capítulo procurei demonstrar o caminho de estudo percorrido que

³⁴ Inicialmente apostei no aporte analítico de Tilly e Elias em suas diferentes abordagens históricas.

ajudou refletir e fazer escolhas teórica-metodológicas para analisar a implementação de um grande projeto de infraestrutura, sem perder de vista regime de racionalidade prática que pode ter uma expressão local ou ser “importado” de fora por meio de uma governamentalidade internacional mais ampla.

Essa reflexão comprova que uma abordagem de pesquisa é, frequentemente, fruto de um processo laborioso de construção da investigação. É nos enfrentamentos dos desafios da pesquisa que teorias esquecidas ou não completamente compreendidas podem colaborar com a reflexão ao dar suporte a um instrumento de análise. No segundo e próximo capítulo, busco tratar, com mais detalhes, da escolha de uma abordagem para a pesquisa.

CAPÍTULO 2 – Sociologia histórico-política da mudança social

2.1. É a teoria que torna o objeto inteligível

O objeto desta pesquisa é a mudança social desencadeada por tensões, lutas e conflitos relacionados a processos estruturais e histórico-políticos no Médio Xingu. Mas o objeto e a teoria não podem ser separados em uma pesquisa sociológica. Para tornar esse objeto inteligível foi preciso construir uma abordagem teórico-metodológica caracterizada como uma sociologia histórico-política das racionalidades práticas ambientais.

Se, por um lado, a pesquisa constitui o objeto, por outro, o que o torna inteligível é a teoria. O objeto está, portanto, sempre na situação de ser construído parcialmente e definido “em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si” (BOURDIEU, CHAMBOREDON e PASSERON, 1999, p. 48). No âmbito da prática da pesquisa, a perspectiva sociológica figura como uma linguagem metodologicamente controlada e reflexiva.

É no âmbito das recomendações metodológicas que Bourdieu oferece ferramenta para controle da prática do pesquisador, a partir de seus apelos à vigilância epistemológica. A pesquisa sociológica é, conforme tratei em outro lugar (CAMARGO, 2021), a expressão da racionalidade na internalização de hábitos intelectuais³⁵. Essa discussão sobre o caminho da investigação sociológica se justifica, neste capítulo, pela maneira como esta pesquisa nasceu e foi concebida inicialmente a partir de uma hipótese de mudança social em curso presente em diferentes momentos de minha formação³⁶.

Para compreender e acompanhar novas práticas humanas (enquanto atividade, pensamento e conhecimento) e a mudança social em curso, precisei fazer alguns percursos teórico-metodológicos para conseguir tornar o objeto da pesquisa compreensível. O primeiro capítulo exemplifica percurso longo de estudos em busca de uma teoria capaz de tornar inteligível as racionalidades práticas ambientais que aparecem na metade do século XX e

³⁵ Mas, devido a sua colaboração com o “Novo movimento teórico” nas ciências sociais dos anos 1970 e 80 onde buscou colocar em perspectiva o conhecimento prático, tornou-se lugar comum na sociologia uma alegação de que na “receita metodológica” de Bourdieu, a teoria costuma tornar o objeto empírico de um universo microsociológico mais rapidamente inteligível. E exatamente por priorizar a prática nesse universo, seus críticos desconsiderem a mudança social em sua obra. O que é falacioso quando se considera seus estudos sobre camponeses da Argélia, conforme mostra (PETERS, 2016).

³⁶ Conferir (CAMARGO, 2010), (CAMARGO, 2011), (CAMARGO, 2012) e (CAMARGO, 2012b).

desde então em processo para se transformarem na conduta vigente.

Tratar da mudança social persiste como um desafio no presente em que abordagens macrossociológicas e historiográficas perderam força nas ementas curriculares para formação sociológica. Muito embora essas mudanças sociais em processo não passem despercebidas na própria sociologia, conforme observou (MARTINS, 2018, p. 13), “o impacto destas mudanças, no interior da estrutura cognitiva da disciplina, tem instigado diversas sociologias nacionais incluir em suas pautas de trabalho a necessidade de uma reflexão crítica sobre sua produção e os alicerces cognitivos que as sustentam”. Carlos Benedito Martins faz um alerta à reflexão: “o ritmo veloz e a amplitude de mudanças sociais, políticas, e culturais, que estão ocorrendo em diversas sociedades contemporâneas vêm apresentando desafios para o universo empírico, ou seja, o terreno de análise no qual a sociologia concentrou suas análises, ao longo do tempo” (MARTINS, 2018, p. 08).

Algumas análises que fornecem uma direção teórica buscam apreender processos sociais relacionados a fatores estruturais e materiais da mudança (construção de infraestrutura, expressiva mudança demográfica, econômica e tecnológica) e fatores político-culturais que estão relacionados a tensões, conflitos, atitudes e sensações de mal-estar social. Essa orientação teórica se concentraria nas abordagens e análises do poder e nas problematizações que articulam elementos sutis, continuidades e descontinuidades da mudança, sem reduzi-la somente a rupturas ou a mudanças estruturais ou históricas.

Há algumas análises e teorias contemporâneas que seguem essa linha, principalmente aquelas que se aliam, pela interdisciplinaridade, ao trabalho historiográfico. Foram os casos de (ELIAS, 1997) e (TILLY, 1984) que lançaram mão da análise historiográfica em seus estudos sobre mudanças sócio-políticas. No entanto, eles não se detiveram nos limites da análise histórica e enfrentaram um vasto conjunto de temas e questões de alcance teórico-metodológico como conflito, tensões, lutas políticas, bem como o par violência e pacificação na análise de processos sociais de mudança.

Além disso, um quadro teórico dos estudos sobre mudança social pressupõe um tipo de relação entre estruturas sociais e de personalidade, como se pode notar na obra de Norbert Elias que recebeu influências da teoria freudiana. Para Norbert (ELIAS, 1997), a configuração dos grupos sociais se desenvolve e muda ao longo do tempo e ao longo de gerações. Isso pode ser encontrado em algumas de suas análises da mudança na estrutura social da Alemanha que aconteceu no início do século XX e final do século anterior. A alteração na estrutural acabou contribuindo para alterar a proporção de poder, e para o desencadeamento de um surto de

violência e agressividade.

As tensões e conflitos entre grupos podem constituir um impulso em direção a mudanças sociais, quando emergem da junção de forças propulsoras elementares como o desejo de propriedade ou de acumular propriedade, de “segurança total” ou desejo de ascensão social e louvor do poder mesmo que seja de uma espécie violenta de poder. São, portanto, principalmente tensões e conflitos inerentes à ânsia de grupos por monopolizações, seja de meios de produção, meios de orientação, de organização e da violência física (poderíamos acrescentar também a essa lista para os dias atuais a monopolização da informação) que propulsionam os processos sociais de mudança conforme abordou (ELIAS, 1997) e (ELIAS, 2006).

Na linha eliasiana, quando as tensões e os conflitos atingem uma certa desproporcionalidade produzem impulso por mudanças reconfigurando a estrutura do poder, muitas vezes, obrigando sua redistribuição do poder. Os grupos estabelecidos e mais poderosos que frequentemente podem ter fechado as portas para a participação de outros grupos no poder, como de gerações mais jovens, podem ver-se, em algum momento, combatidos por via da clandestinidade ou da ilegalidade. Ao passo que os grupos que praticam ilegalismos ou ilegalidades podem acumular força, ao longo do tempo, e assim contribuir, em uma época apropriada, para impulsionar processos de mudança social.

Entre os vários aspectos da mudança social levantados por ELIAS (1997) para descrever as condições políticas e sociais que conduziram à ascensão do Nazismo na Alemanha, é importante destacar para esta proposta de pesquisa o caráter processual da mudança social, a atenção à mudança geracional, às disputas entre grupos e alterações na proporção e distribuição do poder. Além disso, Elias chama a atenção para a configuração de um cenário de tensões em que a violência ou seu monopólio não se restringe ao Estado e também é reivindicada por grupos. Assim os vários monopólios da violência na mão de certos grupos podem gerar instabilidade e desequilíbrio da pacificação geral.

Os processos de mudança nos grupos ou nas relações humanas e as transformações nas estruturas de personalidade dificilmente podem ser tratados de maneira isolada, como sociólogos anteriores fizeram quando priorizaram um ou mais fatores como determinantes. Como já havia chamado atenção (TILLY, 1984), compreender requer se livrar de postulados perniciosos do pensamento social que tomam a sociedade, “como uma coisa a parte” ou do

comportamento social, “como resultado de eventos mentais individuais”³⁷.

A partir dos anos 1980, a preocupação sociológica se voltou para verificar os problemas de pesquisa em novos termos e com foco mais microssociológico, deixando, muitas vezes, de dialogar com a tradição de pensamentos anteriores ou com as abordagens macrossociológicas e historiográficas, segundo observou Ward (WARD, 2008). Para ele, os enfoques das pesquisas se voltaram para os estudos culturais, literários, etnográficos, e principalmente para pesquisas com abordagem qualitativa que buscavam captar modo de agir, pensar e sentir preferencialmente a partir de técnicas de entrevistas semiestruturadas. A abrangência do tempo/espço dessas pesquisas empíricas microssociológicas passou a ser bem curto, mais “presenteísta” no sentido empregado por (TILLY, 1984)³⁸. Para contextualizar e fundamentar historicamente estudos de mudança social, é preciso fazer a história retornar à sociologia.

Mas a busca por um modelo teórico para tornar inteligível a mudança nas visões de mundo e nas sensibilidades, que me inquieta desde o início desta pesquisa, levou-me a apostar num caminho metodológico que pudesse reescrever de maneira mais adequada a hipótese de uma mudança nas práticas humanas (atividades, pensamento e conhecimento) e maneira de governar o Estado.

Trilhei o caminho das abordagens, análises do poder e das problematizações que articulam elementos sutis, continuidades e descontinuidades da mudança, sem reduzi-las completamente às rupturas ou às mudanças infraestruturais. Inicialmente, pareceu importante buscar análises e teorias para subsidiar esta proposta com uma “dívida” à historiografia. Era o caso de Norbert Elias (1997) e Charles Tilly (1984) cujo objeto, qual seja, mudança sócio-política, levou-os a fazer uso da história em seus estudos³⁹.

Os processos de mudança nos grupos ou nas relações humanas e as transformações

³⁷ Em Norbert Elias (ELIAS, 1994), (ELIAS, 1997), (ELIAS, 2006), mas também em Giorgio Agamben (AGAMBEN, 2004) e (AGAMBEN, 2014), assim como em Walter (BENJAMIN, 2013), é possível notar aspectos como divergência ou conflito de gerações, insegurança no status, desequilíbrio entre solidariedade e competição, como tensão entre pacificação e violência, o aproveitamento do monopólio da violência para interesse de pequenos grupos, assim como o uso do Estado de exceção como norma. A fricção entre a formalidade e informalidade, as indefinições entre o legal e o ilegal foram exaustivamente tratados tomando por base vários textos de Michel Foucault, mas especialmente (FOUCAULT, 2010b).

³⁸ Para compreender as mudanças e suas consequências, observar de onde viemos, para onde estamos indo, Charles Tilly defendeu como necessário descobrir alternativas reais existentes para a condição presente.

³⁹ Não quero dizer que se detiveram sociologicamente apenas à análise histórica obviamente, já que é público o enfrentamento dos dois de vasto conjunto de temas e questões como conflito, tensões, lutas políticas, bem a violência e pacificação relacionadas a processos sociais de mudança.

nas estruturas de personalidade não foram tratados por eles de maneira isolada. Para (ELIAS, 1993) e (ELIAS, 2006), as tensões e conflitos entre grupos podem constituir um impulso em direção a mudanças sociais⁴⁰. Quando as tensões e os conflitos atingem uma certa desproporcionalidade geram impulso por mudanças reconfigurando a estrutura do poder, muitas vezes, obrigando sua redistribuição do poder entre grupos. Os grupos estabelecidos e mais poderosos que frequentemente podem ter fechado as portas para a participação de outros grupos no poder, como, por exemplo, as gerações mais jovens, podem ser, em algum momento, combatidos por via da clandestinidade ou da ilegalidade. Os grupos que praticam ilegalismos podem acumular força, ao longo do tempo, e assim contribuir, em uma época apropriada, para impulsionar a mudança social.

Entre os vários aspectos da mudança social levantados para descrever as condições políticas e sociais que conduziram à ascensão do Nazismo na Alemanha, Elias (ELIAS, 1997) destacou o caráter processual da mudança social, a atenção à mudança geracional, às disputas entre grupos e alterações na proporção e distribuição do poder. Além disso, Elias chamou a atenção para a configuração de um cenário de tensões em que a violência e seu monopólio não se restringem ao Estado, já que podem ser reivindicados por certos indivíduos ou grupos na sociedade. Assim os vários monopólios da violência na mão de certos grupos poderiam gerar instabilidade e desequilíbrio da pacificação geral.

A violência também pode emergir como recurso político de agenciamento da mudança (TILLY, TILLY e TILLY, 1975). A perspectiva de Tilly e de Elias permitem compreender a mudança em um quadro de disputa pelo poder que expõe tanto a força quanto a vulnerabilidade de uma estrutura de poder. Quando a ilegalidade possui aspecto político e está conectada à luta pelo poder. Os monopólios, por mais amplos que sejam, são sempre vulneráveis e suscetíveis a um processo político de luta que pode levar a uma mudança na estrutura do poder.

As orientações de Norbert Elias sobre não focar no devir, mas sim no modo como se

⁴⁰ Os conflitos emergem da junção de forças propulsoras elementares como o desejo de propriedade ou de acumular propriedade, de “segurança total” ou desejo de ascensão social e louvor do poder mesmo que seja de uma espécie violenta de poder (ELIAS, *idem*). Enquanto, por um lado, o monopólio de bens e de valores tende a satisfazer os desejos de poder, por outro, quando na posse dele, grupos podem monopolizar instrumentos de violência com intuito de ter o privilégio de reger as necessidades de sobrevivência de outros com menos poder. A monopolização lhes pode permitir ameaçar os outros para garantir subjugação e exploração constantes, assim como destruir a existência social e física deles. São, principalmente, as tensões e os conflitos inerentes à ânsia de grupos por monopolizações (dos meios de produção, dos meios de orientação, dos meios de organização e dos meios de violência física, e poderíamos acrescentar também a essa lista de monopolizações à informação) que propulsionam os processos sociais (ELIAS, 1993).

chegou a esse momento no presente me instigaram ao longo desse processo. A recomendação de buscar descrever as interações humanas seguindo o caminho do aqui-agora a partir do passado. Como o futuro é nebuloso, para ele, os sociólogos deveriam evitar especulação em forma de previsão ou um engajamento apaixonado a uma imagem utópica. Uma sociologia da mudança social poderia e deveria correr vários riscos, mas não poderia ser dada a profetismos.

Embora a hipotética mudança social tivesse uma influência teórico-metodológica inicial de Norbert Elias e Charles Tilly, a abordagem configurada nesta pesquisa encontrou na obra de Michel Foucault acabamento analítico mais adequado. O que Elias localizava como grupos estabelecidos com concentração de poder para conduzir as condutas e grupos que acumulavam ilegalismos circunscreve domínios de práticas que Foucault designa como condutas e contracondutas. Ao longo desse percurso, fui construindo uma abordagem da mudança social a partir de condutas e contracondutas.

Ainda que os deslocamentos no tempo e no espaço fossem significativos na pesquisa, nunca se tratou, conforme percebi muito tempo depois, de uma historiografia, pois não era um processo demarcável no tempo e no espaço que eu almejava acompanhar, mas sim um dispositivo ou um conjunto deles em um quadro das racionalidades práticas dos indivíduos e da arte de governar. Muito embora minha pesquisa apresentasse característica de uma sociologia histórica baseada nas abordagens de Charles Tilly e Norbert Elias, o horizonte da pesquisa são as práticas humanas em forma de atividades e pensamento/conhecimento, as racionalizações práticas.

Por isso, a metodologia teve que flutuar entre dispositivos mais ou menos formalizados como, por exemplo, leis, normas, decretos e ações objetivas no espaço, diferentes níveis e modulações das racionalizações práticas que programam as ações de grupos e de indivíduos. Mas não é porque se podem observar efeitos das práticas, racionalizações ou da arte de governar por meio de *techné* no espaço que essa pesquisa se conduziria por uma atenção geoespacial, o espaço é um dos planos em que se traçam estratégias, ele é, de acordo com (FOUCAULT, 2012, p. 219), “fundamental em toda forma de vida comunitária. O espaço é fundamental em todo exercício do poder”.

2.2. Como chegamos até aqui: sobre a história do presente

Ao longo da pesquisa pude notar que a história do presente de Michel Foucault demonstrava afinidade com o caminho metodológico de Norbert Elias na busca de respostas para questão “como chegamos aqui”. Conforme notaram (HUBERT L. DREYFUS, 1995, p. 132), esse tipo de problema “como chegamos até aqui” foi responsável por guiar as investigações de Foucault. Essa questão exigiu do intelectual francês uma atenção metodológica que não se coloca na posição de oferecer a história verdadeira, adequada e idêntica ao passado. Entender o indivíduo moderno, enquanto objeto e sujeito, obrigou-o traçar uma linha de investigação acerca da formação de práticas que servissem de instrumento para formação desse indivíduo.

Mergulhava na história até encontrar a circunstância que indicasse o aparecimento ou a formação de uma prática que na história presente que já se encontrasse consolidada. A partir do contexto de aparecimento das práticas que Foucault gostava de chamar de “início”, descrevia-as até determinado ponto na história, o tempo presente (FOUCAULT, 2012).

Instigado por esse caminho foucaultiano, busquei recorrer a um processo anterior de transformação do espaço no Médio Xingu da Amazônia e da arte de governar o Estado brasileiro para descrever condutas e contracondutas relacionadas ao meio ambiente, em especial no espaço da bacia do Rio Xingu.

Penso que se me ativesse unicamente ao período do licenciamento ambiental, da construção e início da operação da Hidrelétrica Belo Monte poderia me prender a uma descrição presenteísta dos impactos da mudança infraestrutural no raio de influência do grande empreendimento hidrelétrico, sem conseguir compreender as táticas e estratégias das diferentes práticas em disputa ali.

Afinal, qual seria a prática que se encontra hoje consolidada que dinamiza as disputas em torno do licenciamento ambiental, construção e início da operação da Hidrelétrica Belo Monte? É o regime de racionalidade prática desenvolvimentista-sustentável, uma *techné* construída com base no neoliberalismo ambiental norte-americano. Trata-se de uma conduta que a ONU tem disseminado por meio de seus órgãos e agências, alguns dos quais, por exemplos, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional com muito poder de influência internacional⁴¹.

⁴¹ Essas duas são organizações financeiras criadas para ofertar empréstimos para os países destruídos durante a Segunda Guerra Mundial. Posteriormente, passaram “auxiliar” com empréstimos financeiros países em

Esse processo de mudança social começa a se configurar na metade do século XX, após a II Guerra Mundial, como contraconduta (prática ético-legal pelo futuro do planeta que passaria pela preservação do meio ambiente) e, ao longo do século XX e XXI, vai se consolidando como conduta nas práticas de racionalidade de Estados-nação.

No Brasil, segundo (MOURA, 2016, p. 14), embora a gestão ambiental do governo⁴² começa a ser traçada nos anos 1930, as políticas públicas adquirem mais relevâncias com “a pressão de organismos internacionais e multilaterais (Banco Mundial, sistema ONU – Organização das Nações Unidas, e movimento ambientalista de ONGs) e em função de grandes acontecimentos internacionais ocorridos a partir da segunda metade do século XX”. Trata-se de um novo regime de racionalização que aparece a partir das práticas humanas nos países da Europa e Ásia que participaram da guerra, e nos Estados Unidos. Onde começou uma reflexão ética sobre práticas a serem adotadas para evitar o autoextermínio e garantir o futuro da vida no planeta.

A racionalidade prática desenvolvimentista-sustentável transformou-se em uma nova conduta, ou seja, atividades ou procedimentos postos em prática para conduzir os outros. Após se transformar em conduta, tais práticas são exportadas para o Brasil como forma de *technés* para o orientar o governo a impor essa prática por meio de políticas públicas, normas, leis e educação ambiental. Por vir de “cima para baixo”, ainda faz pouco sentido para maioria da população urbana e rural. Até porque o poder não se localiza aqui ou ali, nunca se encontra nas mãos de alguns ou é apropriado como uma riqueza ou um bem. Não pode ser dado, trocado ou retomado por quem já o exerceu. O poder só existe em ato, se exerce.

Tomando por base os estudos de (FOUCAULT, 2015) sobre o poder e dominação, nota-se que o caminho de repressão pelo poder do governo costuma ser menos eficaz. Não quero com isso negar o poder eficaz de submissão e dominação que a legislação criminal possui. Mas apenas ressaltar que a maioria das contracondutas surge da recusa da conduta.

desenvolvimento. E agora buscam colaborar para que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da ONU sejam atingidos nas próximas décadas. Não, por acaso, por disponibilizar o “Fundo ODS”, o Banco Mundial criou uma plataforma virtual (intitulada Atlas dos ODS) para monitorar apoio financeiro voltados para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas. Mais informações em <<https://datatopics.worldbank.org/sdgtlas/>>.

⁴² Moura (2016) aponta algum avanço dessa nova prática governamental, mas credita o fato de ter avançado menos do que deveria pelo fato do governo federal não ter intensificado suas ações nessa prática ambiental. Diz ela: “o governo federal precisa, ainda, apoiar a melhor estruturação e capacitação de órgãos ambientais nos níveis estadual e local (municípios), visto que deficiências nesses níveis ainda se constituem em grandes obstáculos para o sucesso da implementação das políticas emanadas da esfera federal” (MOURA, 2016, p. 37).

Um dos marcos dessa conduta é o conjunto de normas que a ONU estabeleceu para enfrentar questões globais de interesse comum, como os direitos humanos, aos quais os Estados-nação deveriam se submeter (teoricamente, é claro, já não pode abandonar sua premissa maior sobre o respeito a inviolabilidade da soberania estatal). A conversão da Liga das Nações em Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 com a Carta de São Francisco representou também uma rearticulação dos dispositivos diplomático-militares dos Estados-nação com base na reiteração do tratado de Vestefália que protege a soberania estatal (RODRIGUES, 2013).

Mas, como o regime de racionalidade desenvolvimentista-sustentável se produz ao longo desse processo de mudança nas práticas humanas e está em ascensão, não se encontra uma história linear de consolidação. É preciso lidar com a heterogeneidade das táticas e estratégias de conduta e contraconduta que orbitam essa racionalidade prática em ascensão no Brasil e, talvez, em todo mundo. Percebi que essas táticas e estratégias coexistem e não apenas se dispõem em uma sucessão histórica quando, em campo na cidade de Altamira, Antônia Melo me recomendou entrevistar Antônio Carlos Bortoli, secretário executivo do sindicato patronal ACIAPA (Associação Comercial, Industrial e Agro-Pastoril de Altamira) que redigiu uma proposição para ser usada como “projeto piloto” de indução de desenvolvimento sustentável em Altamira e municípios vizinhos. Incentivar a prática do desenvolvimento passava pela formação técnico-científica a qual deveria ficar sob responsabilidade da Universidade Federal do Pará (UFPA)⁴³.

Quando entrevistei Antônio Carlos em 2016, ele se posicionava radicalmente contrário à construção da barragem da hidrelétrica Belo Monte. Ele se apresentou a mim como um “liberal libertário” que tem forte compromisso com a defesa do meio ambiente (especialmente do rio Xingu e da Amazônia). Para ele, o desenvolvimento sustentável somente seria possível com auxílio das ciências. Como “o maior predador do ambiente é a ignorância”, defendeu que a preservação da Amazônia passa pela educação ambiental e por profissionais técnico-científicos na região de Altamira.

Aquela aparente incongruência entre as atividades e pensamento/conhecimento de Antônia Melo, uma ambientalista anticapitalista de esquerda, e às de Antônio Carlos, um

⁴³ Sr. Carlos, conforme me foi apresentado, me entregou em mãos esse documento impresso com 18 páginas, depois da entrevista que me concedeu na ACIAPA em outubro de 2016. Não consegui perceber posteriormente quando foi produzido esse documento para “projeto piloto”. Apenas compreendi que tinha como objetivo solicitar e embasar a criação de um curso de pós-graduação em “gestão empresarial com foco na constituição e administração de cooperativa agrícola” no campus de Altamira da UFPA.

liberal do sindicato patronal, aliados na guerra contra a Hidrelétrica Belo Monte, fez-me prestar mais atenção não somente na relação dos liberais/neoliberais com a temática do meio ambiente, mas também na emergência do conservacionismo coetâneo do neoliberalismo “ambiental” estadunidense, no sentido descrito por (FOUCAULT, 2010b).

Esse regime de racionalidade mais consolidado no presente permitiria que condutas e contracondutas fossem traçadas no processo de disputa e que, momentaneamente, alianças e cooperações táticas fossem também possíveis sem comprometer as diferenças entre elas. As condutas e contracondutas, portanto, serão abordadas tanto em uma relação de coexistência no presente e no passado como em uma relação de transformação no transcurso de um processo de consolidação de uma contraconduta como uma conduta.

Para tratar da passagem das contracondutas para as condutas, uso a estrutura lógica do processo de construção do crime foucaultiano para compreender as atividades e pensamento que se institucionalizam em conhecimentos formais. Como por exemplo a ciência econômica, posteriormente, subáreas dentro da própria disciplina⁴⁴.

O indivíduo ou grupo que, por meio de táticas e estratégias políticas eficientes, consegue reunir poder político, pode institucionalizar na lei a conduta moralmente reprovável em crime que prevê punição para coibir esse tipo de ato e possíveis imitadores. Segundo (DELEUZE, 2005, p. 40), “Foucault mostra que a lei não é nem um estado de paz nem o resultado de uma guerra ganha: ela é a própria guerra em ato, exatamente como o poder não é uma propriedade adquirida pela classe dominante, mas um exercício atual de sua estratégia”. A lei é resultado do sucesso de uma batalha, não uma guerra ganha.

Essa deve ser a lógica para se pensar as racionalidades práticas, em especial, as atividades e os pensamentos que se institucionalizam em conhecimento, com uso de símbolos escritos, ou seja, em um tipo de saber resultante de uma batalha vencida que governantes precisariam levar em conta. Também deve ser visto como a própria guerra em ato. A transformação de uma contraconduta em conduta já pode ser considerado a consolidação de uma mudança social. Principalmente a contraconduta que nasce num regime de racionalidade

⁴⁴ Sob inspiração desse processo de construção do crime foucaultiano, Michel Misse pode nos ajudar exemplificar a ideia de que o crime não existe na “natureza” de um evento. Existe a partir da conduta de uma pessoa que reage e acusa moralmente a conduta da outra. Quando for bem-sucedida, consegue institucionalizar nos códigos penais aquela conduta, idealmente tipificado como “crime” (MISSE, 2011). É através de uma prática moral ou pela produção de uma nova reação moral que a moralidade vitoriosa é capaz, para (MISSE, 1999), de institucionalizar, em código escrito, uma conduta como crime e definir institucionalmente os procedimentos necessários à sua elucidação, bem como as condições de adjudicação da pena ao sujeito do crime.

para confrontar a conduta principal vigente numa determinada época. Para Foucault, as contracondutas surgem porque “ninguém quer ser comandado, mesmo que os exemplos de situações nas quais as pessoas aceitam a dominação sejam numerosos” (FOUCAULT, 2015, p. 313).

A história que ele reconstitui busca mostrar que no século XVI a instituição da Razão de Estado e da arte de governar se deram a partir de uma contraconduta “no sentido de luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros”. Em sua investigação, o filósofo francês não buscava encontrar paralelo do presente no passado. Ele se concentrou nos principais eventos a partir do século XVI para escrever a história do presente, mas orientando abandonar o uso das noções de crise e contradição por se remeterem à ideia totalidade⁴⁵. Ele adota em sua análise a metáfora da guerra para se descrever as relações sociais conflituosas: “se tivermos bem em mente que a guerra não é a continuação da política, mas que a política é a continuação da guerra por outros meios, a ideia de que a contradição chega a tal ponto que não se pode mais continuar deve ser, então, abandonada” (FOUCAULT, 2012, p. 31).

Foucault, ao ser questionado numa entrevista sobre “o que há de novo em sua teoria?”, defendeu ter como objetivo “analisar a técnica do poder que busca constantemente novos meios, e meu objeto é uma sociedade submetida à legislação criminal” (FOUCAULT, 2015, p. 261). A novidade em suas pesquisas não é a teoria do poder. Essa não é diferente da teoria política clássica. O que é diferente é o ponto de vista de Foucault, seu objeto de pesquisa. Sua teoria política busca responder questões sobre a legitimidade, sobre os limites e a origem do poder sem recorrer ao direito. Estuda como o poder domina e como se fazem os indivíduos obedecerem buscando as respostas nas técnicas do poder, na tecnologia do poder: “a partir dos séculos XVII e XVIII, essa tecnologia de poder se desenvolveu enormemente [...] Na sociedade atual, nasceram diversas resistências, tais como o feminismo, os movimentos de estudantes, e as relações entre essas resistências e as técnicas do poder constituem um objeto de pesquisa interessante” (Ibidem, p.261).

Como toda prática possui, em Foucault, um regime de racionalidade, conhecimento e regras constituem a consolidação de comportamentos e de disputas na sociedade. Desde meados do século XX, conforme notou Foucault, o problema do assujeitamento da vida

⁴⁵ Foucault diz não gostar do termo crise por se tratar de uma noção que é etimologicamente da medicina grega cujo significado é o momento de mudança imprevisível com a evolução de uma doença. Contradição passou a ser associada à crise com sentido de que quando uma crise se torna contradição seria impossível continuar o processo histórico (FOUCAULT, 2012). Com isso, pode abandonar noções ou ideias totalizantes.

começou a recuar e as questões sobre formas possíveis de autonomia e práticas de liberdade, avançar. Na sociedade, a busca por resposta para questões morais acerca de “o que se deve fazer” perde tração, no mesmo período, na metade do século XX, quando vai aparecer o problema ético sobre “como devemos viver” ou “como viver com felicidade”.

Após o aparecimento do poder supranacional da ONU, emergem novas possibilidades para as pessoas fossem livres para escrever uma nova cartografia. Como perceberam (HARDT e NEGRI, 2010, p. 37), como desafio ao velho modelo, “a ética, a moralidade e a justiça ganham novas dimensões”. Aparece ali uma subjetividade nova com eixo ético bem distinto, diferente daquele com eixo moral de assujeitamento, resguardada por princípios éticos superiores, da liberdade e da paz. As práticas de liberdade, as lutas éticas focam no futuro, mas estão assentadas principalmente nas questões sobre como podemos viver com felicidade no tempo presente, já que é a partir de agora que construímos o futuro.

Foi essa nova subjetividade que começou a aparecer naquele momento e a velha esquerda francesa e de toda Europa não conseguiu notar durante as manifestações em Paris, no final dos anos 1970. Guardadas as proporções e com abstração de tempo e espaço diferentes, mas, por analogia, nem os analistas brasileiros conseguiram durante e depois das várias manifestações que ocorreram em várias cidades brasileiras em junho de 2013.

Para Foucault, o grande erro que muita gente incorre durante análises políticas de contraconduta, inclusive teóricos do poder e governantes, é pensar que outras formas de poder (como aqueles observados nas microrrelações de poder) derivam do poder do Estado. O macropoder do Estado existe como resultado de outras formas de poder nos quais assenta seu alicerce. Segundo (STIVAL, 2013, p. 51), “há um exercício de poder institucionalizado como Estado [que é ele próprio] efeito das múltiplas formas de relações de poder”. As outras espécies de relações de poder são as mais importantes na sociedade, porque independem de governantes que exercem o poder do Estado: “o conjunto de relações de poder existente entre os dois sexos, entre os adultos e as crianças, nas relações familiares, nas relações entre colegas de trabalho, entre os doentes e os saudáveis, entre normais e anormais não derivam do poder do Estado” (FOUCAULT, 2015, p. 262).

A mudança social não passa pela mudança dos governantes com poder do Estado em mãos, como a velha esquerda francesa não conseguiu notar no final da década de setenta, e nem mesmo analistas políticos brasileiros e lideranças de partido político, inclusive de

esquerda, no mês de junho de 2013⁴⁶.

Essas saídas encontradas no calor do momento cujos cínicos no poder aproveitam costumam não serem bem-sucedidas. Porque, segundo (FOUCAULT, 2015, p. 262), não basta mudar a classe dirigente para as antigas relações de poder desaparecerem, “se queremos mudar o poder de Estado, é preciso mudar as diversas relações do poder que funcionam na sociedade. Se não, a sociedade não muda”.

Aquela nova subjetividade que Foucault notou durante as manifestações em Paris no final dos anos 1970 teve início três décadas antes, na metade do século XX. A sociedade havia mudado e os indivíduos também. Os governantes não conseguiram perceber as mudanças porque se orientavam pela conduta vigente e, com poder do Estado nas mãos, acabaram acreditando que outras formas de poder na sociedade, nas relações sociais, derivariam do macropoder do Estado ou que as racionalidades práticas seriam induzidas pela arte de governar.

Foucault cita como exemplo, a dificuldade que os governantes de seu tempo tinham em desapegar da eficácia da disciplina na manutenção do poder. A técnica da disciplina que apresentara eficácia na manutenção do poder por várias décadas, começava a entrar em decadência nos países industrializados na primeira metade do século XX: “há quatro, cinco séculos, considerava-se que o desenvolvimento da sociedade ocidental dependia da eficácia do poder em preencher sua função. Por exemplo, importava na família como a autoridade do pai ou dos pais controlava os comportamentos dos filhos. Se esse mecanismo se quebrava, a sociedade desmoronava. O assunto importante era como o indivíduo obedecia. ” (FOUCAULT, 2015, p. 262). Sua conclusão é de que as práticas mudaram e a sociedade também, os indivíduos se tornaram mais diversos, diferentes e independentes.

Desde o início do século XX, a quantidade de indivíduos que não estaria submetida à disciplina aumentara significativamente. Para ele, restaria na história do presente “pensar esse desdobramento de indivíduos não submetido à disciplina e o aparecimento de uma

⁴⁶ Houve inclusive quem defendesse que a direita estivesse por detrás da organização das chamadas jornadas de junho de 2013. Segundo (RICCI e ARLEY, 2014), essa premissa é falsa. Defendem que as manifestações de junho de 2013 podem ser consideradas de esquerda politicamente, por terem sido planejadas e organizadas em reuniões promovidas por várias organizações populares autônomas, movimentos sociais, sindicatos e até mesmo partidos políticos, todos com orientação política à esquerda. Uma consequência foi o oportunismo da direita e da extrema-direita brasileira que nos anos seguinte quis aproveitar o vácuo da perda de popularidade da presidente de esquerda Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, para confrontar o governo com base no discurso moral de combate à corrupção, fazer o Congresso Nacional aprovar o impeachment dela (como de fato ocorreu no ano de 2016) e então assim retirar os governantes de esquerda e colocar no lugar, aqueles com orientação política à direita.

sociedade sem disciplina” (Ibidem, p. 262).

Na sociedade disciplinar, a relação entre os súditos e o Estado é regulamentada por um sistema teológico-jurídico o qual especifica o que é obrigatório fazer. Como observou (STIVAL, 2013, p. 59), “a disciplina (obrigação) é, afinal, o avesso da lei (proibição), sendo que a segurança tem como característica justamente não se reduzir, como aquelas, ao modelo universalizante do direito”. Na sociedade não disciplinar, a lei no sistema de legalidade, no interior do sistema geral, busca determinar as coisas que são proibidas: “no fundo, o que a lei diz, essencialmente, é não fazer isto, não fazer tal coisa, não fazer também tal outra, etc. De modo que o movimento de especificação e de determinação num sistema de legalidade incide sempre e de modo tanto mais preciso quando se trata do que deve ser impedido, do que deve ser proibido” (FOUCAULT, 2008, p. 61).

A inovação decorreu de uma inquietação individual, de uma mudança profunda na racionalidade e nas práticas, que apareceu no final dos anos 1940 e que buscou se consolidar desde então (FOUCAULT, 2012). A mudança surge das lutas para se viver com felicidade no presente e num futuro com preocupação ética acerca do que é comum. Não seria mudança de governo que mudaria os fatos, mas ao contrário, as novas práticas e o novo conjunto de microrrelações de poder que vão começar a transformar, a partir do final dos anos 1940, a arte de governar liberal⁴⁷ moderna em uma governamentalidade ambiente-sustentável.

Tratavam-se de contracondutas de fundo ético-político que surgiram no regime de racionalidade vigente na biopolítica e orientava a conduta dos governantes com poder em mãos na época. De acordo com Foucault, para se compreender o conjunto de relações de poder presente em nossas sociedades (a segunda década do século XXI), ou melhor, para se fazer a história do presente de nossa sociedade, é importante compreender a gênese dessas atividades, conhecimentos e desses pensamentos ético-políticos sobre o meio ambiente.

Como toda prática humana possui um certo regime de racionalidade, estudar a história sociologicamente de novas práticas enquanto atividades e pensamento/conhecimento é uma maneira de se compreender a governamentalidade ambiental ou sustentável do Estado. E isso leva à adoção de algumas noções como estratégia, tática e objetivo no processo de compreensão das formações das racionalidades práticas, de gênese de saberes e de técnicas que os indivíduos aplicam a sua conduta para conduzir a si mesmo e conduzir os outros, bem

⁴⁷ Ao nomear uma governamentalidade com uso da noção “liberal”, (FOUCAULT, 2010b, p. 265) ressaltou não querer “com a utilização da palavra ‘liberal’, sacralizar ou valorizar de saída esse tipo de governamentalidade. Não quero dizer tampouco que não seja legítimo, digamos, odiar o Estado”.

como para observar de que lugar no jogo das relações de forças, na guerra, que eles lutam. Essa é uma maneira de reconhecer o limite da noção de ideologia. Porque, para ele, “o princípio da inteligibilidade das relações entre saber e poder passa mais pela análise das estratégias do que pela de ideologias” (FOUCAULT, 2015, p. 326-327). São os usos possíveis da noção de estratégia que conduzem a um “encontro interdisciplinar”.

Foucault parte de práticas concretas, deixando de lado universais da análise de teoria política. Em sua história do presente, ele busca responder como “como chegamos até aqui” e assim mostrar por quais interferências as práticas humanas passam a ser coordenadas com o regime de verdade. A “loucura”, a “delinquência”, a “sexualidade”, bem como o “Estado” e as “*technés* para gestão do Estado” são “produtos” das práticas humanas que se apresentam como algo dado (porque somente é possível governar algo que se apresente como existente obviamente), mas também como algo a ser construído (porque nunca existe de forma suficiente). É através de uma prática concreta/existente que se pode governar algo que se chama de Estado, mas também o reconstruir constantemente.

No sentido foucaultiano, essa prática que se chama “Estado” adquire uma característica própria de acordo com o regime de racionalidade prática da época. Não é porque ele é produzido frequentemente pelas racionalidades práticas que a mudança na configuração do poder ocorre facilmente. Ele tem a natureza conservadora desde sua origem na razão de Estado. A governamentalidade que sucede a razão de Estado herda dessa última os meios para garantir a existência do Estado em sua integridade (FOUCAULT, 2008). A racionalidade por meio da qual se governa o Estado muda somente quando as diversas relações de poder que funcionam na sociedade tiverem mudado. As mudanças nas racionalidades de governo ocorrem após práticas de rebeldia, resistência, sublevação, subversão ou revolução.

A contraconduta pode ser lida como uma chave para compreender essas mudanças que nos trouxeram até o presente momento. A contraconduta confronta a conduta vigente e, quando sai vitoriosa consegue produzir uma mudança na arte de governar e no Estado. Em Foucault, conforme notou (STIVAL, 2013, p. 45), “é pela diferença entre a razão governamental moderna e o ‘Estado de Polícia’ (século XVII e XVIII), diferente por sua vez da ‘Razão de Estado’ (século XVI e início do XVII), que se pode tornar inteligível a modernidade. Pode-se formular assim a sucessão histórica: centralidade da soberania (Estado Absoluto), disciplina (Estado administrativo), segurança (liberalismo)”.

Nessa linha de sucessão histórica, o Estado ambiental (neoliberalismo) que começa a se configurar na metade do século XX, após a II Guerra Mundial, como contraconduta que

venceu a conduta da governamentalidade liberal moderna (segurança) vai se consolidando como conduta nas práticas de racionalidade de Estado.

2.3. Bomba, veneno e hidrelétrica: condutas e contracondutas do desenvolvimento sustentável

Neste subcapítulo, narro as descobertas teóricas e empíricas da física e da química nuclear que subsidiaram a produção das armas nucleares. O objetivo não é mostrar a responsabilidade das bombas atômicas no encerramento da II Guerra Mundial ou no reestabelecimento da paz, nem da tecnologia que as descobertas da físico-química nuclear colocaram à disposição das sociedades, como, por exemplo, a tecnologia da fissão nuclear para produção de energia elétrica em usinas nucleares. Busco demonstrar o aparecimento de novas práticas, novas atividades e novo pensamento/conhecimento, e, por conseguinte, uma nova racionalidade governamental que aparece com um pouco mais de nitidez no final daquela grande guerra mundial.

Enquanto a conduta vigente, a racionalidade desenvolvimentista industrial se intensificou no final da segunda guerra mundial, com o impacto de genocídio e do poderio bélico nuclear, essa contraconduta preocupada com questões ambientais e com os direitos humanos ganha mais força à medida em que o humanismo volta à cena por meio de uma reflexão ética diante da catástrofe ambiental e da perplexidade mundial diante da possibilidade de autoextermínio com o armamento nuclear.

Defendo que essa racionalidade prática conservacionista e preservacionista do meio ambiente, que surge e se irradia no século XX como uma contraconduta, passa a influenciar normativas e protocolos internacionais e, ao longo dos últimos 70 anos, vem se estabilizando como uma conduta: a conduta do desenvolvimento sustentável que integra o conjunto de regulações ambientais da maioria das democracias modernas.

Os problemas éticos aparecem em forma de reflexão no momento em que as bombas atômicas são construídas, e em forma de análise, de cálculo sobre as escolhas que vão se integrar à prática política mais especificamente depois do lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki.

As bombas atômicas fizeram as pessoas desejarem com mais afinco a paz, uma paz duradora (RHODES, 1986). Com o encerramento da guerra, bombas atômicas se tornavam

tabu e, por isso, vários físicos, químicos dentre outros cientistas que tiveram algum envolvimento, como mentor, consultor, ou envolvimento direto no Projeto Manhattan, articulavam para não acontecer novamente nunca mais outros episódios semelhantes ao que aconteceu em Hiroshima e Nagasaki. Passaram defender publicamente não usar armas nucleares, porque podem destruir muitas vidas e até levar a humanidade a um autoextermínio.

Em 1946, Oppenheimer declarou que não foram as bombas nucleares que tornaram horrível uma guerra entre Estados-nação, mas mostraram ser insuportável a ideia de uma nova guerra mundial⁴⁸. Essas falas de Oppenheimer enfatizam os vários problemas éticos que aparecerem durante a guerra, mas principalmente com o encerramento dela. Matar civis, não-combatentes, mas também animais e plantas com armas nucleares que destroem espaços ambientais amplos, contaminam águas de rios e o solo por meio das chuvas ácidas e radioativas, produziu uma intensa reação moral em várias partes do mundo.

Apareciam ali problemas éticos a serem enfrentados por meio de uma nova racionalidade procedente de escolhas das práticas (novas atividades, novo pensamento e novos conhecimentos). Mesmo durante o governo nazista, na Alemanha, onde havia um celeiro de cientistas nucleares e foi descoberta a fissão nuclear, quando se constatou a possibilidade de criar um artefato nuclear, vários cientistas começaram a discutir questões ético-ambientais e defender a necessidade de se criar agência de regulação. Depois da guerra, projetos nucleares passaram a enfrentar questões éticas e ambientais, antes mesmo de ser reiniciados (SOBRINHO, 2010). Nos Estados Unidos, por sua vez, na execução do Projeto Manhattan, historiadores notaram que vários membros da equipe já faziam reflexões sobre problemas ambientais e, por isso, mesmo articularam para levar os testes nucleares para uma área com menor risco à população urbana, no deserto do Novo México (NETO, 2020).

Grandes nomes da física como Einstein⁴⁹ compreendeu imediatamente que usar armas

⁴⁸ Julius Oppenheimer, intitulado o “pai das bombas”, defendeu em 1955 que elas foram responsáveis por operar uma significativa mudança no mundo. No documentário *The Decision to Drop the Bomb* de 1965, o físico reforça que, ao final do teste no deserto do Novo México onde aconteceu a detonação da primeira bomba nuclear, seus colegas cientistas e ele já previam que o mundo nunca mais seria o mesmo (PONTIN, 2007).

⁴⁹ O temor dos alemães nazistas desenvolverem arma nuclear primeiramente e assujeitar pessoas de outras nações com uso intenso de violências letais semelhante aquelas usadas contra os judeus dentro da própria Alemanha levou Einstein escrever cartas ao presidente dos Estados Unidos e também, de certa maneira, para dentro do Projeto Manhattan. Einstein e seus colegas físicos acreditavam que a produção de uma arma seria capaz de definir uma guerra, que poderia contribuir para a vitória final contra um mal maior, o nazismo. Com isso seria possível a restauração da paz na Europa e no Mundo. Muitos deles dominavam muito bem a teoria sobre a temática nuclear, mas contavam com pouco experiência em laboratório. Desconheciam as consequências que a radiação de uma bomba atômica nuclear poderia produzir se fosse usada em pessoas como uma arma de guerra (RHODES, 1986).

nucleares era repulsivo até para políticos que se orientam pelos fins justificam os meios⁵⁰. Einstein jamais negou sua responsabilidade sobre sugestão para se estudar e produzir as bombas. Mas buscou se eximir de qualquer dolo no crime de guerra cometido no Japão pelos Estados Unidos⁵¹.

As reflexões éticas de Einstein, mas principalmente Oppenheimer, tinham como mote as escolhas feitas pelo físico húngaro Edward Teller, membro do Projeto Manhattan e subordinado ao Oppenheimer durante a criação das bombas nucleares. Teller foi quem disse a uma revista brasileira que nunca quis ver fotos dos impactos em Hiroshima e Nagasaki, com a seguinte justificativa: “o meu trabalho era construir a bomba, fazer a ciência progredir. O

⁵⁰ Einstein não imaginava a dimensão das consequências do uso de bombas nucleares. Quando tomou conhecimento da morte de civis com as bombas nucleares que, de certa maneira, contribuiu para sair do papel, passou tratar de questões éticas relacionadas ao uso das bombas. Arrependido por participar indiretamente para que os artefatos nucleares saíssem do papel, passou a dizer que “o destino da humanidade repousa essencialmente e mais do que nunca sobre as forças morais do homem” (EINSTEIN, 1981, p. 30). Sem dúvida que o Projeto Manhattan não teria sucesso sem as teorias que foram descobertos por físicos como Einstein, em especial a mais famosa na qual relaciona a massa de uma pequena quantidade de matéria (de um objeto) com a energia dele (uma quantidade grande). É expressa na equação sobre transformação de matéria em energia: $E=mc^2$.

⁵¹ Ele disse: “Minha responsabilidade na questão da bomba atômica se limita a uma única intervenção: escrevi uma carta ao Presidente Roosevelt. Eu sabia ser necessária e urgente a organização de experiências de grande envergadura para o estudo e a realização da bomba atômica. Eu o disse. Conhecia também o risco universal causado pela descoberta da bomba. Mas os sábios alemães se encarniçavam sobre o mesmo problema e tinham todas as chances para resolvê-lo. Assumi, portanto, minhas responsabilidades”. (EINSTEIN, 1981, p. 28). Apresentava-se como pacifista. Defendia constituir a paz por meios pacíficos, e não por guerras com bombas atômicas. Mas como, durante o contexto da Segunda Guerra Mundial, viu fora do horizonte as nações se unirem para evitar a guerra e restabelecer da paz com os nazistas governando a Alemanha, acreditou que os Aliados deveriam se preparar para a guerra contra os alemães. Diz ter apoiado a criação e o uso da bomba atômica não como arma de ataque, mas de defesa. Temia que os nazistas a produzissem para atacar outros países. A destruição causada por ela seria terrível. Então, defendeu que os Estados Unidos fizessem para defesa, com objetivo de limitar o máximo possível de destruição. Oppenheimer já disse ter sangue nas mãos, em uma entrevista cedida ao New York Times Magazine, em 1965, mas não se arrependeu de ter feito as bombas, por fazer apenas seu trabalho. Ressentia somente do governo dos Estados Unidos não deixar claro ao Japão e ao resto do mundo por qual razão usou e quais sinais gostaria de passar com uso das bombas. Pensava que se as bombas nucleares deveriam ser usadas somente uma única vez, numa guerra justa, apenas para combater o exército nazista e não para matar civis (PONTIN, 2007). A bomba atômica tornou para Oppenheimer insuportável a perspectiva de uma guerra futura (RHODES, 1986). Suas reflexões éticas levaram-no a fazer escolhas diferentes com o final da guerra. Passou a se posicionar, quando presidiu a Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, contra construção de novas bombas atômicas, mas principalmente da bomba de hidrogênio. Ao se colocar como oposição e trabalhar contra a construção de bomba, tornou-se defeso dos militares, de alguns políticos e militantes conservadores pro-guerra os quais passaram acusá-lo de ter se tornado comunista (PONTIN, 2007). Einstein também recebeu o mesmo tratamento de Oppenheimer por se posicionar contra a bomba de hidrogênio. Ele defendia que a “bomba H” devia ser tratada com extrema cautela por ser um instrumento de destruição em massa. Dever-se-ia evitar seu uso, já que existiam outras formas alternativas de produção de energia que não colocavam em risco a vida do planeta. Para ele, seria preciso refletir muito eticamente sobre qualquer um desses dois tipos de uso, seja para fins militares ou civis, pois qualquer erro na fabricação ou uso deste artefato resultaria em consequências catastróficas para toda a humanidade e para o meio ambiente (EINSTEIN, 1981, p. 44). Uma bomba de hidrogênio na guerra significaria o aniquilamento da humanidade. Por isso mesmo, “só a supressão definitiva do risco universal da guerra dá sentido e oportunidade à sobrevivência do mundo” (EINSTEIN, 1981, p. 28).

que se fez com as minhas descobertas não me diz respeito” (PESQUISA FAPESP, 2002, p. 85).

Teller justificou suas escolhas com base na atividade científica desconectada da arte de governar, uma neutralidade que perdurou como “verdade” no campo científico⁵². Mas como observou (FOUCAULT, 2004), a ciência é um procedimento possível do poder. A ética é uma prática, um êthos, uma maneira de ser, relaciona-se com escolhas, ao passo que a moral define maneira de agir. A ética enquanto prática que aparece em meados do século XX busca escolhas para libertar a humanidade das ameaças nucleares e dos assujeitamentos.

eticamente a produção industrial de armas nucleares e de venenos são dois grandes equívocos nos quais a sociedade moderna se meteu e tem dificuldade de sair.

Os problemas que emergem naquele período estarão relacionados às práticas humanas para proteger e contribuir com equilíbrio do ecossistema. Práticas com objetivo de promover bem-estar presente e futuro das gerações humanas e outros seres vivos. Estabelecer normas para a preservação dos ecossistemas, para a utilização racional de recursos naturais e para responsabilizar práticas predatórias do meio ambiental entrará de maneira mais intensa na arte de governar e no Estado a partir dali.

Esses problemas éticos vão receber um impulso com a publicação, em 1962, de “A Primavera Silenciosa” por Rachel Carson. Nesse livro, ela denuncia que a descoberta do DDT como veneno orgânico, em 1939, produziu um perigo praticamente invisível à vida, especialmente a partir de sua produção em larga escala em 1945, ano esse no qual se inicia sua disseminação pelo mundo. Por vários anos, o veneno foi produzido em grande quantidade e distribuído pelo mundo com “rótulo” de inofensivo. Nos Estados Unidos e em outros países, muita gente havia ingerido o DDT por meio da água e de alimentos. Segundo uma estimativa, cada indivíduo estadunidense ingeriu uma quantidade média de 0,28 mg de DDT por dia no ano 1950⁵³. Nos Estados Unidos, em 1959, foram fabricadas cerca de 35 toneladas de veneno,

⁵² Diferentemente de outros colegas seus físicos que passaram refletir eticamente sobre os efeitos políticos de suas ações e suas escolhas, Teller sempre se isentou defendendo que usar artefatos nucleares é sempre uma decisão política. Não seria ele quem tomava decisões, apenas trabalhava de maneira “apolítica” pelo progresso da ciência. Uma visão de ciência apolítica que o desobriga das consequências de suas invenções. Não era a primeira vez que gerava embaraço por suas falas ou seus atos. Teller ficou conhecido também por desobedecer às ordens de seus superiores para se colocar de costas durante a explosão da bomba Trinity no Novo México em 1945. Permaneceu de frente para fitar a explosão e o poder de destruição da nova arma nuclear que ajudara a desenvolver. Sua experiência no desenvolvimento da bomba nuclear, foi importante para anos mais tarde desenvolver a bomba de hidrogênio ou termonuclear. Ele reivindicou a paternidade dessa bomba para a qual deu o nome de “Mike”: “ao saber do sucesso da ‘Super bomba’, em novembro de 1952, em Eniwetok (no Pacífico), Teller declarou, orgulhoso: ‘nasceu e é um menino’”. (PESQUISA FAPESP, 2002, p. 86).

⁵³ Essa estimativa, (D'AMATO, TORRES e MALM, 2002) retiraram do livro D. Roberts intitulado *Pestic Safety*

e 81 toneladas em 1963. A produção começou a diminuir em 1969 no Estados Unidos (cerca de 14 toneladas). No entanto, sua produção teve continuidade em outros países, já que em 1974 houve uma produção mundial de 60 toneladas.

A Suécia foi o primeiro país a proibir o uso do DDT por entender que prejudicaria os animais e o meio ambiente. Outros países da Europa começaram a tomar o mesmo caminho, adotando apenas para ajudar combater doenças. No Brasil, apenas em 1971 que as autoridades determinaram que esse veneno fosse proibido em animais, e aceito apenas para matar insetos (D'AMATO, TORRES e MALM, 2002)

Na ânsia de matar insetos, o DDT acabava matando outros seres vivos dentre os quais os predadores dos insetos. As questões éticas sobre a vida, responsabilidade individual e coletiva em relação ao tema do meio ambiente, vão aparecer no pensamento político, no interior das técnicas e dos procedimentos de governo. A partir de então vai ganhar relevância e se desenvolver ao longo dos anos seguinte, por meio de temas como a poluição de ar e água, o uso racional dos recursos naturais, a mudança climática, a biodiversidade, entre outros. São problemas que vão fazer aparecer leis e regulamentações a nível internacional e nacional para garantir a preservação ambiental, o desenvolvimento sustentável, isto é, de forma que possa ser mantida ao longo do tempo.

O efeito político e ético da bomba e a regulação do DDT marcam não somente a história do ambientalismo como o início de uma nova governamentalidade sem nomeação consensual. Tem recebido várias denominações: “ambientalidade ou ecoconhecimento” (LUKE, 1995), “governamentalidade ecológica” (RUTHERFORD, 2000), ecogovernamentalidade (MALETTE, 2011) , “governamentalidade ambiental neoliberal” (ZAMORA, 2019), “ecopolítica” (MALETTE, 2011), (PASSETTI, 2013) e (RODRIGUES, 2013), e “racionalidade de gestão ambiental” (VASQUES, 2018).

No curso de uma mudança da governamentalidade, da racionalidade prática, há uma mudança ético-política. Entender essa mudança é crucial para acompanhar as estratégias para preservação ambiental ou para transformar o meio ambiente em matéria prima nas indústrias.

Há uma virada nas práticas e, por consequência, na governamentalidade. O problema acerca do assujeitamento da vida começa a recuar para dar lugar questões sobre formas possíveis de autonomia e práticas de liberdade. Da moral, da busca por resposta para questões morais acerca do que se deve fazer, aparecem na primeira metade do século XX, questões

e publicado em 1999.

éticas sobre como viver e como se deve fazer para assegurar uma vida com felicidade não num futuro utópico, mas no presente e num futuro real.

Como perceberam (HARDT e NEGRI, 2010, p. 37), depois da Segunda Guerra Mundial e o aparecimento do poder supranacional da ONU, emergem possibilidades de condutas novas. Com desafio do velho modelo, “a ética, a moralidade e a justiça ganham novas dimensões”, aparece uma subjetividade nova com eixo ético bem distinto, diferente daquele com eixo moral de assujeitamento, resguardada por princípios éticos superiores, da liberdade e da paz.

As práticas de liberdade, as lutas éticas têm perspectiva de futuro, mas estão assentadas principalmente nas questões sobre como viver no presente com felicidade, já que é a partir dele que se constrói o futuro. Foucault ressaltou que essa nova subjetividade que começou a aparecer na primeira metade do século XX que a velha esquerda francesa não conseguiu notar no final dos anos 1970. A inovação que decorreria de uma inquietação individual, de uma mudança profunda na racionalidade e das práticas. Eram lutas para viver com felicidade no presente e num futuro metafísico cristão ou no idílico romântico do pós-revolução como pregava a velha esquerda. Não seria a mudança de governo que mudaria os fatos, mas ao contrário as novas práticas buscariam produzir uma nova racionalidade prática e, por conseguinte, uma nova maneira de governar o Estado (FOUCAULT, 2012).

Fiz essa narrativa para mostrar como contraconduta ambiental aparece e busca fazer recuar conduta do desenvolvimentismo industrialista vigente e predominante até o final da segunda guerra mundial. Mudança da contraconduta ambiental para se transformar na conduta vigente se desdobra de uma maneira ético-política, porque incide sobre a questão como devemos viver na sociedade. Desde os gregos essa questão ética esteve associada não apenas a viver, mas com felicidade.

2.4. Mudança nas Práticas: desenvolvimento e preservação ambiental

Tomei como quadro principal de inelegibilidade teórica uma nova racionalidade prática nos últimos anos associada ao desenvolvimento sustentável, mas que será abordada aqui como uma governamentalidade ambiental descrita a partir da teoria de Michel Foucault sobre o neoliberalismo e as práticas de regulação do mercado (FOUCAULT, 2010b). Esse regime de racionalidade ambiental apareceu na segunda metade do século XX como

consequência política e ética da capacidade de autoextermínio das sociedades.

As três bombas nucleares produzidas no Projeto Manhattan⁵⁴, entre 1942 e 1945, a descoberta do DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano) como veneno orgânico em 1939, sua produção e difusão em grande quantidade para vários países, bem como a descoberta da intitulada “superbomba” termonuclear com grande capacidade destrutiva por ser produzida com hidrogênio, todos esses são produtos que marcaram não somente a história da Física e da Química, mas a história moderna. Ensejaram um impulso à reflexão sobre o futuro dos seres humanos no planeta terra, sobre as necessidades de práticas de preservação ambiental, para proteger o meio ambiente de racionalidades práticas predatórias e degradantes ou recuperar áreas degradadas, e buscar o equilíbrio ecológico coibindo atividades lesivas ao meio ambiente.

Essa racionalidade prática ambiental transformou-se em uma nova conduta da arte de governar e vem se consolidando ao longo de cerca de 70 anos. A partir da conversão da Liga das Nações em Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 com a Carta de São Francisco, foi produzida uma rearticulação dos dispositivos diplomático-militares dos Estados-nação com base na reiteração do tratado vestefaliano de respeito à inviolabilidade da soberania estatal. Mas com abertura para a definição de questões de interesse comum, como o problema dos direitos humanos, aos quais os Estados-nações deveriam se submeter (RODRIGUES, 2013, p. 141).

No ano 1946, cria-se a Unesco, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura com objetivo de orientar a promoção da educação, cultura e ciência na qual é reservada uma área para discutir propostas para o meio ambiente, e dois anos depois, a União Internacional para Proteção da Natureza que passava ter atividades e projetos financiados por aquela organização. Até a criação do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), em 1972, as demandas para planos de conservação do meio ambiente se concentravam na Unesco.

A ONU promoveu uma conferência pioneira em 1949 para discutir questões como conservação ambiental e utilização dos recursos naturais. Depois de quase duas décadas, em 1968, promoveu uma conferência internacional, na Suécia, sobre os problemas do meio ambiente humano durante o qual foi deliberada a promoção de diversos debates científicos e

⁵⁴ A bomba nuclear Trinity (fabricada com plutônio 239) testada no deserto do Novo México nos Estados Unidos, a Little Boy (de urânio 235) lançada em Hiroshima e a Fat Man (de plutônio 239) atirada em Nagasaki.

sociais a partir dos quais seria formulada propostas para resolver problemas do meio ambiente. Nesse mesmo ano, foi quando ocorreu a Conferência da Biosfera⁵⁵, em Paris na França, da qual participaram especialistas convidados para sugerir meios de aplicar a ciência no uso e conservação racional de recursos do planeta. Após quatro anos (1972), em Estocolmo na Suécia, ocorre uma nova conferência na qual é enunciada a Declaração de Estocolmo para o Ambiente Humano que entra para história como marco não apenas da razão de Estado e de arte de governar, como contracondutas orientadas por práticas ambientais.

Naquele mesmo ano de 1972, há dois acontecimentos que se relacionam com essa nova racionalidade ambiental que aparece na primeira metade do século XX. Um desses foi o lançamento do relatório “Os Limites do Crescimento” pelo Clube de Roma, formado para analisar ações e perspectivas política, econômica e social acerca do meio ambiente. O relatório produzido por cientistas do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts) resultou de um estudo sobre a interação do homem e o meio ambiente a partir de uma projeção do aumento da população, uso dos recursos naturais e destruição do meio ambiente. Conclui-se que o crescimento econômico possui limite, dos recursos naturais os quais se extinguiriam em cem anos com o ritmo de consumo da época de produtos da indústria e a exploração dos recursos seguisse no ritmo daquela época. Apontava para se pensar uma alternativa de crescimento tomando por base o desenvolvimento sustentável.

Confere-se uma tradução economicista, regida pelo mercado neoliberal de recursos escassos. Esse relatório de fundo ecológico termina por naturalizar a categoria população e a separam da noção de cultura, identidade, etnia e diferença. Nele veicula um argumento neomalthusiano que estabelece a ideia de que há na natureza uma lei inscrita que objetiva estabelecer o equilíbrio entre população e recursos.

A mudança será observada à luz das racionalidades práticas éticas que emergiram no ocidente (Europa e Estados Unidos), na segunda metade do século XX, e se encontram em vias de consolidação e de disputas com racionalidades práticas amazônicas.

Noracy (RUIZ, 1991) mostra como a linguagem analítica do Foucault sobre a racionalidade e a ética ganha inelegibilidade nos anos 1990 quando, segundo ela, uma nova ética nas estratégias do desenvolvimento da Ecopolítica, para resguardar a vida, novas práticas políticas, novas ideias sobre justiça social, preservação do meio ambiente. Ecopolítica

⁵⁵ Conferência da Biosfera foi uma conferência intergovernamental realizada pela UNESCO, em setembro de 1968, em Paris na França.

pressupõe conscientizar sobre a preservação do futuro único do planeta Terra. Para ela, naquela década, é quando surgem novos termos e estratégias para problematizar a questão ambiental. Nesse processo de mudança social e política, a garantia da vida determina parâmetros de ação como, por exemplo, na atenção à prevenção de tragédias ecológica.

No Xingu, assumo as formas de convivialidade e ocupação do espaço de povos indígenas e ribeirinhos como racionalidades práticas que não são redutíveis a essa racionalidade prática que se consolidou como uma conduta de “desenvolvimento sustentável” que influencia um *modus operandi* da regulação governamental do meio ambiente. Em outras palavras, trata-se de racionalidades práticas ambientais não capturada pelo mercado neoliberal e que são fundamentais no diagrama de lutas e estratégias em torno da mudança social em curso no Médio Xingu.

É preciso considerar que quando direcionamos nosso olhar para o Médio Xingu nos colocamos diante do mais importante para os povos tradicionais da Amazônica e de uma civilização original marcada por uma diversidade biológica, ecológica e social única, conforme argumenta Eduardo Viveiros de Castro durante uma entrevista (Expedição Gota d'Água Xingu, 2011). Naquele espaço, como afirmou Antônia Melo em entrevista concedida a mim em 2016, “há algo mais importante do que o emprego, do que o crescimento econômico. A vida é mais importante. A vida no sentido mais amplo”. E reforça: “É preciso de práticas anticapitalistas contra as formas de destruição da vida que o capitalismo provoca. É nessa linha que temos que buscar trilhar, fazendo uma luta anticapitalista e em defesa da Amazônia e de todas as formas de vida tradicionais e contra qualquer injustiça que esse sistema produz”.

Essas práticas se afirmam como contracondutas em relação a práticas do neoliberalismo disseminadas como orientação da arte de governar nos Estados-nação. Tanto as práticas de conhecimento da ciência econômica de vertente neoliberal quanto as racionalidades práticas de ciências socioambientais vão orientar o uso de matérias primas e proteção dos recursos ambientais. Essas racionalidades práticas orientadas para a arte de governar o Estado são abordadas por vários autores, que recorrem a um arcabouço foucaultiano e criam diferentes noções para caracterizá-las como, por exemplo “ambientalidade/ecoconhecimento” (LUKE, 1995), “governamentalidade ecológica” (RUTHERFORD, 2000), ecogovernamentalidade (MALETTE, 2011), “governamentalidade ambiental neoliberal” (ZAMORA, 2019), “ecopolítica” (MALETTE, 2011), (PASSETTI, 2013) e (RODRIGUES, 2013), e “racionalidade de gestão ambiental” (VASQUES, 2018).

A mudança apareceu primeiramente nas práticas humanas na forma de

contraconduta, de luta contra sujeição, contra dominação e por liberdade e, posteriormente, foi sendo capturada pelo neoliberalismo enquanto uma racionalidade de governo e de regulação da vida. Por tanto, essa mudança, que se configura a partir da segunda metade do século XX, se orienta, inicialmente, por questões éticas sobre a vida, responsabilidade individual e coletiva em relação ao tema do meio ambiente. Desde então, vai aos poucos se imprimindo parcialmente no pensamento político, no interior das técnicas e dos procedimentos de governo dos Estados-nação. Temas como a poluição de ar e água, o uso racional dos recursos naturais, a mudança climática, a biodiversidade, entre outros, são problemas que suscitam leis ambientais e regulamentações a nível internacional e nacional para preservação do ecossistema.

Para Foucault, as mudanças acontecem com resistências, revoltas e insurreições de conduta, na forma de contraconduta. Como disse Foucault, as contracondutas se opõem à conduta vigente no poder do Estado e na racionalidade governamental. A história das contracondutas não podem ser dissociadas das outras duas. Desenvolve contracondutas, reivindicações, com objetivo da população romper com condutas predominante, nesse caso da governamentalidade liberal clássica. Com conduta voltada para produzir uma sociedade, uma cidade, uma nação, com foco mais coletivo. As novas condutas se erguem a partir de exigências individuais, em certo momento, como lutas por liberdade, contra abusos do poder do Estado ou para substituir as regras de obediência.

Por analogia, as condutas da governamentalidade ambiental nascem de contracondutas. Uma nova prática (atividade e pensamento/conhecimento), portanto, marca o ambientalismo e se transforma num parâmetro de boas condutas da arte de governar. Como “experimentador” que questionava o presente, Michel Foucault se interessou, segundo (ZAMORA, 2019), por essa “governamentalidade” que emergiu na primeira metade do século XX sob a égide do neoliberalismo, em especial, norte-americano concebido como “ambiental”. Foucault designou essa nova governamentalidade neoliberal ambiental não como uma agenda econômica, mas como forma de pensar a política, ou seja, de redesenhar a maneira como se pensa a própria política. Ao associar as noções de desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental, o neoliberalismo (em especial o norte-americano) buscou “conciliar o mercado e a preservação com o objetivo de harmonizar a vida humana e as condições adequadas de manutenção da vida” (VASQUES, 2018, p. 85).

Para (FOUCAULT, 2010b), o problema do neoliberalismo é saber como se pode

regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado. Desde clássicos da economia política, os teóricos do liberalismo buscam divulgar uma crença segundo a qual seria preciso governar ao lado dos economistas, ouvindo-os e seguindo suas profecias. O objetivo dos liberais e dos neoliberais era embalar a ciência econômica como ciência diferente da arte de governar e que, por isso, poderia atuar como ciência auxiliar da arte de governar (FOUCAULT, 2010b). Ao associar a economia ao conhecimento capaz de balizar o verdadeiro e o falso, uma ciência lateral à arte de governar, os economistas liberais terminam por escamotear o liberalismo enquanto uma utopia⁵⁶.

Foucault (2010b) descreveu o liberalismo como instrumento de uma governamentalidade que tenta reformar e racionalizar, ou seja, uma governamentalidade que se opõe à própria governamentalidade e tenta restringir reformas com base no discurso de limitar abusos de poder. Foucault, para tratar da biopolítica, precisou falar antes do neoliberalismo por questão de método. Via no neoliberalismo uma grade de análise, um conteúdo concreto a partir do qual poderia analisar as relações de poder, bem como a governamentalidade enquanto maneira como se conduz a conduta dos homens. Além de ser um instrumento crítico da realidade, ou melhor, de uma governamentalidade anterior, o liberalismo ou o neoliberalismo é um método de pensamento, de análise e de imaginação. É uma grade de análise econômica e sociológica.

O neoliberalismo aparece nas discussões dos economistas da primeira metade do século XX como um retorno ao *homo oeconomicus* que passa ser aquele que busca limitar “excesso de governo”, podendo até mesmo o destituir. O instrumento de regulação não se dá por meio da lei, mas pelo campo econômico. O regime de verdade é o mercado. Busca fazer com que, ao mesmo tempo em que o soberano não seja ser cego ao campo econômico, surja nele uma incapacidade de dominar a esfera econômica em sua totalidade.

Foucault observa que, nos Estados Unidos, o neoliberalismo foi concebido como uma nova tecnologia de intervenção do tipo ambiental, uma tecnologia ambiental ou uma psicologia ambiental. É, por isso, que segundo Foucault, a ação penal passa a ser uma ação sobre o jogo dos ganhos e perdas possível, uma ação ambiental, porque é no ambiente do mercado que o indivíduo oferta seu crime e encontra demanda positiva ou negativa. O homem econômico é aquele que aceita a realidade ou responde sistematicamente às modificações nas

⁵⁶ O liberalismo é, acima de tudo, uma utopia que não pode ser considerada apenas um projeto irrealizável, porque seu objetivo é apontar um caminho para se chegar a um sistema sociopolítico ideal. É, portanto, uma utopia alcançável e com capacidade de renovação. É uma utopia sempre reativada.

variáveis do meio. É o homem manejável, eminentemente governável que responde às mudanças (FOUCAULT, 2010b).

Há diferença entre mudar o jogo e buscar mudar a mentalidade dos jogadores: “esta é uma diferença em relação ao objetivo estabelecido ou à tecnologia a ser usada: ou bem uma tecnologia de ‘disciplina-normalização’, ou bem uma tecnologia de ‘ação sobre o ambiente’” (STIVAL, 2013, p. 109). Esse é um tipo de intervenção intitulada de “segurança”: “a segurança mobiliza uma noção precisa de meio, e é precisamente neste campo que pode haver ação sobre uma população” (Ibidem).

O objetivo deles seria ampliar a racionalidade do mercado para arte de governar com critérios para tomada de decisão. Os neoliberais, em especial os estadunidenses, observaram que, ao invés somente da mudança nas regras do jogo, seria também mais eficiente mudar a mentalidade dos jogadores por meio da tecnologia ambiental. Isso vai se dar por meio de investimento em capital humano, em especial, na educação, por meio de instrução e formação profissional. Foucault nota um conjunto de relatórios que produziram com sugestão para tomada de decisões em campos não exclusivamente ou primordialmente econômicos. Por exemplos, família, natalidade, delinquência e política penal. Porque, embora a educação seja o foco principal para mudar a mentalidade dos jogadores, o capital humano vai além da aprendizagem escolar ou profissional. O tempo dos pais e mães dedicados à educação afetiva dos filhos passam a ser concebidos como investimento que constitui capital humano. São os estímulos que as crianças recebem que vão formar o capital humano. Essa será a análise ambiental da vida da criança, calculada, quantificada, medida em termos de possibilidades de investimentos em capital humano, que servirá de modelo para uma governamentalidade ambiental.

A governamentalidade neoliberal ambiental se caracterizará como o governo ambiental que enfatiza a participação de dispositivos técnico-científicos (VASQUES, 2018). Para ele, governamentalidade neoliberal se baseia no princípio de autolimitação própria da Razão de Estado (não é somente o direito que regula ou limita as ações do governo). O princípio de racionalidade de Estado não é balizado por valores do direito como legítimo ou ilegítimo, justo ou injusto. A avaliação das ações do governo se dá no plano do adequado ou inadequado, insuficiente ou excessivo (FOUCAULT, 2010b). É também pelo parâmetro do verdadeiro. Quem produz esse parâmetro são as ciências modernas e o mercado.

O parâmetro de boas condutas de um governo é construído por práticas de conhecimento técnico-científicas da economia política e de outras ciências. Assim como a

racionalidade científica, a racionalidade do mercado também atua na definição de parâmetros de verdade para as práticas governamentais. Princípio de utilidade limitaria o escopo da ação do governo (VASQUES, 2018).

Após a percepção apocalíptica do autoextermínio da humanidade, o mercado neoliberal vai se colocar como salvador do futuro do planeta apresentando o desenvolvimento sustentável como saída (VASQUES, 2018). Vai capturar o *Zeitgeist* da preservação ambiental e colocá-lo sob ethos da liberdade de práticas antagônicas que, não raras vezes, são contrárias a outras reflexões éticas de sociedades cujo regime de racionalidade prática pode resguardar o futuro comum da sujeição e do extermínio sem a compatibilização da preservação do meio ambiente e do equilíbrio ecológico com desenvolvimento econômico sustentável neoliberal de orientação frequentemente neomalthusiana.

Na orientação do mercado, veiculou-se o argumento neomalthusiano de que haveria na natureza uma lei inscrita que objetivava estabelecer o equilíbrio entre população e recursos. No argumento que dá suporte a esse novo “higienismo” se encontra discurso “neomalthusiano” segundo o qual não há espaço habitável e nem recursos para todas pessoas do planeta. Assim restam as pessoas se submeterem aos rigores das leis e das normas dos governos em suas sociedades (MELLO, 1998).

Foi com argumento de evitar esse apocalipse a partir dos problemas ecológicos que, segundo (RUTHERFORD, 2000), o neoliberalismo buscou produzir um novo domínio para a administração biopolítica do ecossistema. Criam-se rapidamente normalizações e leis a partir das racionalidades práticas desenvolvimentistas-sustentáveis. E depois dissemina a regulamentação do uso das matérias primas procedentes do meio ambiente como modelo a ser adotado por vários Estados-nação. A Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), bem como Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) são alguns exemplos de *technés* do neoliberalismo ambiental americano difundida como bitola da arte de governar. Na América Latina, por exemplo, segundo (VASQUES, 2018, p. 196), esse modelo se tornou hegemônico de modo a impelir uma avaliação de impacto ambiental alternativa.

A produção excessiva de lixos (resíduos sólidos, é um bom exemplo) e a dificuldade do poder público de resolver esse problema demonstra que embora a ideia ambiental faça parte do espírito do tempo atual, no Brasil, é algo cujo aparecimento é muito recente e passou fazer parte de práticas de poucos atores. Porque vale a pena lembrar que essa nova racionalização fazia sentido para o público europeu e asiático que participaram da guerra e puderam refletir de maneira mais direta sobre o autoextermínio.

Por isso, muito embora a racionalidade que o movimento Xingu Vivo e sua principal liderança Antônia Melo expressam apenas coincide com a nova racionalidade ocidental que aparece no meão do século XX, no aspecto da reflexão ética sobre a vida. Mas são regime de racionalidade diferente, porque tem origem diferente, de práticas diferentes. Essa racionalização a que a Antônia Melo representa e refuta o intitulado “desenvolvimento sustentável” faz parte de uma prática adquirida por quem foi viver ali na Amazônia e aprendeu a conviver com a floresta e todas formas de vida. Dos povos indígenas originários que perceberam muito antes dos ocidentais sobre o extermínio do seu ambiente é se exterminar. Na conduta desses povos cuidar e preservar não é apenas uma escolha ética, mas uma orientação moral acerca do que se deve fazer.

Enfim, a conduta conservacionista ambiental “disseminada” para outros países como o Brasil “embalada” como desenvolvimento sustentável ainda tem pouca ressonância entre a população urbana e até mesmo rural. Adriana (MOURA, 2016), em relatório do IPEA sobre o tema, aponta, porém, avanços acerca da divulgação da ideia de sustentabilidade. Coincidentemente, sua sugestão de propagar de maneira impositiva essa nova racionalidade ambiental vai ao encontro do que foi sugerido pelos neoliberais americanos quando defenderam que os seres humanos são manejáveis, eminentemente governáveis, que podem ser mudados através da intervenção no seu meio, pela tecnologia ambiental, a “segurança”.

2.5. História do presente e Lógica da estratégia

O tema de estudo de Foucault que visa captar os efeitos das práticas em forma de acontecimentos históricos se mostrou relevante nesta tese. É interessante em Foucault o fato de jamais pretender captar uma “sociedade” no “todo” de sua “realidade vivente”. Seu foco não é a sociedade, mas sim “o discurso verdadeiro/falso: quero dizer, é a formação correlativa de domínios, de objetos e de discursos verificáveis e falsificáveis que lhe são aferentes; não é simplesmente essa formação que me interessa, mas os efeitos de realidade que lhe estão ligados.” (FOUCAULT, 2015, p. 343). A questão que orientou suas pesquisas desde o começo foi sobre o qual história é possível fazer a partir do momento em que nela se produz continuamente a divisão do verdadeiro e do falso.

Com essa produção sem cessar entre verdadeiro e falso, ele quis dizer quatro coisas: Primeiro, como a produção e a transformação da divisão do verdadeiro/falso se caracterizam

e determinam a historicidade. Em segundo lugar, de quais maneiras específicas a relação do verdadeiro e do falso atuou nas sociedades ‘ocidentais’ produtoras constante de saber científico com valor universal. Depois, como o saber histórico de uma história produz a divisão verdadeiro/falso de esse conhecimento decorre esse saber. E por fim, o problema político mais geral que não é o da verdade, mas sim o modo como ligar uma à outra, a maneira de dividir o verdadeiro e o falso e a maneira de governar-se a si mesmo e os outros (FOUCAULT, 2015, p. 339).

Ao descobrir uma divisão completamente diferente através de uma outra maneira de se governar, e se governar de modo inteiramente diferente a partir de uma outra divisão que se depara com a ‘espiritualidade política’. A descrição de Foucault acerca das relações de poder com uso da metáfora da guerra refere-se a uma luta pela conquista do poder e do enunciado verdadeiro na qual a “lógica da estratégia” é um dispositivo adequado para desnudar as táticas dos vencedores da guerra (FOUCAULT, 2010b, p. 71). Porque falar em poder é tratar da existência de ato em exercício. Na modernidade, o saber ou o conhecimento cujo objetivo de produção visa a verdade não pode ser compreendido sem os discursos científicos.

Foucault sugere abandonar em especial a dialética hegeliana “que ocupa lugar decisivo no pensamento francês em meados do século XX, contra o qual Foucault se posiciona desde os anos 1950” (STIVAL, 2013, p. 80). No livro *Nascimento da Biopolítica*, ele diz “o que é lógica dialética? É uma lógica que faz jogarem termos contraditórios no elemento do homogêneo. Proponho substituir esta lógica dialética por aquilo a que chamaria uma lógica da estratégia” (FOUCAULT, 2010b, p. 71).

Foucault trata mais claramente sobre a lógica da estratégia nesse livro com intuito de analisar o liberalismo moderno a partir de elementos contraditórios cujas lutas políticas não os fariam deixarem de ser disparatados. A lógica da estratégia oferece elementos para abandonar a suposição de uma pacificação que existe na dialética ao sugerir resolver o problema dos conflitos e das diferenças no elemento do homogêneo.

Assim Foucault propõe outro elemento lógico que permite lidar com heterogêneos, premissas contraditórias, sem a necessidade de cair na trivialidade, ou resolver o problema da contradição fundindo-a no elemento do homogêneo (FOUCAULT, 2010b).

Esta abertura que ignora as paciências do negativo faz o movimento da história escapar a uma lógica que a circunscreva plenamente. Por isso, a lógica que organiza a relação polêmica daquelas vias da prática política moderna – Direito e economia política – é estabelecida conforme certa atividade. A atividade que faz rodar a história como jogo de forças tem, para o aspecto particular da relação entre a axiomática dos direitos do homem (em sua função simbólica moderna) e o efetivo

cálculo utilitário da independência dos governados, o sentido de uma *estratégia* (STIVAL, 2013, p. 81-82).

Os acontecimentos no cenário da metáfora da guerra obrigam escolhas e reatualizações estratégicas. E, com essa lógica da estratégia, proposta por Foucault, ajuda compreender as práticas, as racionalidades, a arte de governar a partir de uma história aberta e descontínua.

Esse caminho da investigação e reflexão se mostra necessário aqui para dar conta não apenas das lutas éticas a partir das quais as práticas e racionalizações mudam para uma perspectiva de pensar o futuro comum do meio ambiente e, em especial, a vida no planeta, mas também para analisar a partir da história a organização do espaço de luta na Amazônia onde se disputam racionalizações diferentes para a floresta. Assim espero poder compreender a transformação do espaço xinguano por meios de racionalidades práticas movidas por objetivos conscientes: *technés*. Analisar as racionalizações e práticas do cuidado de si, bem como a arte de governar por meio de um jogo de forças que disputam a partir das noções de meio ambiente e mudança climática. A abordagem das *technés* que disputam o espaço da Amazônia tomo como base a orientação da lógica da estratégia de Foucault. O tema das práticas dos indivíduos e as racionalizações na produção de *technés* para arte de governar revisita a articulação basilar do Foucault entre poder e saber, razão de Estado e o uso do verdadeiro.

Há uma conjunção, para Foucault, entre poder, direito e verdade na arte de governar a qual submete, através de práticas de poder, por sua vez, a sociedade à produção de verdade. Verdade é um sinônimo de lei e de produção. É por isso que há uma conexão entre a produção da verdade e a produção de “inovação”, de desenvolvimento, enfim, de riquezas. Especialmente, porque nessa espécie de guerra da qual o conhecimento científico faz parte, a produção do discurso legítimo, verdadeiro é um alvo a ser atingido.

A partir do século XVIII, o exercício do poder deixa de se relacionar diretamente com dominação ou violência, para fazer conexões com o conhecimento, com a produção da verdade (FOUCAULT, 1995). E é essa espécie de poder que interessa nessa pesquisa.

Ao passar a ser submetida pelo poder à produção de verdade, segundo Foucault (1995), as relações entre poder, direito e verdade se organizaram na sociedade de uma maneira especial. Quando a verdade praticamente torna-se “lei”, o poder depende da produção de verdades, inclusive para produzir riqueza. Por isso, as relações de poder se associam, se estabelecem e funcionam com uma produção, com uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso.

O leitor poderá supor que uma pesquisa sobre mudança social que tem a construção da

Usina de Belo Monte como um de seus eventos orientar-se-ia pela identificação dos impactos político-culturais, estruturais, socioeconômicos da usina no espaço do baixo ou médio Xingu. Mas não é disso que se trata, de uma mudança concebida como uma consequência de uma obra ou de ações de governo para que a usina fosse implementada.

A mudança que pretendo abordar é aquela a partir de um regime de racionalidade que se apresentam por meio as práticas (enquanto atividade e conhecimento/pensamento) em um quadro de guerra política, e assim a ordem de racionalidades práticas que se distribuem no espaço do médio e baixo Xingu e se conectam a processos de uma arte de governar e uma governamentalidade ambiental.

Depois de esmiuçar alguns marcos da análise sociológica da mudança social, dediquei este capítulo à apresentação da armação metodológica da pesquisa e a montagem da abordagem político-pragmática da mudança social.

Em uma perspectiva da sociologia política, esta pesquisa aborda o processo de mudança da racionalidade de Estado contemporânea a partir dos marcos teóricos e metodológicos de Foucault, ressaltando os dispositivos de consolidação dessa racionalidade, as práticas cotidianas que disputam a orientação das práticas de governo, as racionalidades práticas que são concebidas como *technés* sociais e que atuam na dinâmica dessa mudança e repercutem em diferentes práticas de governo, as *contracondutas* e ações de resistência.

Essa abordagem foi montada no curso do esforço de compreender e transpor ao campo da sociologia algumas premissas e noções da linguagem conceitual de Michel Foucault de quatro obras principais: *O Nascimento da Biopolítica, Segurança, Território e População*: Curso dado no Collège de France (1977-1978), *A Hermenêutica do sujeito e Ditos e Escritos* (Ditos & Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber; Ditos & Escritos V: Ética, Sexualidade, Política; Ditos & Escritos VI: Repensar a política; Ditos & Escritos VII: Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina; Ditos & Escritos VIII: segurança, penalidade e prisão; e Ditos & Escritos X: Filosofia, Diagnóstico do Presente e Verdade).

Dentro desse quadro mais ampliado de uma mudança social que se cristaliza em governabilidade neoliberal ambiental, a construção de Belo Monte é um dos atos nesse processo. Em relação no horizonte da governamentalidade neoliberal ambiental que práticas do governo brasileiro na construção da Usina Belo Monte serão analisadas. Interessa aqui as estratégias e táticas descritas como rupturas drásticas em pactos que subsidiaram as práticas do governo, além de conferirem um plano eficaz para ações do Estado, também remetem à impermanência da arte de governar contemporânea.

2.6. Sociologia histórico-política das racionalidades práticas ambientais

No primeiro capítulo, busquei demonstrar o caminho percorrido e as reflexões teóricas e metodológicas que a pesquisa foi me conduzindo desde quando optei por pesquisar mudança social no Médio Xingu da Amazônia. A abordagem teórico-metodológica envolve uma problematização histórico-política do processo de mudança social em curso. Ao longo da pesquisa, percebi que a abordagem que tentava construir se configurava como uma sociologia histórico-política das racionalidades práticas ambientais em disputa no espaço do Médio Xingu.

Os procedimentos, as técnicas e as estratégias metodológicas adotadas na pesquisa são heterogêneas para alcançar as diferentes racionalidades práticas e captar posicionamentos estratégicos nas ações, alinhamentos, programação, movimentos, mobilizações, em diferentes espaços, épocas e contextos.

Com esses diferentes métodos, acompanho várias estratégias de luta e formação de rede de aliados através de análises de armas e estratégias políticas adotadas por diferentes indivíduos. Por exemplos, lideranças indígenas, ribeirinhos, bem como lideranças de movimentos sociais institucionalizados, de membros de organizações indígenas, ambientalistas e dos órgãos ligados à Igreja católica, mas também agentes políticos municipais, estaduais e federais, bem como de executivos de empresas públicas e privadas.

Usei diversas fontes historiográficas, como etnografias antropológicas, teses de doutorado e artigos acadêmicos de várias áreas do conhecimento, notícias e entrevistas jornalísticas, dicionários de línguas indígenas e glossário militar, como também filmes, documentários, entrevistas em vídeo e programas de rádio gravado, fiz uso também de relatório de pesquisadores, governos, empresas públicas e privadas, de leis, decretos, resolução de conselho, projetos de lei e ata de criação de associação, de discurso de presidente da república, diretrizes de programa de governo e vídeo de programa eleitoral gratuito, mas também de trechos de anotações de observações de pesquisa de campo e de entrevistas que realizei.

Essa pesquisa é mais adequadamente categorizada como um estudo de sociologia política porque o que se busca apreender são dispositivos e racionalidades práticas e seus efeitos em formações de verdade, na governamentalidade, na ordenação do espaço vivido.

Tabela 1 - Modelo abstrato de tipos ideais de racionalidades práticas

Racionalidades Práticas	Predatória	Desenvolvimentista	Desenvolvimentista Sustentável	Amazônica
Economia	Utilitarista	Mercado liberal	Mercado neoliberal	Caça, pesca, agricultura e coleta
Posição em relação à governamentalidade	Contraconduta	Conduta Vigente (em descensão)	Conduta Vigente (em ascensão)	Contraconduta
Ação social	Moralista	Regimento-Disciplinar	Ético-legal	Ético-política (Felix Guattari)
Organização Política	Acumulação primitiva	Economia Política Desenvolvimentista e liberal. Razão de Estado Diplomático-militar e Polícia	Ético-política, direitos humanos e Neoliberal	ético-política e Sociedade contra o Estado (Pierre Clastres)
Forma de governo	Poder Pastoral	Poder disciplinar e Poder soberano	Ciência - inovação - floresta - cidade (Novo desenvolvimento sustentável)	O poder não está separado da sociedade (Pierre Clastres)
Estratégias	Atividades para enriquecimento rápido: Desmatamento, comercialização de madeira, grilagem, tráfico de animais, garimpo, agropecuária e mercado de terras	Energia, transporte, mineração (desenvolvimento). Ciência. Inovação. Urbanismo	Ciência, tecnologia e inovação - energias renováveis - floresta e cidade	Luta pelo território. Rio e floresta (modo de vida comunitário, horizontalidade e autonomia)
Ambiente	Campo	Urbano predial	cidade sustentável	Florestal
Saberes e técnicas	Religião, individualismo e utilitarismo	Economia e ciências sociais	Economia e ciências ambientais	Vida na floresta, saber prático, saberes e espiritualidades indígenas, negras e ribeirinhas
Lugar da Floresta	Mercadoria e propriedade. A floresta é objeto de devastação e de enriquecimento rápido	Exploração de recursos naturais (energia e minérios). Floresta substituída por jardins e parques urbanos	Fonte de inovação científica, tecnológica e urbanística, e de reinvenção de uma nova sociedade brasileira	Lugar de viver bem (a floresta é habitada por múltiplas formas de existência)
Tempo	Presente - meses e anos	Presente - Anos e Décadas	Futuro - Décadas e séculos - planejamento do futuro coletivo	Futuro - preocupação com futuras gerações
Espaço	Indivíduo e casa	Cidade e Nação	Planeta e Nação	Mundo e floresta
Imagem	Espaço vazio disponível para apropriação e formação de fazendas para gado e monocultura. Um Eldorado	Cidade e campo. Território nacional. Centro Político. Cidade = espaço governável	Cidade e Floresta	Rio e Floresta
Transporte	Rios, estradas, rodovias e transporte aéreo. Trilhas, estradas e linhas aéreas clandestinas	Rodovia para integrar e retirar regiões do isolamento. Circulação, velocidade. Dominação burocrática. Valorização do trabalho.	Rodovia, aerovia, redes virtuais e hidrovias (colocadas com mesmo valor no transporte de produtos)	rio - organização do acesso e de transporte - integração de cidade com a floresta
Projeto de Brasil	Transformar o espaço em mercadoria fundiária, em um espaço apropriável que pode ser transformado em propriedade	Brasil industrializado. Indústria e cidade como motor de modernização. Cidades planejadas para sair do atraso. Amazônia - lugar de conquista e de estratégia de segurança e soberania nacional	Brasil sustentável. Amazônia como novo paradigma de desenvolvimento (projeto singular de Brasil contra colonizador - a inovação vem de fora)	Brasil garantidor de floresta, rios, animais, vida ampla, diversidade étnica e biodiversidade

Fonte: A elaboração e a estruturação são do autor

Uma sociologia política com análise de fontes primárias e secundárias, combinando análise qualitativa de documentos oficiais (relatórios, leis, convenções, projeto urbanístico, Plano Diretor), estatísticas oficiais (plataformas como IBGE, DATASUS, RAIS/CAGED e IDESP: Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará), material de imprensa ou de divulgação (jornais, notícias, blogs), de registros de entrevistas semiestruturadas pelo pesquisador e de registros da observação in loco (de reuniões do dia-a-dia desses atores sociais em manifestações públicas) conduzida pelo pesquisador em trabalho de campo entre 2015 e 2016; diários de campo (do dia-a-dia na cidade, de entrevistas e visitas ao fórum, prefeitura de Altamira, SEPLAN) análise quali-quanti da produção científico-acadêmica sobre o espaço do Xingu e as ressonâncias das controvérsias em torno da construção da Hidrelétrica Belo Monte.

Existem múltiplas racionalidades práticas, mas, para análise nesta tese, condensei essa multiplicidade em quatro tipos (ver tabela acima). Estruturei na tabela acima um modelo de tipos ideais de racionalidades práticas daquele espaço. Os conceitos da tabela foram inspirados em Michel Foucault, Felix Guattari, Gilles Deleuze, Pierre Clastres e Eduardo Viveiros de Castro. O modelo funciona como espécie de tipos ideias que observei nas ações naquele espaço em específico. São concebidos sem correspondência direta com a realidade. O objetivo do modelo foi tornar inteligível as práticas humanas naquele espaço da Amazônia, elucidando características e aspectos fundamentais comparativamente. É um modelo abstrato para me ajudar pensar realidades concretas.

CAPÍTULO 3 – O Rio e a Estrada no Médio Xingu

Para nós, o Xingu é o nosso pai, e a mata é a nossa mãe. É de lá que nós tiramos todo nosso sustento. Na nossa vida, sempre nós olhamos que ele nos dá tudo. O rio, para nós, é a nossa geladeira, é a nossa rua. É tudo para nós o rio. Então, para nós, ele serve como nosso pai, nosso cartão de crédito, nosso cheque especial. Sempre isso eu aprendi, que ele é isso tudo para nós. Então [antes da construção da barragem da hidrelétrica Belo Monte] nós não precisava dizer para a Funai que nós era índio. Nós não precisava dizer para o governo federal que nós era índio. Por que nós não precisamos? Porque nós sempre se autossustentou do rio e da mata⁵⁷.

Embora morando na cidade há algum tempo, a indígena Socorro Arara cujo trecho de uma entrevista reproduzo acima sempre se reconheceu e foi reconhecida pelas pessoas da cidade de Altamira como indígena. Mas percebeu uma mudança quando órgãos do governo federal começaram a chegar à cidade durante a construção da hidrelétrica Belo Monte. A empresa pública responsável pela administração da concessão da hidrelétrica passou a classificar como “índios” somente indígenas aldeados. Além de lidar com o temor do rio e da floresta acabarem, Socorro e seus parentes precisaram lutar não apenas contra o empreendimento, mas também pelo direito de viver do rio e da floresta e pelo direito de ser reconhecida como indígena legítima⁵⁸.

O Xingu é um rio sagrado e com grande simbologia para vários povos indígenas que vivem há séculos no espaço de sua bacia hidrográfica. No século XX, tornou-se um dos rios amazônicos mais conhecidos no mundo. Mas sua simbologia entre “brancos” teve início no século anterior, através de relatos de viajantes como, por exemplo, Adalberto, o príncipe da Prússia. Em 1842, navegou o rio Xingu com outras pessoas, acima das cachoeiras da Volta Grande. Visitou lugares onde “brancos” não teriam ido⁵⁹. Mas é com o filme⁶⁰ indicado ao Oscar do diretor de cinema belga Jean-Pierre Dutilleux sobre os Kayapó, nos anos 1970, que o rio Xingu e essa população indígena da Amazônia brasileira tornam-se conhecidos nos Estados Unidos e na Europa.

⁵⁷ Esse trecho faz parte de uma entrevista que a indígena Socorro Arara me concedeu em sua casa na cidade de Altamira em 14 de novembro de 2016.

⁵⁸ Ao final da entrevista, seu esposo e seu sogro chegaram com uma caça, ave grande com penas pretas, que seria consumida no almoço. Apresentou-me a eles e me convidou para o almoço, explicando que tudo que eles comiam vinham do rio e da floresta.

⁵⁹ Desde meados do século XIX, o espaço da bacia do rio Xingu vem sendo construído enquanto espaço mítico para pessoas de países da Europa, através, por exemplo, de relatos como do príncipe prussiano que com um grande barco à vela navegou o rio Amazonas e outros grandes rios na Amazônia (ADALBERTO, PRÍNCIPE DA PRÚSSIA, 2002).

⁶⁰ Trato com mais detalhes desse documentário no capítulo intitulado “O Grito e a Guerra”.

Xingu ao qual a indígena Socorro Arara se refere na citação que introduz este capítulo é o nome do rio da bacia hidrográfica do rio Amazonas. Localiza-se na Amazônia, em dois Estados brasileiros, Mato Grosso e Pará, mas seu imaginário ultrapassa as fronteiras brasileiras.

O bioma amazônico não se reduz exclusivamente ao território geopolítico do Brasil. Extrapola referências exclusivamente nacionais. Com cerca de sete milhões de quilômetros quadrados, esse bioma transnacional corresponde praticamente a toda bacia hidrográfica do Rio Amazonas. Integra o território de outros países como Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana francesa, Peru, Suriname e Venezuela.

O espaço da Amazônia que se localiza dentro da área geopolítica de soberania brasileira passou a ser denominado de Amazônia Legal em 1953 com Lei Federal número 1.860. Um dos objetivos do governo federal com a lei na época era delimitar essa região visando promover política econômica de desenvolvimento autossustentado e gerar “bem-estar social” no país com integração do “estoque de matérias primas” que seria a Amazônia Legal ao mercado econômico nacional⁶¹.

O rio Xingu, de acordo com o etnólogo Eduardo Viveiros de Castro, é o mais importante para os povos tradicionais da Amazônia. No espaço de sua bacia hidrográfica, vivem vinte seis povos indígenas e mais um conjunto de pessoas que migrou de outros lugares do Brasil para explorar a floresta. Ao viver nela, acabou sendo “domesticado” pelo ecossistema amazônico. Exemplos, caboclos, ribeirinhos, camponeses e extrativistas que aprenderam a viver de maneira preservacionista, ou seja, inteligente e ecológica com rio, floresta, animais e povos indígenas. Tudo isso permitiu aparecer nesse espaço da Amazônia uma civilização original, com pluralidade étnica (Eduardo Viveiros de Castro: Expedição Gota d'Água Xingu, 2011).

O rio Xingu sobre o qual fala acima a indígena Socorro Arara remete às múltiplas relações que os habitantes ribeirinhos têm com ele (atividades econômicas, padrão de deslocamento, transporte, circulação de pessoas e de bens etc.). Já a estrada neste capítulo remete a intervenções no espaço e às frentes pioneira e de expansão induzidas por práticas

⁶¹ O Artigo II da Lei nº 1.860/53 diz que: “a Amazônia brasileiro, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16°, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13° e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44°”. No governo de Ernesto Geisel, a Lei Complementar nº 31 de outubro de 1977 cria o Estado do Mato Grosso do Sul e institui, no Art. 45, que a Amazônia compreenderá toda a área do Estado de Mato Grosso.

predatórias e desenvolvimentistas. Essas não raras vezes foram adotadas por governos por omissão ou através de políticas públicas, com uso de dispositivos da Razão de Estado Policial e diplomático-militar, antecedentes da governamentalidade moderna.

Este capítulo busca tratar, portanto, do espaço da bacia do Rio Xingu, e tem como objetivo também fazer apresentar uma sociologia histórico-política da mudança no espaço intitulado de Médio Xingu, que abarca comunidades ribeirinhas e étnicas em espaços geopolíticos de municípios como Altamira, São Felix do Xingu, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio. Mais especificamente, descrever o processo de transformações nesse espaço composto historicamente no Médio Xingu amazônico, a partir da construção de vias ou estradas com finalidade de inseri-lo na rede viária brasileira e a integrá-lo ao território do país. E, mais recentemente, a partir da composição de um outro modelo espacial com a ampliação da estratificação espacial através do planejamento regional por redes viárias.

Uma outra composição espacial se forma quando ocorre alteração na composição anterior, cuja centralidade era o rio e a floresta. Com a abertura de estradas na floresta, rodovias como a Transamazônica nos anos 1970, e, mais recentemente, o barramento do Rio Xingu para a hidrelétrica Belo Monte no ano 2011, a mobilidade de pessoas por estrada passa a predominar na composição espacial de modo que o centro de conexão de vilas de ribeirinhos, aldeias indígenas e assentamentos de agricultores termina por ser deslocado para assentamentos com características citadinas (por exemplos, cidades, vilas ou agrovilas).

Existem várias condutas, formas de fluxo e de composição (organização) espacial em disputa no Médio Xingu que se orientam cada qual mais especificamente por um determinado regime de racionalidade. Dentre esses, ao menos três se destacam neste capítulo. O principal é 1) a racionalidade prática desenvolvimentista que expressou praticamente, ao longo de todo século XX, a conduta vigente no Brasil. Mas há também outros dois que se apresentam como contracondutas perante aquela última, quais sejam, 2) a preservacionista amazônica dos povos tradicionais e 3) a predatória dos garimpeiros, grileiros, madeireiros, traficantes ilegais etc.

3.1. Rio Xingu e os dispositivos de segurança político-militares para Amazônia

Nos planos governamentais ou projetos de Estado, o rio Xingu foi frequentemente defendido como um estoque para o “futuro” que precisaria ser resguardado da hipotética cobiça de estrangeiros (especial, europeus ou norte-americanos) que pretendem apropriar-se

da Amazônia.

No cenário ambiental brasileiro, indígenas e ambientalistas que defendem a preservação do ecossistema amazônico frequentemente são tratados como inimigos do desenvolvimento ou “progresso”. Isso é melhor observado entre os militares das forças armadas responsáveis pela defesa dos interesses de Estado. Adriana Marques (2007) relata que os militares pensam a Amazônia de maneira semelhante aos portugueses na invasão e colonização do país. No imaginário deles, para assegurar os princípios do dispositivo-diplomático militar, a política de ocupação do espaço amazônico por brasileiros não-indígenas seria a melhor maneira de proteger a Amazônia Legal e assegurar a soberania do Estado brasileiro.

Os militares do Exército buscam se colocarem como padroeiro da Amazônia Legal. Sentem-se responsáveis pelo teatro de operações terrestres e pela execução de estratégia militar de defesa da Amazônia Legal. Idealizam que membros estrangeiros de ONGs estão sempre na luta para desnacionalizá-la. Espalham que a estratégia seria manipular e cooptar indígenas por meio do ensino de língua e cultura estrangeira. Essa teoria da conspiração não é exclusividade dos militares do Exército, mas de todas as forças armadas, conforme defende a cientista política (MARQUES, 2007).

Não raras vezes, com base nessa teoria da conspiração, posicionam-se tática e estrategicamente contra a demarcação de territórios indígenas, principalmente quando é uma população étnica que habita espaço nas bordas de fronteira internacional, entre Brasil e outro país⁶². Acreditam que europeus, norte-americanos ou sul-americanos politicamente mal-intencionados desejam driblar a premissa máxima do pacto de paz de Vestefália⁶³ sobre o

⁶² Se baseiam na teoria segundo a qual europeus e norte-americanos geram “riquezas” e “crescimento econômico”, “desenvolvimento” ou “progresso” ao transforma as florestas de seus países em matérias-primas. A crença é de que as pessoas desses países não possuem intensão conservacionista com esse “grande armazenador de carbono” que é a Amazônia. Para militares e pessoas que compartilham dessa teoria da conspiração, há temor das pessoas ricas de que o Brasil se desenvolva economicamente da mesma maneira que ocorreu com aqueles povos nos séculos XVIII, XIX e XX.

⁶³ Em sua aula do dia 22 de março de 1978, Foucault (2008, p. 410) explica que “a paz de Vestefália, definitivamente firmada em Münster no dia 24 de outubro de 1648, ao fim da Guerra dos Trinta Anos, foi o resultado de cinco anos de intensas e difíceis negociações entre as principais potências europeias. Os historiadores distinguem três grandes períodos: (1) de janeiro de 1643 a novembro de 1645, em que as questões de procedimento estiveram no centro das discussões, (2) de novembro de 1645 a junho de 1647, que permitiu acertar a maior parte das divergências acerca dos alemães e dos holandeses; (3) o ano de 1648, que terminou com a assinatura dos dois tratados de Münster, entre o Império e a França. Os Estados do Império viram ser-lhes reconhecida de direito a superioridade territorial que grande parte deles já exercia de fato. Quanto ao Império, despojado do seu caráter sagrado, continuou a sobreviver como Estado, mas a custa de certas modificações constitucionais, muito embora o outubro de 1748 esteja marcado na história devido a assinatura do tratado de Vestefália, as negociações tiveram início há cinco anos antes, em janeiro do ano 1643. Até

respeito máximo e da inviolabilidade da soberania estatal, reafirmada em 1945 através da Carta de São Francisco⁶⁴.

Essa tecnologia diplomático-militar que surgiu no período da razão de Estado no século XVIII e que consiste em garantir e desenvolver as forças do Estado por um sistema de alianças e pela organização de um aparelho armado, praticamente se manteve inalterada com a governamentalidade liberal moderna. Assim a relação entre paz e guerra, entre civil e militar vai continuar se manifestando em torno da concorrência e dos instrumentos diplomático-militares. O objetivo desse dispositivo é garantir a competição e equilíbrio entre Estados-nação, evitando guerra e reivindicação do território do derrotado pelo vencedor. Ocorre que esse é apenas um dos dois grandes conjuntos criados pela razão de Estado ocidental para lidar com a racionalização das forças que juntos são chamados de mecanismo de segurança (FOUCAULT, 2008).

Enquanto a prática diplomático-militar é usada para relações com outros Estados nacionais, a prática do outro conjunto, qual seja, o dispositivo do Estado Policial visa controlar atividade dos grupos internos. Tais tipos de práticas governamentais tomam o país como organização fechada para, assim, regular as práticas dos indivíduos em seus pormenores.

Na Amazônia, essas práticas foram adotadas pelos governos militares (1964-1984) com objetivo de resguardar esse espaço à soberania do território nacional. Mas mesmos governos posteriores à redemocratização demonstraram dificuldade de governar o espaço da Amazônia Legal sem apelar a esses dois conjuntos de dispositivos (policial e diplomático-militar). Acabam frequentemente recorrendo a obras de infraestrutura para fazer a atividade dos povos amazônicos se integrem aos objetivos do Estado e sejam úteis a ele. O objetivo é ressaltar o poder do Estado brasileiro e reforçar a soberania dele sobre a Amazônia Legal. A construção de rodovias como a Transamazônica e de hidrelétricas como a Belo Monte são exemplos desse tipo de obras.

Adriana Marques demonstra, em sua pesquisa, o uso desse tipo de prática na

novembro de 1645 foram feitas várias discussões para formulação do tratado. A partir desse último mês até julho de 1947 foi um período no qual buscaram-se acertar as principais divergências, em especial, entre os alemães e os holandeses”.

⁶⁴ Nesse ano 1945, membros de cinquenta países participaram de uma conferência na cidade de São Francisco, nos EUA, onde criam a ONU com objetivo de substituir o projeto da Liga das Nações de 1919. Nesse evento é lançada a Carta de São Francisco na qual consta uma revalidação dos princípios vestefalianos de respeito máximo e da inviolabilidade da soberania estatal, e cria também forma de regulamentar questões universais urgentes, como os direitos humanos, que emergiram com a II Guerra Mundial. Nela são estabelecidos também normas às quais Estados deveriam se submeter.

Amazônia Legal (MARQUES, 2007). Ela observou que, com fim da União Soviética e da Guerra Fria, novos temas foram introduzidos na agenda daqueles que se sentem responsáveis pela segurança internacional e da soberania nacional, quais sejam, as forças armadas brasileiras. O problema da devastação ambiental, direitos humanos, conflitos étnicos, migração, ilegalismos internacionais, terrorismo e indústria de armas nacionais são alguns exemplos das novas questões que os militares lhes passaram atribuir.

Com o fim dos governos militares e a queda da Ditadura Militar nos anos 1980, as forças armadas, em especial do Exército, voltaram seus interesses táticos e estratégicos para o espaço amazônico brasileiro. Para justificar a presença de militares nela, passaram a elaborar ameaças à segurança interna e à soberania da Amazônia Legal, com justificativa de que o Artigo 142 da Constituição Federal (CF) lhes atribuíram o papel de instituições nacionais permanentes e regulares destinadas à defesa da Pátria e com função de administrar “conflitos étnicos”, ajudar controlar imigração, bem como auxiliar no combate ao terrorismo, ao tráfico internacional de drogas e de armas. Isso inclui proteger a Amazônia Legal da devastação ambiental com observação aos “direitos humanos”⁶⁵.

Com seu papel definido na CF como instituições de Estado e não de governo, os militares frequentemente alegaram haver guerrilhas disputando território da Amazônia Legal nas fronteiras nortes do Brasil, bem como estrangeiros com objetivo de invadir e ocupar o território brasileiro. Os espaços de maior preocupação deles são aqueles que fazem fronteira com o Peru e o Equador, mas principalmente com a Venezuela e a Guiana. Acreditam fazer parte do projeto estratégico de Estado desses dois países reivindicar, a qualquer momento, uma revisão na demarcação da fronteira do Brasil com Venezuela ou com a Guiana (MARQUES, 2007).

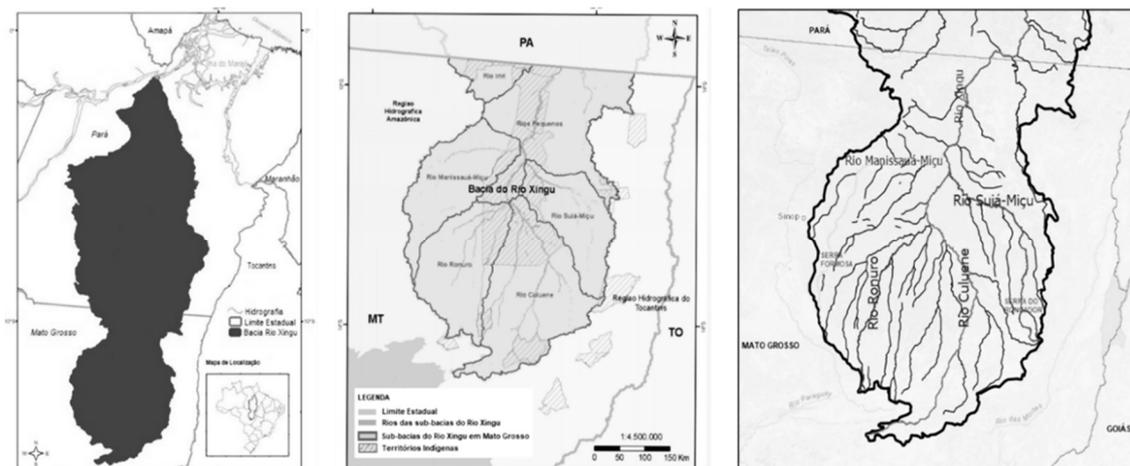
⁶⁵ Vale ressaltar aqui essa concepção equivocada difundida nas forças armadas sobre seu papel no Estado brasileiro após o processo de redemocratização e da promulgação da CF é semelhante àquela adotada por bolsonaristas logo depois das eleições de 2022 para presidente, quando Luiz Inácio Lula da Silva derrotou no segundo turno o presidente Jair Messias Bolsonaro, candidato à reeleição naquele pleito. Foi difundida pelas redes sociais que o presidente Bolsonaro, derrotado em 30 de outubro daquele ano, mas que apenas deixaria o cargo dois meses depois, em 31 de dezembro, poderia, diante de reconhecida situação de caos social, acionar as forças armadas por meio do artigo 142 da CF para que elas garantissem a integridade da Pátria. Acreditando nessa interpretação da Carta Constituição, apoiadores do presidente derrotado passou a praticar promover atos terroristas e protestos antidemocráticos, como trancar rodovias federais em vários estados do país, tentativa de fechar refinarias, explodir caminhão tanque carregado com combustível próximo à aeroporto etc. Bolsonaristas, ao mesmo tempo que promoviam o caos para que as forças armadas fossem acionadas por Bolsonaro, reuniam-se de frente de quartéis gerais do Exército nas cidades para pressionar e ao mesmo tempo aguardar quando o Exército, bem como a Marinha e Aeronáuticas, entrassem em ação.

3.2. Xingu, rio da pluralidade étnica

O rio Xingu nasce no cerrado em uma altitude de cerca de seiscentos metros, no Estado do Mato Grosso, quando os rios Culuene e Ronuro se encontram na intersecção da Serra Formosa e Serra do Roncador. Da região central do estado mato-grossense aflui para o sentido norte da Amazônia para despejar suas águas no rio Amazonas (CPRM, 2021a).

O rio Culuene é seu principal afluente formador. Há outros três rios nas cabeceiras que são importantes em sua formação: o rio Ronuro, o rio Suiá-Miçu e o rio Manissauá-Miçu. Esses quatro são os principais rios das cabeceiras do Xingu e estão localizados geopoliticamente no Estado do Mato Grosso (ver Mapa 1 abaixo).

Mapa 1 - Bacia Hidrográfica do Rio Xingu. Mapa de Localização. Principais rios afluentes nas cabeceiras do Rio Xingu em Mato Grosso



Elaboração é minha. Fontes: Bacia do Rio Xingu – Características (CPRM, 2021a); Cabeceiras do Rio Xingu em Mato Grosso, por (TEIXEIRA, 2009); Bacia do Rio Xingu em Mato Grosso com seus principais rios afluentes (CPRM, 2021b).

A bacia hidrográfica do rio Xingu tem forma alongada, com largura média de trezentos e cinquenta quilômetros. Ela possui comprimento em linha reta da nascente à foz, quando desconsideradas suas curvas, de uns mil e quatrocentos quilômetros, e abrange uma área total de quinhentos e trinta e um mil e duzentos cinquenta quilômetros quadrados.

Durante sua descida rumo ao rio Amazonas, o rio Xingu, quando é medido considerando todas as suas curvas, corre um percurso de dois mil e quarenta e cinco quilômetros. Isso quando se inclui um trecho do rio Culuene que frequentemente foi nomeado por habitantes daquele espaço como rio Xingu. No entanto, esse trecho é desconsiderado na hidrografia oficial que calcula apenas um mil e oitocentos e quinze quilômetros de extensão do rio Xingu. Considera a partir de sua nascente no encontro do Rio Ronuro com o rio Culuene

que acontece no intervalo entre a Serra Formosa e a Serra do Roncador.

Muito embora seja bem extenso com largura média significativa, o rio Xingu não é adequado para grandes navegações. Há, ao longo do curso do rio fortes corredeiras que se transformam em barreiras naturais para impedir o acesso de grandes barcos que chegam pelo mar e posteriormente pelo rio Amazonas. Existem em partes do rio (ICMBIO, 2012), por exemplo, em trechos acima da Volta Grande ou da cidade de Altamira, fortes corredeiras impedem grandes navegações.

Essas cachoeiras no Xingu colaboraram para resguardar os territórios indígenas de invasores, permitindo controle de navegação de grandes barcos e aos povos indígenas administrarem o contato com brancos, por vários anos. A dificuldade de subir navegando o rio Xingu contribuiu para transformar o rio Xingu e o espaço de sua bacia hidrográfica como o rio mais importantes para os povos tradicionais da Amazônia, na visão de Eduardo Viveiros de Castro (Eduardo Viveiros de Castro: Expedição Gota d'Água Xingu, 2011). Para conseguir navegar acima da Volta Grande era preciso contar com planejamento, equipamentos e um grande número de navegantes (MACEDO, 2016). Foi essa dificuldade de adentrar pelo rio Xingu com grande embarcação que contribuiu para que vários povos indígenas pudessem se concentrar no espaço de sua bacia, quando homens brancos invadiam o território habitado pelos povos indígenas pelo rio Tocantins e seu afluente Araguaia, bem como pelo rio Tapajós ou rio Madeira.

3.3. Rio Xingu das cabeceiras à foz

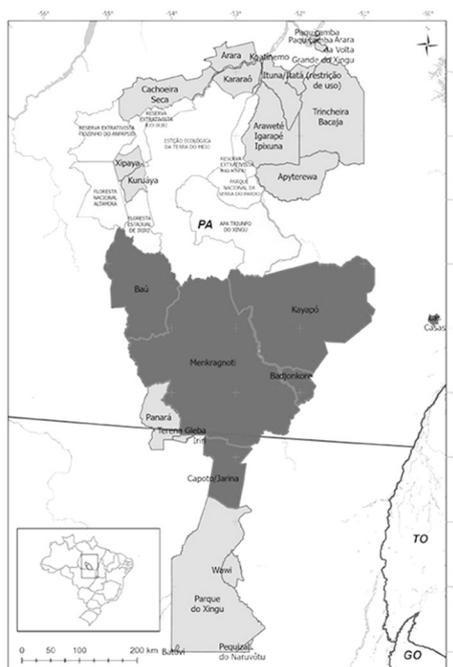
O rio Xingu e, por consequência, o espaço de sua bacia hidrográfica, é tradicionalmente dividido em Alto Xingu, Médio Xingu e Baixo Xingu.

A partir de várias etnografias antropológicas e relatos de outras áreas do conhecimento, é possível compreender que no Alto Xingu encontram-se as cabeceiras do rio Xingu, bem como o espaço entre a serra Formosa e serra do Roncador, onde a hidrografia oficial considera ser a nascente do rio Xingu⁶⁶. O que se depreende é que o Alto Xingu é o

⁶⁶ Entre povos indígenas, estratificações de trecho de rio tendem a ser muito instáveis. Alguns indígenas usam com mais frequência uma direção, como “rio acima” e “rio abaixo”, montante e jusante, cabeceira e foz. Essa maneira de estratificar o espaço foi incorporada regionalmente, tornando-se de uso corrente, inclusive, muitas vezes, por alguns povos indígenas. É provável que essas divisões no rio cumprissem uma função de organizar os espaços para a colonização antes de se tornar também divisões geopolíticas próprias das práticas de

trecho do rio Xingu que se localiza na Região Centro-Oeste, mais precisamente no Estado do Mato Grosso (CPRM, 2021a) e (ICMBIO, 2012). No Alto Xingu, estão os rios afluentes Culuene, Ronuro, Suiá-Miçu e Manissauá-Miçu, principais rios formadores do Xingu, e também o Rio Ferro e o rio Sete de setembro.

Mapa 2 - Terras Indígenas Kayapó. Alto e Médio Xingu. Mato Grosso e Pará. Ano 2021



Fonte: Instituto Kabu

O Território Indígena do Xingu (TIX)⁶⁷ também se localiza no espaço do Alto Xingu. É dentro do território do TIX que os três importantes rios afluentes Suiá-Miçu, Manissaua-

governo. Etnólogos, por sua vez, frequentemente se referem a essas divisões (Alto Xingu, Médio Xingu e Baixo) apenas para conferir precisão na localização de território indígena a ser demarcável. Talvez por isso se vê poucas publicações, especialmente mais recentes, problematizando essa questão. Etnólogos que estudam Kayapó/Mebêgônkre dão ênfase a essa localidade do Médio Xingu quando escrevem em uma perspectiva histórica. Exemplos. No relatório onde trata da reivindicação dos Kayapó de terra próxima ao limite leste/sudeste de seus territórios, a antropóloga (PEQUENO, 2004, p. 281) escreve que os territórios dessa população se localizam “ao longo da margem direita do alto e médio curso do rio Xingu até alcançarem a região situada no extremo norte/nordeste da Terra Indígena Capoto/Jarina”. Nos anos 1980, no auge da luta por demarcação de território, foram produzidos vários trabalhos nos quais essa estratificação espacial e do trecho do rio Xingu é usada como o livro de Terence Turner ao publicar “Grupos Kayapó no Médio Xingu e Araguaia” (TURNER, 1983). Já em sua tese de doutorado, o etnólogo (URUETA, 2014) faz uso do termo “Médio Xingu” apenas três vezes. Quando pretende demarcar o período no qual Mebêgônkre/Kayapó deixaram o amplo espaço no interfluxo dos rios Araguaia e Tocantins, e na ilha do Bananal, onde habitavam para construir as primeiras aldeias permanentes no médio Xingu nos anos 1850, depois de divergência com os Gorotire Kumrej e Irããmrnh-re. E quando apresenta um mapa para apontar que uma parte do território dos Kayapó estão no Alto Xingu e outra no Médio Xingu.

⁶⁷ Território Indígena do Xingu (TIX) era intitulado anteriormente por Parque Indígena do Xingu - PIX

miçu e Arraias desaguam no Xingu.

No Alto Xingu estão, portanto, as cabeceiras do rio, o Território Indígena do Xingu e a área indígena do Kapoto-Jarina (ver mapa 2 acima), reconquistada em 1984 na Guerra do Xingu com a liderança do cacique Raoni (LEA e FERREIRA, 1985) e sobre a qual falamos no capítulo “O Grito e a Guerra”.

No espaço onde fica a maior parte dos territórios Kayapó, é onde outros pequenos rios despejam suas águas no rio Xingu. Dentro dos limites geopolíticos do município de São Félix do Xingu (PA), o Rio Fresco também deságua no rio Xingu. Esse trecho do rio já passa ser classificado como Médio Xingu⁶⁸.

O Rio Iriri, afluente formador mais significativo do rio Xingu, também despeja suas águas no Médio Xingu, num trecho acima que fica a algumas milhas náuticas da cidade de Altamira (PA). Mas antes de descarregar suas águas no rio principal (ver mapa 3 abaixo), desce sempre paralelamente à esquerda do trecho médio do rio Xingu. À esquerda localiza o rio Teles Pires, afluente do rio Tapajós que também deságua no rio Amazonas, e no qual fizeram as barragens para as usinas hidrelétricas Teles Pires (2015) e São Manoel (2017).

Após receber as águas do rio Iriri, o Xingu percorre um trecho pelo Médio Xingu, passando pela cidade de Altamira, para então chegar à barragem da hidrelétrica Belo Monte.

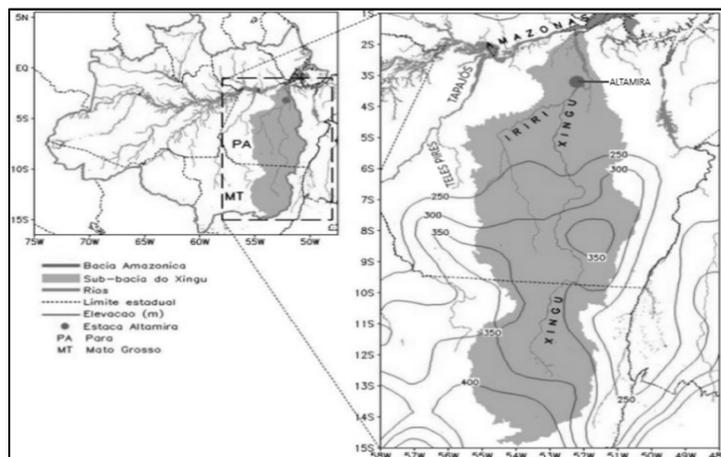
No trecho do rio, próximo à cidade de Altamira, o fluxo de suas águas começa a perder velocidade por se aproximar do reservatório principal da Norte Energia (NESA), responsável pela concessão da usina hidrelétrica Belo Monte. Neste ponto de bloqueio, as águas do rio Xingu refluem para duas saídas. Uma parte do rio Xingu segue por um “ladrão” de águas, com vinte quilômetros de extensão, designado como canal de derivação. Por ele, parte das águas do rio Xingu chegará até um segundo reservatório, o reservatório intermediário. São as águas desse último reservatório usadas para fazer funcionar as turbinas que geram energia na Usina Belo Monte.

Após uma vazão aproximada de quatorze mil m³ de água por segundo, conforme noticiou (PALMQUIST, 2023), passarem por essas turbinas, essas águas que foram barradas retornam novamente ao rio Xingu para seguir seu fluxo natural sentido rio Amazonas. Após a

⁶⁸ A designação “Médio Xingu” se oferece como uma localização em que se possa reconhecer estabilidade e controle sobre o espaço que se quer estudar ou sobre o qual se pretende intervir. Assim a área sob impacto e influência da usina também se mostra como um território controlado, mapeado, conhecido. Por meio desse percurso pela literatura acadêmica e oficial, que a princípio tinha um sentido de estudo, deparei-me com o dispositivo segurança-território atuando sutilmente nessa tendência de nomeação, classificação e estratificação do território. O dispositivo encontrou uma ficção de controle no termo “Médio Xingu” que ganha cada vez mais adesão na literatura acadêmica.

Norte Energia liberar, essa outra parte menor de águas barradas pelos paredões da Belo Monte retorna, numa vazão aproximada de oito mil m³ por segundos, ao trecho natural do rio intitulado de Volta Grande do Xingu para garantir a vida de um complexo ecossistema.

Mapa 3 - Bacia do rio Xingu. Rio Iriri, principal afluente do rio Xingu. Rio Teles Pires, afluente do rio Tapajós. Bacia brasileira do Rio Amazonas.



Elaboração e Fonte: (SOUZA, FRANCO, *et al.*, 2018). A edição é minha.

Depois do barramento, esse fluxo menor do rio Xingu desce pela Volta Grande do Xingu. E ali nesse trecho que o Rio Bacajá, outro grande afluente, despeja suas águas no rio Xingu. Com base também em várias etnografias e relatos de outras áreas do conhecimento, é possível depreender a partir desse trecho, onde há o encontro entre o rio Bacajá e o Rio Xingu, até o rio Amazonas é intitulado de Baixo Xingu.

Após várias cachoeiras no rio Xingu, o curso natural do rio passa em frente à usina hidrelétrica. É quando aquela vazão de quatorze mil m³ de água por segundo desviada para canal de derivação retorna ao curso natural do rio. A partir de então, o rio Xingu começa a se abrir e ganhar um aspecto de um grande lago. Nesse formato segue até chegar a sua foz, onde entrega as águas para o rio Amazonas, responsável por, logo mais à frente, abastecer o Oceano Atlântico. Nessa parte baixa do rio Xingu, são cerca de trezentos e sessenta quilômetros de rio, a maior parte, adequada para navegação, inclusive de grande porte, por se apresentar com larguras significativas e declividade baixa semelhantemente ao rio Amazonas ou a um braço do mar (ICMBIO, 2012)⁶⁹.

⁶⁹ Busco entender, mais adiante, as táticas e estratégias por detrás da designação “Médio Xingu” e os efeitos que teriam sobre a territorialização desse espaço para domínio do empreendimento energético.

3.4. Médio Xingu, espaço de pilhagem e contra-ataque

Ao contrário de um conjunto de pesquisas que, por muito tempo, retratam a Amazônia como ambiente pobre para vida humana, motivo pelo qual culturas não se desenvolviam e a população nunca crescia, pesquisas arqueológicas, mais recentes, apontaram uma densa população indígena, entre os séculos V e XV, nas margens de rios ou em áreas interfluviais. Essas pesquisas identificaram sinais de terraplenagens para assentamentos ali.

A arqueóloga Ana Roosevelt apresenta essas pesquisas que “revelam um rico patrimônio arqueológico, mas bem preservado e mais substancial do que antes se imaginava” (ROOSEVELT, 1992, p. 53). Sociedades complexas com culturas construtoras de sambaquis ou culturas cerâmicas que habitaram todo território amazônico, “a mais antiga delas foi encontrada no baixo [rio] Amazonas e sua influência difundiu-se, a partir daí, em direção às várzeas” (IBID, p. 54).

Os locais mais habitados por populações desde tempos arcaicos não são somente ambiente de floresta tropical úmida. Há vastos espaços de ricos solos aluviais com clima sazonal como de cerrado nos quais há floresta seca e vegetação de savana. Os lugares com declive e solos ricos de biomassa aproveitável na agricultura foram importantes para vida de grupos humanos. A maioria desses espaços na Amazônia pode ter sido mais favorável à ocupação humana no período pré-histórico, muito antes do início da dizimação de populações nativas após o início das invasões europeias.

Há áreas com abundância de recursos naturais que garantia a vida de inúmeras populações caçadoras-coletoras, horticultoras e agricultoras por longo período. Nesses espaços, segundo a arqueóloga, grandes populações indígenas surgiram. Embora o objetivo da arqueóloga seja chamar a atenção para um abundante resto arqueológico indígena ainda bem preservado, “dos primeiro caçadores-coletores nômades a coletores mais sedentários, à produção de cerâmica, à agricultura e ao surgimento de sociedade complexas” (ROOSEVELT, 1992, p. 84), é possível inferir uma mudança no modo de ocupação na região. Desde o início das invasões dos europeus, a maioria das populações indígenas foi obrigada a desmembrar-se e a deslocar-se para áreas mais inóspitas, distantes dos inimigos estrangeiros. Grupos indígenas passaram a ocupar as áreas que ofereciam mais segurança, em espaço mais alto e úmidos das florestas.

Por ignorar a profundidade e complexidade dessa história de ocupação da Amazônia, as pesquisas que se orientam pelo intitulado desenvolvimento capitalista se restringem a

apenas as práticas mais recentes de ocupação do território, com distorções e equívocos.

Eric Macedo constitui a história da ocupação abordando em concomitância a cidade de Altamira e a região do médio curso do rio Xingu. Assim ele busca demonstrar como o processo de ocupações e invasões, que ocorreram na região nos últimos séculos, codificaram ou sobrecodificaram o espaço entre o médio e baixo curso do rio Xingu, bem como no interflúvio do rio Amazonas e Rio Xingu, e entre este último e o Rio Tocantins (MACEDO, 2016). Sua pesquisa se guiou por uma consulta densa de informações a partir da qual faz uma etnografia de documentos ao estilo historiográfico. Muito embora negue privilegiar o ponto de vista do nativo, seu trabalho objetiva um deslocamento territorial de povos indígenas na região, especialmente, dos *Yudjá*. Na história da ocupação do Médio Xingu amazônico, mais precisamente no percurso do Rio Xingu, desde sua nascente na Chapada dos Guimarães, demonstra um processo de mudança social com o desmatamento da frente pioneira na marcha para o oeste.

A supressão da floresta abriu caminho para a pecuária e a monocultura da soja. Essa mudança na configuração do espaço, segundo o antropólogo, passou a sufocar o rio e restringir a vida de populações tradicionais, como indígenas e ribeirinhos, que dependem dele para sobreviver. Para ele, emerge por influência da rodovia Transamazônica, especialmente para mostrar como as vias que foram traçadas sob territórios indígenas acabaram sujeitando e impondo limitações, restrições, barreiras a livre circulação, antes mesmo da construção da Usina de Belo Monte, com a qual as obstruções aumentaram⁷⁰.

A história da ocupação do espaço do médio Xingu é também uma história de “mudança socioespacial”. Ao final do capítulo que escreveram, há algumas projeções a partir das mudanças quem vinham ocorrendo. O objetivo deles era, principalmente, alertar sobre desastres ambientais e sobre uma intensificação do confinamento territorial dos povos indígenas que poderiam ocorrer se governos tocassem para frente um plano de construir hidrelétricas no rio Xingu.

A apropriação de território por meio da invasão e pilhagem do colonizador se deu a

⁷⁰ Esses problemas com barragem para usina hidrelétrica começaram como consequência do plano “Desenvolvimento regional integrado” produzido e estimulado pelos governos militares a partir dos anos 1960. Conforme já perceberam na época, a estratégia do governo seria representar um espaço com aspecto de politicamente vazio para torná-lo viável aos interesses fundiários e, assim, mudar o espaço territorial, transformando a floresta em matérias primas e a terra, após, o desmatamento em mercadoria fundiária (VIVEIROS DE CASTRO e ANDRADE, 1988). Esse capítulo que Eduardo Viveiros de Castro e Lúcia de Andrade escreveram faz parte do livro publicado pela Comissão Pró-Índio de São Paulo para discutir exatamente aquele plano do governo federal de construir sete hidrelétricas no Rio Xingu.

partir do século XVII, quando portugueses expulsaram holandeses que tinham invadido o espaço da foz do rio Xingu onde viviam originalmente os Juruna/*Yudjá*. Os holandeses se foram, mas os povos indígenas que viviam ali não retornam ao seu local, porque os portugueses montaram acampamento e permaneceram na região do baixo Xingu (VIVEIROS DE CASTRO e ANDRADE, 1988).

No espaço entre os rios Tocantins e Xingu, havia diversos povos de línguas Tupi-Guarani e tiveram que enfrentar invasão dos holandeses e depois dos portugueses que chegavam sempre com seus religiosos visando catequisar pessoas que viviam naquele espaço, ou seja, os indígenas. Com as invasões, vários povos foram sendo dizimados, ao ponto de alguns desaparecerem inteiramente. Outros, por sua vez, foram empurrados para o Rio Amazonas. Alguns desses povos cruzaram o rio e buscaram se instalar na região do Amapá e recriar nova maneira de sobrevivência.

Os Juruna/*Yudjá* ocupavam a foz do rio Xingu até o século XVII. Com a invasão do espaço pelos europeus, sentiram-se obrigados a subir para a região do médio Xingu. Com essa migração, buscaram ocupar o espaço acima das cachoeiras da Volta Grande do Xingu. A história dos Juruna é de relação afetiva e significativa com esse rio. Tânia Lima, no final do século XX, durante seu longo trabalho de campo, descobriu que esse povo não se autoneia como Juruna, mas como *Yudjá*. Segundo a etnóloga, trata-se de um povo que se considera os principais e mais antigos habitantes das ilhas e penínsulas, no espaço em torno do médio curso do rio Xingu. Por ali coexistiram guerreando por décadas com outros povos da floresta. A maioria era de povos falantes de língua Juruna. Por isso, juntos formaram uma civilização de navegadores e produtores de bebidas fermentadas (LIMA, 2005, p. 16).

Viveiros de Castro e Lúcia de Andrade (1988) já tinham discorrido sobre a migração involuntária que arrastou os Juruna (*Yudjá*) para um espaço de conflito com outros povos indígenas ao longo de três séculos, no período entre os séculos XVII e XIX. Com a invasão de seu espaço original e a necessidade de subir ao longo do curso do rio, para a região mediana do Xingu, além do conflito e das guerras com os europeus, os Juruna viram-se na necessidade de guerrear contra outros povos indígenas que se encontraram naquele espaço, como por exemplo, Tacunyapé, Xipaia, Curuaia e Arara. E até mesmo os Kayapó, que foram empurrados por uma frente pecuária de expansão. Tiveram que deixar seu espaço geográfico amplo entre os rios Araguaia e Xingu no qual viveram tradicionalmente. E foram impelidos a se dirigir para um espaço com maior proximidade ao Rio Xingu, região para a qual os Juruna também se dirigiram.

Eric Macedo acessou alguns registros sobre investidas dos Kayapó contra os Juruna/*Yudjá* nos anos 1950, quando já ocupavam o médio curso do rio Xingu. Faziam a guerra não apenas contra os Juruna/*Yudjá*, mas contra a maioria dos povos indígenas que ocupavam a bacia do Xingu. Atacavam no curso do rio Araguaia, por exemplo, os Tapirapé, bem como os Munduruku no torno do rio Tapajós. Para guerrear, viajavam por vários quilômetros de distância das suas aldeias. Embora seus principais adversários na guerra fossem outros povos indígenas, atacavam com certa constância também seringueiros que frequentavam esse grande espaço pelos quais circulavam e com os quais se deparavam (MACEDO, 2016).

Ao narrar a história dos *Yudjá*/Juruna, o antropólogo também trata da ocupação de vários povos no espaço do médio curso do rio Xingu, seus deslocamentos ao longo da bacia desse rio⁷¹, e articula essa história aos enfrentamentos mais recentes contra a máquina mundial do capitalismo. Ele busca mostrar, a partir de um tempo espaço amplo, como as práticas capitalistas de homens brancos para ocupar e explorar aquele espaço foi aos poucos sobrecodificando antigas codificações de povos que viviam ali. Na sua tese antropológica (MACEDO, 2016, p. 10)⁷², ele produz uma contra-história a partir da perspectiva daqueles que são rotulados como “derrotados” na corrida do progresso e desenvolvimento. Mas foram vencidos em um jogo do qual esses povos indígenas não aceitaram participar com as regras trazidas de fora para dentro.

As características espaciais modificaram significativamente com a invasão e ocupação daquele espaço por homens brancos. Depois de sufocarem os povos indígenas, os brancos buscaram gerar dependência econômico-financeira deles ao Estado. A tática governamental de “integração” se deu com sujeição dos indígenas ao modo de inimigos de guerra derrotados que após a capitulação terão que pagar os custos da guerra, ou seja, com a floresta. Talvez, por isso, como ressaltaram (VIVEIROS DE CASTRO e ANDRADE, 1988), as populações indígenas, durante e após a execução dos planos de integração da Amazônia ao

⁷¹ Os *Yudjá* viram a necessidade de instalarem aldeias em ilhas como forma de produzir defesa contra brancos inimigos, bem como de outros povos indígenas, como os Kayapó. Quando se intensificou a extração de borracha nas seringueiras para o mercado externo. A divisão garante sobrevivência daquele povo, no entanto, a partir do início do século XX, apenas um grupo *Yudjá* comparativamente pequeno conseguiu permanecer na região. Alguns foram habitar o Território Indígena do Xingu (que até 2016 era chamado de Parque Indígena do Xingu). Outra parte permaneceu no espaço do médio curso do rio Xingu, com maior proximidade à cidade de Altamira, bem como aqueles que passaram a viver nessa cidade.

⁷² Trata-se de trabalho que deve ser tomado como uma referência para aqueles que objetivam estudar a ocupação, inclusive o surgimento de cidades no médio curso do Rio Xingu, especialmente Altamira, maior cidade daquela localidade, e que devido sua centralidade e a dependência de comércio e serviços de outras cidades que precisam se direcionar a ela, acaba adquirindo características de uma região metropolitana.

restante do Brasil, não foram instituídas como membros da sociedade brasileira com direitos sobre as terras que ocupam originalmente.

Essa discussão nos mostra, além do mais, que resumir a construção de hidrelétrica nos rios Tocantins, Xingu e Tapajós à noção de “impacto ambiental” é uma forma de dissimular a dimensão política, as lutas e o direito dos povos que ocupam e circulam ao longo desse amplo espaço há séculos.

Com a estratégia de produzir mudança na Amazônia ao estilo do colonizador, as regras desse jogo promoviam uma corrida por posse de terras e pela extração de bens mercantilizáveis da floresta e do solo. O espaço se estriava e era sobrecodificado por um sistema de valoração capitalístico estranho à dinâmica territorial da região. Os habitantes originais se viram expulsos ou encurralados em seu território que se transformava ao longo dos anos e, mais recentemente, passou a ser reivindicado em nome do “progresso” por proprietários.

A primeira forma de propriedade na região foi a pilhagem. A pilhagem é uma apropriação indevida de espaço geográfico ou propriedade por meio de fraude ou de força. O Governo está frequentemente por detrás desse tipo de prática dando suporte com omissão ou com uso do instrumento de opressão, pilhagem e ilegalidades. Quando as práticas do governo corroboram as práticas predatórias são vendidas para toda sociedade civil como práticas legalmente respaldadas no Estado de Direito ocidental (MATTEI e NADER, 2013).

Na Amazônia, coloca-se em prática uma nova maneira de pensar uma noção de propriedade do espaço, das coisas, do corpo, uma maneira de viver completamente diferente. Carlos Fausto demonstra isso ao perceber que enquanto indígenas concebem uma noção de propriedade numa perspectiva dono-mestre⁷³, os homens brancos herdeiros da civilização ocidental lidam com a noção de propriedade na linha da racionalidade prática individualista possessiva, no sentido lockiano:

A ausência de propriedade privada sobre recursos materiais importantes bloqueou a imaginação conceitual a respeito de relações de maestria-domínio [...] No caso ameríndio, porém, a posse de objetos deve ser vista como um caso particular da relação de domínio entre sujeitos, e o artefato-coisa como um caso particular do artefato-pessoa. (FAUSTO, 2008, p. 335)

O regime de racionalidade prática amazônica é outro bem diferente. Eles adotam a noção mestre-dono (maestria-domínio) para falar sobre posse de alguns bens matérias ou

⁷³ A noção de dono tem uma relação com a fabricação de alguma coisa, seja pessoa, objetos ou animais familiares que são criados.

imateriais. Os primeiros são usados frequentemente para produzir cerimoniais, enquanto os últimos se referem principalmente a conhecimentos rituais. Não se aplica à posse de inimigos vivos capturados, nem à animais de caça. Donos são aqueles que controlam e protegem suas crias, garantem seu bem-estar, sua reprodução e mobilidade.

A propriedade nas racionalidades práticas predatórias e desenvolvimentistas das sociedades herdeiras de civilizações ocidentais tem no conhecimento produzido por John Locke a da noção do indivíduo como proprietário. Em sua teoria do poder clássica, Locke definiu a propriedade tomando por base um indivíduo livre proprietário de si e daquilo que ele produz com sua própria força de trabalho. Em uma entrevista, (TORRES, DOBLAS e ALARCON, 2017, p. 75) captaram uma tática que exemplifica essa prática predatória. Um grileiro, quando perguntado se possuía documentos que provassem ser proprietário da terra, para se defender da acusação de invadir terras públicas, desmatar e transformar a terra em sua propriedade privada, respondeu que “dono é quem desmata”.

Não há, conforme (FAUSTO, 2008), uma noção de propriedade correspondentes a essa no pensamento dos povos indígenas. Não faz parte das práticas das populações indígenas, atividade e pensamento segundo os quais os seres humanos teriam direito de se apropriar de todas as coisas do mundo. Com fruto do seu trabalho, produzir não apenas bens de uso, mas especialmente bens de troca para se enriquecer e gerar desenvolvimento econômico da sociedade. A citação a seguir demonstra essas diferenças de pensamento sobre ser dono: “enquanto o branco põe a ênfase de sua relação com a mercadoria no valor de troca, mesmo quando a usa (e já não tem valor de troca), o índio põe a ênfase no valor de uso e numa concepção de uso que anula o ‘pecado original’ da troca” (MARTINS, 1996, p. 38).

De certa maneira, floresta, animais, rios, enfim, tudo de certa maneira pode até ter um dono, o direito de se apropriar indefinidamente do mundo é imoral e antiético. Não faz sentido uma jurisdição de determinados espaços geográficos. O dono, para os indígenas, não é o indivíduo proprietário que incorpora coisas a si e para si. É um mestre proprietário em um mundo de donos e inimigos, sem essa relação de dominação e domínio privado como existe em nosso mundo, dos brancos.

Mesmo as práticas ocidentais mais contemporâneas conservacionistas da racionalidade prática desenvolvimentista-sustentável não comparáveis com aquelas dos povos indígenas. Porque, assim como as práticas predatória dos proprietários invasores, a prática desenvolvimentista sustentável se assenta em uma conduta diferente. Na análise etnográfica da conservação científica em Zabalo no nordeste do Equador, o etnólogo Michael (CEPEK,

2011) observou que conservacionistas ocidentais perceberam que a visão dos indígenas de conservação científica não combinava com a deles. Há afinidade do ponto de vista do ético-político sobre a floresta, mas não nas atividades técnicas dos programas de governo.

Essas racionalidades práticas predatórias ou mesmos as racionalidades práticas desenvolvimentistas sustentáveis ocidentais mais contemporâneas confrontam a conduta dos indígenas com as suas florestas e suas práticas ambientais. O conflito se manifesta, porque se tratam de regimes de racionalidades práticas diferentes, conforme buscarei mostrar ao longo da tese e encontra um modelo com quatro tipos de ideias de racionalidades em disputa que disponibilizei no final do capítulo dois sobre a abordagem desta pesquisa.

3.5. Da pluralidade étnica na Amazônia ao “progresso do pioneiro”, do rio para estrada

José de Souza Martins, desde os anos 1980, ressaltava que era possível observar a mudança social no Brasil a partir da Amazônia. Percebia que cientistas sociais, durante um bom tempo, não se interessaram por espaços de organização social no Brasil considerados instáveis, nos quais poderia ser encontrada a mudança social pela qual passava o país. Priorizavam nas pesquisas de campo contextos sociais previamente definidos e conhecidos. Desse modo, acabavam buscando respostas para questões novas em “zonas velhas”. Para ele, a mudança social no Brasil se apresentaria melhor em um espaço no qual os “brancos” avançam sobre a “última fronteira terrestre”, qual seja, a Amazônia.

A imagem de 1972 usada como publicidade da companhia de navegação marítima Netumar abaixo é sugestiva da mudança pela qual o país passava a partir da Amazônia. A peça publicitária afirma que “a Amazônia do folclore, da selva impenetrável, da falta de recurso, de nenhuma comunicação, da imensa pobreza. Já era. Hoje como cresce! Dia a dia o seu desenvolvimento, as suas grandes obras, as indústrias que lá se implantam, espantam o mundo”. Com a frase “chegamos primeiro, em 1959”, a empresa manifesta orgulho de ser uma “pioneira” no processo de mudança na Amazônia.

Nesse espaço, por volta dos anos 1940 e 1950, surgiram novas organizações sociais como consequência de práticas que MARTINS (1996) conceituou como “frente de expansão” e “frente pioneira”:

A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a ideia de que na

fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social (IBID, p. 29).

*Figura 1 - A Amazônia já era. Propaganda em mídia impressa. Ano 1972.
Propaganda da Netumar*



Fonte (WENZEL, 2020). Imagem acervo Ricardo Cardim

Isso ocorre quando as terras disponíveis à invasão pela velha “frente de expansão” se escasseiam. As lutas pelas terras tornam-se mais intensas. Com isso, o processo da frente de expansão se deslocava rapidamente até o completo fechamento da fronteira a partir do qual entravam em ação os agentes das chamadas frentes pioneiras. Quando a frente de expansão alcançou a fronteira das populações indígenas que estavam no “limite da história”, entrou em cena a frente pioneira através de invasores grileiros, madeireiros, empresários, camponeses e peões.

O deslocamento da “frente de expansão” segue o movimento tradicional da roça agrícola que cada vez mais se distancia dos centros em direção às matas em busca de novas terras férteis para agricultura e pecuária. Os camponeses são, frequentemente, os primeiros a atravessarem a fronteira demográfica e entrar em contato com as populações indígenas. Na estratégia dos indivíduos da expansão econômica que arquitetam narrativas, por um lado, da escassez de terra na “zona de expansão velha” e, por outro, da abundância de terras num espaço

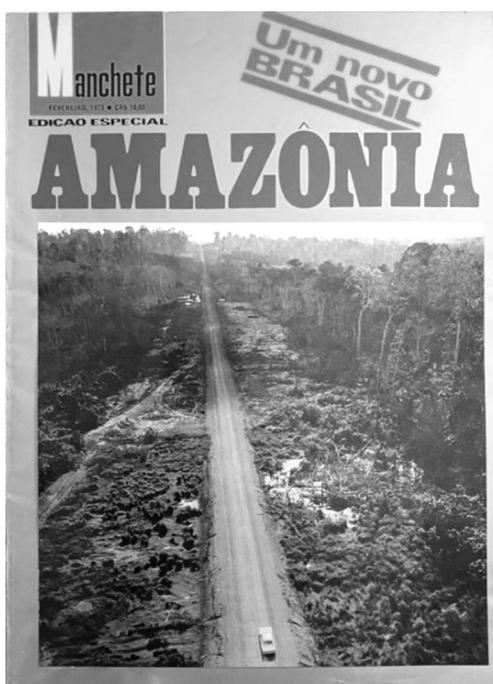
para pioneiros, o objetivo é expandir a fronteira, explorar e preencher um intitulado “espaço vazio”, ideal para agricultura, pecuária, enfim, para se implementarem empreendimentos capitalistas (MARTINS, 1997).

José de Souza Martins problematizou a questão da “última fronteira terrestre”, adotando as denominações “frente de expansão” e “frente pioneira” como modalidades de ocupação distintas e que ocorreram em tempos históricos diferentes. Seu conceito de frente de expansão não deve ser pensado como equivalente ao de frente pioneira dos geógrafos, como entenderam alguns antropólogos, quando os ‘brancos’ começaram a avançar rumo à Amazônia.

A compreensão dos geógrafos que foi adotada por antropólogos que, assumindo um ponto de vista de fora para dentro, percebiam apenas uma única frente étnica, do “branco” invadindo terra dos indígenas. Da maneira como conceberam “expansão” como equivalente à “pioneira”, “claramente não se reconhece o conflito que essa frente [pioneira] leva aos territórios tribais, a expropriação, que é condição do seu avanço. A própria noção "pioneira" escamoteia de imediato qualquer ocupação territorial anterior” (MARTINS, 1980, p. 15).

A denominada “frente pioneira” deve ser compreendida como um processo de expansão da sociedade do “branco” sobre os territórios dos povos indígenas.

Figura 2 –Um novo Brasil. Amazônia. Revista Manchete. Capa. Edição Especial. Fevereiro de 1973



Fonte (WENZEL, 2020). Imagem acervo Ricardo Cardim

Pioneiros seriam aqueles que se colocam como protagonista do processo de expansão da sociedade do “branco”. Na imagem de capa acima com um trecho de rodovia construída na Amazônia pelos governos militares, a Revista Manchete expressa a ideia de “um novo Brasil” que surgiria na Amazônia.

Mas José de Souza Martins ressalta a necessidade de compreender quem é esse intitulado “branco” que está por detrás da estratégia de conduzir a expansão e construir “um novo Brasil”. Quem são esses “pioneiros” com poder político e econômico de produzir esse “novo país” na Amazônia como sugere a capa da revista acima? José de Souza Martins não quer anular a responsabilidade de práticas das pessoas “brancos” do Brasil, com menos ou mais poder, na invasão dos novos espaços com objetivo de ocupar territórios dos povos indígenas com práticas capitalistas. Ele busca, assim, marcar as desigualdades que existem entre aqueles com mais poder político e econômico que abrem as fronteiras e aqueles trabalhadores que atuam na expansão e demandam terra para se fixar. (MARTINS, 1980).

Os pioneiros com poder de definir os espaços divulgam também a ideologia de que os seres humanos teriam o direito de se apossar, “com sua própria força de trabalho”, de todas as coisas do mundo. O que eles concebem como novo são as condutas vigentes, ou seja, as velhas práticas da sociedade do branco de pilhagem e extermínio. O “pioneiro” não reconhece humanidade em quem não o é “branco”. Para se perceber isso mais claramente, basta refletir que “muitos massacres de indígenas e a forma violenta como são perseguidos os posseiros na história contemporânea do Brasil estão profundamente determinados pelo não reconhecimento da humanidade do índio e dos pobres do sertão, sejam posseiros, sejam trabalhadores das fazendas”.

Conforme busquei demonstrar no capítulo anterior, essas práticas fazem parte de microrrelações de poder que formam ou reproduzem o macropoder do Estado, que existe como resultado de outras formas de poder nos quais assenta seu alicerce. Tais práticas seguem a conduta vigente e, por isso mesmo, se beneficiam das políticas públicas governantes da sociedade dos brancos, seja na forma de omissão ou planos oficiais, para escoltar a expansão da última fronteira. Um bom exemplo desse tipo de prática governamental deliberada pode ser encontrado em projetos voltados para a Amazônia de dois governos brasileiros nos anos 1950.

No segundo governo Vargas, interesses pela expansão na Amazônia foram introduzidos na agenda de Estado cujos objetivos seriam “combater desequilíbrios” regionais e integrar as regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste). Obras de infraestrutura foram elencadas como uma maneira de desenvolver a região Centro-Oeste,

principalmente o Norte, região composta pelo bioma amazônico. Tratavam-se de áreas considerados “tecnicamente atrasadas” (FARIA, 2004).

A Lei Federal número 1.860 de 1953, instituída por Getúlio Vargas, orienta um planejamento econômico e as práticas na execução de planos para a Amazônia brasileira que essa mesma passava intitular “Amazônia Legal”. Já no governo do presidente Juscelino Kubitschek, por sua vez, a Amazônia se mantém na agenda pública com projetos desenvolvimentistas de obras públicas. Exemplo, a rodovia “Transbrasiliana” Belém-Brasília, construída entre final dos anos 1950 e início dos anos 1960.

Os projetos daqueles governos objetivavam expandir a fronteira agrícola com investimento em infraestrutura cujo tecnologia foi pensada originalmente para sociedade ocidental urbana dos brancos. Ambos governos tinham como objetivo a superação dos desequilíbrios do desenvolvimento regional, através da conexão viária, com construções de rodovias, conforme apontaram (CASTRO, 2009) e (NUNES, 2009).

A publicidade faz chegar aos brasileiros imagens da Amazônia como “nova fronteira”, como “novo Eldorado” e “paraíso perdido”. Mas também seria ali um “inferno verde” com ambiente inóspito, selvagem, afastado, atrasado, desabitado e desregrado. Como supostamente as instituições do Estado ainda não estariam presentes na Amazônia, essa seria uma terra “sem lei”, própria para homens que são destemidos, um lugar da ilegalidade, clandestinidade, “uma terra sem homens para homens sem-terra”.

Todos esses atributos ou imagens fictícias da Amazônia brasileira foram construídas e divulgadas entre brasileiros médios na época. A maioria dessas imagens tinha como objetivo principal tornar a Amazônia atraente para assim direcionar para lá um fluxo migratório. A expectativa era conseguir levar uma grande quantidade de pessoas, especialmente do Nordeste brasileiro, para ocupar o propagado “vazio populacional” (CARVALHO, 2010).

A execução de grandes obras de infraestrutura, na maioria das vezes, era tomada como meio de reordenar o território e assim integrar a Amazônia ao Centro e Nordeste do país, e por consequência o Sudeste e o Sul. As rodovias como Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho e Transamazônica foram planejadas e construídas com esse objetivo. No pacote das rodovias, foram colocadas políticas de colonização. Políticas públicas secundárias para ocupação do suposto “vazio populacional”, mas não menos importantes.

Após construções de rodovias e a ocupação do espaço, a prioridade seriam as construções de barragens e usinas para geração de energia elétrica para suprir a demanda que surgiria na Amazônia.

Com essas construções, imaginava-se poder transformar, através da indústria, recursos naturais da região em capital, conforme argumentam (CARVALHO, 2010) e (MELLO, 2013). Trata-se de um período no qual a oferta de trabalho, alardeada através campanhas publicitárias, conseguiu atrair um intenso fluxo migratório que se direcionava para a presumida “terra sem dono” e cheia de “riquezas”. Mas o marco temporal a partir do qual se concentra o início das narrativas históricas sobre o espaço do Médio Xingu no qual se localiza Altamira é a década de 1950 no período de colonização por meio de agrovilas, mas especialmente nos anos 1970 com a construção da rodovia Transamazônica.

A figura abaixo com a frase “Para unir os brasileiros nós rasgamos o Inferno Verde” exemplifica as imagens que chegavam às pessoas de grandes cidades do país através da imprensa naquela época. A publicidade em uma folha inteira da Revista Veja sugere que uma “construtora pioneira nas grandes obras rodoviárias” enfrentaria os “anjos do mau” para rasgar o “inferno”, levar o progresso e assim transformar a Amazônia em uma espécie de “céu verde”.

Figura 3 – Publicidade da Construtora Andrade Gutierrez S.A. BR-319. Ano 1971, Revista Veja. Revista Realidade, Ano 1972



Fonte (WENZEL, 2020). Imagem acervo Ricardo Cardim

Os governos na Ditadura Militar, por exemplo, buscaram promover a colonização, dando continuidade aos projetos que Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek tinham iniciado nos anos 1950. No segundo governo Vargas, a Amazônia entrou no planejamento quando a

União assumiu o compromisso de combater os desequilíbrios regionais e integrar as regiões do país. A infraestrutura então foi colocada no centro da meta como um modo de desenvolver as regiões consideradas tecnicamente “atrasadas”. (FARIA, 2004).

Com o golpe que implementou uma ditadura no país entre 1964 e 1985, os governos militares deram seqüência à obstinação de “desenvolver” a região amazônica a todo custo. Silenciavam opositores políticos, especialmente a resistência dos povos indígenas que na representação do vocabulário militar eram enquadrados como inimigo por possuírem tropa de guerreiros com organização e *modus operandi* de guerra próprios. Vale a pena conferir o dicionário militar (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2016, p. 148).

Nos anos 1970, o governo militar reforça a orientação para se tratar a Amazônia como a última fronteira terrestre a ser desafiada pela tecnologia moderna. Com o Plano de Integração Nacional (PIN), o governo almejava lançar estradas e assim cortar o Cerrado, mas especialmente a Amazônia, de leste a oeste e de norte a sul. Lançava-se para opinião pública a publicidade de espaços da Amazônia preches de possibilidades.

Em 1971, o governo militar deu início à construção da BR-080 que atravessa o Estado do Mato Grosso e corta o Território Indígena do Xingu, na época, reconhecido como Parque Nacional do Xingu⁷⁴. E, entre os anos 1969 e 1974, é iniciada a construção da BR-230, rodovia federal intitulada desde sua concepção como “Transamazônica”.

No governo de Emílio Médici (1969-1974), dá-se seqüência ao projeto de interligar a Amazônia às regiões Sudeste e Sul, consideradas mais avançadas. A interligação que obrigatoriamente cortaria o Centro-Oeste seria promovida prioritariamente com a mão de obra do Nordeste. Entre os projetos presentes naquele PIN, a construção da rodovia Transamazônica que saia do papel era vista como a mais emblemática intervenção estatal, em termos de investimentos financeiros e da execução (LACERDA, 2013). Os governos militares, de certa maneira, devam continuidade aos projetos de Vargas e Kubitschek acerca da “colonização” da Amazônia.

Entre os projetos nesse PIN, um deles tratava da construção da rodovia Transamazônica cujo projeto é colocado em prática, entre 1969 e 1974, mas posteriormente

⁷⁴ A BR-080 saiu de um Plano de Integração Nacional dos governos militares. Quando projetado, seu objetivo seria fazer uma conexão viária entre o Brasil e a Colômbia. O plano seria uma via a partir da capital Federal Brasília, passando por município no Pará (Novo Progresso e Jacareacanga) e no Amazonas (Manaus, Manacapuru e São Gabriel da Cachoeira) até a fronteira internacional com aquele país em São Gabriel da Cachoeira. Com custo alto do investimento e dificuldade técnicas de implementação nos trechos no Pará e Amazonas, o Governo Federal abandonou essa rodovia obrigando o Estado do Mato Grosso incorporá-la em sua malha viária estadual, sendo rebatizada por MT-322.

demonstra ser a mais emblemática intervenção estatal, em termos de investimentos financeiros e da execução.

Dom Erwin, bispo emérito do Xingu, acompanhou o início das obras de construção da Transamazônica que o governo levava para a Amazônia paraense “embrulhada” no progresso das racionalidades práticas desenvolvimentistas. Na entrevista que me concedeu durante meu trabalho de campo, contou como pessoas de Altamira pensavam a vida na região depois que a rodovia saísse do papel:

Quando se falava da transamazônica, no final dos anos 60 e início de 70, os homens, todos aqui, pais de família ou não, ficaram alegres. Porque [pensaram], agora vai chover dinheiro. Eu me lembro que meu compadre me falou, “olha, agora Altamira vai sair do ostracismo, Altamira vai virar uma cidade mundialmente conhecida, porque vem um tal de INCRA...”, como era falado naquele tempo. Era um compadre meu que trabalhava lá nos Correios [que me dizia] “...é que vão abrir uma estrada, que é nosso sonho há muito tempo”. O sonho era ligar Altamira com Santarém para ter escoamento para o mar através do rio Amazonas. Porque aqui era sempre 45 km de estrada de Vitória [do Xingu à Altamira]. Esse trecho era sempre muito difícil. Porque aqui na Volta Grande do Xingu, navio não passa, quer dizer, uma lancha de grande porte também não passa. Então, essa foi a ideia, de repente agora vem esse tal, abre aspas, progresso.⁷⁵

Ao colocar em prática a construção da Transamazônica, entre 1969 e 1974, o governo acabou induzindo uma inversão da rota de entrada para “invasão” da Amazônia, de rios para eixos rodoviários. A ocupação que ocorria pelas margens dos rios ganhava uma nova rota de entrada, as estradas. E, a partir de então, um fluxo migratório se direciona para região amazônica a fim de pressionar uma demanda por terra. As estradas são geralmente construídas para abrir as florestas para atividades exploratórias, como extração de madeira, mas posteriormente levam a uma nova colonização.

Ao longo das últimas cinco décadas, políticas de assentamento e reassentamento agrário constituíram uma ocupação numericamente significativa de camponeses de outras regiões na Amazônia paraense. O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) desenhava as estratégias para assentar camponeses.

Em 2022, por exemplo, dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) apontou existirem, em 2022, 1 milhão 127 mil e 783 famílias assentadas no Estado do Pará pelo INCRA, num total de dez mil trezentos e cinquenta e seis projetos, conforme é possível notar na tabela acima. Na SR 30 (Superintendência Regional) é onde constam os registros de das famílias assentadas no município de Altamira, e região da

⁷⁵ Dom Erwin me concedeu essa entrevista na diocese de Altamira no final do ano 2016. Quem me ajudou marcar essa entrevista foi Daniela do Xingu Vivo a quem sou grato.

Transamazônia para qual os governos militares direcionaram pessoas do Nordeste em busca de terra (INCRA, 2022). Cerca de 85% das famílias assentadas pelo Inca no Estado do Pará foram em projetos nessa região.

Tabela 2 - Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação. Período da Criação do Projeto 01/01/1900 até 05/12/2022.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL (SR)	Projetos de Reforma Agrária			
	Área Total (ha)	Projetos	Nº Famílias (capacidade)	Famílias Assentadas
SR (01) - BELÉM/PA	4.095.743,1892	397	106.941	97.452
SR (27) - SUL/PA	4.668.555,1606	515	93.639	71.145
SR (30) - SANTARÉM/PA	87.840.540,7016	9.444	1.186.351	959.186
Total	96.604.839,0514	10.356	1.386.931	1.127.783

Fonte: SIPRA do (INCRA, 2022)

A área de todos esses imóveis no Pará cadastrados soma noventa e seis milhões e seiscentos mil de hectares aproximadamente. Isso significa cerca de setenta e sete por cento de área de todo Estado do Pará que tem algo próximo a cento e vinte e quatro milhões de hectares (DIAS, 2011).

O município de Altamira, conforme pode se observar na tabela 3 abaixo, é o maior município não apenas do Estado do Pará, mas do Brasil. Sua dimensão é de quase dezesseis milhões de hectares. São Feliz do Xingu, assim como Altamira, também localizado no Médio Xingu, possui grandes dimensões territoriais. São mais de oito milhões de hectares. Segundo dados apresentados por (DIAS, 2011), é possível perceber que mais de um terço desses territórios possuem cadastro de propriedade no INCRA.

Tabela 3- Imóveis cadastrados no INCRA. Área de municípios do Estado do Pará. Quantidade total de área do município cadastrada por hectare. Ano de referência 2011

Município	Área Total (ha)	CADASTRO DE IMÓVEL NO INCRA		
		Quantidade de imóvel	Área Total de imóvel Cadastrado (ha)	% em relação à área total do município
Altamira	15.969.593,8	1.764	5.704.162,90	35,7
Placas	717.315,4	779	166.209,60	23,2
São Félix do Xingu	8.421.242,6	2.620	3.363.597,60	39,9
Senador José Porfírio	1.437.409,0	1.377	324.454,80	22,6
Uruará	1.079.131,5	1.162	588.043,20	54,5
Vitória do Xingu	296.632,9	548	260.081,50	87,7

Fonte: (DIAS, 2011). Elaboração da tabela é minha.

Os cadastros do município de Uruará somam quase 600 mil hectares, cerca de 55% do seu território. Se consideramos que esse município que conta atualmente, segundo estimativa do IBGE de 2021, com cerca de 45 mil habitantes e que surgiu em 1972 da Agrópolis Uruara, implementada durante a implementação no quilômetro cento e oitenta da rodovia Transamazônia (BR-230), pode fazer um pouco de sentido, muito embora não se deixe de supor que a reivindicação de propriedade de terra no município esteja superestimada. Mas o que chama atenção é o município de Vitória do Xingu, onde foi construído a casa de forças da hidrelétrica Belo Monte, com 548 propriedades cadastradas as quais somadas representam aproximadamente 88% de todo município.

Conforme observou Camila Penna Castro (2013) o Ordenamento da Estrutura Fundiária trata não apenas de cadastro de pequenos proprietários assentados por políticas governamentais de “reforma agrária”. Sua pesquisa foi fruto de uma densa etnografia⁷⁶ na superintendência regional do INCRA no município de Marabá (PA), a partir da qual é possível compreender esse instituto enquanto técnicas de governo na política de intervenção do espaço. As práticas do INCRA na política de “reforma agrária”, conforme demonstra a socióloga, refletem múltiplas estratégias de atores diversos na luta por terra agrária. Segundo ela, por exemplo, na estrutura desse órgão de governo há um departamento, a Divisão Fundiária, que “tem uma interface maior com médios e grandes proprietários rurais, uma vez que boa parte de seu trabalho está relacionado ao cadastro de imóveis rurais” (CASTRO, 2013, p. 52). Há outras duas divisões, de “Obtenção de Terras” e “Desenvolvimento”, que tratam com o público tradicional da reforma agrária.

É inegável que assentados do INCRA também praticaram desmatamento. Mas tal prática entre esses assentados “é, em extensão, minoritária, se comparada às porções griladas. O roubo de terras banalizou-se e, não raro, é tido como ato heroico: prova de espírito desbravador e bandeirante, do empreendedor que desafia todas as adversidades para levar à selva o progresso e o desenvolvimento” (TORRES, DOBLAS e ALARCON, 2017, p. 18). A quantidade de cadastro de imóveis no INCRA obviamente ressalta a mudança no espaço do Médio Xingu a partir de desmatamento que aqui é compreendido no sentido usado pelo PRODES, “como conversão por supressão de áreas de vegetação primária por ações

⁷⁶ Camila Castro mostra que o cadastro de não representa direito imediato da família ao imóvel. Os cadastros no INCRA aparecem como um dado do governo, como técnica de intervenção no território das regiões do país (CASTRO, 2013).

antropogênicas” (ALMEIDA, MAURANO, *et al.*, 2022, p. 09)⁷⁷. Mas está longe de ser o maior problema para a floresta no momento, como são os garimpeiros ilegais, madeireiros, mas especialmente, grileiros sobre os quais falaremos mais abaixo.

3.6. Transamazônia, estrada da individualidade antiétnica

Toda uma rede viária de estradas que começou a ser planejada nos anos 1950 e construídas ao longo da segunda metade do século XX passou a ter um papel significativo no desmatamento da floresta na Amazônia (BARBER, LAURANCE, *et al.*, 2014). As estradas acabaram impulsionando a abertura de áreas de florestas à colonização e exploração destrutivas. Ao espalhar as pessoas pela floresta, as estradas inerentemente promovem o desmatamento rápido e generalizado (LAURANCE, GOOSEM e LAURANCE, 2009).

No Médio Xingu, as estradas contribuíram para que a prática predatória avançasse ao driblarem as barreiras naturais no rio Xingu que impediram, por séculos, grandes barcos adentrarem a região. Facilitaram a prática predatória na vegetação, rios e animais preservados, por várias décadas, ou seja, desmatamento para exploração madeireira, bem como degradação fogo florestal sucessivo com objetivo de completar a transição da floresta em terra para pecuária ou agricultura.

Associa-se aqui uma mudança social no espaço da Amazônia a partir da invasão por estradas, principalmente, a partir de eixos rodoviários, mas nem por isso tratamos de maneira romântica as ilegalidades que ocorriam antes delas e continuam por meio dos rios da região. Mas é inegável, como se busca demonstrar aqui, que as práticas de ilegalidade se tornaram mais frequente com abertura das estradas.

Pesquisadores da área da ecologia notaram uma relação causal entre estradas e desmatamento, bem como entre rios navegáveis e desmatamento da Amazônia (BARBER, LAURANCE, *et al.*, 2014). Eles descobriram que os pontos de desmatamento estão mais próximos de estradas e rios do que em outras partes da Amazônia.

⁷⁷ Desde 1988, o PRODES realiza inventário da perda de floresta primária na Amazônia Legal usando satélite. Mapeiam o desmatamento por corte raso ou degradação progressiva (frequentemente com uso incêndio) da vegetação primária. Então produz estimativa de faixa anual de desmatamento, da conversão de floresta a não-floresta. Após essas décadas de experiência, a metodologia do PRODES se mostrou significativamente eficiente na captação de corte raso a partir de derrubada ou queimada no desmatamento. Mas reconhecem como desafio captar a perda do dossel da floresta com a degradação na vegetação primária.

É por meio de afluentes navegáveis do Rio Amazonas, que muitos madeireiros acessam a florestas para promover desmatamento e fornecer madeiras nobres para o mercado madeireiro nacional, mas principalmente internacional. Mas a maior parte do desmatamento não acontece nas bordas dos rios navegáveis. Cerca de 90% do desmatamento na Amazônia acontece nas proximidades de estradas e não dos afluentes ou do próprio rio Amazonas (IBID, 2014). A influência do desmatamento ribeirinho é de no máximo 1 quilômetro em média.

Mas é principalmente por meio de todos tipos estradas, sejam elas legalizadas pelos poderes públicos ou não oficiais, que o desmatamento avança na Amazônia⁷⁸. Os pesquisadores (LAURANCE, GOOSEM e LAURANCE, 2009) já se tinham percebido essa estreita associação entre estradas e desmatamento na Amazônia brasileira. Cerca de 95% de todo o desmatamento e incêndios foram contabilizados a menos de 50 km dos eixos rodoviários ou estradas. As estradas e outras infraestruturas lineares têm papel fundamental na abertura das florestas à caça, à mineração ilegal, à especulação fundiária e à exploração destrutiva.

Num estudo mais recente, notou-se que noventa e cinco por cento aproximadamente do desmatamento ocorreu a 5,5 km de estradas. O espaço da Amazônia onde a rede viária exerce influência é de 1,4 milhão de quilômetro quadrado. Isso equivale a aproximadamente trinta e cinco por cento da abrangência do bioma amazônico brasileiro que, segundo (BARBER, LAURANCE, *et al.*, 2014), soma quatro milhões de quilômetro quadrado. O que mais chama a atenção é que aqueles noventa e cinco por cento de todo desmatamento ocorreu exatamente nesses trinta e cinco por cento da Amazônia Legal onde há estradas.

É, por isso, que é preciso levar em consideração essas práticas ilegais de abrir estradas ilegais ou não oficiais na Amazônia no processo de mudança do espaço. Com mapas da figura abaixo, busco demonstrar a mudança no espaço do Médio Xingu, como resultado de racionalidades práticas predatórias de ocupação que contou com técnica de intervenção do governo. Mostra populações étnicas sendo encurraladas. Na parte norte das imagens, os pontos em branco na imagem à esquerda e em preto à direita são sinais de desmatamento que aconteceu em torno na rodovia Transamazônica (BR-230). Do lado leste do primeiro mapa, os pontos são os desmatamentos que ocorreram ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163).

⁷⁸ Contabilizaram 73.553 km de estradas oficiais e 190.506 km de estradas não-oficiais. Combinadas todas essas estradas criam uma rede “rodoviária” de 264.058 km.

E do lado oeste do primeiro mapa, desmatamento ao longo das rodovias Transamazônica até Marabá, bem como a rodovia Belém-Brasília, Transbrasiliana (BR-153). Ao sul do primeiro (em branco) e do terceiro (em preto) mapas estão os espaços do Pará e norte do Tocantins que se transformaram em grandes propriedades rurais no sul ⁷⁹.

Mapa 4 – Mapas do Médio Xingu



Fonte: Terrabrasilis, INPE, Google Maps. A edição é minha.

E, por fim, ao centro trata-se do espaço do Médio Xingu, entre o Rio Xingu e rodovia Transamazônica (ver mapa 5 abaixo também), bem como no interflúvio do rio Xingu e o Rio Tocantins no qual várias populações indígenas acabaram sendo encurraladas.

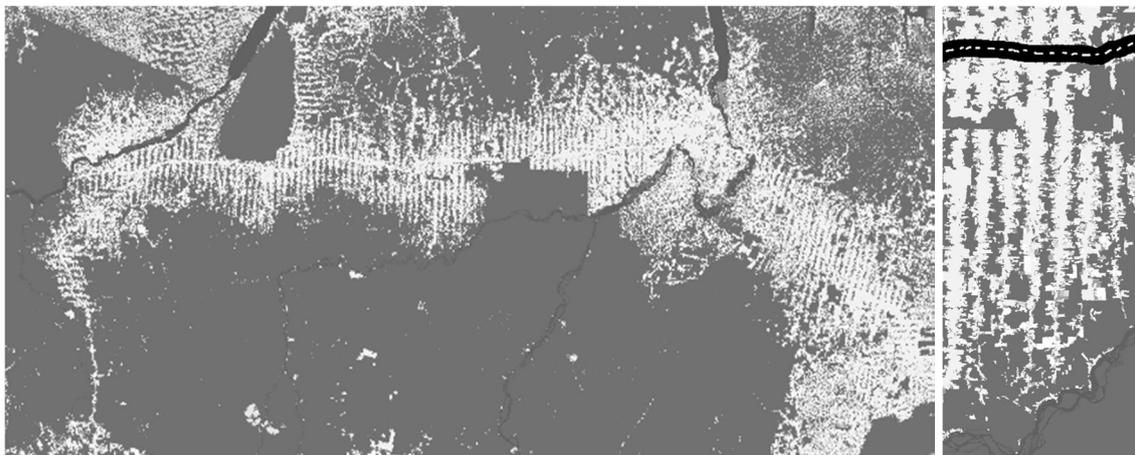
A grilagem anda de mãos dadas com o desmatamento, relatam (TORRES, DOBLAS e ALARCON, 2017). Após invadirem terras de populações indígenas ou terras públicas, os grileiros contam com madeireiros na abertura de estradas ilegais para escoar as madeiras de alto valor. Depois manejam técnica para colocar fogo em todo o material de origem orgânica que restou, como a serapilheira, troncos, galhos, etc., e assim formar pastos. Não raramente esses infratores buscam exercitar poder e dominar essas estradas ilegais que eles mesmos criam, de modo a criar uma taxa de pedágio para quem depois precisar trafegar nelas.

Um grileiro preso na Operação Castanheira usou a frase “dono é quem desmata”, durante a entrevista que concedeu aos autores do livro homônimo. A operação foi promovida

⁷⁹ Vários proprietários privados receberam, por meio do projeto de integrar o espaço amazônico, aporte financeiro da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) surge, pela Lei nº 5.176, em 27 de outubro de 1966, de uma transformação nela a partir da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) criada, por sua vez, através da Lei nº 1.806, em 06 de janeiro de 1953, para executar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

conjuntamente pela PF (Polícia Federal), IBAMA, RFB (Receita Federal do Brasil) e MPF (Ministério Público Federal) no município de Novo Progresso (PA) para combater práticas de grilagem de terra, e outras infrações e crimes ambientais (G1, 2014).

Mapa 5 – Trecho do Mapa com Rodovia Transamazônica



Fonte: Terrabrasilis, INPE. A edição é minha.

A grilagem frequentemente contou com apoio ou omissão do Estado. O Estado, segundo (MATTEI e NADER, 2013, p. 17), frequentemente está associado à “propriedade roubada por meio da fraude ou de força”. Dá suporte à pilhagem. O que se coloca como ausência do Estado nos “roubos” de terra, por ser servidor da pilhagem, trata-se de abertura para agentes com poder econômico invadirem no momento em que se deparam com o que parece ser um vazio de poder.

Após abertura de estradas na Amazônia paraense, por exemplo, a grilagem de terra e o desmatamento aumentaram tão significativamente que, no final dos 90, órgãos do governo passaram denunciar “a grilagem de terras como o principal problema fundiário da Amazônia” (TORRES, DOBLAS e ALARCON, 2017, p. 18-19).

A grilagem de terras “gera concentração fundiária e utiliza em muitos casos de violência para conquista das terras pretendidas. E durante muito tempo a prática foi estimulada pela conivência existente entre o Poder Público e os grileiros”, no Brasil, defende (DIAS, 2011, p. 76-77).

Gracilda Dias (2011) relata que as terras da Amazônia eram praticamente todas públicas até os anos 1950. Podia fazer uso delas para explorá-las por meio de ocupação simples. Mas o projeto de integração e as rodovias, em especial, a Belém-Brasília, faz recuar as ocupações agroecológica que existiam antes de novas políticas de ocupação. Nesse tipo de

ocupação os posseiros se transformavam em ribeirinhos e passavam a praticar um modo de vida de populações tradicionais no qual há relação de reciprocidade entre seres humanos, floresta, animais e rios.

As novas estratégias de ocupação vão avançar com apoio do governo brasileiro que inicialmente ofereceu várias vantagens fiscais para empresas brasileiras e estrangeiras se instalarem em espaço da Amazônia Legal.

A terra, na Amazônia, passou a ser comercializada. Mesmo que em valores abaixo do que seriam praticados em outras regiões do país, a transformação da floresta em mercadoria vai fazer avançar as fraudes fundiárias para transformar terras públicas em terras comercializáveis.

O processo de ocupação do solo fez gerar concentração fundiária, conflito entre proprietários, madeireiros, mineradores, posseiros e indígenas, desmatamento e degradação do meio ambiente. Para ela, “os impactos negativos provocados no ambiente natural pelo crescimento sem limites que impôs forte domínio sobre a natureza além de suas necessidades. Esse crescimento se mostrou ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto” (DIAS, 2011, p. 109). A saída seria a tática do desenvolvimento sustentável “que garanta à região amazônica, autonomia para elaborar políticas públicas, direcionadas ao agroambiental, comprometidas com a diversidade local, para que haja sustentabilidade, dentro da nova dinâmica entre Estado, mercado, sociedade e natureza” (DIAS, 2011, p. 110)

Suas sugestões foram feitas após constatar e demonstrar com base em dados do sistema de justiça, o problema da grilagem no interior mesmo das técnicas e dos procedimentos dos agentes de cartórios de registros de imóveis nos municípios, bem como dos governos estaduais e federal que se ausentaram. Verificou uma quantidade enorme de títulos de posse registrados de maneira irregular. Dúvidas em registros de imóveis em cartórios das comarcas de, por exemplo, Altamira e São Felix do Xingu, vão fazer levar à intervenção da Corregedoria das Comarcas do Interior do TJ do Pará.

O problema da grilagem aparece. Até o ano 2002, o governo federal calculava que doze por cento do território nacional estariam integrados às práticas da grilagem. Quase 11% dessa grilagem tinha acontecido na região amazônica (90 milhões de hectares). No Pará foram 31 milhões de hectares grilados, o que representa vinte e cinco por cento do território do Estado que conta com cerca de 125 milhões de hectares.

Ao ficar comprovada a gravidade da grilagem de terra no Estado do Pará, a Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

editou o Provimento número treze no ano de 2006 e publicou na edição número 3.672 do Diário de Justiça, nos seguintes termos “determinou, com fundamento no poder geral de cautela, a averbação de bloqueio de matrículas de áreas rurais acima dos limites constitucionais em todos os Cartórios de Registro de Imóveis das Comarcas do Interior do Estado, como medida necessária para conter o grave problema fundiário existente” (DIAS, 2011, p. 113).

Em Altamira, a área dos imóveis registrados em cartório contabilizava uma dimensão muito superior à área geopolítica do município. O relatório feito a partir de uma análise dos registros bloqueados pelo Provimento 13 evidenciou a desorganização dos registros, que para a Dias (2011) se deve à política fundiária que o Estado adotou. Com a prática de titulação imprecisa, por apostar em documentos jurídicos precários:

Alguns municípios têm registros bloqueados com área muito superior a sua superfície territorial. Essa circunstância tem diversas origens: erros de escrituração, registros bloqueados tanto no livro 2 (de registro de imóveis) quanto no livro 3, multiplicação de registros da mesma área, bloqueio de áreas abaixo dos critérios estipulados, registros bloqueados sem informações suficientes sobre a indicação do tamanho do imóvel, data do registro, origem do título, etc. ”. (DIAS, 2011, p. 118-119).

Os imóveis bloqueados possuem algum vício, irregularidade. Existiam livros duvidosos que foram cancelados por decisão da Corregedoria Nacional de Justiça. A comissão detalhou números que não tinham sido divulgados. Estudiosos apenas se baseavam em estimativas. O território do Estado do Pará é de aproximadamente 124 milhões de hectares. A Corregedoria de Justiça mapeou 9.383 registros de imóveis em cartórios municipais em todo Estado que somam cerca de 475 milhões de hectares. A área total dos imóveis registrados no Estado é quase quatro vezes a área de todo estado e quase a metade da área territorial de todo país.

A Constituição Federal de 1988 passou a prever bloqueio de registro de imóveis com áreas superiores a dois mil e quinhentos hectares. Anteriormente, entre 09 de novembro de 1964 a 04 de outubro de 1988, eram bloqueadas áreas superiores a três mil hectares. Já, no período de 16 de julho de 1934 a 08 novembro de 1964, apenas eram bloqueados imóveis registrados com área superior a dez hectares: “nos dois primeiros períodos havia a exigência constitucional de consultar o Senado, já a partir da Constituição Federal de 1988 a incumbência passou para o Congresso Nacional” (DIAS, 2011, p. 114).

Para se ter uma ideia do tamanho do problema da grilagem, a Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior constatou que o município São Félix do Xingu contaria, segundo os 2.849 registros de imóveis bloqueados por irregularidades (ver tabela 4 abaixo), com uma área

de aproximadamente 13 milhões hectares, cinquenta por cento é maior do que a área oficial do município, com cerca de 8 milhões 419 mil hectares. Se contabilizasse os registros de imóveis que não foram bloqueados, o município possuiria mais do que o dobro de sua área.

Tabela 4 - Registro de Imóveis Bloqueados pela Corregedoria das Comarcas do Interior do TJ do Pará. Quantidade total de área do município registrado em cartório municipal, por hectare. Municípios do Estado do Pará. Ano de referência 2011

Município	Área Total (ha)	Registro de Imóvel em Cartório Municipal Bloqueado		
		Quantidade	Área total	% em relação à área do município
Altamira	15.969.593,8	588	12.819.075,2	80,3
Placas	717.315,4	2	9.298,5	1,3
São Félix do Xingu	8.421.242,6	2.849	12.640.210,1	150,1
Senador José Porfírio	1.437.409,0	29	192.221,1	13,4
Uruará	1.079.131,5	20	71.991,2	6,7
Vitória do Xingu	296.632,9	61	410.486.992,1	138.382,2

Fonte: Cartórios de Registro de Imóveis do Estado do Pará (DIAS, 2011). Elaboração da tabela é minha

Desses municípios que estão no Médio Xingu, ou na região de influência da rodovia Transamazônica, a Corregedoria encontrou vários problemas nos cartórios de registro do município de Altamira. Em apenas 588 registros de imóveis, a área em hectares deles somada representaria 80% de todo território de Altamira que é o maior município em dimensão territorial do país.

Já no município de Vitória do Xingu, no qual foi instalado a hidrelétrica Belo Monte, o problema é mais grave. Nos municípios de Altamira e São Felix do Xingu, foram bloqueados 61 registros cuja área somada neles seria algo em torno de 45% da dimensão territorial de todo Brasil.

Esses são exemplos da prática de grilagem que mostra não apenas suas táticas e estratégias de transformar um espaço de floresta, por exemplo, em mercadoria fundiária, com uso de desmatamento e degradação, mas também a intervenção nos cartórios de registro de imóvel nos municípios da Amazônia paraense.

A intensificação da mudança no espaço nessa região da Amazônia, também pode ser exemplificado com dados do IBGE. Se observarmos a tabela abaixo acerca dos dois temas da agropecuária, efetivo bovinos por cabeça e produção de soja por tonelada, é possível notar que a pecuária bovina ainda é prática agropecuário presente na região do Médio Xingu e Transamazônica.

Tabela 5 – Efetivo bovinos por cabeça. Produção de Soja por tonelada. Anos 1980, 1990, 2000, 2010 e 2020. Altamira, Medicilândia, Placas, São Felix do Xingu, Sen. José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu

Municípios	1980		1990		2000		2010		2020	
	Bovinos (cabeça)	Soja (tonelada)								
Altamira	38.682	-	95.000	-	202.965	300	555.324	675	797.254	50.400
Medicilândia	-	-	29.100	-	49.175	0	103.939		185.298	-
Placas	-	-		-	68.000	0	90.823	216	155.280	2.160
São Félix Xingu	22.534	-	34.637	-	682.407	0	2.022.366	0	2.361.887	1.747
Sen. José Porfírio	10.236	-	32.000	-	12.742	0	44.467	0	97.653	-
Uruará	-	-	43.200	-	95.345	10	290.513	864	152.702	690
Vitória do Xingu	-	-	-	-	127.520	0	169.964	0	168.376	-

Fonte: IPEADATA (Temas); IBGE

A soja, no início da década passada, ocupava apenas pastos desgastados para repor nutrientes ao solo. Mas, no presente, parece seguir a tendência de expansão também identificáveis em outras regiões do país. Em Altamira, por exemplo, ao longo de todo ano 2000, foi produzido no solo do município 300 toneladas de soja. Uma década depois, a produção anual de 2010 havia crescido cento e vinte e cinco por cento. E agora no ano 2020, no município foi produzido 50 mil e 400 toneladas de soja. Um de mais de 7 mil por cento. Essa quantidade de tonelada de soja daria para encher cerca de 1.400 carretas, ou um navio de grande porte. A soja também começou a entrar em município menores também, como Uruará e em Placas que em 2020 produziu 1.747 toneladas de soja. Quando comparado com o ano de 2010, trata-se de um aumento de mil por cento.

A pecuária bovina, salvo em Vitória do Xingu, em todos os outros municípios da tabela acima, experimentou aumento no número de cabeça de gado. Em Altamira, em 2020, o efetivo bovino chegou a aproximadamente 800 mil cabeças de gado. Um aumento de quarenta e três por cento, quando comparado com o ano 2010. Mas o efetivo bovino que chama a atenção é do município de São Felix do Xingu com quase 2 milhões e meio de cabeças de gado. Crescimento de dezessete por cento, quando comprado com o efetivo constatado nesse município em 2010. Mas o crescimento significativo ocorreu na primeira década do século XXI. O efetivo bovino em 2010 e cerca de trezentos por cento maior do que aquele contabilizado no ano 2000. Isso pode indicar que foi quando também pode ter ocorrido a maior número de desmatamento por hectare no município.

Como vários pesquisadores vem notando há décadas, o desmatamento está associado

à prática de grilagem de terra que demonstra a buscar por justificar a posse do imóvel dando-lhe aparência de área produtiva. Na maioria dos casos, o passo seguinte ao desmatamento é instalar na terra pastagem: “em 2020, por exemplo, a pecuária era o principal uso do solo em setenta e cinco por cento das áreas desmatadas públicas não destinadas, aproximadamente, 2,6 milhões de hectares” (SALOMÃO, STABILE, *et al.*, 2021, p. 07).

Segundo observaram no final da primeira década do século XXI (RIVERO, ALMEIDA, *et al.*, 2009, p. 63), “a pecuária bovina é o uso do solo mais importante em todos Estados da Amazônia. É uma atividade, que, em geral, tem apresentado crescimento em todos os Estados”. Trata-se de um padrão que avançou sobre o arco de desflorestamento e se estabiliza ao longo das últimas décadas (DOMINGUES e BERMANN, 2012). A pecuária faz parte da lógica de expansão da ocupação da Amazônia por não exigir muito investimento econômico-financeiro, especialmente se for implantado uma pecuária de baixa produtividade, uma atividade muito adotada em pequenas propriedades na Amazônia.

3.7. Mudanças na Amazônia e o controle do espaço do Médio Xingu

O projeto inicial para usina de Kararaô e depois reformulado e rebatizado de usina Belo Monte toma como alvo, não qualquer rio, mas o Xingu, cuja floresta esteve, por muito tempo, protegida por barreiras naturais que impedia grandes navegações, e é também o rio que corta o Território Indígena do Xingu, criado em 1961 com o nome Parque Indígena do Xingu para abrigar diversas populações indígenas.

São vários os povos indígenas e comunidades ribeirinhas que convivem com o rio em seu curso natural. Por isso, todas as vezes que o governo federal propôs barrar o rio para construir a usina hidrelétrica Belo Monte, houve mobilizações de resistência encabeçadas por vários movimentos sociais, como o movimento indígena liderado pelos Kayapó, no final dos anos 1980, o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, e, por fim, o Movimento Xingu Vivo para Sempre a partir do ano 2008.

Além de um projeto de desenvolvimento, a construção de barragem e usina no rio Xingu constitui uma tentativa de controlar as águas do rio e o espaço no raio de influência da barragem.

Obras de infraestrutura como da Usina Hidrelétrica Belo Monte tem como pano de

fundo, portanto, definir um modelo de ocupação no espaço para toda Amazônia. Mudanças na disposição do espaço e na organização da vida local são provocadas a partir da construção de grandes obras que se impuseram.

As alterações e o controle do espaço afrontam a autodeterminação de populações que vivem e convivem com o rio Xingu há décadas ou séculos de maneira ecológica. Na guerra pela instalação da barragem da Usina Belo Monte, o governo Dilma visou administrar o espaço da bacia do Rio Xingu, mas se forem considerados tantos outros empreendimentos hidrelétricos recentes como Dardanelos (2011) no Rio Aripuanã, Santo Antônio (2012) e Jirau (2013) no Rio Madeira, e Teles Pires (2015) e São Manoel (2017) no Rio Teles Pires, é impossível desassociar do projeto de controle da Amazônia brasileira de governos anteriores como Vargas, JK, os militares na Ditadura, José Sarney e o projeto-estratégico que se articulou no governo de Fernando Henrique Cardoso sob a sigla IIRSA (Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana)⁸⁰. Não se trata, portanto, de uma estratégia de governo, mas de um projeto de Estado brasileiro que, desde a metade do século XX, vem perpassando forças políticas que estiveram à frente dos governos até o início dessa segunda década do século XXI.

⁸⁰ Com a iniciativa, vários projetos deixaram seu curso silencioso, em que tramitavam em regime de segredo de Estado, para se articularem em uma nova força política agenciada no encontro da Cúpula de presidentes de países da América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela) que foi realizada no Brasil no segundo semestre do ano 2000, mais especificamente na cidade de Brasília, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro. Com objetivo central de avançar na modernização da infraestrutura da região sul da América e na adoção de ações específicas para promover a integração e o desenvolvimento econômico e social nos doze países envolvidos. O ponto principal era desenvolver e integrar as áreas de transporte, energia e telecomunicações da América do Sul. O foco do plano de ação é na superação de barreiras naturais na América do Sul, classificadas como obstáculos ao livre fluxo de produtos e pessoas como, por exemplo, a Cordilheira dos Andes, a Bacia do Orinoco e a Floresta Amazônica. A infraestrutura para a integração tem como objetivo, além do fluxo de mercadorias (como o gasoduto Bolívia-Brasil que já saiu do papel) entre os 12 países envolvidos, o acesso a recursos minerais, a biodiversidade da Amazônia, produzir uma rede viária para escoamento de recursos naturais para mercados ocidentais. No capítulo 5, volto a falar sobre o IIRSA.

CAPÍTULO 4 – Configuração do espaço entre movimentos e sociabilidades

Na primeira visita que fiz à Volta Grande do Xingu⁸¹, bem como à Agrovila Piauiense na Transamazônica, meus olhos deslumbrados pela paisagem insistiam em ver imagens emolduradas pela lógica da dialética, seguindo os hábitos intelectuais que me foram legados pelas minhas experiências pregressas dos estudos urbanos, pelas leituras sobre as cidades amazônicas e por minhas pesquisas sobre violência.

Cheguei de barco e esse ângulo favoreceu o encaixe da minha observação em imagens e categorias conhecidas sobre cidades e comunidades rurais. Mas, na segunda visita⁸², viajei de Altamira à Volta Grande em um carro alugado, os diferentes cenários que observava durante o deslocamento pelos aglomerados urbanos, rurais e florestais desordenavam meu cérebro. O dualismo cidade e floresta perdia a nitidez. Não era mais possível reconhecer a “vida de comunidade” em contrastasse com a vida nas cidades. O que me surpreendeu foram as variações contínuas de casas isoladas de “brancos”, vilas e a floresta. O desafio analítico que os aglomerados urbanos, rurais e florestais me colocaram era o exercício de operacionalizar o termo cidade, por um lado, sem me submeter ao paradigma desse modo de habitar o espaço no qual o campo e a floresta (e tudo que fossem associados a eles) se colocam como meros contextos e, por outro lado, sem tratar das cidades como aspectos residuais de região de florestas.

Foi preciso então mudar o modo de descrição desses espaços. Passei também a adotar o termo “aglomerado” para descrever melhor as variações na configuração do espaço e das formas de sociabilidade, enfatizar movimentos contínuos de constituição e, assim, me desviar do modelo descritivo Cidade-Campo/Floresta. Como advertiu o viajante Marco Polo ao imperador Kublai Khan, personagens de Ítalo Calvino (CALVINO, 2003), não se pode confundir uma cidade [um aglomerado] com sua descrição, muito embora não se deva

⁸¹ Fiz minha primeira viagem pelo rio, em um barco com motor batizado de voadeira, no dia 04 de outubro de 2016. Além de Manoel, experiente barqueiro, que pilotava aquela voadeira, estavam a Antônia Melo, coordenadora do Movimento Xingu Vivo para Sempre, Jane Silva do IBASE e a professora Norma Felicidade Valencio da UFSCar. Dormimos duas noites na Vila da Ressaca e retornamos no dia 06 daquele mês. Já na Agrovila Piauiense localizada na rodovia Transamazônica, fui à primeira vez, no dia 21 de dezembro de 2015, vésperas de Natal, na companhia de Daniela e Amanda do Movimento Xingu Vivo para Sempre e Anderson da Embrapa. Chegamos cedo, passamos o dia e retornamos.

⁸² No dia 23 de outubro de 2016, fiz uma segunda visita à Volta Grande do Xingu, em um carro alugado pela estrada junto com Daniela do Movimento Xingu Vivo para Sempre e estudante, na época, de geografia da Universidade Federal do Pará. Hospedamos novamente na Vila da Ressaca e retornamos à Altamira no dia 25 daquele mês. Também fiz uma segunda visita na Agrovila Piauiense, em 1º de novembro de 2016.

desconsiderar a ligação que existem entre ambas. Acho que aprendi a lição de que é preciso desconfiar do viajante e das ideias ou molduras mentais a partir das quais buscava classificar minhas fotografias de vilas de ribeirinhos, agrovilas, assentamentos da reforma agrária ou cidades.

Diante dos processos que integram a configuração do espaço no Médio Xingu (e também em um trecho do Baixo Xingu na Volta Grande do Xingu), as noções de “rural” e “urbano” não podem ser vistas como alternativas. A Amazônia ensina lidar com outro modo de vivenciar e ver o espaço e, por isso, é preciso controlar os pressupostos teóricos e metodológicos de inspiração dualistas.

As cidades, vilas de pescadores, vilas de garimpo, agrovilas, assentamentos, aldeias na Amazônia colocam em risco polarizações da sociedade moderna como campo/cidade, rural/urbano, floresta/gleba e mata/desmatamento. É inegável a influência da cidade e sua racionalidade urbano-moderna na circulação e nos circuitos terrestres que conectam os aglomerados. Até porque “a cidade é o correlato da estrada. Ela só existe em função de uma circulação e de circuitos; ela é um ponto assinalável sobre os circuitos que a criam ou que ela cria. Ela se define por entradas e saídas”, conforme notaram (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 122). Mas a cidade existe, segundo esses mesmos autores nesse mesmo livro, antes da unificação de estados-nações e muito antes da emergência do capitalismo.

É importante lidar com isso para não naturalizar essas mudanças que acontecem em momentos históricos específicos. Este será o horizonte deste capítulo no qual buscarei analisar o modo de ordenação da produção capitalista na região amazônica, onde o rio e a floresta são centrais às formas de sociabilidade e como a cidade se transforma em centralidade.

A história do capitalismo, da modernidade ou da industrialização é narrada tendo a cidade como modelo e cenário. E seu arquétipo se transforma na bitola para construção do Estado-nação moderno: “o modelo da cidade se torna a matriz de onde são produzidas as regulamentações que se aplicam ao conjunto do Estado” (FOUCAULT, 2012, p. 208).

Mas a conjunção entre cidade, Estado e capitalismo não é um processo que ocorreu pontualmente no passado, mas um processo que acontece o tempo todo. Do mesmo modo que existem formas de vida social que são capturadas e subordinadas por essa racionalização, há formas de viver o espaço que escapam da prática governamental, estatal e capitalista de gestão da vida coletiva.

O vínculo entre cidade e estado, ou cidade e capitalismo não precisa ser tomado como imprescindível. As cidades não representam necessariamente o Estado, tampouco constituem

um epítome do modo de vida e do modo de subjetivação capitalísticos. Por isso, é preciso desacelerar essa vinculação cidade-capitalismo-Estado quase automáticas na teoria social urbana.

No complexo rio-estrada-floresta, a cidade não é uma centralidade estável e unívoca à qual todas formas de sociabilidade, de produção ou de atividade produtiva convergem, é um meio, um ponto de conexão, um nó numa rede de aglomerados.

É possível observar na Volta Grande do Xingu, por exemplo, uma composição de aglomerados heterogêneos, com populações indígenas, assentamentos familiares da reforma agrária, vilas ribeirinhas, fazendas e vilas de garimpo. Espacialidades que se conectam e que coexistem potencializando suas diferenças e seu modo próprio de viver. Multiplicidade e conexão dos espaços ensejam a compreensão da singularidade do modo de vida amazônico em agrovilas e rurópolis ou em vilas e cidades.

A Volta Grande do Xingu está localizada abaixo da barragem da Hidrelétrica Belo Monte, e é onde a mineradora canadense Belo Sun tenta implementar a atividade de extração de ouro e planeja reassentar compulsoriamente famílias daquele espaço para outra área de reassentamento do INCRA ou para um bairro na cidade de Altamira.

Nas histórias da região amazônica, várias comunidades como a vila da Ressaca, a vila do Galo e a vila Ilha da Fazenda viraram urbes ou polis, e um modo de vida cidadão multidirecionado se converte em um modo de vida direcionado pela e para a produção mineral, industrial, energética, ou que passa a assumir o comércio como um fim em si mesmo ou como uma atividade preponderante.

Por outro lado, em aglomerações urbanas como Altamira circulam clamores por outro modo cidadão de viver que atenda a outros desejos, aspirações e expectativas. Pulsam formas de vidas que resistem à sobrecodificação do modo de vida urbano-capitalista. Há uma multiplicidade de desejos, aspirações e expectativas, a multiplicidade de modos de viver, de produzir e de organizar e se deslocar pelo espaço.

Neste capítulo, descrevo os movimentos e sociabilidades dos aglomerados e as narrativas locais dos processos de mudanças socioespaciais. Os aglomerados urbanos, rurais e florestais são agrovilas, rurópolis, vilas, assentamentos rurais de Volta Grande do Xingu e de Altamira, reassentamentos urbanos e bairros dessa cidade. Abordo as transformações e deslocamentos entre agrovilas, vilas e assentamentos rurais por meio das histórias contadas pelo ribeirinho Seu Élio, a vida nos reassentamentos urbanos por meio do olhar da adolescente Camila e de Francinilda, mulher jovem e mães de quatro filhos Francinilda. As transformações

urbanas em Altamira pelo olhar da educadora e ativista Elena, do poeta Fernando (Mc Conexão Periferia) e da adolescente Djane. O processo migratório por meio do relato do barrageiro Eldes. E na Volta Grande do Xingu, a sociabilidade na vila da Ressaca pelo olhar das jovens Alice e Ângela, e o assentamento no Travessão do Miro por meio da percepção de Dona Eduvirgens.

Seguindo o processo de mudança no espaço no Xingu, este capítulo tem como objetivo descrever a configuração e reconfiguração do espaço a partir da experiência, da observação e dos conhecimentos dos moradores que são atores importantes nesse espaço e sofrem diretamente os efeitos da remoção de florestas e de outras transformações dinamizadas por políticas orientadas por paradigma urbano. Os moradores desses aglomerados são mobilizados neste capítulo como observadores privilegiados de processos de mudança na configuração do espaço e oferecem detalhes sobre a repercussão familiar, subjetiva, emocional desses processos. Nos subcapítulos, recorro a entrevistas realizadas durante pesquisa de campo para tratar da configuração do espaço e dos movimentos migratórios e deslocamentos locais a partir do ponto de vista de pessoas que moram no Médio e Baixo Xingu da Amazônia.

Embora a obra da hidrelétrica Belo Monte tenha sido instalada na área ribeirinha, rural e florestal na Volta Grande do Xingu, a maior parte das ações de mitigação ou compensatórias da construção da barragem e hidrelétrica teve como *locus* o espaço urbano, principalmente o espaço de Altamira, proeminente cidade da região. Também é na cidade onde os propalados impactos são medidos, calculados, geridos, em outras palavras, submetidos à racionalidade prática modernista. Se no capítulo anterior discuti a mudança na configuração do espaço de floresta, este capítulo se orienta pela questão: como opera a prática moderna/urbana na produção de espaço e nas formas de sociabilidades? E como o rio e a floresta, que são o centro da sociabilidade dos aglomerados amazônicos, são paulatinamente suplantados pelo domínio da cidade ou de uma racionalidade urbana na configuração do espaço?

4.1. Agrovila, agrópolis e Transamazônia

Na segunda metade dos anos 1950, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) desenvolveu um plano para a região amazônica no qual constavam programas de colonização. O governo federal concederia crédito aos Estados da

Amazônia com objetivo de implantar colônias agrícolas (SPVEA, 1955).

Para dar sequência a essa estratégia de colonização da Amazônia, os governos militares criaram o intitulado Programa de Integração Nacional (PIN) no qual havia orientação para implementação de colônias no grande eixo rodoviário transversal Leste-Oeste (Transamazônica) de interligação do Nordeste com a Amazônia e no eixo rodoviário longitudinal Norte-Sul (BR-165: Cuiabá-Santarém) para interligar o Planalto Central a um porto no rio Amazonas. Por meio de parcerias com a iniciativa privada, foram instaladas agrovilas na Amazônia com escola primária, posto de saúde, igreja, agência do Banco do Brasil e dos correios, bem como um escritório do Ministério da Agricultura (BRASIL, 1971).

No início dos anos 1970, esses projetos de colonização da Amazônia já tinham sido motores de expulsão e atração de fluxo migratório. A concentração populacional no município de Altamira de aproximadamente doze mil habitantes no ano 1960 saltava para vinte e três mil em 1971. Houve um aumento na ordem de noventa e quatro por cento. A maior parte da migração era proveniente da região Nordeste (58%) e do próprio Estado do Pará (17%). No início do ano 1972, sete agrovilas já tinham sido instaladas, entre o quilômetro vinte e o quilômetro centro e dezessete da rodovia Transamazônica (BR-230), no trecho entre Altamira e Itaituba (CARDOSO e MÜLLER, 2008).

Um dos objetivos desses projetos era intervir no espaço mudando sua configuração segundo paradigma de cidades que permite integrar a atividade dos habitantes do espaço aos objetivos do governo e Estado para que se tornem úteis a esses dois últimos. Os militares ansiavam por esse modelo por acreditar garantir assim a soberania do espaço ao país, mas também a dominação política local.

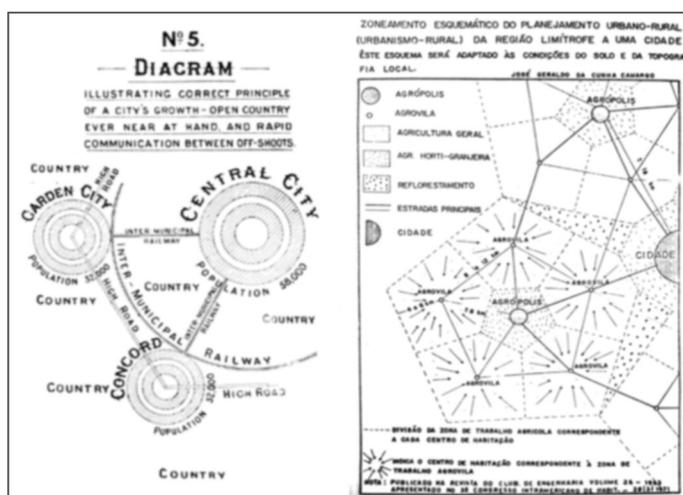
Muito embora tivesse ligação institucional com a pasta do Ministério da Agricultura, o Incra buscou conduzir o projeto de ocupação da Amazônia visando transformar o espaço por meio de urbanização. Segundo essa lógica, partia-se de agrovilas enquanto núcleos satélites para se criar agrópolis. Essas se transformariam, por sua vez, em núcleos satélites de uma rurópolis. Essa última seria cidade propriamente dita com ligação a outros conjuntos de núcleos satélites menores por meio de estradas⁸³. Nos Projetos Integrados de Colonização (PIC) dos militares, havia um plano estratégico para tirar o esboço da prancheta do urbanista José Geraldo da Cunha Camargo, sob influência do modelo de cidade jardim formulado por Ebenezer Howard na última década do século XIX, e realizá-lo na Amazônia com a parceria

⁸³ Conferir esboço de cidade rural, à direita, na figura a seguir.

de agentes imobiliários responsáveis por transformar o espaço em produtos fundiários com valor de troca e permitir que o setor imobiliário percebesse renda no processo de configuração do espaço orientado pelo urbanista. As agrovilas foram concebidas como núcleos interdependentes ligados por sistema viário e com hierarquia entre eles.

Segundo esses projetos, uma rurópolis seria composta por um conjunto de agrópolis e agrovilas com cerca de 20 mil habitantes. E se colocaria no centro desse conjunto a uma distância de até 140 quilômetros das agrópolis que, por sua vez, deveria constituir o centro de cerca de uma dúzia de agrovilas cada qual com cerca de mil e quinhentas pessoas (FIALHO e TREVISAN, 2019).

Figura 4 – Esboço nos anos 1890 de cidade jardim por Ebenezer Howard à esquerda. Esboço de cidade rural, à direita, por José Geraldo da Cunha Camargo nos anos 1970



Fonte: (PINHO, MONTEIRO e PINA, 2019)

Caberia ao Incra ser um dos agentes do governo militar no processo de colonização e destinar cem hectares na Amazônia para se transformar em agrovila com escola, igreja, espaço de lazer e pequenas chácaras.

4.1.1. Agrovila no espaço da rodovia Transamazônica pelo olhar de seu Élio

Visitei Seu Élio em sua casa na Agrovila Vale Piauiense, localizada no Km 23 da Transamazônica (BR-230), no município de Altamira, no período em que estive na região para o primeiro trabalho de campo⁸⁴. Essa agrovila surgiu no início dos anos 1970 e recebeu esse

⁸⁴ Essa visita que fiz ao seu Élio ocorreu no dia 19 de dezembro de 2015. A primeira vez que encontrei Seu Élio foi durante o lançamento do longa-metragem “Defensores” produzido pela Nigéria Filmes e do qual era um

nome por ser composta por uma maioria de famílias migrantes do Piauí (LE MOS, 2019). Os moradores mais tradicionais frequentemente se recordam que aquele espaço que migrantes ocuparam e se transformou em uma agrovila era dominado por populações indígenas.

Seu Élio se instalou na Agrovila depois de ser compelido pela Norte Energia a sair compulsoriamente de sua casa em uma comunidade ribeirinha no Baixo Xingu, localizada no município de Vitória do Xingu, exatamente onde foram construídas as casas de forças para geração de energia da hidrelétrica Belo Monte. O dinheiro da indenização deu somente para comprar o pequeno pedaço de terra na Agrovila Vale Piauiense. Isso o colocou próximo da rodovia Transamazônica e distante do Rio Xingu⁸⁵.

Seu Élio nasceu no estado do Espírito Santo. Com 19 anos, foi convencido por um senhor que na Amazônia poderia melhorar de vida. Então ele se deslocou para a região do Médio Xingu em busca de uma terra e com sonho de ter condições de acolher sua família, sua mãe e seus irmãos:

Eu não tive chance de estudar. Nunca, nunca, nunca tive numa sala de aula. Eu nunca fui. Eu perdi meu pai, eu tinha 10 anos, e daí eu nunca tinha estudado. Quando eu perdi, a gente ficou numa situação muito feia. Tive que trabalhar para os outros, não é? ir para casa dos outros trabalhar. E daí eu não fui para escola.

Mas, assim que chegou ao Pará, seu sonho começou a se tornar pesadelo. A pessoa que o atraiu para a Amazônia submeteu-lhe a um trabalho em situação análoga à escravidão:

Eu trabalhei 2 anos de escravo aqui a troco da comida. De 19 anos até 21. Com 2 anos que eu fiquei de escravo, acabou tudo que eu tinha. Até roupa que eu tinha roupa. Fiquei sem uma roupa, sem uma sandália havaianas para calçar. A seis quilômetros, num travessão, mata a dentro. Derrubando mato e fazendo roça. Plantando, colhendo. Fazendo tudo que se faz na roça, plantando capim para ele e tudo. Com dois anos, tomei coragem e sai fora. Cheguei na beira da Transamazônica, eu não tinha uma rede para dormir, não tinha uma sandália para calçar, eu não tinha nada na vida. Toda minha bagagem era um facão, uma bermudinha velha, uma camiseta velha.

dos protagonistas. Na mostra cinematográfica que ocorreu no auditório do Instituto de Etnodiversidades na UFPA, ele aparece no capítulo quatro do filme, intitulado “Resistência e Mega-obras” e sua história, um pescador ribeirinho que foi expulso da Comunidades Santo Antônio que ajudou a criar há quatro décadas. No documentário, ele narra seus vizinhos sendo expulsos para dar lugar à construção da hidrelétrica (Em uma segunda parte, o filme mostra Antônia Melo e sua luta e resistência à frente do Movimento Xingu Vivo). O evento se encerrou, as colegas Daniela e Amanda, ativistas do Movimentos Xingu Vivo para Sempre, convidaram-me para ir ao bar do Seu Pedro, na orla do cais. Seu Élio também foi. Na mesa daquele bar onde conversávamos, comíamos e bebíamos cerveja, foi a primeira vez que o ouvi narrar pessoalmente parte de sua história de vida e de luta naquela região da Amazônia. No final da noite, convidou-me para continuar a conversa nessa sua casa na agrovila.

⁸⁵ Naquela época em que lhe fiz essa visita na casa dele e o entrevistei, seu trabalho era mergulhar para pescar peixes ornamentais nas partes mais profundas do rio Xingu e, segundo ele, vender para pesquisadores, mas também para criadores de peixes em aquário. Para fazer seu trabalho, precisava percorrer setenta quilômetros até um trecho do rio Xingu onde conseguiria encontrar pequenos peixes ornamentais.

Seu Élio foge do trabalho escravo, encontra uma residência na qual pede ajuda. A casa é de Antônio Bezerra cujo irmão dois anos depois tornaria seu sogro. Ali consegue comida e uma rede para dormir. Enquanto pensava em uma maneira de voltar para o Espírito Santo, Seu Élio para ajudar colocar alimento à mesa passava o dia dentro da floresta caçando animais. Nos dias seguintes, seu anfitrião começou a divulgar para outros vizinhos assentados seu trabalho de desmatar a floresta por empreita. Assim a vida foi seguindo, desistiu de retornar para seu Estado natal, casou com a sobrinha de Antônio Bezerra e foi morar em uma casa num pedaço de terra que conseguiu e construiu “pegando empreita”.

Depois de alguns anos “derrubando mato” para conseguir dinheiro, Seu Élio resolveu mudar o curso de suas atividades. Já fazia algum tempo que pensava em se tornar pescador e viver da pesca, algo que apenas conseguiu depois de conseguir dinheiro para comprar equipamentos básicos.

Seu Élio diz que não se sentia bem derrubando a floresta. Fazia para sobreviver, pela necessidade do dinheiro. Depois que se tornou pescador ribeirinho residente na comunidade Santo Antônio pode começar a defender a floresta e o rio. Foram quarenta anos vivendo na vila ribeirinha que ajudou a construir. Todos os moradores dessa comunidade foram expulsos pela Norte Energia por meio de acordos indenizatórios. Assim ele descreve o momento em que foi obrigado a se mudar da comunidade:

– No dia que eu vi minha casa sendo derrubada. Quando eu coloquei as coisas em cima do caminhão que eu vi a máquina derrubando minha casa, um pedaço já estava ficando.

– O senhor já sabia para onde ir, perguntei ao Seu Élio.

– Eu já tinha comprado aqui na agrovila, já tinha negociado aqui, respondeu Seu Élio que continua explicando. - Como eu era o presidente da associação, eu pedi para empresa para ficar até sair todo mundo, para acompanhar sair todo mundo. Mas eles não aceitaram. Quando faltavam umas quinze pessoas para sair, como já tinha me pago, porque a ordem era essa, depois de vinte quatro horas que ele pagasse, você tinha que desocupar, porque a máquina chegava para derrubar a casa.

Aí o que acontece? Terminaram de colocar as coisas no caminhão, vieram me deixar aqui, que era o caminhão da empresa [Norte Energia] que trazia as coisas da gente. Colocamos as coisas aqui dentro [da casa nova]. Até aí estava tudo bem. Quando vi o caminhão saindo. Meus filhos pegaram a moto assim e saíram, aí eu senti uma coisa assim, uma coisa me cortando, sabe. Falei o que será de mim agora, o que será de mim daqui para frente.

Passei a noite, dormi porque estava muito cansado. Aí no outro dia cedo já não escutei mais meu compadre Carlos. Ele era vigia do colégio. E todo dia, quando o dia estava clareando ele batia na janela do meu quarto e dizia, lembra! Já não escutei mais aquilo. E também quando abri a porta aqui não vi mais a galera [da comunidade] lá na frente...

Ao se lembrar desse dia, Seu Élio chorou por vários minutos. Fiquei comovido e

sugeri terminar a entrevista para deixá-lo mais confortável. Mas disse que gostaria de prosseguir contando sua história. Então, suspirou e disse:

- Daquele dia para cá, nunca mais parou de me correr por dentro. Cheguei a pensar até em suicídio. A minha valência foi que eu acredito muito em Deus primeiro. E segundo, o pessoal do Xingu Vivo que é do meu lado todo tempo.

Então, indaguei se havia alguém preparado para essa mudança, já que fazia alguns anos que a Norte Energia tinha recebido licença para instalação e, por isso, já tinha começado a desmatar para construir a barragem. Seria questão de tempo para que os obrigassem a sair de suas casas e da vila ribeirinha. Respondeu-me que:

- Não! Não! Ninguém estava [preparado]. Não estava porque... Olha!, se você tiver ideia de quantas pessoas já morreram. A gente, às vezes, as pessoas dizem: “não, que o cara já estava velho, tal e tal”. Mas você tem ideia que a pessoa é criada na roça, e ele chega a 60 anos lá na roça, comendo tudo natural da roça e depois ele vir comer um enlatado da cidade? Tu tem ideia dessa mudança de vida? Comer mortadela, comer sabe lá... Da nossa família morreu 3 pessoas já, e gente da [comunidade] Santo Antônio. Morreu meu sogro, a minha sogra morreu e morreu o tio da minha esposa. Tudo depois que veio para a cidade. Depois que vieram para a cidade, já morreram três. Essas pessoas não estavam preparadas para isso, sabe? Estavam acostumados comer aquela comida tradicional lá.

O paraense que mora na roça, o paraense que eu conheci, o peixe dele, ele prepara lá na beira do rio. O tempero é água e sal, sabe. Não tem corante, não tem cheiro, não tem nada. E ele come. E é bom e é gostoso. Para nós que tem uma comida diferente, se não citou documento do dia⁸⁶, você não vai dar conta.

Agora com a construção da barragem o gosto do peixe mudou muito.

Seu Élio tornou-se pescador ribeirinho e passou mais de três décadas praticamente morando dentro do rio Xingu. Comia peixe fresco e comida natural todos os dias. De repente, depois que se tornou idoso, foi obrigado a se transformar em morador de agrovila. Para obter algum rendimento econômico, torna-se um plantador de cacau, produto cujo rendimento anual não passava de quinze mil Reais na época. Esse dinheiro, segundo ele, não lhe permitia pagar as contas básicas. Depois que passou morar na agrovila, diz ter chegado ao ponto de não ter condição de ir à cidade por lhe faltar cinco Reais para pagar o transporte rodoviário.

Longe do rio, passou mais de um ano trabalhando como pedreiro. Perdeu a carteira de colônia de pesca e isso passou a incomodá-lo: “perdi tudo, suspenderam minha carteira. Minha carteira está invalidada, não vale mais nada”. Com 62 anos, na época, não conseguia se aposentar, tampouco acessar o benefício de seguro defeso: “já fui atrás de advogado e nada”.

Poucos dias antes da entrevista que me concedeu, a Norte Energia havia enviado um

⁸⁶ “Citar documento do dia” significa seguir o cardápio do paraense ribeirinho, com comida fresca, natural e sem conservante ou corante.

funcionário a sua casa para lhe oferecer auxílio financeiro para construir uma granja em sua pequena chácara. Falou que o expulsou “porque não queria nada da empresa”.

Então perguntei como imaginava o futuro vivendo na agrovila, nessa região da Transamazônica.

Como eu conheci a Transamazônica de antes, porque eu cheguei aqui em 76 e a Transamazônica tinha sido aberta em 72. Estava justamente com quatro anos, né? É uma diferença bem grande assim, porque quando a transamazônica foi aberta, em 72, e as pessoas entraram para cá, a cada 500 metros tinha um colono. O colono quer dizer um morador na transamazônica. A cada 500 metros, certo. Isso dum lado e do outro da Transamazônia. Eu conheci... Hoje você viaja cinquenta quilômetros para Altamira tem um [colono] dos antigos, aliás, tem dois, o Lourenço e o João Luiz. Então, os outros venderam e foram embora para cidade.

Segundo ele, fazendeiros compraram as pequenas chácaras e transformaram-nas em grandes propriedades rurais.

Hoje na Transamazônica têm poucos donos, aliás, na margem da Transamazônica. Ficou na mão do fazendeiro, enquanto que os colonos sumiram. Não existe mais colono na Transamazônica. Antigamente, o colono da Transamazônica que plantava o arroz e tinha um preço garantido pelo governo. Em Altamira, tinha a CIBRAZEM⁸⁷ que comprava e tinha um preço mínimo. Hoje não se produz mais arroz. Chegou o cacau. Aliás, primeiro chegou a pimenta, depois chegou o cacau e tomou conta⁸⁸. O cacau e a pecuária que tomaram conta aqui da Transamazônia.

Quando o questionei sobre seu futuro, Seu Élio articulou uma reflexão sobre as mudanças que ocorreram naquele espaço:

- Quando cheguei aqui, eu fui trabalhar com roça, derrubar roça pros outros. E às vezes plantar roça. E segurar aquela coisa, porque assim, com pouco dinheiro sobrevivia. Você tinha aqui a castanha. Você tinha a caça que era muito, sabe? E tinha o peixe em abundância aí. Se plantava mandioca, fazia farinha e todo mundo sobrevivia assim. Plantava arroz. Todo mundo plantava arroz. Dinheiro mesmo era mesmo só para comprar sal e algumas coisas assim. Eu mesmo comecei tomando café com caldo de cana. Moía a cana e tomava o café. Só comprava o sal, roupas e os remédios às vezes. Isso quando a gente não fazia a raizada do mato, porque é sempre mais tradicional, né?

Daí o que acontece, isso foi mudando. Quando chegou os anos 90, isso foi mudando. E foi mudando de uma maneira tão rápida assim que não deu nem para as pessoas

⁸⁷ Seu Élio se refere à Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, criada, em 12 de novembro de 1963, através do decreto nº 52.819.

⁸⁸ Seu Élio se refere às políticas mais recentes de estímulo ao plantio comercial de cacau. Ele se incomoda ao ver fracassar uma política que estimulava o plantio do arroz e do feijão, alimentos básicos, face ao aumento da plantação comercial do cacau na região da Transamazônica. O cacau é original de florestas úmidas tropicais como a Amazônia. Trata-se de um fruto que nasce e se reproduz de maneira espontânea nas matas úmidas com terra firme e nas várzeas. Naturalmente se dispersou no espaço de toda bacia do rio Amazonas, chegando inclusive ao sul do México. E vale ressaltar que o cacau foi um dos primeiros produtos exportados desse espaço que hoje chamamos de Pará. Desde o século XVI, os portugueses, espanhóis e europeus já exportavam o cacau extraídos de florestas no “Pará” para a Europa, no bojo do comércio de especiarias intituladas “drogas do sertão”. O principal produto de exportação do Pará no século XVIII foi inclusive o cacau. Desde o século XVII, há histórico de plantação comercial de cacau na região do Estado do Pará, principalmente nas margens do rio Amazonas, como em Santarém, e no espaço da bacia de seu afluente formador Tapajós (BRITO, ALMEIDA, *et al.*, 2002).

perceber como. Foi uma mudança tão rápida. Da Transamazônia, de 76, quando eu cheguei e que eu conheci, para a Transamazônia de 2016, tem uma diferença muito grande.

Chegou o asfalto, melhorou a condução na estrada, piorou as condições de vida, sabe? Com a chegada... É o tal negócio, em alguns lugares quando o progresso chega, chega estrada, as coisas melhoram. Aqui com a estrada as coisas pioraram.

E aí, depois de tudo, em 2010, 2011, para completar a história, chegou a Belo Monte, né? Com Belo Monte aí foi que acabou de destruir o resto da Transamazônia, pelo menos nessa região aqui. Daqui para frente, pra [o município de] Rurópolis, Itaituba, Medicilândia, esses lugares aí, o forte é cacau⁸⁹.

Para ele, as coisas mudaram “muito radicalmente” com a rodovia Transamazônica, a partir dos anos 1980. Mas nada se compara a mudança que estava passando naquele momento, depois que a hidrelétrica começou a ser construída e o empurrou para um reassentamento involuntário. Para ele, a hidrelétrica Belo Monte acabou com a história das pessoas. Frequentemente recebia notícia de casais se separando, depois que se mudaram das comunidades ribeirinhas. Amigo ou conhecido que passou a ter doença mental ou cair no alcoolismo:

- Então, assim, as pessoas que foram muito impactadas. Essa mudança foi muito radical para esse povo, porque quem morava na palafita, cada um deles tinha uma função de vida, tinha um meio de vida, aquele que não era pescador, era um carroceiro, era um oleiro, um areeiro, sabe? Essas pessoas tinham um trabalho. E hoje não restou nada para eles.

Então, para mim, essa mudança foi muito radical. Foi muito difícil e está sendo muito difícil. Esse aqui não é o mundo que eu quero viver. Quero viver num mundo que sonhei. Não espero muita coisa. Já estou com 61 anos, sabe?

Quando o governo faz esse tipo de coisa, faz Belo Monte, é porque tem poder. Mas aí fica uma pergunta na cabeça, que poder é esse? Que poder é esse de destruir? Será que o governo não sabe o que é sentimento? Será que só sabe o que é dinheiro, o que é mordomia?

Essa coisa fica batendo aqui. Como é os governantes, é o dono do poder. Ele pega nosso dinheiro para matar a gente. Porque detonar um rio igual ao Xingu não é matar um peixe, matar um jacaré, não é matar uma capivara, é matar a gente também. Porque matar a gente não é passar um rolo compressor não, é tirar tudo de bom que a gente tem. Tudo que a natureza nos oferece de bom.

Seu Élio dá corpo e narrativa para a história de trabalhadores que chegaram ao

⁸⁹ O aumento da plantação de cacau, como seu Élio observa, resulta do Plano de Diretrizes para a Expansão da Cacaucultura Nacional (PROCACAU) instituído sob supervisão da CEPLAC e do Ministério da Agricultura, nos anos 1960, durante os governos militares. Foi implementado nos 1970 com objetivo de estimular a formação de novos cacauzeiros. O Estado do Pará já tinha sido um grande produtor de cacau no país, foi inclusive grande fornecedor de semente para o plantio em Ilhéus, no sul da Bahia. Como parte do Programa de Integração Nacional (PIN), objetivava-se tornar o Pará novamente em grande produtor e, por isso, elevar o cultivo de cacau para 50 mil hectares no período entre 1976 e 85. Alguns espaços do Pará foram selecionados como beneficiárias dessa política pública, por exemplo, a região da rodovia Transamazônica, no município de Altamira o qual foi inserido no PROCACAU por intermédio do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA/SUDAM) que teve início em 1974 (ESQUERDO, 1980).

Xingu atraídos pelas frentes pioneiras e se empregou nos empreendimentos das frentes de expansão e, mais recentemente, sofreram com o deslocamento forçado, a solidão e a perturbação do seu modo de viver pela construção da hidrelétrica Belo Monte.

Mas no seu relato é possível observar a história de um migrante subordinado ao trabalho escravo se libertar, ser acolhido pela solidariedade de amigos e parceiros, e por fim, se conectar com o rio e com a vida de pescador. Ele representa aquelas pessoas que chegaram à floresta e foram “domesticadas” por ela, confluíram com o modo de viver ribeirinho, aprenderam um modo de ocupação ecológico do espaço.

4.2. Reconfiguração do Espaço Urbano pelo olhar de jovens e reassentados

Água do Xingu pra movimentar a vida é nosso dia a dia/
Essa que jorra da nascente e no cano furado estraga/
Essa água que sacia é a mesma que enche, a mesma que esvazia /
Que molha o campo, faz crescer a árvore e movimentar a poesia /
Com a canoa de corrico, quando o peixe subia, teus filhos aprendiam /
Rio Xingu é sua escola de vida/
Quando o remo é lápis, o rio lhe traz alegria.
Sou da Amazônia do Pará de onde vejo que apontaram uma Magal pra cá /
PAC aceleração desacelerada, Belo Monte é inviável/
Palhaçada a Ilha do Arapujá ser derrubada/
Tenho muita fé na vitória por causa dos parceiros que lutaram na trajetória /
Aqui fica a ideia de um lutador que leva informação e prega o amor pra fortalecer o
trabalhador que no fim do dia é vencedor.
Conexão periferia!!!

Esse trecho acima faz parte da música “Realidade da Amazônia” composta por Fernando Conexão que escutei na Praça da Independência na cidade de Altamira durante uma batalha de Hip Hop⁹⁰.

Daniela, ativista do Xingu Vivo, me convidou para assistir a uma batalha de Hip Hop que alguns de seus colegas faziam no início da noite de um sábado. A cidade estava tranquila para um sábado. Antes de começar a batalha, Fernando Conexão e MC Poeta Marginal agradeceram ao movimento hip hop da região e cantaram juntos essa música.

Os jovens se espalhavam pela praça. Enquanto o maior grupo se concentrava em frente ao coreto para assistir à apresentação de hip hop, outros grupos jogavam futebol de salão

⁹⁰ Ouvi essa música pela primeira vez na noite do dia 21 de outubro de 2016.

na quadra ou vôlei em uma quadra de areia. Adolescentes mais jovem, com idade entre 13 e 15 anos, andavam de skate ou bicicleta em outra parte da praça. Alguns desses, hora ou outra, paravam para assistir trechos das batalhas de hip hop.

4.2.1. Fernando Conexão: “chega um monte de máquina e começa a destruir tudo”

Em outro dia à noite, reencontrei Fernando Conexão em um bar na cidade, conversamos sobre a letra da música e aproveitei para perguntar o que significava “Magal” e respondeu que era uma arma de fogo. Por fim, combinamos uma entrevista. Fernando fazia parte da Oficina Território Livre (OTL), uma ONG voltada para estimular a criatividade de jovens de Altamira em diversos temas como música, arte e reciclagem. A entrevista aconteceu dias depois na OTL entre canteiros feitos com pneus coloridos, decorações feitas com garrafas pets e uma série de bonsais plantados e cuidados pelo próprio entrevistado.

Fernando me contou que seu avô veio do Ceará para o médio Xingu, onde virou seringueiro e também marceneiro. Desde criança, escutava falar da construção da hidrelétrica Belo Monte, mas não acreditava que seria construída:

- Eu me lembro uma vez que o cara falou assim, a gente estava lá no trapiche, eu era mais jovem, o cara falou assim “ah, vai vir a barragem pra cá”. Só que eu imaginava que não ia vir. Achava que isso era só lorota e tal. Mas aí aconteceu, né? Aí, cara, a gente vive na flor da pele, né? Porque de repente chega um monte de máquina e começa a destruir tudo e aquela coisa assim, coisa de louco.

Quando percebeu que a barragem estava perto de virar realidade, Fernando se juntou à luta de resistência contra a instalação. Mas ressentia por não ter força o suficiente para salvar o rio Xingu e a floresta naquela região da Amazônia. Com início da construção, seus colegas orientavam-no “se meter no sistema, virar barrageiros” para faturar uma grana. Ele preferiu, porém, dedicar-se ao trabalho de conscientização por meio de suas músicas e de seus poemas:

- Falei [para esses colegas] que não é bem por aí. A gente tem que, como poeta também, tem que tá escrevendo, tem que tá dizendo que tudo isso é crime, tudo isso é errado, tudo isso vai acabar com a Amazônia. E [tem a] questão também, poxa!, dessas condicionantes que a barragem... Condicionante que não acontece, que tinha que acontecer antes de sair a barragem. Agora é esgoto caindo no rio... É ruim vivenciar hoje isso.

Ele percebe que a violência está acontecendo, em especial, na periferia da cidade que sofre mais com roubo, furto, assalto, mas também agressão e homicídio. Na visão dele, com o início da construção da barragem para a hidrelétrica, a segregação social na cidade, que já existia, intensificou-se. As pessoas foram deslocadas para bairros afastados do comércio,

serviços, bem como dos principais pontos de lazer que ficam ou na orla do cais ou no bairro central da cidade.

O aumento da violência foi usado pela prefeitura para cercar as praças da região central da cidade com grades:

A gente não tem para onde ir à noite, como a gente costumava ir para as praças, porque é até mais seguro, agora está fechado, né?. A gente não pode ir para praça mais tarde porque está fechado.

Mas entende a preocupação das pessoas que concordam com cercar as praças públicas com grades (ver a foto 1 abaixo) para afastar usuários e traficantes de drogas.

Foto 1 – Praça do Mirante cercada com grades. Altamira (PA), novembro de 2016



Fonte: Jean Camargo

Fernando percebia a cidade dos tempos de sua adolescência se transformar. As obras de intervenção urbana ameaçavam a sociabilidade jovem que ele conhecia e defendia. A experiência de Fernando na cidade de Altamira era bem diferente da vivência de seis adolescentes com idade entre quinze e dezenove anos que também entrevistei.

4.2.2. Djane e Camila não veem problema nas praças cercada com grades

Duas adolescentes, com dezesseis anos, na época, não viam problema na praça cercada, sentiam-se mais seguras. Djane sempre morou na parte central da cidade de Altamira. Durante o dia, ela gostava muito de ir à praça da independência. Na época me disse que queria se formar em biologia, por gostar muito da floresta e dos animais. Apreciava a beleza das cachoeiras e valoriza as comunidades ribeirinhas e as aldeias das populações indígenas que vivem às margens do rio Xingu. Mas era na cidade de Altamira onde se sentia bem.

As praças são seus lugares preferidos na cidade, porque é onde, segundo ela, os jovens

podem praticar esportes e se divertir. Para ela, o lugar mais bonito na cidade é a ponta da praia artificial que a Norte Energia construiu na orla da cidade, como parte do processo de reurbanização previsto nas condicionantes pela construção da hidrelétrica. Mas, apesar da beleza, ela não frequenta a praia pois considera que o lugar se tornou perigoso depois que a violência aumentou, nos últimos anos, na percepção dela.

Segundo ela, é desconfortável ser uma garota na cidade com muitos novos trabalhadores e migrantes. Fica muito incomodada com o assédio de homens mais velhos quando anda pelas ruas da cidade:

Eles mexem com a gente, isso é ruim. Eu ando pela rua, tem bêbados e tentam mexer. Uma vez o bêbado pegou no meu braço. Fiquei paralisada. Eu não gosto que mexam comigo na rua.

Além de toda mudança na infraestrutura na cidade que ela via com bons olhos, Djane percebia mudanças na escola onde estudava. Diz ter aumentado o número de estudantes com dificuldade de aprendizagem e percebia as desigualdades no acesso e no deslocamento à escola:

Eu moro perto da escola, mas meus colegas que moram nas casas novas [nos RUCs], eles têm dificuldade de vir, às vezes não têm ônibus. Aí tem que ficar em casa e faltar aula. Eles acham ruim quando não têm ônibus para eles irem para casa deles e alguém da família precisa vir buscar na escola. Outras pessoas não têm condição, não tem moto, não tem carro para vir buscar. Aí eles têm que pagar um moto-taxi ou outra coisa.

Camila, embora também com a mesma idade de Djane, viveu a maior parte de sua vida em uma comunidade ribeirinha. Com onze anos foi estudar em Altamira e, por isso, ficava durante a semana na cidade, mas nos finais de semana retornava para sua casa na comunidade Itapiranga. Seu objetivo era cursar engenharia florestal para ajudar a proteger o meio ambiente. Sua decisão se orienta por sua preocupação com o desmatamento que, segundo ela, aumentou muito, depois que a barragem foi construída.

A Norte Energia obrigou seus pais a saírem da vila ribeirinha. Como indenização, receberam uma casa no RUC Jatobá, onde fiz a entrevista com ela, no início da noite, porque estudava à tarde e chegava em casa somente naquele horário devido o transporte escolar.

O transporte e a falta de água, na época da entrevista, eram as principais dificuldades que passou a enfrentar depois que foi morar no RUC. Mas também a sensação de insegurança, com “muito roubo. É muito essas coisas que acontecem na cidade. Muita malandragem. Muita complicação”. O que a mais a incomoda em Altamira era a violência contra mulher.

Foto 2 – Vista panorâmica da cidade de Altamira e do rio Xingu. Praça do Mirante. Novembro de 2016.



Fonte: Jean Camargo

Por ser religiosa e não ter igreja católica, denominação da qual faz parte, em seu novo bairro, passou a frequentar uma igreja adventista. Assim como Djane, Camila também gosta de ir às praças da área central da cidade para se divertir e praticar esportes. Mas seu lugar preferido era a Praça do Mirante, de onde avista o centro da cidade e, especialmente, o rio Xingu. Ela estava aprendendo a gostar da cidade, mas é o rio Xingu que a faz se lembrar da vida na comunidade ribeirinha, onde, para ela, “era mais legal para se divertir”.

Sente falta de tomar banho de rio: “o rio daqui [do RUC Jatobá] fica muito distante. Se sair daqui uma da tarde, chega lá umas duas horas da tarde. Antes o rio era bem pertinho. Agora tem que sair andando no sol quente até chegar na beira do rio. É muito ruim”.

O transporte também foi apontado por ela como a principal dificuldade para a vida de jovens e adolescentes na cidade. Não apenas o transporte escolar. Mas o transporte público também, já que, segundo ela, “a maioria dos jovens de 16 pretende encontrar um trabalho para ajudar sustentar a família que, de vez em quando, não consegue sustentar eles”.

4.2.3. Francinilda: “Não estou preparada pra tá aqui dentro da cidade”

O transporte dificultava ainda mais a vida de Francinilda, na época, com 33 anos, mãe de quatro filhos, sendo o mais velho com quatorze e a caçula com cinco. Ela saiu da comunidade do Palhal localizada numa ilha no rio Xingu e precisou morar em uma casa junto com sua mãe no RUC Jatobá, porque a Norte Energia se recusou a reconhecer seu direito de receber uma casa como indenização.

Na comunidade ribeirinha, sentia-se feliz porque tinha uma relação com os vizinhos bem intensa e não ouvia falar em violência: “tinha as brincadeiras, todo mundo bebia e quando

terminava ia para suas casas. Se tivesse briga era na casa deles para lá, e eles mesmo resolviam. Mas na sociedade assim mesmo não”.

Agora vivia em um bairro em que “ninguém confia em ninguém”, as pessoas se relacionam menos uns com os outros. Na visão dela “o pessoal na cidade é tudo quieto, vai para o serviço e volta. Não dá muito assunto, não. Aqui a gente vive só mais isolada. É preso”.

Ela estava desemprega e sentia dificuldade de conseguir emprego tendo apenas o ensino fundamental incompleto:

Você aqui na rua, você vai procurar um emprego num supermercado, numa farmácia, você deixa seu currículo lá, você vai colocar o que no currículo? Que você era pescador? Que você era agricultor? Não dá, né? Mas é isso que eu sei fazer. É difícil. Você bate, bate, bate, roda, roda, roda.

Na comunidade ribeirinha, ela exercia atividade na agricultura, pescava, criava animais:

Não estou preparada pra tá aqui dentro da cidade. Porque você sabe que aqui dentro da cidade, você precisa ter um preparo. Não tenho costume aqui. Lá na roça, não, você planta, você colhe, você pesca.

Sua percepção é de perda irreparável: “não ganhei nada. Quem ganhou, se bamburrou mesmo foi só a Norte Energia”. Diz ter dificuldade para educar quatro filhos e teme que seus filhos sofram violência na cidade. Um sentimento de medo que se intensificou depois que seu filho sofreu uma violenta tentativa de assaltado. Com todos os problemas da cidade, Francinilda buscou refúgio na igreja evangélica que havia deixado de frequentar temporariamente:

Mas aí eu retornei de novo, porque eu estava ficando muito só dentro de casa. Você vai para igreja, você louva, você conversa, você faz amizade. Então, você começa a ter confiança. Com aquele povo você pode conversar, você pode se abrir.

Segundo ela, adquiriu mais confiança e esperança, pelo fato do pastor tratar da questão do emprego: “ele fala que a gente nunca pode desistir, nunca pode perder a fé [...] Agora está ruim, mas vai melhorar”. A orientação do líder religioso é para que continue procurando emprego, frequentando a igreja, enfim, “confiando em Deus por que uma hora vai chegar”.

Muitas pessoas de vilas e comunidades beirinhas expulsas pela obra da barragem não puderam se reterritorializar em agrovilas. Com as baixais indenizações, muitos ribeirinhos foram deslocados para a cidade de Altamira.

4.2.4. Elena e seu pai são expulsos pela Norte Energia do bairro central onde viviam

O processo de deslocamento compulsório e reassentamento involuntário, durante o “Plano de Requalificação Urbana de Altamira” conduzido pela Norte Energia, também atingiu os pais de Elena do Movimento Xingu Vivo, obrigando-os a irem para o RUC São Joaquim. Elena, por sua vez, também foi expulsa de sua casa, com a indenização comprou uma casa no loteamento São Francisco. Elena, seu marido e seus filhos foram obrigados a sair de suas antigas casas no bairro central da cidade para dar lugar à construção do Parque Igarapé Altamira.

Elena é ativista do Xingu Vivo, atuante na defesa dos direitos das mulheres negras e quilombolas. Na primeira etapa de minha pesquisa de campo, ela me levou para ver onde ocorreu a desocupação na área central, bem próximo da sede do Xingu Vivo. Naquela área, ela e sua família moraram por vários anos e construíram relações de vizinhança e amigos. Seu pai tentou resistir e permanecer ali, mas com oitenta e cinco anos de idade, não aguentou o excesso de poeira das demolições, construções de pontes e compactação das ruas.

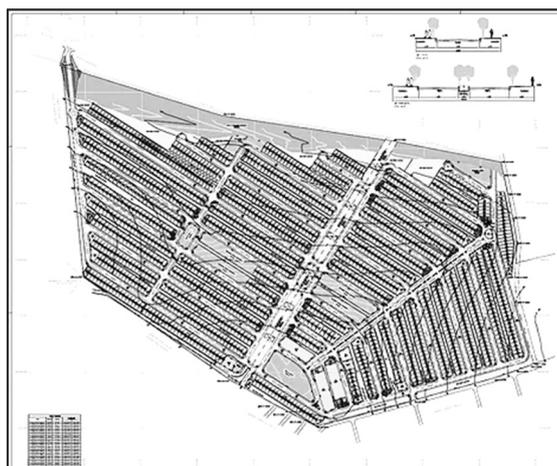
Mostrou-me o local exato onde as casas ficavam sempre narrando com nostalgia a história de sua família naquele espaço. Depois me convidou para ir à orla, onde estava sendo construída a praia artificial. Ao lado de onde seria essa praia, via-se um cano por onde se despejava esgoto *in natura* no rio Xingu. Elena apontou para vários barcos ressaltando que eles não sabiam para onde iriam.

4.2.5. Funcionário da Norte Energia e as pessoas que criticam o empreendimento

Um novo tipo de habitação urbana foi instalação na cidade de Altamira. Os RUCs (Reassentamentos Urbanos Coletivos) foram projetados e construídos pela Norte Energia como compensação pelos impactos ambientais da UHE Belo Monte a partir do ano 2012. O RUC Jatobá foi o primeiro construído e inaugurado em 2014. Posteriormente, foram construídos os RUCs “Água Nova”, “São Joaquim”, “Laranjeiras” e “Casa Nova” e o RUC Pedral que foi planejado buscando adequar ao modo de vida dos ribeirinhos e dos indígenas. Em cinco RUCs implementados pela Norte Energia (Jatobá, São Joaquim, Água Azul, Laranjeiras e Casa Nova), foram construídas três mil e oitocentas casas.

Figura 5 – Esboço de Projeto de Urbanismo para 1.232 unidades, em gleba de

790.197m². Ano 2016. RUC Jatobá, Altamira, Pará.



Fonte: CM7 projetos

A construção em forma de conjunto habitacional oferece uma impressão de organização no espaço de habitação. O desenho urbano dos RUCs segue uma racionalidade modernista baseado no planejamento governamental e se orienta pelo padrão de ordenação mais antigo, o modelo de grade (ver figura acima). Conforme ressaltou o urbanista (KOSTOF, 1993), o modelo de grade é amplamente adotado por ser flexível e se ajustar facilmente a escalas urbanas, por incorporar grande quantidade de imóveis, mas principalmente por contribuir para gerar a sensação de ordem urbana, e assim, favorecer a contenção da população, a criação de um espaço de controle para a atuação da razão de estado policial, o controle governamental.

Diante dos problemas apontados durante as entrevistas e em conversa com ativistas, por exemplos, falta de água nos bairros, paredes que não permitem a instalação de redes, parte central da cultura regional e, principalmente, a falta de transporte público, entrei em contato com a Norte Energia para conhecer a versão da empresa. Entrevistei um funcionário⁹¹ da Norte Energia no escritório da Norte Energia em Altamira, na época, localizado próximo à rodoviária. Ele foi o responsável por negociar indenizações e reassentar as pessoas impactadas ou removidas. Disse que conhecia bem os planos urbanísticos dos RUCs e que acompanhou muito de perto a construção das casas.

Considerando que havia um acordo de que os novos bairros construídos pelo

⁹¹ Atendi o pedido e por isso preservei o nome do funcionário na Norte Energia. Na etapa de conferência de dados da tese, entrei em contato com o funcionário que me disse que não trabalhava mais na Norte Energia e preferia então que seu nome não fosse mais divulgado.

empreendimento deveriam ficar há distância inferior a dois quilômetros do centro da cidade, perguntei quais foram os critérios adotados para escolher o espaço para implementação dos RUCs, se haveria algum zoneamento no Plano Diretor do município que contribuiu para escolher os locais. Segundo ele, a principal razão foi a disponibilidade imobiliária do espaço nas dimensões necessárias que o empreendimento precisava para construir os novos bairros.

Como havia questionamentos sobre a distância entre os RUCs e o centro da cidade, perguntei se a Norte Energia contratou alguma empresa de engenharia de transporte para fazer um projeto de transporte público para subsidiar o poder municipal, o funcionário justificou que transporte público não era de responsabilidade do empreendedor.

E, por fim, perguntei sobre críticas acerca do modelo de construção que vai de encontro ao modo de vida local, no qual as pessoas vivem em núcleos familiares e inclusive fazem muito uso de redes nas casas. Reforcei que o que se escuta é que as paredes das casas dos RUCs não suportam a instalação de reses. O funcionário disse que considerava isso falacioso e, explicou, que no início das negociações, a Norte Energia disponibilizou casas pilotos como modelo nas quais tinham redes penduradas nas paredes. Diz poder garantir que as casas estão preparadas para isso.

Já no final de nossa conversa, mostrou-se incomodado com pessoas que procuram o empreendimento apenas para fazer críticas sobre os reassentamentos e nos esquecemos de procurar as pessoas que elogiam as casas. Segundo ele, são as pessoas que moravam em condições precárias e insalubres em palafitas nos baixões como o do Tufi. Segundo ele, os críticos já se esqueceram da quantidade significativa de famílias que residiam nessas condições em três igarapés da cidade, o igarapé Altamira, igarapé Panelas (próximo do Aeroporto da cidade) e igarapé Amber (localizava-se atrás de onde foi instalado o RUC Jatobá). E, por fim, defendeu que os RUCs ajudaram inclusive resolver um problema de segurança pública, pois agora a polícia podia fazer o patrulhamento em qualquer lugar do bairro, coisa que em vários baixões “era impossível” de ser feito.

4.3. A cidade pelo olhar do barrageiro e migrante Eldes

Fazia quatro dias que tinha chegado à Altamira para meu primeiro trabalho de campo. Era um dia de domingo. Acordei cedo, tomei café, quando recebi uma mensagem de celular da Nacime, uma anfitriã que me recebeu na cidade. Foi ela quem me apresentou a cidade pela primeira vez e conseguiu deixá-la bem aprazível. Estava ainda conhecendo a cidade. Perguntei o que se fazia na cidade num dia de domingo. Ela respondeu que turistas gostam de ir aos bares e restaurantes da orla para comer peixe frito e tomar uma cerveja gelada. Mas o morador já gostava de ir à feira dos agricultores no bairro Brasília, onde são vendidos frutas, verduras, legumes e peixes frescos. As praias são uma opção de lazer para quem habita a cidade.

Fiquei interessado em conhecer a opção de lazer dos moradores da cidade. Nacime, então, me explicou que na beira do rio, ao lado do cais da barca, encontram-se voadeiras que fazem o transporte de passageiro para as praias. Disse também ser possível pegar a balsa que faz a ligação entre Altamira e Assurini. Há serviço de transporte de hora em hora. Apenas veículos pagam para atravessar. No Assurini, do outro lado do rio, poderia experimentar um lazer mais popular e gratuito.

As ruas estavam muito calmas, muito diferente da intensa movimentação de pessoas e veículos nas ruas durante os outros dias da semana. Poucos carros circulavam pelas ruas e quase não se viam pessoas pela cidade. Na orla, os bares estavam fechados e apenas alguns quiosques funcionavam, mas com movimento de clientes ainda muito tímido.

Segui caminhando pela orla em direção ao campus da UFPA. O porto da balsa Altamira-Assurini fica a cerca de quinhentos metros depois da universidade. Quando cheguei, na balsa atracada havia três carros e algumas motos aguardando dar o horário para partir. Havia poucas pessoas. Sentei do lado do barco que reboca a balsa para rio abaixo onde está a parte mais central da cidade. A barca partiu e a cidade foi se distanciando lentamente. No meio da travessia, um chuveiro caiu inesperadamente. Algumas pessoas correram para se esconder dentro dos seus veículos, enquanto as pessoas que estavam com motocicletas ou sem veículo buscaram se esconder em baixo da cobertura que há acima dos bancos laterais da balsa. Quando a balsa se preparava para se atracar no porto do Assurini, motociclistas e motoristas dos carros já ligaram o motor dos veículos. Ao ser autorizado, todos veículos saem rapidamente, enquanto os passageiros, muito lentamente.

A balsa leva cerca de meia hora para atravessar o rio. A ilha do Pedral era muito diferente do que eu imaginava. Ao invés de uma praia com estrutura de bares e ranchos,

avistava apenas duas pequenas tendas onde pessoas vendiam cerveja e alguma comida. À esquerda do porto da balsa, estava atracado um barco que funcionava como um pequeno mercado no qual se podiam comprar cerveja, água, refrigerante, produtos enlatados e gelo.

Não pedi informação a ninguém. Resolvi seguir os passos de pequenos grupos de pessoas que tomaram uma trilha paralela ao rio. Depois entraram na mata e atravessaram um lugar tomado por pedras. Após caminhar um trecho, resolvi perguntar a um homem jovem onde ficava a praia do Assurini no que ele respondeu que ali somente havia o “Pedral”. Andei um pouco mais na trilha até a uma certa distância, parei, observei por um tempo pessoas naquele lugar. Mas decidi retornar para voltar a conversar novamente com aquele homem jovem que orientou que aquele lugar se tratava do Pedral.

Falei com ele novamente explicando que uma amiga moradora da cidade tinha dito que ali havia praia, lugar para comer e comprar cerveja. Amistosamente ele me diz ter uma caixa de isopor com cerveja e gelo. Convidou para beber com eles. E me surpreendeu abrindo a caixa de isopor, sacando uma lata de cerveja gelada e me oferecendo.

Tomei e quando percebi que havia desfalcado a bebida daquelas pessoas num dia de lazer, fui ao mercado do barco branco atracado na beira do rio, comprei mais cervejas para contribuir com a atividade. Ao retornar com as cervejas, Elisvaldo já havia colocado fogo no carvão em uma churrasqueira que ele mesmo montou com pedras e uma grelha improvisada com um pedaço de tela de arame. Não demorou muito para colocar a carne para assar.

Elisvaldo assava costela bovina que Eldes se orgulhava por ter acertado na compra. Diz que estaria mais macia por ser carne novilha nova. Ao lado da churrasqueira, havia um saco de farinha amarela a qual, de vez em quando, Eldes recorria para comer pequenas porções, e um pote de sorvete com arroz e feijão cozido que a Leila, esposa de Eldes, havia trazido de casa.

Entre uma lata de cerveja e um mergulho no rio Xingu, fomos nos conhecendo. Eldes havia se deslocado para Altamira, há três anos, por influência do irmão que já estava trabalhando no canteiro de obras da hidrelétrica Belo Monte. Desde criança, desejava conhecer Altamira. Ouvia seu pai falar sobre essa região, em especial sobre o rio Xingu. E como Eldes estava em São Paulo desempregado, resolveu ir se aventurar na obra de construção da Belo Monte como carpinteiro. Frisou os pontos positivos do trabalho de barrageiro, como a hora *in itinere* que recebia no início da obra. Segundo me explicou, trata-se da hora paga pela empresa pelo tempo que leva para chegar ao canteiro de obra. Ele gastava cerca de três horas entre sua casa e o canteiro de obras. São cerca de setenta horas mensais que a Norte Energia lhe pagava

por estar à disposição dela nesse período. Como Eldes e a maioria dos barrageiros não sabia desse direito, tomava aquele pagamento como uma bonificação paga pela empresa.

Elisvaldo contava trinta anos de idade na época. Quando criança também já tinha escutado várias histórias sobre o rio Xingu. Mas, por estar concentrado assando as carnes, conversava menos. Assim que assou toda carne, reservou em uma vasilha de plástico, apagou o fogo da churrasqueira e mergulhou no rio com bermuda jeans presa com cinto de couro. Os dois buscaram lembrar dos tempos de criança em que já nadavam nos rios onde moravam. Foi então que percebi que eram ribeirinhos. Os dois nadavam no rio muito bem. Iam a lugares e numa distância no rio que eu, com experiência piscinas e pequenos lagos, jamais me atreveria, como em uma pequena ilha no meio do rio para a qual foram e ficaram por um tempo descansando. Os dois retornaram nadando, tomamos mais cerveja e então almoçamos a carne assada com arroz, feijão, farinha e vinagrete.

Os dois não escondiam a felicidade de estarem em Altamira. Somente reclamavam do preço da alimentação e da moradia que tornava o custo de vida mais alto do que estavam acostumados. Citaram a dificuldade de muitas pessoas que vieram para cidade sozinhos e sem dinheiro, precisando se hospedar no que eles chamaram de “hotel calango”. É uma maneira de se hospedar em qualquer lugar onde seja possível armar uma rede para dormir. Hotel calango é frequentemente destinado para quem chega à cidade sem endereço e sem recurso para pagar por uma hospedagem. Elisvaldo, por exemplo, quando chegou à Altamira, alguém, assim que desceu do ônibus, abordou-o apontando para um dos lados da rodoviária onde havia um hotel calango no qual poderia se instalar.

Eldes falou que estava achando a cidade de Altamira muito boa. De fato, tinha pouco a reclamar, estava empregado com carteira assinada, podia contar com o irmão que estava na cidade, com seu melhor amigo, bem como com sua companheira Leila que conheceu em Altamira. Nossa conversa mudou de rumo e Eldes começou a me explicar sobre o Rio Xingu, que onde estávamos ali era apenas um desvio do rio. Um trecho que não se sente a correnteza quando nada e por isso se parece mais com um lago. Segundo me explicou, o curso principal do Rio passava do outro lado do Assurini onde a correnteza seria muito forte.

Tanto Eldes como Elisvaldo nasceram no Maranhão, mas vieram muito jovens para o interior do Pará. Eldes, por exemplo, passou boa parte de sua vida em uma área ribeirinha de Paragominas. Os dois são carpinteiros. Se conheceram na obra, fizeram uma amizade tão intensa que passaram se considerar irmãos. Segundo Eldes, “o que é de um é do outro”. Pela amizade que fizeram, quando ficassem desempregados na obra, os dois passariam a trabalhar

por conta própria na construção de casas na cidade de Altamira. Provoquei-os questionando que então estavam planejando deixar de ser barrageiros nômades e viver como pardais, fazer ninho por ali. Riram concordando. Não desejavam sair da cidade por considerar que estavam se dando bem por ali e poderiam continuar vivendo do trabalho na construção civil por empreita.

Na época, moravam no Bairro Independência II, onde cada um deles pagava trezentos Reais de aluguel. No primeiro ano que chegou à Altamira, Eldes conheceu Leila, ela tinha dezessete anos e ele, vinte. Há dois anos estavam juntos e já planejavam filhos.

Eldes estava seguro em ficar na cidade. Sabia que quando a obra da hidrelétrica terminasse, os empregos formais desapareceriam. Mas confiava que um bom carpinteiro sempre encontraria um lugar na construção civil. Segundo ele, mesmo com toda essa tecnologia da engenharia de construção, com muita coisa sendo feita através de deslizantes (um molde onde se enche de concreto), muito trabalho ainda era feito por carpinteiro, por exemplo, as passarelas, o travamento das deslizantes. Conforme-me explicou, o trabalho inicial de toda obra é feito com tábua e prego por carpinteiros.

Foi durante essa conversa sobre sua profissão que perguntei sobre o andamento da obra da hidrelétrica Belo Monte. Naquele dezembro de 2015, seis turbinas já estavam prontas. Faltava concluir a maior parte onde funcionariam mais 18 turbinas. Também me falou da quantidade de madeira que retiraram da floresta onde será inundado quando a barragem enchesse. Segundo Eldes, toda a madeira da construção veio da floresta que foi desmatada no espaço que será inundado. Já tinha sido usado, na conta dele, cerca de mil metros cúbicos de madeira.

Foi nesse passeio que descobri que aquele lugar onde estávamos não era o Assurini, mas sim o Pedral, lugar onde os moradores vão para pescar no final de semana. Nenhum deles conhecia as praias do Assurini. Leila é quem tinha mais vontade de conhecer as praias do Assurini. Mas, conforme me esclareceram, para se chegar ao Assurini ou alguma praia que fica naquele espaço, precisa-se, ao descer da balsa, seguir de carro ou moto por alguns quilômetros. Há carros ali que transportam pessoas ao Assurini cobrando um determinado valor.

Elisvaldo enrolou um novo cigarro e Eldes nadou uma distância longa, deixando Leila preocupada por achar que seu companheiro já tinha bebido uma grande quantidade de cerveja. Quando Eldes retornou novamente nadando da ilha, já eram quase dezoito horas. Começava a escurecer. Enquanto os três guardavam suas vasilhas e roupas, eu recolhia todo

nosso lixo. Partimos então para o porto da balsa.

Ao chegar ao cais, já havia uma enorme fila de carro e moto esperando para atravessar para Altamira. Conteí mais de cem motos, cerca de trinta carros e dois caminhões pequenos. Durante a viagem, Eldes estava muito cansado, encostou-se no ombro de Leila e não quis mais saber de conversa. Elisvaldo que, por muito tempo preferiu ficar calado, queria conversar sobre o trabalho na obra, sobre receber a tal da hora *in itinere*. Assim como fiz com Eldes, deixei que contasse seu ponto de vista sobre esse direito trabalhista. Na visão dele hora *in itinere* é uma bonificação que o operário recebe se trabalhar duzentos e vinte horas por mês, sem faltar ao trabalho por interesse particular, mas principalmente se não fizer uso de atestado médico. Tudo isso dentro da jornada de trabalho imposta pelo empregador que, segundo me contou, muda mensalmente. São obrigados a trabalhar trinta dias durante o dia e trinta dias no período noturno. Quando fazem a jornada noturna, precisam sair de casa às dezesseis horas para começar a trabalhar às dezoito horas. Às nove horas da noite, a empresa lhes oferece uma marmitta para jantar batizada pelos operários de almoço, porque, como na hora tradicional do almoço frequentemente estão dormindo, nunca almoçavam mesmo.

A balsa atravessou o rio e atracou-se no cais. Quando foi autorizado sair da balsa, a quantidade de motocicletas ligadas ao mesmo tempo fez muito barulho. Muitas pessoas, segundo Elisvaldo, tinham ido para Assurini na sexta-feira, porque é um lugar que algumas pessoas usam para descansar. Os veículos e pessoas iam saindo da balsa e já dava para ver alguns carros esperando para embarcar sentido Assurini. Mas o que me chamou a atenção mesmo foram três carretas gaiolas para transportar gado vazias esperando para ir para o Assurini num domingo à noite. Certamente porque há fazenda para criação de bovinos naquela região.

Quando chegamos à rua Coronel José Porfírio paramos na esquina para nos despedir. Agradei meus novos amigos pela companhia, pela boa conversa e pela oportunidade de lazer de domingo que Eldes disse ter proporcionado com apenas cem Reais, único dinheiro que tinha na carteira naquele dia.

Na despedida, convidaram-me para irmos no próximo domingo à praia do Pajé, situação na qual Eldes disse que estariam mais abonados de dinheiro e, por isso, poderíamos curtir uma atividade de lazer melhor do que aquele que acabávamos de passar. Combinei de manter contato pelo whatsapp. Enquanto descia a rua no sentido do centro da cidade, eles tomaram a direção oposta para bairros da periferia da cidade reservados para operários e migrantes de baixa renda. Estavam segregados da área principal da cidade na qual estavam os

principais serviços, comércio, bem como a infraestrutura de lazer diário como a orla do cais e as praças públicas.

4.4. Movimentos e sociabilidades: mudanças na configuração do espaço

Um viajante pode chegar pelo rio ou pela estrada à Vila da Ressaca e à Vila do Galo que fazem parte da Gleba Federal Ituna, bem como ao Projeto de Assentamento Ressaca, na Volta Grande do Xingu.

Descendo da cidade de Altamira pelo rio Xingu, defronta-se a Vila da Ressaca ao longe quando se avista um pontilhar de casas entre dois morros. Aproximando-se mais, distinguem-se canoas ou voadeiras atracadas à margem do rio, bem como uma movimentação de pessoas. Já quase em terra firme, os olhares se voltam para as crianças nadando, enquanto mulheres lavam roupas na parte rasa do rio, e, da margem, algumas pessoas pescam e do barranco, outros moradores acompanham com os olhos o percurso dos barcos que trazem viajantes, amigos ou parentes que estão chegando. Ao se aproximar da orla, nota-se uma trilha entre a orla do rio até uma viela na qual se alinham comércios, transeuntes e motociclistas (ver imagens abaixo).

Foto 3 - Vila da Ressaca. Foto à esquerda vista da orla do rio Xingu. Foto à direita



Fonte: fotografias são minhas

Pela estrada Transassurini, percorre-se um longo trajeto com subidas e descidas íngremes, matas, pontes estreitas, entroncamentos e bifurcações que teimam em desorientar forasteiros. No curso do emaranhado de matas, pequenas lavouras de agricultura familiar e

raras casas, aproxima-se da Vila da Ressaca. Quase sem transição na paisagem, sem aviso, percebe-se que chegou ao destino. A vila não se dispõe, à primeira visita, como um conjunto ou uma imagem em uma moldura pela lâmina do rio e pelas frondes das árvores ao fundo, como quando se chega pelo rio. As noções de vilarejo e floresta justapõem-se, misturam-se, emaranham-se. Depois de mover-se várias vezes por entre pedaços de “florestas” e pedaços de “vilas”, chega-se ao rio.

Cada caminho apresenta a vila, nessa gleba federal na Volta Grande do Xingu, de maneira diferente. O primeiro caminho é confortável, cinematográfico, como o zoom numa paisagem conhecida. O segundo desconcerta, desorienta, faz hesitar. O objetivo deste subcapítulo é explorar esse segundo caminho, essa segunda maneira de conhecer, observar as mudanças na configuração do espaço através de sociabilidades e do relato dos moradores.

Esse espaço, entre o rio Xingu e seu afluente Bacajá, possuía uma configuração de floresta com dossel bem definido, antes de surgirem os garimpos da Ressaca e do Galo, no início do século XX. Esse trecho já foi habitado por povos indígenas como *Yudjá* (Juruna), conforme ressaltou (MACEDO, 2016), e também por indígenas como os *Awaete* que os Juruna denominavam em sua língua de *Asonéri* (Asurini). As vilas de garimpo se formaram e ali também foram instalados assentamentos familiares pelo INCRA, como o Projeto de Assentamento Ressaca.

4.4.1. A Vila ribeirinha de garimpo pelo olhar de Alice e Ângela

Daniela do Movimento Xingu Vivo e eu tínhamos agendado uma reunião com alguns jovens que estudavam na escola da Vila da Ressaca. Agendei especificamente, para depois da reunião, um bate-papo com Isaac, um jovem de dezenove anos, que conheci na minha primeira visita à Volta Grande, outros jovens com idade entre quinze e vinte anos, da comunidade da Ressaca, Ilha da Fazenda e Vila do Galo. Isaac mobilizou seus colegas para uma reunião no período da manhã, mas como naquele dia choveu muito na madrugada e a maioria morava em outras vilas ou em assentamentos, apenas Alice e Ângela que moravam perto da escola compareceram.

Todos esses jovens faziam parte de um grupo comunitário que buscava conscientizar outros moradores sobre preservação ambiental, cuidar para o lixo não ir parar no leito do rio ou na mata. Esse grupo de jovens havia apresentado à prefeitura municipal um projeto sobre

esse tema. Naquele dia, eles conversariam com Daniela do Movimento Social Xingu vivo sobre apoio na luta contra a mineradora Belo Sun que pretendia “expulsá-los” daquele espaço para explorar minério nele.

Enquanto esperávamos os colegas de Alice e Ângela, sentados em volta de uma mesa no pátio escolar, elas falavam sobre a vida naquela região⁹²:

Alice - O que mais gostamos de fazer aqui [risos]? Ir para o rio Xingu banhar, jogar bola [risos]. Têm várias coisas [risos]. Banhar nas praias. Têm muitas praias. Ir para escola também, né? Muitas coisas.... Divertir, ir no campo para tirar cacau, cupuaçu, porque a gente também tem um lote. Tira cacau, melancia... Cacau tem muito, laranja também. Cacau aqui tem muito. Às vezes tiramos é sacola assim de poupa de cacau.

Ângela - Fazemos muito isso. Nessa época mesmo, tiramos muita fruta. Nessa época assim de verão a gente tira muito. O que mais cai nessa época do ano é cupuaçu. Cacau também. Murici! Hum! Murici é uma delícia, hein [risos]! E aqui também tem uma praia, uma ilha que tem muito murici. Aqui [na rua da escola] mesmo tem. Naquela rua para ali assim tem. Aqui tem murici assim, oh!, desse tamanho! Agora que os bichinhos começaram a aflorar [risos].

Jean – Percebo que vocês têm muitos amigos aqui.

Ângela - Amigos? Sim, temos muitos amigos aqui. Para te falar a verdade, todo mundo daqui a gente conhece. Praticamente conhecemos todo mundo aqui. Temos amizade com todos aqui.

Jean - E como é a relação de vocês com os amigos, com os vizinhos?

Ângela - É boa! Minha relação é muito boa. Quando minha mãe e meu pai não estão em casa, os vizinhos que cuidam da gente aqui.

Jean – E você, Alice, o que pensa sobre isso?

Alice - Sim. É isso aí! Nós que cuidamos uns dos outros aqui. Se acontece alguma coisa aqui, todo mundo vai ver o que é. Todo mundo acorda para ver o que é. Quando é acidente aqui todo mundo está em cima, todo mundo ajuda. Porque a ambulância mesmo [da vila] está toda quebrada. Aí alguém mesmo arruma carro e leva para Altamira por conta dele mesmo.

Jean – há algum lugar por aqui que vocês se sentem inseguras, não gostam de ir?

Alice - Não! Aqui não tem lugar, não. Aqui eu me sinto bem, hein! Eu me sinto bem aqui em qualquer lugar. Passo em qualquer lugar aqui na vila. Muito tarde da noite também não, né! Mas eu passo aqui [na rua da escola] umas onze horas da noite. É normal [risos]! Aqui a gente não tem medo. Nós conhecemos todo mundo. Todo mundo se conhece. Aqui a gente se sente muito seguro, né?

Jean – o que vocês consideram como mais importante para vocês aqui na vila e na região?

Ângela - O mais importante [para nós aqui]? O rio! É o rio! Usamos o rio para muita coisa aqui. Lavar louças, lavar roupa, tomar banho. No verão, quando [o poço] está seco, igual assim agora em outubro, vamos para o rio tomar banho.

Alice - E o garimpo...

Ângela - Eh! O garimpo. O rio e o garimpo, com certeza! Tem muita gente que sobrevive do garimpo aqui. Trabalha. Tira uma renda.

Jean – Se eu entregasse essa máquina [fotográfica] para vocês duas registrarem

⁹² Então perguntei se podia gravar a conversa e elas consentiram. Expliquei os termos e no final coletei assinatura delas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido cujo modelo é possível encontrar nos anexos desta tese. Essa conversa aconteceu em outubro de 2016.

aquilo que consideram mais bonito, o que vocês fotografariam?

Ângela – Tirar uma foto do que é mais bonito aqui, para mim? Olha, ali de cima, bem ali, não tem aquela casinha ali assim, [de lá] dá de ver a [vila da] Ressaca inteira. É lindo lá de cima, hein [risos]! Mas se for por beleza, é o rio [Xingu].

Jean – vocês costumam ir muito lá?

Ângela - Sim. A gente vai, ontem mesmo eu estava lá tirando umas fotos. Muito bonitas, né.

Alice – Para te falar a verdade, ali de cima, dá de ver o rio, a beirada ali da Ilha da Fazenda e dá de ver a Ressaca quase toda. É bem bonito! No dia que eu for lá, vou tirar uma foto para você ver.

No dia seguinte, Ângela e Alice tomaram emprestado a máquina fotográfica da Daniela, do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, e tiraram algumas fotos. Nessa fotografia abaixo, elas retratam a vila onde moram que, para elas, é linda, bem como o rio Xingu. A fotografia acima de Alice e Ângela apresenta o lugar onde vivem e se socializam com parentes, amigos e vizinhos.

Foto 4 - Fotografia panorâmica do Rio Xingu da casinha em cima do morro, de onde dá de ver o rio Xingu, a beirada ali da Ilha da Fazenda [no fundo ao centro] e dá de ver a Vila da Ressaca quase toda [à direita]



Fotos de Alice e Ângela

A apresentação que as duas fazem da comunidade Ressaca difere daquela de viajantes cujo o olhar é de fora para dentro, a partir do rio ou da estrada. Seguindo as árvores frutíferas elas transitam entre a ilha, a praia, o *lote*, a rua. Sua apresentação da Vila começa pelo meio, pela sociabilidade com seus espaços. O meio não é aqui entendido como uma centralidade, mas como espaços ou localidades que fazem sentido nas zonas de conexão, justaposição, o meio é o ponto em que as diferenças convivem. O espaço e o modo de vida da comunidade da qual Alice e Ângela fazem parte se conjugam. Vida coletiva na vila ribeirinha, relações sociais, modo de produção, rio, cidade, floresta são reagregados pelas práticas de indivíduos. Sem dualidades, polaridades com as quais nossas mentes foram treinadas para classificar as

multiplicidades, o mundo.

Alice e Ângela vivem na Ressaca desde que nasceram. As duas com dezoito anos cursavam o ensino médio à noite. Preparavam para prestar o ENEM. Elas têm muitos planos, muitos dos quais estão fora da vila, como cursar faculdade odontologia (Alice) e alguma licenciatura para ser professora (Ângela), os quais, porém, não excluem o lugar onde se sentem fortes, plenas, seguras, enfim, felizes. Não há incoerência entre viver naquele espaço e ter um diploma universitário, assim como não há contradição em seus caminhos cotidianos de casa para a escola, pelas matas, *rua, lotes*, garimpo artesanal, comércio, e para o rio banhar, brincar e pescar. Pelo ângulo de conhecimento de mundo delas, do olhar de Alice e Ângela sobre os espaços, encontrei outro traçado da vida heterogênea na Volta Grande do Xingu.

4.4.2. Assentamento do Incra na Volta Grande pelo olhar de Eduvirgens

Acordei de manhã na quarta-feira do dia 26 de outubro de 2016, tomei café e fui ao escritório do Xingu Vivo para auxiliar a escrita de um texto que seria apresentado num evento em São Paulo. Quando cheguei, os servidores do IBAMA que vieram de Brasília estavam na sala em reunião com Melo, Elena e Irmã Inês. Elena mostrou imagens de casas dos RUCs que foram feitas pela Norte Energia S.A como uma das condicionantes pela construção da hidrelétrica Belo Monte. Ela questionou as razões do IBAMA autorizar a construção de casas que não fazem parte do modo de habitação local, em especial, de ribeirinhos que foram expulsos de suas comunidades e deslocados para os conjuntos habitacionais.

Os servidores do instituto não compreenderam ou fingiram não entender a crítica. Com visão de quem vinha de grandes cidades nas quais trabalham e moram, e diziam: “eu acho as casas até bonitinhas”. Mas Elena explicou que, como as casas eram feitas de pré-moldados, não permitiam instalar redes nas paredes, algo que faz parte da cultura regional. Os servidores, para fugirem do conflito, disseram concordar com ela e que depois iriam ao RUC Jatobá ver algumas das casas que foram construídas pelo empreendimento.

Na mesa principal do escritório, trabalhava em meu notebook, quando chegou um casal para falar com Antônia Melo. Para aguardá-la, sentaram à mesma mesa que eu estava. Tratava-se de Eduvirgens e seu companheiro Antônio Nilson, moradores do Travessão do Miro na Volta Grande do Xingu. Eduvirgens me contou um pouco de sua história durante a entrevista que fiz com ela ali mesmo à mesa do Movimento Xingu Vivo para Sempre.

Eduvirens nasceu em Redenção do Pará, mas chegou à Altamira no período da construção da rodovia Transamazônica, quando ainda tinha nove anos de idade. Depois que o avô paterno dela faleceu, o pai, original do Mato Grosso, e sua mãe, de São Felix do Xingu, vieram em uma das ondas de migração orientadas pelos projetos do governo federal em Altamira. Aos dezoito anos foi parar na Vila da Ressaca com a família para ajudar trabalhando também no garimpo, por isso diz que não conseguiu fazer algo que gostaria muito, que é estudar. Em 1986, passou a viver na companhia de Antônio Nilson que, desde 1982, trabalhava no garimpo da Ressaca, onde se conheceram. Acompanhe um trecho da entrevista abaixo:

Eduvirens - Pai trabalhava no garimpo lá na Ressaca, onde conheci [Antônio] Nilson. O garimpo era manual, né? Quando o garimpo acabou, quando acabou o negócio de ser manual, passou ser só de máquina, então a gente resolveu ir por lote. Faz 21 anos que estamos lá [no Travessão do Miro].

Jean - Dona Eduvirens, o que que a senhora mais gosta de fazer lá no Travessão?

Eduvirens - De tudo, assim, o que eu mais gosto de fazer lá é cuidar, né, das galinhas. Mas também ajudo limpar [a roça], limpar amendoim. Cuido da horta. Tem uma hortinha de cebola, couve, pepino, pimentinha, entendeu? Essas coisas assim. De fruta, tem acerola, tem o abacate, tem a graviola, tem o cupu[açu] também. Quando não tinha cupu[açu] plantado, a gente colhia na mata. Agora na mata a gente colhe assim a castanha. Tudo que a gente come, a gente planta no lote. Produz farinha para vender. Também faço crochê, vendo poupa [de fruta]. Tenho uma máquina de bater açaí, faço poupa de caju, de cupu, de acerola.

Jean - A senhora tem muitas amigas lá no travessão?

Eduvirens - Tenho. Minhas amigas e vizinhas lá, nós estamos tudo junto. Mas agora quem vive lá [no Travessão do Miro] são só quatro famílias, as outras já venderam tudo e saíram. Mas minhas vizinhas mesmo acabam sendo minhas filhas que moram no mesmo lote. Tenho amigos. Lá eu me sinto bem. Me sinto feliz andando por lá, porque tudo mundo é amigo, né. Agora aqui na cidade eu já não me sinto bem, eu não ando. Só ando na calçada, porque senão o carro atropela.

Jean - Se eu pedisse para tirar uma fotografia daquilo que é mais bonito na região onde está seu lote, o que a senhora registraria?

Eduvirens - Minha família. Minhas meninas, né? a gente sempre trabalha junto. O açcaizal e a terra também, né?

Jean - Se a mineradora Belo Sun conseguisse expulsar as pessoas de suas casas para explorar minério lá na Volta Grande, do que a senhora mais sentiria falta?

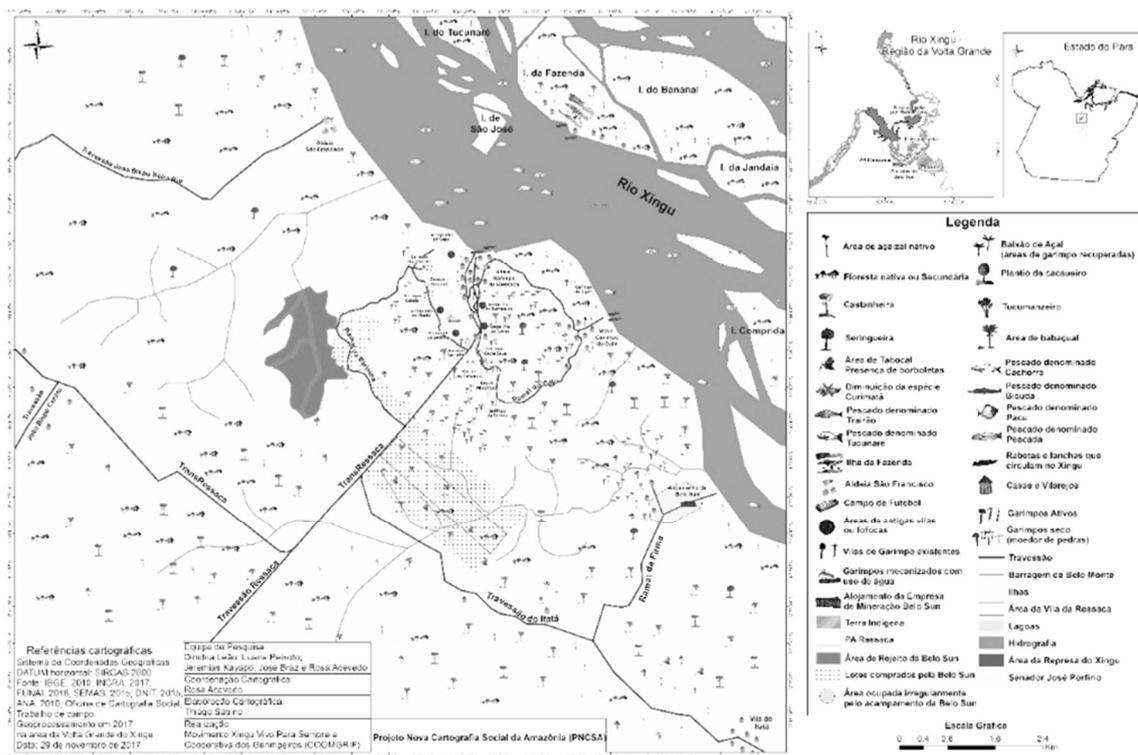
Eduvirens - Ah, dos vizinhos, né? Dos amigos. E do nosso bem-estar lá. Daqui lá em casa dá 45 km, né? Nós já temos uma casa no RUC [em Altamira]. Agora se a gente precisasse morar aqui de vez, eu só penso na despesa. Porque a despesa aqui é alta, né? Minhas meninas já estudam aqui e toda despesa vem do lote, né? Ficaria caro para comprar. Se tivesse que mudar para um lugar desse seria pior, porque aqui é só comprar, né? Meu marido não sabe ler assim para arrumar serviço para ganhar mais do que já está, né? Porque tem a idade também, né? Como é que a gente vai viver? Aqui [no RUC em Altamira] eu não sentiria feliz, nem segura. Eu ganhei a casa, porque tinha casa ali no pai, né? Mas é só um ponto de apoio para não ficar na casa dos outros e tal.

O lote no Travessão do Miro sobre o qual Eduvirens fala durante a entrevista se localiza em uma região de assentamentos da reforma agrária, em uma área de cerca de quarenta

e um mil hectares obtido pelo Incra através de arrecadação e constituído no PA (Projeto de Assentamento) Ressaca no ano 1999 para abrigar seiscentas famílias. Mas o número de famílias de assentadas vem se reduzindo a cada ano, segundo dados do (INCRA, 2022, p. 324), no final de 2022, existiam quatrocentas e dezessete famílias vivendo naquela área de assentamento agrário.

Como Eduvirgens mesma notou, várias famílias começaram a vender seus lotes e se mudar. Um principal comprador dos lotes no PA Ressaca tem sido a mineradora canadense Belo Sun que possui o “Projeto Volta Grande” que tem como objetivo a mineração de ouro, com operação de lavra a céu aberto, e a instalação de indústria para beneficiar minério e obter o ouro. Na cartografia abaixo, a parte destacada em branco com xadrez representa a área que a mineradora comprou de alguns proprietários de lotes.

Mapa 6 - Cartografia Social. Povos e comunidades tradicionais. Volta Grande do Xingu. Vila da Ressaca. PA Ressaca. Mineradora Belo Sun. Senador José Porfírio, Pará, 2017



Fonte: (ALMEIDA, MARTINS e MARIN (COORDS.), 2017)

Várias entidades, no meio do ano passado (2022), durante ainda o governo Bolsonaro, que se mostrava favorável à implementação desse projeto da Belo Sun, denunciaram as estratégias da mineradora canadense de “expulsar” famílias de assentados comprando seus

lotes, bem como uso de meios para tomar área de assentamento rural. Agentes políticos do Palácio do Planalto, desde 2021, entraram em campo para obrigar o tradicional órgão de assentamento agrário do país INCRA fechar um acordo com a mineradora. O Incra reduziria em dois mil hectares do PA Ressaca. Em troca, seria doado ao Incra uma fazenda no Estado do Mato Grosso para ser transformada em assentamento (FORTES, 2021) e (ROCHA, 2022).

O lote de Eduvirgens e de seu companheiro Antônio Nilson está a cerca de doze quilômetros da vila da Ressaca. É exatamente essa proximidade com a vila que coloca o lote deles na área de interesse direto da mineradora.

Antônio Nilson disse que toca sua própria roça com a mulher. Todos os dias, no final da tarde, diz montar em sua moto e ir aos comércios e bares da vila. Vive ali naquela região há cerca de quatro décadas. Fez amigos, constituiu família e criou afetividade com aquele espaço. É feliz onde mora. Mas percebeu que vários de seus vizinhos já falam em vender a terra para Belo Sun e sair dali. Antônio, sua companheira e suas filhas resistem por temor de precisar se mudar para cidade. Disse-me com pesar que se a Belo Sun conseguir se instalar, as árvores de sombra e seus pés de frutas serão todos exterminados. Sua roça está dentro do traçado da cratera que a Belo Sun planeja perfurar para extrair minérios e o ouro.

Sabem que a mineradora seria obrigada indenizá-los, mas, conforme salientaram Eduvirgens e Antônio Nilson, não existe dinheiro que pague aquilo que o casal, suas filhas, genros e netos construíram.

Aquele lote no assentamento oferece segurança para toda família, disseram Eduvirgens e Antônio Nilson. Quando conversei com os dois, fazia pouco tempo que suas duas filhas retornaram com os maridos e filhos de Altamira para morar e trabalhar na roça. Tinham ido à Altamira para se empregar em serviços gerados pela construção da Hidrelétrica Belo Monte. Como os empregos foram extintos, precisaram retornar. Antônio Nilson observou que isso começou a acontecer desde o início do ano 2016 e, naquele final, de ano o desemprego na cidade tinha se intensificado. Por isso, várias famílias estavam retornando para a roça.

4.5. Sobre a configuração de espaços na Amazônia

Para se pensar a configuração de espaços na Amazônia, é preciso subverter os mecanismos lógicos do conhecimento sociológico, caminhos que nosso raciocínio analítico percorre e neles se atenta aos regimes de verdade. Geralmente, esses regimes de verdade sobre

o espaço se dispõem de maneira binária como cidade/campo, urbano/rural e edificação/floresta como domínios distintos e antitéticos. Em outras palavras, trata-se de regimes de verdade da racionalidade prática sociológica que nos induzem a reconhecer rapidamente dualismos antes de percebermos a multiplicidade no espaço.

A região de assentamentos e agrovilas, nas margens da rodovia Transamazônica (BR-230) entre Altamira e Rurópolis foi ocupada por populações indígenas em um momento onde havia um dossel florestal denso. Ribeirinhos, assentados, moradores de agrovila ou da cidade passaram a viver ali, desde a intensificação do processo de ocupação nesse espaço principalmente a partir da construção da Transamazônica e dos projetos de colonização do Governo Federal adotados como estratégia política para orientar a migração para a Amazônia. Ao longo dos anos, as famílias que permaneceram constituíram uma forte relação de pertencimento com espaço, em especial as gerações que nasceram e cresceram nele.

Nas histórias das famílias que migraram para viver nesses espaços da Amazônia, reconhece-se sempre a agência dos líderes familiares que tomaram a decisão de abandonar seu antigo local de moradia e viver em um lugar novo. Mas é preciso também reconhecer, conforme nos alertou um clássico brasileiro dos estudos de migração, que migrações internas são provocadas por mudanças econômicas, políticas e espaciais (SINGER, 2002). Há, segundo o autor, fatores de expulsão e fatores de atração por detrás dos fluxos migratórios. Entre os fatores de atração, o mais importante é a busca por oportunidades socioeconômicas. A fim de reorganizar as atividades político-econômicas de um país, as migrações internas frequentemente redistribuem a população no espaço. Em uma sociedade moderna e capitalista, é inegável o poder do Estado e do mercado de influenciar como fatores de atração e de expulsão.

Além desse movimento migratório induzido por políticas de colonização (sentido Nordeste-Norte e sentido campo e cidade) já documentado pela literatura acadêmica desde os anos 1960, no médio Xingu identificamos um movimento múltiplo de deslocamentos entre aglomerados urbanos, rurais e florestais. Esses deslocamentos, na última década, foram impulsionados pelo processo de construção da Usina Belo Monte. E agora é a implantação das atividades da Mineradora Belo Sun que ameaça o reassentamento compulsório e involuntário.

CAPÍTULO 5 – O grito e a guerra

Este capítulo trata de um eixo de criação política de resistência a partir de gritos contra racionalidades práticas desenvolvimentistas no espaço do Médio Xingu da Amazônia. O objetivo é demonstrar como as racionalidades práticas amazônicas se diferenciam das racionalidades práticas desenvolvimentistas industrialistas, desenvolvimentistas sustentáveis e predatórias. Para acompanhar a sequência histórica de mobilizações de 1950 a 2020, destaco estratégias e alianças que visaram demover projetos de infraestrutura governamentais em vias de serem implementados no espaço da bacia do rio Xingu, na Amazônia, e mais especificamente o projeto da Hidrelétrica Belo Monte e a construção da rodovia federal intitulada de Transamazônia (BR-230). Esse processo é perpassado por vários embates, muitas vezes, designados como “luta por direitos”, como a demarcação de Territórios Indígenas e reassentamento de ribeirinhos que foram deslocados de comunidades tradicionais para a construção da barragem e usina da hidrelétrica Belo Monte.

Neste quinto capítulo, acompanho várias estratégias de luta e formação de rede de aliados através de análises de estratégias políticas adotadas por diferentes atores. Por exemplos, lideranças indígenas, ribeirinhos, bem como lideranças de movimentos sociais institucionalizados, de membros de organizações indígenas, ambientalistas e dos órgãos ligados à Igreja católica, mas também agentes políticos municipais, estaduais e federais, bem como de executivos de empresas públicas e privadas. Usei diversas fontes historiográficas, como etnografias antropológicas, teses de doutorado e artigos acadêmicos de várias áreas do conhecimento, notícias e entrevistas jornalísticas, dicionários de línguas indígenas e glossário militar, assim como filmes, documentários, entrevistas em vídeo e programas de rádio gravado. Fiz uso também de relatório de pesquisadores, governos, empresas públicas e privadas, de leis, projetos de lei e ata de criação de associação, de discurso de presidente da república, diretrizes de programa de governo e vídeo de programa eleitoral gratuito, mas também de trechos de anotações de observações de pesquisa de campo e de entrevistas que realizei.

Este capítulo e o capítulo sexto a seguir tratam de tensões e do processo de enfrentamentos que culminaram na concessão da licença de autorização para a construção da hidrelétrica Belo Monte. Assim, é possível notar como se dão as articulações da rede de aliados, bem como o papel e o protagonismo de certas lideranças ao longo de várias batalhas travadas visando mudar ou não deixar mudar o espaço, garantindo a preservação do modo de

vida de povos tradicionais, florestas, rios, animais etc. Também trato neste capítulo, embora não de maneira profunda, do processo de despontecialização da luta de movimentos sociais, ao abrirem espaço para cooptação por parte de política do Estado.

A partir do início da construção da hidrelétrica Belo Monte em 2011, a possibilidade de negociação começou a ser bloqueada e monopolizada pelas mãos da empresa pública Norte Energia que se arrogou no direito de avaliar o preço dos imóveis rurais e urbanos a serem desapropriados com base nos próprios parâmetros da empresa. Algumas casas rurais e ribeirinhas, construídas com madeira e palhas ou lonas, para uso nos finais de semana ou durante o período de pesca foram consideradas sem valor de mercado, desapropriadas, destruídas e queimadas em valas. Uma nova lei que é imposta com violência, especialmente aos ribeirinhos que precisaram se articular para criar uma associação em 2016, e através da luta coletiva conseguir obrigar a Norte Energia respeitar o direito à vida tradicional dos povos que vivem nos beiradões do rio Xingu.

E sexto capítulo, busco ressaltar a recuperação do protagonismo dos povos indígenas e dos ribeirinhos na luta pela garantia de seus territórios, pela preservação dos rios, florestas, animais, bem como seu modo de vida tradicional. Algo que demonstra o quanto a luta daqueles que batalham contra tentativas mudanças no espaço impostas pela via da conduta predatória e desenvolvimentista é um fluxo sempre contínuo, embora em certos momentos possam ser mais ou menos intensos que em outros.

5.1. O Grito Xingu Vivo

Por algumas vezes, na ocasião em que estive em Altamira para o trabalho de campo⁹³, ouvi um mesmo relato sobre o início da luta contra a Hidrelétrica Belo Monte. Mas a primeira vez em que me narraram foi memorável. Numa tarde, quando o sol começava a esfriar, caminhava com uma colega do movimento social, quando encontramos com uma antiga moradora da cidade em uma parte do bairro central de Altamira bem próximo do igarapé Altamira e do rio Xingu, onde atualmente foi construído o Parque Altamira. Ali sua casa e de vários vizinhos foram demolidas por ordem da Norte Energia, empresa responsável pela construção da Hidrelétrica Belo Monte. No momento de lamentação e memórias, aquela antiga

⁹³ No mês de dezembro de 2015 e nos meses de setembro, outubro e novembro de 2016.

moradora se lembrou de uma história e a narrou como o princípio de toda a luta contra o barramento do rio Xingu para construir a barragem da hidrelétrica.

Dizem, segundo ela contou, que um indígena morreu para salvar o rio Xingu e assim se tornou mártir e autor de um grito que ecoou ao longo da história de resistência contra uma barragem no rio Xingu. Na década de 80, circulava uma notícia ao longo de todo trecho do Xingu de que o governo tinha plano de construir várias barragens e hidrelétricas no rio e assim feri-lo ao cortar a livre circulação de suas águas.

Os povos indígenas do Xingu resolveram então fazer um encontro em Altamira ou na aldeia Gorotire, provavelmente entre 1988 e 1989, para articular a resistência e enviar sinal aos brancos de que estariam dispostos a fazer a guerra, caso levassem adiante o projeto das barragens e usinas. No dia do encontro, indígenas de diferentes etnias marcharam, cantaram e gritaram palavras de ordem à beira do rio, na orla do cais, como se estivessem se preparando para a guerra.

Num certo momento, as atenções especialmente se voltaram para um único indígena que entrava na parte rasa do rio. De frente para os parentes que estavam na orla, ele soltou três gritos de “Xingu vivo”. Fez uma pequena pausa para encher os pulmões de ar, então deu seu último grito de “Xingu vivo para sempre” buscando dar ênfase na locução adverbial de tempo para expressar uma vida duradora ao rio. Como o som de um trovão, os gritos ecoaram por todo trecho do rio Xingu. Na sequência, o indígena mergulhou no rio, nadou até o meio e desapareceu.

Esse relato, que circula em variadas versões por Altamira, evoca a consubstancialização entre o indígena e o rio, numa relação inextrincável entre a vida humana e a vida do rio. Prevalece a ênfase do relato na transformação do indígena em mártir, quando morreu para salvar o rio. Ouvei boa parte desses relatos de interlocutores ligados à igreja católica. Mas é também possível imaginar a presença do indígena como a aparição de um encantado, um dono do rio ou o próprio rio em forma de gente como sinal de alerta ou pedido de ajuda pela preservação do rio.

Essa história chamou minha atenção desde a primeira vez em que a ouvi. Também incorporei rapidamente a explicação etimológica local segundo a qual “Xingu” significaria “vida” para os indígenas. Gostei tanto dessa história e dessa tradução que, durante muito tempo, sempre que pensava no Rio Xingu vinha à minha mente a tradução automática para “Rio Vida”.

Vi no relato do mártir indígena uma história tão fascinante e na conversão de Xingu

para Vida uma tradução tão adequada que, durante minha pesquisa de campo no Médio Xingu, não busquei informações factuais para contextualizar aquele relato. Somente depois de um bom tempo resolvi buscar informações sobre a história do “indígena que morreu para salvar o rio” e sobre a etimologia da palavra Xingu. Vasculhei etnografias, artigos, documentários e dicionários, sem muito sucesso quanto ao objetivo inicial.

No entanto, encontrei ao longo das buscas muito mais do que um levantamento de informações. Deparei-me com textos acadêmicos e jornalísticos, gravações de programas de rádios e documentários que contavam a história de articulações políticas com protagonismo indígena que emergiram a partir da metade do século XX. Os documentos me conduziram a uma profunda imersão nos registros da luta política indígena com ápice no final dos anos 1980, quando, com articulação, pressão e apoio, conseguiram incluir na Constituição Federal direitos aos povos indígenas e bem como induzir a produção de leis para proteção do meio ambiente.

Esse levantamento me conduziu ao contexto político do final dos anos 1980 quando movimentos indígenas se articularam com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e órgão da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para fazer uma aliança com geólogos do CONAGE (Coordenação Nacional dos Geólogos) e assim colocar na agenda dos trabalhos da Constituinte uma pauta indígena (CARNEIRO DA CUNHA, 2018). Por meio dessa coalizão, conseguiram incluir os Artigos 231 e 232 na Constituição Federal, promulgada em cinco de outubro de 1988.

Naquele mesmo ano, protagonizaram uma articulação internacional com objetivo de obstruir a construção de barragem no rio Xingu, e uma outra nacional para formular a Aliança dos Povos da Floresta. Essa última ajudou a colocar na agenda pública problemas ambientais e uma solução sustentável de se extrair renda na floresta, sem derrubar árvore ou matar animais. Um dos resultados mais concretos alcançados foi a criação de reservas extrativistas na floresta (Vozes Da Floresta: a Aliança dos Povos da Floresta de Chico Mendes a Nossos Dias, 2020). Mas à frente, voltarei a falar sobre isso, porque é importante enfatizar aqui um evento em específico que me chamou a atenção por sua capacidade de produzir narrativas com importantes ressonâncias políticas.

Trata-se das notícias da morte de Umoro, filho do cacique Kayapó Raoni Metuktire. Segundo relataram inicialmente, o indígena Kayapó teria se afogado no meio do rio Xingu, depois de sofrer um ataque de epilepsia. Quem conviveu com ele dizia que Umoro depois dos ataques epiléticos costumava ficar muito violento e agredia quem tentasse ajudá-lo.

Umoro morreu, quando contava trinta anos de idade. Seu corpo foi encontrado, quatro dias após sua morte, boiando nas águas do rio, no Alto Xingu, próximo a um posto da Força Aérea Brasileira, conhecida como Base do Jacaré, e dentro do Território Indígena do Xingu (TIX)⁹⁴. Na época de sua morte, em 1996, fazia dois anos que Umoro vivia dentro da TIX, na aldeia Kamiurá. Raoni tinha enviado esse seu filho aos cuidados do cacique Tacumã, seu amigo. Isso ocorreu depois de Umoro ser acusado de assinar dois parentes em sua própria aldeia no Médio Xingu. Na dúvida, enquanto apuravam-se os fatos, e para evitar vingança, o pai enviou o filho para aquela aldeia no TIX.

A versão dos Kamiurá de afogamento por consequência de ataque de epilepsia poderia não ser bem aceita por grupos Kayapó mais ligados a Raoni. Porque não achavam nada crível um indígena com trinta anos de idade morrer afogado em um rio que é visto pelos Kayapó como parente e no qual Umoro nadava e pescava desde criança. Os Kayapó eram guerreiros temidos em toda bacia do rio Xingu. E os Kamiurá receavam uma declaração de guerra. A tensão então aumentou quando o cacique Megaron Txucarramãe, sobrinho de Raoni, que o acompanhou na viagem ao Alto Xingu para buscar o corpo de Umoro, fez chegar aos Kamiurá a notícia de que os Kayapó tinham costume de fazer justiça com as próprias mãos e, por isso, se precisasse, já contava com cerca de seiscentos guerreiros de prontidão (NERI, 1996).

Como o corpo do filho foi encontrado somente quatro dias de sua morte, os Kayapó da comitiva de Raoni não conseguiam afirmar com certeza se os buracos no rosto de Umoro fossem marcas de flecha ou de projétil de arma de fogo. Outra hipótese aventada foi suicídio, um tipo de morte que, na visão dos Kayapó, também seria assassinato por feitiço. Em qualquer uma das duas hipóteses, a morte de Umoro teria sido por causa externa. Na primeira linha de investigação, seria preciso saber qual foi a causa da morte, qual instrumento ou meio usado no assassinato. Na segunda, o meio usado no crime seria a feitiçaria e o feitiço, o instrumento. A hipótese então seria de que o feitiço atingiu Umoro quando estava em uma canoa no meio do rio, fazendo-o cair e se afogar.

Assim como o homicídio, a feitiçaria como causa de morte é plausível aos Kayapó na medida em que compartilha com os povos do Médio e Baixo Xingu a acusação de que indígenas do Alto Xingu frequentemente praticam feitiçaria⁹⁵.

⁹⁴ Anteriormente denominado de Parque Indígena do Xingu (PIX) e no início, Parque Nacional do Xingu (PNX).

⁹⁵ Para saber mais sobre esse assunto, vale a pena conferir em (HORTA, 2016).

Neste capítulo da tese, essa morte é importante pelas notícias produzidas cujos efeitos vão além do evento em si. Como observou (VIEIRA, 2014), um evento tende a não acompanhar a extensão dos seus efeitos, vai além, podendo se expandir em produções narrativas e outras criações simbólicas.

Quando se trata de um evento com grande repercussão, como a morte do filho de Raoni, é comum acontecer um entrelaçamento entre o evento e várias narrativas que surgem dele e sobre ele. A morte de Umoro acabou repercutido por todo Brasil e outros países. Raoni já era o indígena mais conhecido nacional e internacionalmente.

Raoni estava no auge de sua fama que se iniciou nos anos 1970 ao ser incluído no documentário do diretor de cinema belga Jean-Pierre Dutilleux, onde o cacique Kayapó foi protagonista no filme que buscava ressaltar traços de um líder carismático e, ao mesmo tempo, um indígena alto, forte e valente⁹⁶.

O fato é que nunca encontrei detalhes da narrativa inicial do indígena mártir que morreu no Xingu para salvar a vida do rio, nem mesmo referências da palavra “Xingu” com significado de “vida”⁹⁷. No entanto, nessa caçada acabei trilhando um caminho de produções narrativas de vários eventos que permitiram não apenas entender elementos para a construção de uma narrativa, mas acompanhar uma história com mais de meio século de estratégias de luta para garantir não apenas a diversidade de povos indígenas e povos tradicionais na Amazônia, mas também da floresta.

Em um dicionário, o termo “xingu” é descrito como uma palavra indígena cujo

⁹⁶ O documentário europeu foi produzido, após Dutilleux passar uma temporada no Xingu, para a BBC de Londres. Depois chegou às telas de cinemas estadunidenses com narração do ator Marlon Brando. Foi indicado ao Oscar de melhor documentário em 1978, ajudando a aumentar o interesse pelo filme em outros lugares e a se popularizar no Brasil. Na década seguinte, em 1987, foi o diretor desse documentário Dutilleux quem apresentou Raoni ao famoso músico inglês Sting. Os dois tornam-se amigos ao ponto do roqueiro usar de sua influência para alavancar ainda mais a projeção internacional do indígena, quando consegue, por exemplo, espaços em universidade pelo mundo para Raoni falar sobre os Kayapó e a Amazônia (CARIELLO, 2013).

⁹⁷ Sobre a palavra Xingu, há quase uma unanimidade de que a etimologia da palavra é desconhecida. Reconheci nisso um erro mais comum que se possa imaginar, quando pessoas não-indígenas acabam ignorando a multiplicidade dos povos e línguas indígenas ao se iludirem em locução como “na língua indígena” ou em oração como “isso é indígena”. Trata-se de uma universalidade que não existe. Mas embalada com premissas de universalidade, acaba-se aceitando como explicação segundo a qual “Xingu” significaria “vida” na língua indígena. E assim acaba não questionando qual povo indígena fala essa língua. E se se trata de uma língua indígena precisa pertencer a algum tronco ou família linguístico, por exemplo, uma língua do tronco Tupi como o Tupi-Guarani dos Araweté e Parakanã, e a língua Juruna dos Yudjá e Xipaia, ou uma língua do tronco Macro-Jê como o Jê dos Kayapó e Xikrin pertencem, ou também outras famílias linguísticas como o Karib dos Arara do Pará, Vale a pena conhecer a classificação que o professor Ayrton Dall’Igna Rodrigues fez acerca das línguas indígenas brasileiras, agrupadas em famílias e troncos. Um resumo está publicado no site Povos Indígenas do Brasil do Instituto Socioambiental (ISA, 2019).

significado original seria “água limpa e boa”, sem dar conta da explicação etimológica da palavra (SIGNIFICADOS, 2021). O Dicionário Tupi-Guarani, por sua vez, oferece uma explicação mais cautelosa. Reconhece a inexistência de uma verdadeira raiz subjacente da palavra “Xingu”. Desconhece a etimologia dessa palavra, apontando apenas a hipótese de “casa dos deuses” como significado para Xingu (DICIONÁRIO TUPI-GUARANI, 2021). Uma suposição que lembra muito a explicação de Bispo Dom Erwin, em uma entrevista na qual narrou como aprendeu e se tornou fluente na língua Kayapó.

Dom Erwin conta que os Kayapó não tratam o rio Xingu por esse nome (e isso foi uma surpresa para mim), mas por “Bytire”. O “By” significa “misterioso ou inexprimível” e “Tire”, “grande, majestoso”. O bispo recebeu essa explicação de um velho Kayapó e, a partir dela, passou a defender que Bytire poderia ser traduzido para o português como “grande e cheio de mistério”, enfim, por “casa dos deuses” (BRUM, 2012).

Cheguei a uma conclusão óbvia de que levar mais a sério o que as pessoas nos dizem durante o trabalho de campo, valorizando no relato sua criação narrativa, política e simbólica sobre a resistência indígena e sua luta pelo rio e pela floresta, pode evitar uma saga pela dita “verdade dos fatos”.

Ao se considerar a criatividade narrativa, a história do “indígena mártir” é coerente com um tempo e espaço durante o qual ocorreram fortes ofensivas contra os territórios de povos indígenas e a floresta na Amazônia. A partir dos anos 50, mais especificamente nos anos 1960 e 1970, os povos indígenas começaram a travar uma luta política como uma reação à pilhagem e à exploração do espaço de diversidade étnica no qual vivem há milênios.

5.2. A usina Kararaô

Ao tirar do papel alguns projetos de infraestrutura, municípios do Médio Xingu, como Altamira, no Pará, sofrem significativo aumento populacional, com destaque para população urbana que cresceu mais do que a rural. E, na primeira década dos anos 2000, com retomada do projeto de implantação da Hidrelétrica Belo Monte, a região do Médio Xingu volta a atrair novo fluxo migratório, acelerando a urbanização em cidades como Altamira cuja população cresce acima das projeções do governo.

Durante os governos militares, nos anos 1970, foi instituída as Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), uma subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás).

Caberia à nova empresa pública constituída pelo governo mapear todo espaço da região Norte em busca de potencialidades hidrelétricas. No ano 1975, o governo federal ordenou que a direção da Eletronorte buscasse uma consultoria especializada. Contrataram o Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC)⁹⁸ para estudar e localizar, no Rio Xingu e seus principais afluentes, trechos adequados para barragens e usinas hidrelétricas.

O CNEC entregou à Eletronorte o relatório final em 1980. O documento apresentou pontos viáveis na bacia hidrográfica do rio Xingu para construção de barragens. Todavia, essas informações foram reservadas apenas à contratante que o fez chegar às mãos do governo militar. O relatório foi colocado sob sigilo e, por isso mesmo, nenhuma informação foi compartilhada com povos indígenas, ribeirinhos, caboclos, camponeses ou moradores da cidade de Altamira.

Tinham dado início ao planejando de construção de barragens e usinas hidrelétricas no rio Xingu. Mas a população local sabia apenas de especulações, já que nenhum detalhe de relatório e de projetos para barragens lhes era disponibilizado (KRÄUTLER, 2008).

Indígenas e ribeirinhos tinham ciência de que técnicos navegaram o rio Xingu fazendo sondagens. Mas não correlacionavam, na época, o mapeamento e pesquisas sobre a bacia do rio com barragens e usina hidrelétrica. Um bom exemplo é de Seu Élio, pescador ribeirinho do Rio Xingu que participou ativamente da resistência à construção da barragem para hidrelétrica Belo Monte. Em entrevista em sua casa na Agrovila Piauiense sobre a qual falei anteriormente no capítulo quatro, Seu Élio relatou que, do ano 1977 a 1981, havia trabalhado ajudando técnicos do CNEC nos levantamentos de dados e monitoramentos, sem saber que se tratava de uma pesquisa sobre a viabilidade de uma barragem que inundaria a própria comunidade na qual morava e ajudou a criar naquela época:

[...] chegou uma firma e estava fichando gente, né? Era para fazer pique na mata. Bota o aparelho aqui e se tiver alguma coisa aqui, esse pé de cacau aqui no meio, aí derruba. Aquele pau lá está no meio, derruba. Tem que ir limpando. Depois trabalhei numa tal de “operação peixe”.

A gente trabalhava de dentro do barco derrubando os paus, de Altamira para cima. Fazendo pesquisa para barragem. Só que **eu não sabia que era fazer barragem, pensava que era um serviço qualquer assim.** Porque na época tinha muita topografia, o pessoal cortava muita terra. **E eles não falaram que era para barragem.**

Só depois que fiquei sabendo. Eu só descobri com o tempo, num dia quando cheguei

⁹⁸ O CNEC foi idealizado e estabelecido, em 1959, por docentes da Escola Politécnica da USP (Universidade de São Paulo). Dez anos depois do início de sua fundação, foi vendida para o grupo Camargo Corrêa que assim passaria oferecer não apenas serviços de construção, mas também de pesquisa e projetos de engenharia. O CNEC nunca teve exclusividade nos projetos de engenharia do grupo Camargo Corrêa que quando precisou fazer caixa a vendeu para um grupo estrangeiro. No dia 31 de dezembro de 2009, quando constava com cerca de 600 funcionários, o grupo australiano WorleyParsons adquiriu o CNEC por 170 milhões de Reais.

no escritório. Eu já tinha muito tempo que estava trabalhando ali, quase quatro anos na firma. Daí, conversando lá com o Álvaro que era o cara que inscrevia as pessoas, eu falei assim: **Álvaro, estou encucado com um negócio, estou trabalhando aqui e não sei que diabo estou fazendo aqui. Que negócio é esse aqui?**

[Álvaro então, segundo Seu Élio, responde-lhe] não, isso aqui **é uma pesquisa que estamos fazendo para uma barragem.**

Falei: barragem!? Que que é barragem!? É igual àquela que fizeram em Tucuruí?

[Álvaro diz] é! Vão fazer uma aqui no rio Xingu!

[Seu Élio pensa exclamando decepcionado] aí não! Falei: não! Aí não, parceiro! Depois de três anos e oito meses! Eu ia fazer quatro anos na firma. Resolvi perguntar e o cara me diz que era para fazer uma barragem. Meu Deus do céu!

Aí eu já estava doido para sair da firma, peguei e saí logo por minha conta. Não queriam dar minhas contas. Falei: vocês não querem dar minhas contas, eu vou embora para casa, e pronto. Eu me viro. Mas depois de quinze dias voltei lá, bateram meus direitos tudo direitinho.

Aí o que eu fiz, peguei [o dinheiro do acerto] e comprei canoa, comprei motor, comprei rede, comprei isopor, comprei o caralho de bico e caí no rio. **Aí eu falei, bom, agora meu trabalho vai ser aqui nesse rio, agora vou defender meu patrimônio aqui, eu vou defender esse rio.** Aí foi quando comecei um trabalho na comunidade [Santo Antônio].

Aí comecei: - Gente, vamos ter que sair daqui, vão fazer uma barragem aqui. [outros ribeirinhos que não acreditavam confrontavam seu Élio] que nada! Onde vão fazer barragem aqui, rapaz? Nem estrada tem aqui. Isso foi em 1981. E eu falava para o pessoal: rapaz, essa barragem vem. [O pessoal dizia] não, vem nada!

O pessoal não acreditava. Só depois que os índios começaram a se manifestar. E os engenheiros vieram em Altamira e os índios botaram o facão na cara deles para falar que não estavam com medo deles⁹⁹.

Seu Élio tomou conhecimento de que iriam construir uma barragem no rio Xingu no início dos anos 1980, mas somente no final daquela década, indígenas e ribeirinhos tiveram mais informações (sem muitos detalhes) do relatório e dos projetos para barragens e usinas hidrelétricas.

O governo estava com projetos prontos para construir seis barragens e seis usinas no Rio Xingu e em seus principais afluentes. A maior barragem, dentre as seis previstas, menina dos olhos do governo, seria construída na Volta Grande do Xingu e já tinha recebido o nome de Kararaô.

À época, chegou-se a aventar que o governo teria nomeado essa usina hidrelétrica com Kararaô, palavra indígena Kayapó, para diminuir a resistência dos povos indígenas à construção da barragem e usina. Mas não foi o que aconteceu. O nome despertou ainda mais a dissidência dos indígenas que não queriam ver o grito de guerra Kayapó dar nome a um projeto que tinha como objetivo de fundo submetê-los, dominar o rio e o espaço de vida na região.

É possível que, para agentes do governo, o progresso da racionalidade prática

⁹⁹ Entrevista com o ribeirinho e pescador Seu Élio. O grifo é meu.

desenvolvimentista seja pensado como um devir e tal valor seja tomado como universal a ponto de se imaginar que os povos tradicionais estariam ali aguardando ansiosos pelo desenvolvimento e progresso. Não querem acreditar num regime de racionalidade próprio dos povos indígenas da Amazônia. Mas, conforme observou Chinua Achebe, a falta de senso de ridículo é característico do pensamento do colonizador. Lembra de maneira irônica que colonizador também perde, no processo de colonização, o senso de ridículo, o senso de humor e o senso de medida (ACHEBE, 2012, p. 18).

Ailton Krenak, em seu programa de rádio, relatou sobre o embaraço que os funcionários do governo provocaram ao nomear com palavra indígena uma hidrelétrica a ser construída em território indígena. Para ele, técnicos do governo cometem um erro quando nomeiam seus projetos com palavras indígenas:

Tiveram um azar muito grande no caso dessa barragem de Kararaô, porque nomearam com uma palavra que é um grito de guerra do povo Kayapó. E cada vez que essa palavra é pronunciada, essa palavra traz azar. Essa palavra traz guerra. Essa palavra traz conflito.

Nem isso a Eletronorte e a Eletrobrás sabiam. Foram aprender isso no encontro do Xingu [em 1989]. Vamos mostrar a vocês o que significa Kararaô. Agora vocês vão saber o que significa [E solta um áudio do Encontro no momento em que o cacique Bep'kororoti (Paulinho) Paiakã explica e pede para demonstrarem o que é Kararaô para os Kayapó].

É um grito de combate mesmo [ressalta Krenak ao final do áudio]. E na memória, a última grande guerra desse povo, foi a guerra do Kararaô. Se o governo soubesse nem teria nomeado com esse nome (KRENAK, 1989, p. 25min50seg a 26min55seg).

Kararaô significa “grito de guerra” na língua Kayapó e, para os indígenas, não fazia sentido “batizar” com esse nome uma usina hidrelétrica planejada para ser construída em espaço sagrado para povos indígenas, a Volta Grande do Xingu.

Os povos indígenas do Xingu tinham motivos para desconfiar da ação de usar palavras indígenas, ainda mais quando o maior interessado pela obra era um governo que, nas últimas décadas, tinha adotado práticas desenvolvimentistas e predatórias na Amazônia, pilhando e massacrando populações indígenas. O ato do governo soou mais como declaração de guerra dissimulada. Um povo tradicionalmente acostumado a fazer a guerra, como os Kayapó, perceberia essa dissimulação que visava matar o rio Xingu, destruir a floresta e exterminar os povos indígenas.

A usina de Kararaô estava prevista para ser construída depois da Constituinte de 1988, num governo de transição democrática. Todavia, foi totalmente concebida sob a tutela de governos militares que promoveu fortes ofensivas e massacres contra povos indígenas. Invadiram terras para construir rodovias e incentivaram migração para territórios indígenas

com objetivo de colocar ali pessoas menos resistentes à extração de “riquezas minerais” e a mudanças no espaço físico.

Com a intenção de bloquear a resistência dos povos indígenas aos projetos de desenvolvimento para a Amazônia, o governo acabou despertando com aquele nome as memórias dos massacres aos indígenas, o braço violento do Estado. Alguns desses massacres foram tão intensos que as notícias ultrapassaram o limite geopolítico do país e ganharam repercussão internacional. O mais letal deles aconteceu no ano de 1965 e ficou conhecido como Massacre do Paralelo 11. Esse e outros foram, conforme narra (KRÄUTLER, 2008), promovidos por próprios servidores de órgãos públicos, como o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) cujo objetivo legal era o de proteger aqueles que estava ajudando a oprimir.

5.3. O Grito de Xingu Vivo em 1989

Se por um lado não há documentos que comprovem a história do indígena que morreu para salvar o rio Xingu, por outro, podem existir narrativas coerentes com um histórico ecológico de resistência à destruição da floresta, dos rios, de uma vida imersa na floresta, animais e rios, enfim, com um contexto de luta política anticapitalista voltada para a preservação da Amazônia.

Historicamente ocorreram vários gritos com objetivo de parar projetos que envolviam mudanças destrutivas dos espaços amazônicos milenarmente ocupados por povos indígenas. Os mais recentes e mais emblemáticos foram aqueles gritos políticos que visavam barrar a construção de barragens e usina hidrelétricas no rio Xingu. Eu não estava apenas diante de um relato do início de uma luta de resistência, mas de um processo político de criação da resistência a partir de gritos que tiveram grande repercussão.

Para (STENGERS e PIGNARRE, 2007), o grito é um dispositivo que condensa uma criação política. Ao abordarem as lutas anticapitalistas a partir do grito de Seattle de 1999, notaram que a criatividade do grito está na capacidade de inaugurar novas palavras de ordem e estimular uma nova história, fora da linha narrativa do progresso. O grito é aquele enunciado capaz de reinventar a política. No processo de resistência na Amazônia, o grito se constituiu como uma arma na luta anticapitalista dos indígenas, camponeses, ribeirinhos, ambientalistas, feministas, antirracistas e antifascistas. Por isso mesmo, vai muito além de uma luta de classes. O grito anticapitalista inaugura uma luta política contra a utopia do único caminho, do único

modo de vida humana possível, isto é, do capitalismo. Faz parte de um projeto político que aposta na esperança e busca quebrar o sentimento de impotência de quem por temor não vê saída. Pode revelar maneiras de viver, livres de alternativas infernais do capitalismo segunda a qual, para conseguir crescimento econômico, desenvolvimento e progresso, os já desgraçados precisam fazer sacrifícios. Se não o fizerem, serão responsáveis pelo sistema quebrar e deixar espólios como caos, restrição, desemprego, pobreza e fome.

No Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em fevereiro de 1989, na cidade de Altamira (PA), um movimento de resistência contra a hidrelétrica Belo Monte (estradas e outros processos de destruição) é criado ativando aquele grito “Xingu Vivo”. Esse encontro aconteceu dois meses depois do assassinato, em Xapuri no Acre, do seringueiro e ambientalista Chico Mendes. Esse encontro dos povos indígenas conseguiu atrair um grande número de participantes para Altamira e ganhar ampla repercussão nacional e internacional. E por sua dimensão se tornou um marco das lutas ambientais e anticapitalista na Amazônia (Xingu: a luta dos povos pelo rio, 2009).

No mês seguinte ao encontro, em março daquele ano, o indígena Ailton Krenak o repercutiu em seu “Programa de Índio” produzido pela União das Nações Indígenas e transmitido pela rádio USP. Inicia o programa dizendo que “foi no ritmo desses passos do chocalho batendo no chão firme e com gritos fortes dos guerreiros que nosso encontro de Altamira se deu”. Ressalta que não faltaram a animação e disposição para mostrar aos brasileiros e estrangeiros que rios e florestas são irmãos dos indígenas. E não aceitariam calados violências contra seus irmãos indígenas, contra lugares sagrados da terra (KRENAK, 1989).

Aquele encontro em Altamira tinha sido amplamente divulgado. Vários órgãos da imprensa repercutiram o Encontro de Indígenas do Xingu de modo que levou Krenak a acreditar se tratar do maior evento de imprensa do Brasil na época. Segundo ele conta, as notícias viajaram pelo mundo inteiro como um pedido de ajuda aos povos indígenas. Krenak explica quais foram os motivos que levaram as lideranças indígenas a articular e organizar aquele encontro de Altamira, sempre buscando ressaltar não existirem brancos por detrás da articulação do encontro através da reprodução da fala do cacique Bep’kororoti (Paulinho) Paiakã na abertura do evento:

[...] eu queria deixar bem claro para todo mundo. Esse nosso encontro não é cabeça de ninguém. Esse encontro é puríssimo dos índios. Nem CIMI, nem FUNAI, nem ninguém colocou na cabeça dos índios para fazer esse movimento. Esse movimento, quem está falando sou eu, vocês estão [me vendo] de cocar, pintado igual eles [outros

indígenas], mas falando em português com vocês e falando próprio na minha língua, então, essa reunião partiu de índio mesmo! (BEP'KOROROTI PAIAKÃ, IN: KRENAK, 1989, de 8'06" a 8'50").

Aquele encontro é o primeiro desfecho do conflito que teve início no ano de 1975, quando a Eletronorte passou a mapear a bacia hidrográfica do Rio Xingu com objetivo de localizar pontos para barragens. No ano 1989, os estudos de viabilidade de barragens e usinas hidrelétricas no rio Xingu foram concluídos. Muito embora, desde os anos 1980, o governo já tivesse em mãos relatório com indicação de pontos viáveis para barragens, dando início aos projetos para a construção de complexo hidrelétrico do qual fariam parte a usina Babaquara, com previsão de produção de aproximadamente sete mil megawatts, e a usina Kararaô, projetada para produzir onze mil megawatts. Nos resultados preliminares de estudos de viabilidade da própria Eletronorte, constava a exigência de expulsar doze povos indígenas de suas terras, cerca de sete mil indígenas (NORTE ENERGIA, 2021). Porém, essas informações jamais foram disponibilizadas para sociedade civil e muito menos para os principais interessados, indígenas, ribeirinhos, camponeses ou moradores de Altamira.

5.3.1. Articulação dos Kayapó para fazer o primeiro encontro de indígenas do Xingu

A articulação para o primeiro encontro do Xingu teve início no mês de novembro de 1988. A relação de Bep'kororoti Paulinho Paiakã e Ailton Krenak estava intensa devido às suas contribuições nos trabalhos da Assembleia Constituinte de 1988.

O Encontro foi desenhado a partir de várias articulações anteriores de Raoni Metuktire, Mário Juruna e Chico Mendes cujos diálogos colaborou para formalizar a Aliança dos Povos da Floresta, no Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, em outubro de 1985, em Brasília (FERNANDES, 2021). Essas lideranças proeminentes apoiavam e auxiliavam várias outras lideranças indígenas (Vozes Da Floresta: a Aliança dos Povos da Floresta de Chico Mendes a Nossos Dias, 2020).

Ailton Krenak relata nesse documentário como Chico Mendes construiu a estratégia para fazer uma luta política, unindo os extrativistas, ribeirinhos, quilombolas e indígenas para fazerem uma defesa dos seus territórios e da Amazônia. Segundo Krenak, seringueiros viviam e trabalhavam em terras indígenas das quais “o patrão tinha um título fajuto” registrado em cartórios de São Paulo. Chico Mendes procurou as lideranças indígenas para saber detalhes da estratégia deles para demarcação de território indígena que lhe explicaram se tratar de uma

luta não por propriedade, mas pelo direito ao território. O INCRA ofereceu lotes com cem hectares a cada família de seringueiros. Foi a partir das trocas de informações com indígenas que Chico Mendes encontrou uma saída para o problema da oferta do lote que não servia a extrativistas que vivem na floresta e da floresta.

A ideia era transformar a oferta de lotes do INCRA em um único território. Então, se há mil famílias extrativistas vivendo na floresta, isso significava um território de cem milhões de hectares a ser transformado em reserva extrativista. Assim com direito ao território garantido aos extrativistas, esses ficam livres do patrão grileiro e madeireiro (Vozes Da Floresta: a Aliança dos Povos da Floresta de Chico Mendes a Nossos Dias, 2020). Todavia, Chico Mendes não chegou a ver sua proposta se materializar, já que o primeiro território extrativista com quinhentos e seis mil hectares, a Reserva Extrativista Alto Juruá apenas foi criada, cerca de dois anos após a morte do ambientalista e líder seringueiro, em 1990, no Alto Juruá (AC). Até o ano 2015, já existiam oitenta e nove reservas extrativistas distribuídas em dezessete Estados da Federação (RAIMUNDO e FEITOSA, 2015).

5.3.2. O articulador Raoni Metuktire

Desde os anos 1980, quando François Mitterrand era presidente na França, Raoni Metuktire participou de encontros com chefes de Estado franceses. Jacques Chirac que sucedeu Mitterrand tinha uma estreita amizade com Raoni e chegou a prefaciar uma biografia de Raoni publicada na França em 2010.

Em 1984, na assim conhecida “guerra do Xingu”, os Kayapó tiveram grande êxito na retomada de uma terra tradicional. Desde décadas anteriores, havia uma demanda dos Kayapó sob a liderança de Raoni de que a Funai demarcasse uma área ao norte do Território Indígena do Xingu.

Nos anos 1960, os planos de integrar a Amazônia tiveram como consequência uma grande pressão sobre territórios indígenas por pessoas com práticas predatórias: grileiros, madeireiros, garimpeiros e fazendeiros. Em 1971, os governos militares deram início à construção da BR-080 em terras indígenas e expropriaram parte do território Kayapó. O sertanista Orlando Villas-Bôas orientou Raoni a conduzir os Kayapó para dentro do TIX, na época intitulado Parque do Xingu. Apenas uma parte, aqueles que seguiam a liderança de Raoni, mudou-se daquele território, mas com esperança e promessa de retomada, o que ocorreu

apenas treze anos depois, em 1984, com a reconquista do território Kapoto-Jarina na intitulada “Guerra do Xingu”.

Em uma estratégia de guerra bem articulada, os Kayapó compraram mantimento para passar mais de um mês, livraram-se dos policiais que vigiavam as balsas no TIX e tomaram o controle delas. Depois de três semanas, a Funai enviou representantes para negociar e foram todos tomados como reféns pelo “exército” indígena.

Os indígenas obstruíram o tráfego na BR-080 num período de colheita da safra de milho e outros grãos, deixando agricultores atormentados. E também tomaram o controle da balsa. E para bloquear a entrada de oitenta militares que escoltavam uma nova balsa de Cuiabá ao TIX, os Kayapó atearam fogo na ponte de madeira sobre o rio Jarina na BR-080 impedindo a passagem do caminhão com a nova balsa. Então, o ministro do Interior do governo militar aceitou negociar com lideranças Kayapó e outras lideranças do Xingu no início de 1984. O governo aceitou demarcar quinze quilômetros a leste e setenta quilômetros ao norte da rodovia federal.

Cumprindo as exigências Kayapó, o governo retirou a polícia da área e passou o controle da balsa aos indígenas. Além disso, o governo militar aceitou demarcar a área indígena Kapoto-Jarina com seiscentos e trinta e cinco mil hectares (CARIELLO, 2013). Os Kayapó liderados por Raoni conseguiram também fazer o governo federal desapropriar terras dos Txukarramãe Kayapó que estavam nas mãos de grileiros e fazendeiros.

A antropóloga Vanessa Lea, em sua cronologia da Guerra do Xingu, registrou que no mesmo dia dez de maio de 1984, o presidente do INCRA anunciou que a terra dos fazendeiros poderia ser indenizada e pelo decreto nº 89.643, o último presidente militar João Figueiredo determina que a área do Kapoto, com aproximadamente cento e oitenta e seis mil hectares, se torne uma Área Indígena (LEA e FERREIRA, 1985).

Os Kayapó conseguem forçar a demissão do presidente da FUNAI e fazer com que Megaron Txucarramãe fosse nomeado diretor do TIX. Num breve discurso, ainda no clima de comemoração de vitória política, Megaron em seu breve discurso diz “desde que a estrada cortou o parque. Quase perdemos o Kapoto, nossa melhor terra, nossa terra sagrada [...] daqui para frente queremos que os fazendeiros respeitem nossos limites” (Cidade de Santos, 30 mar, 1984, apud LEA e Ferreira, 1985).

A reconquista da área indígena Kapoto-Jarina era uma demonstração de que a estratégia de levar seu povo para dentro do Território Indígena do Xingu havia dado certo. E deu confiança para reconquistarem também o território Menkragnoti, adjacente ao território

Kapoto-Jarina, com quase cinco milhões de hectares.

A aprendizagem política e formação de um líder, segundo narra (CARIELLO, 2013), deu-se a partir de seus primeiros contatos com não indígenas nos anos 1940, com os irmãos Villas-Bôas que mais tarde, inclusive, ajudam vários povos com os quais tiveram contato no Centro-Oeste a fundar o Território Indígena do Xingu do qual Megaron Txucarramãe tornava-se o primeiro indígena a dirigi-lo. Com a luta de Raoni e outras lideranças, os povos indígenas do Xingu começaram a deixar de perder território, como ocorria antes das demarcações de seus territórios, nos governos que buscavam forçar a integração de indígenas à sociedade brasileira e seu sistema econômico.

Outro personagem com grande destaque no I Encontro de Indígena do Xingu, em Altamira (PA), em 1989, foi Bep'kororoti Paiakã, sobrinho de Raoni e conhecido pelos "brancos" como Paulinho. Em uma entrevista, certa vez ele disse que os "brancos" não falavam corretamente nem seu nome em português. Todos falavam Paulinho, enquanto o correto seria Paulino. Paiakã era filho de cacique da aldeia Aukre. Cresceu na floresta e nos rios do território Kayapó, onde aprendeu a caçar, pescar e viver da natureza. No final da adolescência, saiu da aldeia para morar em Belém e estudar com apoio da Funai.

Essa pareceu se tratar de uma estratégia de caciques da geração de Raoni que durante as negociações na "Guerra do Xingu" buscou ressaltar às autoridades do Estado que os Kayapó não seriam mais enganados por brancos, já que agora entendiam o que falavam, pois, seus filhos (e sobrinhos, como o próprio Paiakã) tinham estudado e aprendido a língua portuguesa.

5.3.3. O articulador Bep'kororoti Paulinho Paiakã: da ascensão ao declínio

Bep'kororoti (Paulinho) Paiakã teve grande destaque com repercussão internacional ao lado de celebridades como o famoso roqueiro inglês Sting. Paiakã foi muito abordado por jornalistas e ambientalistas que apontavam seu tio Raoni e ele como líderes responsáveis por vitórias, como obrigar o governo a reorientar a nomeação de hidrelétricas com promessa não apenas de mudar o nome de Usina de Kararaô para Belo Monte, mas também não mais usar palavras indígenas para batizar quaisquer obras de infraestrutura na Amazônia. E a vitória principal que foi sepultar, em 1989, as pretensões do governo de construir a usina programada para o rio Xingu. Sem contar que a Constituição Federal tinha sido aprovada no ano anterior com a participação intensiva de Paiakã na articulação que conseguiu incluir os artigos 231 e

232 na Carta de 1988. Paiakã também liderou a articulação de rede internacional para impedir a construção de barragens no rio Xingu. Seu protagonismo fez o governo de José Sarney ameaçar enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional ou na lei de imigrante. Ele foi inclusive julgado e teve um pedido de prisão expedido. Só não foi preso porque foi protegido e defendido em sua aldeia por seus parentes.

Paiakã e Kubein participaram de uma discussão sobre hidrelétrica em uma universidade da Califórnia a convite do antropólogo Darrell Posey. Naquela reunião, tomaram conhecimento de duas notícias. A primeira de que o governo brasileiro estava negociando recurso de fundos internacionais para fazer a obra. E a segunda que antes de fazer as barragens seria necessário um estudo prévio do governo e de empreiteiras sobre impactos aos povos indígenas, ribeirinhos e ao meio ambiente.

Darrell Posey foi quem articulou para levar os dois indígenas Kayapó ao congresso americano em Washington para falarem com alguns parlamentares estadunidenses. E também para participarem de uma audiência com executivos do Banco Mundial. Uma autoridade do governo brasileiro estava em missão para negociar um empréstimo junto ao Banco Mundial, em julho de 1988, para fazer as barragens. Essa missão e os indígenas acabaram se cruzando por lá nos corredores do banco.

As negociações foram atravancadas pela interferência dos Kayapó. Como consequência da articulação dos indígenas, credores passaram a reivindicar mais estudos detalhados do impacto da obra antes de liberarem uma carteira de crédito ao governo brasileiro.

E por isso, ao retornarem ao Brasil, os indígenas foram ameaçados de ser expulsos pela lei do estrangeiro que previa, segundo contaram os indígenas, de um a três anos de prisão antes da expulsão. Paiakã então narra durante o programa de rádio de Ailton Krenak que achava incrível expulsar um brasileiro puro, um indígena que seria mais brasileiro do que os outros, já que antes de português aparecer, segundo ele, os indígenas brasileiros já habitavam nesse país. E se o expulsassem do Brasil, não sabia para onde ir. Mas disse que o povo Kayapó estava fechado com ele. Se o governo o expulsasse teria que expulsar treze mil indígenas, teriam que expulsar mais de doze aldeias dos Kayapó (BEP’KOROROTI PAIAKÃ, 1988).

Paiakã também foi protagonista na articulação com Ailton Krenak e Chico Mendes para formulação da Aliança dos Povos da Floresta. Tudo indicava um futuro promissor para um líder como ele. No entanto, as expectativas que se criaram em cima do líder Paiakã ruíram em maio de 1992, quando contava quarenta e três anos. Foi acusado de estupro por uma

estudante de 18 anos¹⁰⁰.

Foto 5 – Raoni Metuktire, Bep'kororoti (Paulinho) Paiakã e Sting. I Encontro de Indígenas do Xingu. Altamira (PA), Brasil. 1989



Foto: Sue Cunningham

Esse crime que chocou o mundo. Paiakã era conhecido, já que tinha aparecido em notícias de vários jornais internacionais antes da acusação de estupro. E em campanhas publicitárias, especialmente depois de firmar parceria com Anita Roddick, proprietária da empresa inglesa de cosmético Body Shop¹⁰¹. Se Paiakã conseguiu uma ascensão rápida, seu declínio foi ainda mais ligeiro. Aquela acusação surpreendeu e frustrou muita gente por se tratar de uma liderança com futuro promissor¹⁰².

¹⁰⁰ O crime teria acontecido dentro do carro do líder indígena em Redenção (PA) depois de um churrasco e contou com a coautoria da própria esposa Irekran Kayapó a qual teve pena abrandada pelo entendimento de que não era bem adaptada ao mundo social dos brancos.

¹⁰¹ A empresária foi quem inclusive o presenteou com um avião. Paiakã exportava óleos de castanha entre outros produtos da Amazônia para empresa dela.

¹⁰² Depois disso caiu no ostracismo depois de projeção e fama internacional. Paiakã foi julgado e a justiça entendeu que ele foi autor do crime de estupro e, por isso, o condenou a seis anos de prisão. Ele cumpriu 2 anos de prisão domiciliar na aldeia Aukre, enquanto recorria em instâncias superiores da justiça (FOLHA DE S.PAULO, 1998). Não compareceu mais para prestar contas à justiça, foi considerado fugitivo por 10 anos. O caso foi julgado no STF (Supremo Tribunal Federal) em 2002 (dez anos depois do crime) que determinou o cumprimento de 6 anos em regime fechado em uma prisão comum, afastando a tese da defesa de inimputabilidade por ser indígena por entenderem que Paiakã tinha noção do que estava fazendo, porque conheceria muito bem o mundo dos brancos. Ressaltaram o fato dele ter morado em Belém para estudar e por

5.3.4. Reunião na Aldeia Gorotire em outubro de 1988

O primeiro encontro de povos indígenas do Xingu foi articulado por lideranças Kayapó na Aldeia Gorotire, no final de outubro de 1988, poucos dias depois da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil. Conforme relata André Vilas-Bôas¹⁰³ que participou daquela reunião como convidado do cacique Kayapó Bep'kororoti [Paulinho] Paiakã no segundo semestre daquele ano, o governo federal tinha anunciado a finalização do projeto no qual constava uma previsão para construir a usina de Kararaô e mais outras cinco hidrelétricas no Rio Xingu (Xingu: a luta dos povos pelo rio, 2009).

O encontro das lideranças Kayapó na Aldeia Gorotire tinha como principal objetivo redigir uma carta para pedir à União detalhes do impacto socioambiental aos territórios indígenas.

Foto 6 - Lideranças Indígenas conversam com o roqueiro Sting, no I Primeiro Encontro de Indígenas do Xingu. Altamira (PA), 1989



Raoni Metuktire, Bep'kororoti (Paulinho) Paiakã, roqueiro Sting, sem identificação e Marcos Terena. Foto: Murilo Santos. Acervo: Instituto Socioambiental (ISA)

Desde os estudos de inventário hidrelétrico nos anos 1970, tudo sobre essas barragens e usinas planejadas para o Xingu estava sob forte sigilo. E, mesmo depois de anunciar que estava com obras previstas, nem a Eletronorte, nem o governo compartilham detalhes do

falar bem a língua portuguesa e a inglesa, participou na articulação da constituinte, bem como por viajar por vários países nos quais sempre teve contato com brancos (O PARAENSE, 2002). Bep'kororoti Paiakã faleceu no início da pandemia por consequência da Covid-19, no dia 17 de junho de 2020.

¹⁰³ Membros do CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) liderado por André Villas-Bôas estiveram presentes naquela reunião para ajudar redigir à carta.

projeto. A carta foi enviada e mais uma vez o governo se mostrou indiferente a uma demanda popular sobre o projeto das hidrelétricas, mantendo novamente o silêncio. Como sabiam que corriam contra o tempo, as lideranças indígenas não quiseram aguardar muito tempo. Desejavam aproveitar o capital político acumulando nos últimos anos, a partir de experiência em articulação para luta política, bem como vitórias em várias batalhas, especialmente os grupos Kayapó liderados pelos caciques Raoni e seu sobrinho Bep'kororoti (Paulinho) Paiakã.

O vento se mostrava favorável às demandas indígenas e sentiam a opinião pública, especialmente a internacional, simpática a suas demandas. Em novembro de 1988, entram em contato com antigo aliado que falava bem a língua Kayapó, o bispo do Xingu Dom Erwin. Acreditavam no apoio do bispo aos povos indígenas. Mas, na época, Dom Erwin estava fora do Brasil, na Suíça exatamente se reunindo com técnicos do Banco Mundial para solicitar deles embargo nos financiamentos para hidrelétricas no rio Xingu. As lideranças indígenas conseguiram falar com Dom Erwin por telefone e pedir-lhe apoio da Igreja Católica para um encontro que pretendiam fazer no mês de fevereiro de 1989 (KRÄUTLER, 2008).

O bispo diz ter tentado dissuadi-los com a justificativa de que o tempo era muito curto. Mas os indígenas insistiram e Dom Erwin pediu para falar com o pároco de Altamira que colocou à disposição dos indígenas uma chácara da Igreja para servir de acampamento. Então poderiam alojar ali povos indígenas de vários lugares que fossem ao encontro, mas também ambientalistas do Brasil e do mundo que chegassem à cidade para acompanhar o encontro e não encontrassem hotéis na pequena cidade para se hospedarem.

Dom Erwin narra à jornalista Eliane (BRUM, 2012) que, quando os indígenas fizeram o encontro, depois de se reunir em Berna no Banco Mundial já estava confiante de que o projeto da barragem seria arquivado depois que os executivos do banco se comprometerem a liberar o crédito para a construção da hidrelétrica somente se o governo brasileiro respeitasse direitos dos povos indígenas, bem como estudos de impactos ambientais que resguardassem a conservação ambiental e retribuição à sociedade pelos impactos através de condicionantes.

Todavia, as lideranças indígenas não queriam jogar parados, esperando por negociação entre “brancos”. O encontro foi mantido. E as notícias desse I Encontro de Povos Indígenas do Xingu vão ganhando espaço na mídia brasileira, dando sinais da dimensão que poderia tomar. Há dez dias do início do evento, vários jornais cediam espaço em suas páginas para anunciar esse encontro que aconteceria entre os dias 20 e 25 de fevereiro de 1989. No jornal O Dia o título da matéria diz “Altamira reunirá ecologistas e indígenas do Xingu” e ainda ressalta já poder considerá-lo o “maior encontro de líderes indígenas e ecologistas” no

país com objetivo de alertar sobre a urgência de preservar a Amazônia. E continua dizendo que jornais de “todo o mundo” enviavam equipes para cobrir o evento e, por causa da repercussão que o encontro tomou, os hotéis de Altamira já estavam com todas reservas feitas (O DIA, 1989).

O encontro ganhar ainda maior visibilidade maior quando se confirmam as presenças do cantor Sting e da atriz Brigitte Bardot, dois famosos de peso naquele momento que apoiavam a luta política pela preservação da Amazônia¹⁰⁴.

5.3.5. Encontro de Indígenas do Xingu, em 1989

Um dia antes do início do encontro, alguns jornais impressos, como a Tribuna da Imprensa que noticiavam “clima emocional predomina no Encontro Indígena de Altamira”. Depois de alguns incidentes e conflitos, veículos de imprensa estampam em letras garrafais que “UDR intimida com ameaças e tiros” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1989), ou “Encontro indígena sob clima de tensão” (A TARDE, 1989) no qual busca ressaltar que o atentado visava criar clima de animosidade entre os “índios e o Movimento Pró-Kararaô”.

A União Democrática Ruralista (UDR)¹⁰⁵ esteve por trás da criação do Movimento Pró-Kararaô e deu apoio financeiro para que o movimento contratasse com vários outdoors pela cidade com defesa do projeto de barragens e usinas. Neles estava escrito: “Ecologia com progresso e energia. Viva Kararaô! ”. Também foi responsável por comandar manifestação a favor da construção de Kararaô com 15mil pessoas (JORNAL DO BRASIL, 1989) ou com 10 mil pessoas (HOJE EM DIA, 1989).

Por sua vez, apoiadores dos povos indígenas, para contrapor essa publicidade favorável à construção da usina, fazem faixas para afixar pela cidade, além de grafitearem muros com os dizeres “estamos com os índios”, “Fora Kararaô” ou “Kararaô Não”, conforme

¹⁰⁴ Na mesma nota, o jornal O Dia ainda informava uma programação geral, com a celebração (Memyrykaty) Kayapó de boas-vindas, bem como debates sobre os projetos para construção de barragens e usinas no rio Xingu, no dia primeiro dia. No segundo dia, diretores da Eletronorte, técnicos do Ministério de Minas e Energia e assessores da Presidência da República fariam apresentações visando explicar pontos sobre os projetos. O terceiro e quarto dia estavam reservados às falas de lideranças Xicrin, Assurini, Arara, Parakanã, Arawete, Juruna, Xipaia, Kruai e Kayapó. No dia 24, haveria uma reunião na qual se elaborariam propostas para serem apresentadas ao governo federal.

¹⁰⁵ A União Democrática Ruralista foi responsável pela estratégia na luta na Constituinte para impedir que a reforma agrária entrasse no texto da Constituição Federal de 1988. Naquele mesmo ano 1989 do I Encontro de Indígenas no Xingu foi a principal articuladora de apoios para que Ronaldo Caiado, médico ortopedista e ruralista oriundo de uma família tradicional que governou no período coronelista o Estado de Goiás. E atualmente (2021) governador do Estado de Goiás.

mostrou um jornal impresso de Belém (O LIBERAL, 1989).

Na madrugada do dia anterior ao início do encontro, um grupo de pessoas favorável ao projeto passa de carro, em frente à chácara Betânia da Igreja onde indígenas e alguns ambientalistas estavam alojados, e dão cinco tiros com arma de fogo na direção do alojamento (JORNAL DE BRASÍLIA, 1989). Como além de indígenas e ambientalistas, as equipes de jornais, celebridades e autoridades do Brasil e de vários outros países já estavam na cidade, as notícias sobre aquela tentativa de homicídio e intimidação viajaram rapidamente para fora de Altamira. Rapidamente o mundo já tomava conhecimento do clima de conflito instalado na cidade. O conflito poderia sair do controle e se transformar em um confronto violento.

A principal celebridade, o famoso roqueiro Sting, chegaria no dia seguinte aos tiros no acampamento. As notícias chegaram ao conhecimento do ministro da justiça que ordenou o diretor-geral da Polícia Federal enviar policiais para reforçar a segurança do encontro e apurar a autoria dos disparos com arma de fogo (O LIBERAL, 1989).

O principal jornal paraense, conhecido por defender os interesses do governo e dos ruralistas, chegou às bancas no primeiro dia do encontro com notas em algumas de suas páginas afirmando que tantos apoiadores da usina, quanto indígenas e ambientalistas desejavam paz. Buscando condenar radicalismos e, com um tom publicitário, afirmava apoio do Governo Federal ao encontro em Altamira, “capital mundial da ecologia” (O LIBERAL, 1989).

Figura 6 - Jornal estampa foto com muro grafitado com as palavras “Kararáo Não” em uma edição que sugere “Acordo para manter a paz em Altamira”



Fonte: O Liberal. O recorte e conversão em imagem são do autor

No último dia do encontro, em 25 de fevereiro de 1989, o Correio Braziliense, por sua vez, cedeu uma página na qual faz um resumo do encontro, sugerindo sucesso na conscientização nacional e ressaltando terem passado por ali mais de setecentos guerreiros indígenas, bem como ambientalistas do mundo inteiro e lideranças de mais de “30 nações”, entre elas, Brasil, Estados Unidos, Canadá e México. O título principal da matéria diz que “Carta de Altamira condena hidrelétrica”. Chama atenção o fato de já não mais se referir à usina pelo nome indígena “Kararaô” e sim por Usina Hidrelétrica Belo Monte.

Esteve presente no evento uma comitiva de deputados federais¹⁰⁶ que se comprometeu a trabalhar para cumprir os capítulos da Constituição Federal sobre direitos indígenas. A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) foi, entre deputados presentes no encontro, quem mais ganhou destaque.

Foto 7 - Fotografia Emblemática do I Encontro de Indígenas do Xingu. Ginásio de Esporte. Altamira (PA). Ano 1989

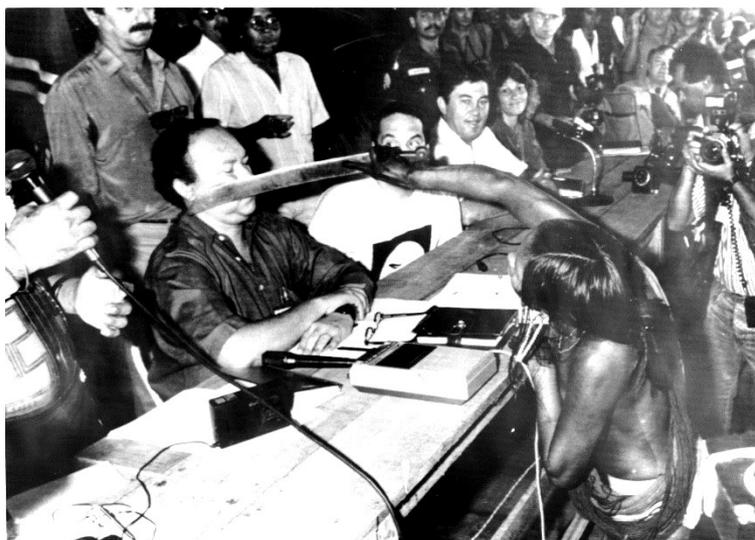


Foto: Potásio Nene

Teve as mãos beijadas pela indígena Tuíre Kayapó, prima de Bep'kororoti (Paulinho) Paiakã, que naquele evento protagonizou a cena cuja imagem se tornaria emblemática mundialmente. Trata-se da cena em que coloca a lâmina de seu facão no rosto de Antônio Muniz Lopes, diretor de planejamento e engenharia da Eletronorte na época (ver foto acima).

A deputada Benedita foi ovacionada por várias vezes. Especialmente quando se referiu aos indígenas como “os grandes ecologistas” que conhecem a Amazônia melhor do

¹⁰⁶ Estavam presentes ao evento os seguintes deputados federais: Thadeu França (PDT-PR), Nelton Friedrich (PSDB-PR), Fábio Feldman (PSDB-SP), Valdir Ganzer (PT-PA) e Benedita da Silva (PT-RJ).

que todos brasileiros. E também quando, dirigindo críticas à imprensa, disse que aquilo se tratava de “decisão política e não folclore”, bem como ao defender que a “causa indígena” precisava entrar em programa de governo de candidatos à presidência da república a fim de “impedir a cobiça sobre os territórios indígenas”. E ao final de sua fala, quando celebrava de mãos dadas com lideranças indígenas e recebia afagos da indígena Tuíre, outro cacique se aproximou da deputada, retirou o cocar de sua própria cabeça e colocou nela, parecendo coroá-la. Nessa hora o volume da saudação aumentou significativamente.

Na mesma página, o jornal ainda resalta um ato político que ambientalistas alemães fizeram, como forma de solidariedade e apoio à luta dos indígenas, em Frankfurt, de frente ao Deutsche Bank, para exigir que suspendesse uma remeça de milhões de Dólares ao Banco Mundial caso concedesse empréstimo para construir aquela hidrelétrica (CORREIO BRAZILIENSE, 1989).

Naquele encontro, foi Paiakã o responsável pela a tradução simultânea de alguns indígenas que pegavam o microfone para falar. Traduziu para audiência a fala da indígena Tuíre. Paiakã diz: “Tuíre é minha prima legítima. Ela veio dizer que é mentira. Você está contanto uma história que não vale nada, por que não diz nada. Por que não diz toda verdade lá na nossa aldeia. Agora vem falar só o que interessa a vocês e não a nós” (KRENAK, 1989).

Raoni, um dos principais idealizadores fez um discurso no microfone com um tom bélico que Paiakã traduziu: “eu queria dizer a todos que se o chefe de vocês, Sarney, continuar com plano dele de fazer barragem, eu vou fazer a guerra com ele”. Mas, ao contrário de seu tio Raoni, Paiakã buscou seguir uma linha mais diplomática, quando busca ressaltar pontos na carta escrita durante o encontro sobre terras indígenas:

Essa é nossa tradição. É nossa cultura enfrentar homem. Não é briga, uma guerra, um enfrentamento de peito. Não é uma briga, uma guerra como dizem que estamos fazendo. Nossa guerra acabou faz tempo. **Quem está fazendo a guerra**, como a gente pode falar, **é Irã e Iraque. No nosso país não tem mais guerra nenhuma.** Inclusive nós índios somos mais brasileiros que vocês, a gente não admite guerra nenhuma no nosso país [Fala de Bep'kororoti Paiakã no I Primeiro Encontro do Xingu, In: KRENAK, 1989. O grifo é meu].

E fecha sua fala reforçando que o território indígena serve de morada para antepassados, são territórios sagrados para os indígenas. É onde seus deuses moram, por isso mesmo não podem ser violados. Explica que florestas e rios são irmãos dos indígenas e encerra sua fala pedindo respeito à mãe natureza.

5.3.6. Grito de 1989 como desfecho: construção de Belo Monte é suspensa

A Norte Energia, empresa responsável pela construção e operação da Usina Belo Monte, apresenta uma cronologia histórica da construção da usina na qual justifica a paralização do projeto de construir a barragem e a usina no Xingu, no final dos anos 1989, por “divergências acerca do impacto socioambiental levaram à suspensão do financiamento da obra” (NORTE ENERGIA, 2021).

Já o engenheiro José Antônio Muniz Lopes que era diretor de operação da Eletronorte por indicação do Presidente José Sarney, na época do I Encontro de Indígenas do Xingu, falou com o jornalista Rafael Cariello, quase duas décadas e meia depois daquele evento sobre a construção da barragem e sobre aquele encontro no qual foi produzida a foto emblemática com a indígena Tuíre Kayapó. Sobre o ato ocorrido no “ginásio velho, cheio de gente” em que a indígena encostou a lâmina do facão em seu rosto, Muniz Lopes disse “eu falava, e o Paulinho Payakã traduzia [...]. Alguns homens e mulheres iam até a mesa e batiam no meu peito. Encostavam a borduna em mim”. E buscou ressaltar não ter sentido medo das ameaças, por ter ido para o encontro bem orientado por antropólogos conhecidos dele. Segundo o engenheiro, os antropólogos o aconselharam que certamente sofreria pressão durante o encontro de modo que precisaria aguentar firme e não demonstrar medo. E foi isso que disse ter feito: “segurado firme” (CARIELLO, 2013).

José Antônio Muniz Lopes chegara à cidade de Altamira munido de duas notícias “boas” que, certamente conforme acreditava, agradariam indígenas e também ambientalistas. O governo e Eletronorte havia mudado o projeto para não construir mais seis barragens e seis usinas no rio Xingu. Apenas uma única hidrelétrica seria construída na Volta Grande do Xingu.

E para atender a demanda dos indígenas que acusaram ser ofensivo usar palavra indígena Kararaô para nomear uma hidrelétrica indesejada em seus territórios, excluíram esse nome e a usina, a partir daquela data, passaria se chamar Hidrelétrica Belo Monte. Mas nem mesmo essa notícia foi capaz de arrefecer os ânimos durante o encontro. Três indígenas falaram ao microfone diretamente ao engenheiro Muniz Lopes e outros representantes da Eletronorte e do governo que estavam ali.

Bep'kororoti (Paulinho) Payakã traduziu a fala de sua prima Tuíre que disse ser aquelas falas inverdades, “uma história que não vale nada”. Outro cuja fala Paiakã traduziu foi de seu próprio tio Kraõ, cacique Kayapó da aldeia Gorotire. Ele dirigiu sua fala diretamente ao “Dr. José Antônio Muniz da Eletronorte” durante a qual ressalta “ser uma pessoa antiga”

com “tradição pura” que nasceu e cresceu na floresta, morou no rio, por isso não admite construir barragens que destrua sua cultura. E a fala que me chamou mais atenção foi a de Yté Kayapó, também tio de Payakã, por buscar demonstrar diferenças entre a racionalidade prática desenvolvimentista ou predatória dos “brancos” e a racionalidade prática amazônica dos povos indígenas:

Vocês que estão sentados aí na frente, será que vocês estão considerando [que] a gente é o quê, para construir a barragem? Como que vocês estão vendo nós índios aqui? Vocês acham que a gente fica isolado lá para vocês fazerem a barragem? Eu não sei o que significa energia, porque nós não entendemos essa energia. Eu fui criado junto com a minha mãe. Minha mãe me criou com a caça, pesca, mel de abelha e palmito. Nós vivemos dessa nossa comida na floresta. Vocês que estão interessados de construir essa barragem por que não consultam nós? Por que não chamam nós? Por que não ouvem nós índios? Eu não admito a construção de barragem nenhuma! [Fala de Yté Kayapó, I Encontro de Indígenas do Xingu em Altamira (PA), 20 de fevereiro de 1989, tradução de Bep'kororoti Paiakã. In: KRENAK, 1989, de 14min10seg a 16min20seg]

O engenheiro chegou a admitir que o Banco Mundial interrompeu o empréstimo para construir a obra na época. Mas não reconhece a suspensão do projeto, na época, ao grito em forma de luta político dos indígenas com apoio de ambientalistas brasileiros e estrangeiros. A causa principal da paralisação foi econômico-financeira: “o país estava quebrado e por isso parou tudo”. Acredita que a barragem e a usina apenas não foram construídas porque tanto o governo federal quando o setor elétrico estava quebrado, sem recursos próprios para aquelas obras e muitas outras obras de infraestruturas.

Muniz Lopes esteve naquele encontro de Altamira, como representante da Eletronorte que foi convidada pelas lideranças indígenas. Sua missão ali era explicar os motivos pelos quais a Eletronorte e governo precisavam fazer barragens e usinas no rio Xingu. Mas, para as lideranças indígenas, não conseguiu esclarecer nenhuma das dúvidas, nem mesmo por que o governo planejara a barragem para o Xingu.

O engenheiro parece subestimar o poder da mobilização dos indígenas e acaba fazendo uma reflexão, de certa maneira, anacrônica, já que na época em que concedeu a entrevista ao jornalista não fazia muito tempo que tinha deixado o cargo máximo no organograma da maior empresa pública de energia do país¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Muniz Lopes fez sua análise em 2013 quase 25 anos depois daquele I Encontro de Povos Indígenas em 1989, na ocasião em que era diretor de transmissão da Eletrobrás. Assumiu essa diretoria depois de ter sido presidente dessa empresa pública de eletricidade entre os anos 2008 e 2011, período em que a Eletrobrás solicita ao IBAMA uma licença prévia da obra, em 2009, que a concede no seguinte, em 2010. Neste último ano foi quando aconteceu o leilão de concessão, promovida pelo governo federal, para construção e operação por 35 anos da usina hidrelétrica de Belo Monte. E em 2011, quando o IBAMA autorizou iniciar as obras para construção da barragem e usina ao emitir licença de instalação. (Voltaremos a esse assunto mais a frente).

No entanto, no encontro em 1989, ele era visto mais como um técnico, pelas lideranças indígenas, sem condição de atender a demanda deles naquele evento. Não era alguém em condição de dar uma explicação política das razões pelas quais o governo brasileiro precisava construir barragens e usinas, e mais claramente, naqueles pontos no rio Xingu. Esse foi o equívoco que Muniz Lopes talvez não se tenha dado conta.

Em seu programa na Rádio USP, no dia 12 de março de 1989, que foi ao ar dezenove dias depois do I Encontro de Indígenas do Xingu, Ailton Krenak reflete sobre assimetria na relação política que ocorreu naquele evento (KRENAK, 1989). As lideranças indígenas enviaram convite para o titular do cargo máximo da hierarquia do poder executivo, o presidente da república José Sarney, e também para autoridades do primeiro escalão do governo federal como o ministro de minas e energia, bem como outras autoridades de escalões inferiores, como o IBAMA. Entregaram e protocolaram os convites em cada órgão do governo federal em Brasília no mês de novembro do ano 1988. Nem o presidente, nem mesmo seus ministros compareceram. De maneira geral, a grande maioria dos representantes do governo que foram convidados não compareceu, nem enviou representante, mas apenas Fernando Cesar Moreira Mesquita, presidente do IBAMA, o qual os indígenas disseram não ter “nenhuma competência para explicar o projeto do setor energético”¹⁰⁸.

Krenak ressalta que os povos indígenas enviaram para aquele encontro líderes de suas aldeias com mais autoridades, enquanto o governo federal enviou técnicos sem capacidade e sem poder político para negociar com as maiores lideranças indígenas.

Todavia, deram sequência ao encontro, aproveitando a presença de celebridade como o roqueiro famoso Sting, a mensagem de saudação que o cantor Milton Nascimento enviou para encontro, os cerca de trezentos ambientalistas e cento e cinquenta jornalistas distribuídos em várias equipes de comunicação para dar visibilidade a demandas como a campanha nacional em defesa dos povos e da floresta amazônica que foi lançada no último dia daquele I Encontro e a exigência dos indígenas para projetos de desenvolvimento para a Amazônia fossem abortados ou revistos. Também ali produziram a Declaração Indígena de Altamira.

Na opinião de Krenak, teve uma potência pela capacidade de mobilização e difusão das ideias dos indígenas sobre a floresta que seriam apropriadas por muitas pessoas que vivem em áreas urbanas, muito distante da floresta. E mesmo as principais autoridades brasileiras não

¹⁰⁸ Também esteve no evento o chefe máximo do executivo municipal, o prefeito de Altamira Armindo Denadin. E também representantes de poderes legislativos como vereadores de Altamira e outros municípios, bem como representantes da Câmara dos Deputados sobre os quais falamos acima.

comparecendo, aquele encontro foi importante, por permitir interagir de certa maneira com a sociedade brasileira e marcar presença na opinião pública mundial.

Mas não é possível subestimar a repercussão internacional da luta indígena e sua influência no bloqueio de alguns fundos de financiamento, como do Banco Mundial que resolveu atender ao apelo dos ambientalistas em apoio a luta dos povos indígenas. No final dos anos 1980, o vento estava favorável aos Kayapó que conseguiram muitas vitórias, com demarcações e reconquistas de territórios.

A luta indígena ainda estava colhendo frutos do clima de redemocratização e dos trabalhos da constituinte. O I Encontro de Indígenas do Xingu aconteceu nessa onda de acontecimentos. E foi, como disse Ailton Krenak, tão potente que acabou se tornando um marco histórico na luta indígena e socioambiental no Brasil e no mundo.

O grito de 1989 tornou-se um marco do socioambientalismo no Brasil e no Mundo introduzindo novas maneiras de fazer a luta política. E se traduziu em conquistas. O plano de construir a barragem e a usina foi interrompido. Apenas em 1994, o projeto sai da gaveta e sofre uma revisão nos estudos de viabilidade, já atendendo a nova racionalidade prática desenvolvimentista sustentável em ascensão no Brasil naquela época.

A Eletronorte propõe a redução de área inundada e se compromete a não inundar nenhum território indígena. A remodelação no projeto visa tornar-se mais tolerável aos indígenas, ambientalistas e investidores estrangeiros. Então, naquele ano mesmo a Eletronorte o apresenta ao DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica) e à Eletrobrás com redução de 1.225 km² para 400 km² no reservatório da usina que evitará inundar o Território Indígena Paquiçamba.

5.4. Rumores dos anos 1990 com projeto de barragem na gaveta

Num contexto de forte tensão e conflito político-econômico, bem como com a nova conduta desenvolvimentista sustentável se tornando vigente na Europa e nos EUA e em ascensão no Brasil, o cenário tornara-se desfavorável para a execução de uma obra de tamanha magnitude. O projeto vai para gaveta, ao longo dos anos 1990, saindo silenciosamente depois de cinco anos do I Encontro de Indígenas do Xingu em 1989.

O projeto de barragem e usina no rio Xingu é retirado da gaveta em 1994 para serem feitas algumas alterações e se adaptar às novas práticas desenvolvimentistas sustentáveis em

vigência no mundo e em ascensão no país. Assim poderia evitar as intensas resistências de ambientalistas e investidores estrangeiros, especialmente, na quantidade de área inundada.

Foi sugerida uma redução de dois terços no tamanho total da barragem de um mil e duzentos e vinte e cinco quilômetros quadrados para quatrocentos quilômetros quadrados. Após as modificações feitas para evitar inundar terra indígena como a Paquiçamba, o projeto é reenviado para apreciação do DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica) e da Eletrobrás. Em 1996, a Eletronorte e Eletrobrás juntas enviam um pedido a nova Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), criada naquele ano mesmo no governo Fernando Henrique Cardoso, de autorização para fazer estudos complementares acerca da viabilidade do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte com a dimensão da barragem reduzida em dois terços.

Na virada do século, especialmente a partir de 1999, o plano de construir a hidrelétrica Belo Monte é retomado com a força de uma iniciativa de integração entre países da América do Sul. Esse novo passo político-estratégico se articula, nos anos 2000, sob a sigla IIRSA¹⁰⁹. Com ele, vários projetos, como da hidrelétrica Belo Monte, começaram a deixar o curso silencioso em que tramitavam em regime de segredo de Estado para se articularem em uma nova força política agenciada no encontro da Cúpula de presidentes de países sul-americanos¹¹⁰.

Nesse novo cenário, o plano de construir uma usina no rio Xingu é retomado, mas agora dentro de projeto político-econômico estratégico no curso de uma rede mais ampla de desenvolvimento endossado por uma integração entre Estados-Nações com participação efetiva do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)¹¹¹.

Como se pode interpretar, não se trata, portanto, de uma estratégia de governo, mas de um projeto de Estado brasileiro que, desde os anos 1950, vinha perpassando forças políticas

¹⁰⁹ A IIRSA é um fórum técnico para temas ligados a planejamento da integração física regional sul-americana do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) que é uma instância vinculada a União de Nações Sul-americanas (UNASUL).

¹¹⁰ Os países sul-americanos são Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

¹¹¹ O BID e seus parceiros identificam três eixos com maior fluxo de intercâmbio na América do Sul: (1) integrar para melhorar o comércio na Região, (2) apoiar cadeias produtivas para alcançar competitividade nos mercados mundiais e (3) criar uma vértebra logística que reduza os “custos sul-americanos”, facilite o fluxo de mercadorias e insira as empresas sul-americanas na economia global. Vale a pena conferir <http://www.iirsa.org>. Com a colaboração da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), o BID financia um estudo a partir do qual delinea um plano de ação rapidamente entregue ao IIRSA, no qual sugeria eixos de integração e desenvolvimento para América do Sul.

que estiveram à frente dos governos até o início do século XXI (CARVALHO, 2010)¹¹² (COELHO, MIRANDA, *et al.*, 2010) (PAIM, 2003). A criação da IIRSA ocorre poucos meses depois do lançamento de um plano de expansão do setor elétrico para a primeira década do século XXI (MME, 2000), em resposta urgente ao apagão de energia elétrica ocorrido, em 1999, no Brasil em onze unidades da federação e no país vizinho, o Paraguai. Esse plano alertava sobre o crescimento da demanda de energia elétrica diante das previsões de crescimento da economia na década. O Governo Fernando Henrique Cardoso diante de eminência de um novo apagão, no ano 2001, lança mão de uma campanha de racionamento propalada pelos meios de comunicação.

5.5. Rumores dos anos 2000 e a promessa de construir a Usina Belo Monte

No ano 2002, aconteceram as eleições no Brasil entre elas, a eleição para Presidente da República. Como era de esperar o tema do apagão elétrico no governo FHC estaria na agenda das eleições de 2002, em programas de governo, ensejando debates.

Ao longo daquele ano, economistas escreviam em jornais impresso ou apareciam frequentemente na televisão para alertar sobre o que o novo governo precisaria fazer para conquistar crescimento econômico no país. Eram ouvidos para comentar o tema do crescimento confrontado com uma hipótese eminente de um novo “apagão” no Brasil nos próximos anos. No âmbito de um intenso debate que aconteceu naquele ano, a opinião pública, no geral, expressava posição contrária à instalação de usinas nucleares, no entanto favorável a um aproveitamento de um intitulado “grande” potencial hidrelétrico do Brasil.

O Operador Nacional do Sistema (ONS) tinha sofrido duras críticas pela dificuldade de restabelecer o sistema de energia elétrica, após o blecaute, obrigando o racionamento. Os setores favoráveis às privatizações aproveitaram uma onda de privatização naquele governo para advogar a favor da inclusão na agenda de concessão de usinas hidrelétricas, com a justificativa de que a iniciativa privada seria mais competente e, por isso, não deixaria repetir

¹¹² CARVALHO (2010) cogita ainda que os grandes projetos de infraestrutura visam proporcionar às grandes empresas, não apenas melhor acesso às áreas onde se encontram expressivos estoques de madeira com alto valor comercial, mas especialmente o acesso da complexa biodiversidade da Amazônia como, por exemplo, minérios (petróleo), água, plantas para indústria farmacológica e terras que viabilizem o cultivo da soja. E uma das formas de acesso seria através de lobby junto ao Governo Federal, governo Estadual e Congresso Nacional para que criem normas e regulamentos que o legalizem.

os “apagões”. Aqueles que eram contrários a privatização de empresas do setor elétrico buscavam valorizar a experiência adquirida pelo Estado brasileiro, durante mais de um século, na produção, operação e distribuição de energia elétrica (FARIA, 2004).

O projeto de Belo Monte foi tema nos debates nas eleições majoritárias de 2002. Candidatos discutiram sobre a viabilidade socioambiental e demandas por energia elétrica do mercado interno, entre outros. Luiz Inácio Lula da Silva durante a campanha admitiu implementar o projeto da Belo Monte. Todavia, ressaltava, para não criar forte rejeição de ambientalistas, que se fosse eleito exigiria modificações no projeto para mitigarem impactos ambientais e abrandarem conflito com indígenas e ambientalistas.

Essa admissão de candidato Lula da Silva foi suficiente para, após sair vencedor das eleições e assumir seu primeiro mandato como presidente do país, acender uma alerta em ambientalistas de esquerda mais alinhados ao Partido dos Trabalhadores que fizeram inclusive campanha durante as eleições ao presidente Lula. A maioria dos militantes que fizeram, ao longo de sua vida de luta, oposição à construção de barragem no rio Xingu trabalharam intensamente na campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, conforme me contou em entrevista, durante meu trabalho de campo em 2016, Antônia Melo, histórica militante e maior símbolo de resistência nos movimentos sociais à construção da Usina Belo Monte.

E diz que membros de movimentos sociais de Altamira e praticamente de toda bacia do rio Xingu entraram pesadamente na campanha de Lula à presidente em 2002, por acreditarem que, com a vitória de um governo de esquerda, haveria esperança da construção da hidrelétrica Belo Monte não ser implementada.

Mas foi somente após Lula ser reeleito em 2006, no início do segundo mandato em 2007, que promessas e rumores começam a receber um tom de realidade. Nas falas públicas, durante o lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), o presidente Lula busca ressaltar as diretrizes que já constavam no plano de governo com o qual foi reeleito no ano anterior. O projeto de instalação da hidrelétrica Belo Monte integrava com destaque o PAC, por ser considerada uma obra prioritária e necessária ao país.

O ministro de Minas e Energias vai à público defender a necessidade de a União construir mais trinta usinas hidrelétricas por receio de acontecer um novo desabastecimento de energia, semelhante àquele durante o governo de FHC. Já o presidente Lula, por sua vez, em seu discurso na “cerimônia alusiva à visita às obras da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó”, em outubro de 2007 no Estado Catarinense, direcionou sua fala aos empresários presentes nos seguintes termos: “de 2007 a 2010, está prevista a construção de 62 hidrelétricas no valor de

33 bilhões de reais...” (PRESIDENTE LULA, 2007, p. 04).

Em seu discurso aponta um gap de trinta anos, desde o “governo Geisel, que foi o último governo que planejou este País, que teve obra de infraestrutura de envergadura” (Idem, p. 03). Na opinião do presidente Lula, emergiu na sociedade uma consciência ambiental cuja consequência foi a produção de leis e mais fiscalização ambiental que impediriam construir as hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí com a dimensão de suas barragens.

Lula defende a construção de usinas, buscando limpar obstáculos. Segundo ele, o governo ficou por vinte anos proibindo não somente de construir usinas hidrelétricas, mas também de fazer estudos: “somente agora, depois de muita briga, de muita conversa, é que conseguimos liberar a possibilidade de fazer estudos para construir Belo Monte” (IBID). Cita o “apagão” que ocorreu em 2001 durante o governo de seu antecessor como um caso evitável, já que o Brasil tem muita água para produzir “energia puramente limpa, energia barata e energia que pode ser explorada por muito tempo” (IDEM, p. 04), para então lançar uma escolha infernal, com produção de energia “limpa” a partir de hidrelétricas ou com usinas nucleares, termoelétricas à carvão ou a óleo diesel, ou também com biomassa.

Naquele ano de 2007, vários antigos militantes de movimentos sociais ambientais que tinham integrado o governo Lula posicionado ideologicamente à esquerda, acreditando estar governando o país, ainda pensavam se tratar apenas de uma promessa do governo. Talvez, por isso, vários antigos militantes de movimentos sociais que faziam parte do governo, quanto outros que continuavam nos movimentos sociais que eram contrários à execução da obra, não considerassem a possibilidade de serem “atropelados” pelas decisões do Governo Lula.

Várias lideranças demonstravam, portando, forte convicção de que a hidrelétrica Belo Monte não receberia o licenciamento que permitisse sua construção no Xingu. Permaneceria mais uma vez apenas no papel. Se o governo tentasse tirar do papel, haveria uma grande reação, com apelo mundial. E, na crença segundo a qual o governo somente funciona com o povo mobilizado, assim novamente, com grandes protestos, seria obrigado a conduzir o projeto à gaveta. Um dos militantes foi categórico: “nós já discutimos isso. Não há porque negociar. Nós temos certeza que o projeto não vem” (FARIA, 2004, p. 363). No entanto, Faria questiona a fala de seu entrevistado, fazendo um adendo segundo o qual considerando as características brasileiras, duvidava que essas lideranças de movimentos sociais acertassem no prognóstico dessa vez.

Embora a construção de Belo Monte fosse concebida como um projeto de

infraestrutura vinculado ao PAC do Governo Federal, pareceu importante desviar o foco da imagem de mais um programa de governo, reorientando o olhar, a fim de buscar percebê-lo dentro de um plano mais amplo, um projeto de Estado e não de governo. Já que há o projeto dessa obra de infraestrutura se interconectar a interesses de Estado que se justapõem a um plano em conjunto de Estados-nações no continente sul-americano.

Em janeiro de 2007 aconteceu, portanto, o lançamento do primeiro PAC a partir do qual foram revogados discursos de desenvolvimento e progresso para justificar grandes projetos de infraestrutura na Amazônia¹¹³ a fim de integrá-la a outras regiões do Brasil, como também a outros países da América do Sul, conforme já discuti acima sobre a relação de um desses projetos com o plano de ação do IIRSA.

O projeto da Belo Monte foi, portanto, retomado, inclusive com as várias alterações¹¹⁴. O projeto reestruturado propôs uma redução na área de inundação inicialmente prevista para construção do lago da usina para não alagar duas áreas indígenas localizadas na Volta Grande do Xingu, o Território Indígena Juruna do Paquiçamba e o Território Indígena Arara. O novo projeto propunha a redução do reservatório de 1.200 km² para 516 km² para não atingir esses dois territórios indígenas.

A saída foi desviar aproximadamente cem quilômetros no Rio Xingu para um canal construído em um espaço ocupado por florestas e assentamentos de pequenos agricultores, entrecortados por trechos da rodovia Transamazônica (BERMANN, 2012). Assim, seria possível driblar a Constituição Federal que impede remoção das populações indígenas sem consulta prévia e a aprovação do Congresso Nacional. Para (MELLO, 2013), mesmo com essas modificações, os ribeirinhos e indígenas seriam prejudicados (como foram e sobre isso falaremos mais à frente), pois teriam seu rio esvaziado. O desvio provocaria uma drástica diminuição da vazão do rio que inviabilizará as condições de existência dessa população que depende dele¹¹⁵.

¹¹³ Vale a pena citar alguns exemplos de projeto: Usinas de Belo Monte, de São Luiz do Tapajós e de Jatobá no Pará, Usinas de Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira, em Rondônia, Hidrovia Rio Madeira, Linha de transmissão de Tucuruí sentido Nordeste e “linhão” Norte/Sul, Gasodutos Urucu-Porto Velho e Coari-Manaus, Pavimentação das BR-230, BR-163 (Cuiabá-Santarém) e Transamazônica, entre outros. Para mais informações vale a pena conferir (COELHO, MIRANDA, *et al.*, 2010), (BERMANN, 2012) e (CARVALHO, 2010), além de <www.iirsa.org>.

¹¹⁴ O projeto técnico incluído no interior do plano de metas do IIRSA seria aquele cujo desenho sofreu várias mudanças na denominação e no redimensionamento. Foram feitas alterações que visavam reduzir impactos físicos e socioambientais, contornar a legislação e a resistência política dos grupos étnicos, das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais, e assim tornar o projeto mais palatável a ambientalistas e mais atrativo aos investidores estrangeiros.

¹¹⁵ Parecendo uma profecia autorrealizável, já que agora em junho de 2021, o MPF entrou com uma ação para

5.6. O Grito de 2008 por um Xingu Vivo para Sempre

Novamente, as lideranças de movimentos sociais de Altamira se deram conta que precisavam agir rapidamente para evitar a construção da hidrelétrica Belo Monte. Lideranças indígenas, não perderam tempo, procuram rapidamente seu tradicional aliado de sempre, o emérito bispo do Xingu Dom Erwin, para pedir apoio em um novo encontro com as mesmas dimensões do Encontro de Indígenas do Xingu que ocorreu em 1989.

Encontraram-se na chácara Betânia da Prelazia do Xingu, em junho de 2007, com Dom Erwin, padres, bom como com outras lideranças de movimentos sociais da região, como por exemplo, Antônia Melo. Reuniram-se ao longo de dois dias e ficou decidido que o segundo Encontro de Indígenas do Xingu ocorreria no início de 2008 (KRÄUTLER, 2008) e (BRUM, 2012).

Ao final daqueles dois dias de reuniões, os participantes decidiram fazer um último ato para prestar homenagem aquele pelo qual estavam lutando pela vida, o rio Xingu. Todos se dirigiram para a orla do rio, onde dariam uma demonstração de como seria o segundo encontro do Xingu.

Foto 8 - Encerramento do Encontro de Indígenas do Xingu. Altamira, 2008



Foto: Marcelo Salazar

exigir que a Norte Energia libere águas do rio Xingu, porque desde 2019 vinha gerando impactos graves à vida na Volta Grande do Xingu, com morte de peixes, bem como desequilibrando o ecossistema e prejudicando ribeirinhos locais. E a Justiça Federal suspende o desvio do curso do rio por ser abusivo, obrigando a Norte Energia liberar uma vazão de água que garanta a sustentabilidade na Volta Grande do Xingu.

Quando vários indígenas cantavam, dançavam e entoavam palavras de ordem na orla do rio Xingu, surge, na avenida João Pessoa que margeia o rio Xingu na cidade de Altamira, em cima de um caminhão de som, um cacique Kayapó. Com microfone na mão busca chamar atenção de moradores da cidade e animar participantes do encontro que se aglomeravam reunidos na orla ao lado do rio.

Preocupado com seus antepassados e o futuro dos povos indígenas, ao microfone, o cacique fazia apelo contra hidrelétrica. Insistia em pronunciar que “não permitiremos que as sepulturas de nossos ancestrais vão para o fundo”, e com a questão “o que será de nossas crianças” refletia sobre o futuro dos povos indígenas se matassem o rio Xingu.

O som dos gritos em cima do caminhão ressoa ao longo do trecho do rio na cidade de Altamira. Na orla, mais próximos ao rio, indígenas, membros da Igreja e ambientalistas de movimentos sociais presentes entoavam palavras de ordem pela vida do rio. Gritavam em coro: “Xingu Vivo, Xingu Vivo, Xingu vivo”. Em um certo momento, conforme lembram lideranças de movimentos sociais presentes, após gritos de “Xingu vivo”, alguém completou com um “para sempre”. Assim o grito de “Xingu vivo” se transformava em “Xingu vivo para sempre” ressignificando a luta não apenas pela existência do rio Xingu no presente, mas por um rio permanentemente vivo.

Foto 8 - Encontro Xingu Vivo para Sempre. Altamira (PA), 2008



Fonte: ISA. Foto: Marcelo Salazar

Essas reuniões em junho de 2007 recuperam a reunião na Aldeia Gorotire, em novembro de 1988, quando lideranças articularam e lançaram o nome do primeiro “Encontro de Indígenas do Xingu”, responsável por simbolizar o grito de 1989, para lançar o nome de um movimento político que simbolizaria a resistência ao projeto da Usina Belo Monte, qual

seja, o Movimento Xingu Vivo para Sempre.

O segundo Encontro de Indígenas da Região do Xingu agrega apoio de outros movimentos sociais da região para lançar um grande movimento social com o nome do encontro que acontece, em Altamira, entre os dias 19 e 23 de maio de 2008.

Xingu Vivo para Sempre simbolizava um movimento social que surge da luta de indígenas e no qual integrava vários outros que faziam resistência à construção da Usina Belo Monte. Integraram a ele alguns militantes que tinham ligação com o Partido dos Trabalhadores.

Foto 9 - Encontro Xingu Vivo para Sempre. Altamira (PA), maio de 2008



Fonte: Flickr. Foto: Verena Glass

Antônia Melo me falou um pouco sobre as confluências de forças que surgiram ao longo dessa trajetória de luta contra a Usina Belo Monte, por políticas públicas para o espaço da bacia do rio Xingu e por vários direitos, especialmente os direitos humanos. Melo, como é conhecida no movimento Xingu Vivo para Sempre e por muitos pesquisadores que passam por Altamira, foi uma das protagonistas no grito de 2008 por um Xingu Vivo para Sempre que, após um encontro com nome homônimo, se transformaria em um movimento social do qual se tornaria coordenadora com apoio do bispo do Xingu Dom Erwin¹¹⁶.

¹¹⁶ O bispo não apenas apoiou a criação de um movimento social, como buscou condições para que institucionalizasse com salas para reunião e trabalhos burocráticos no prédio da Prelazia do Xingu. Foi na condição de coordenadora do Movimento Xingu Vivo para Sempre que conversei com ela durante meu trabalho de campo em 2016. Melo também contou sobre seu período escolar quando estudou na Escola Maria de Mattias, uma escola de freiras. Entrou nessa escola com 9 anos de idade e estudou até à 8 série. Foi trabalhar como professora na zona rural. No ano que trabalhava como professora sonhava toda noite com a Escola Maria de Matias. Após um ano como professora retornou à Altamira para cursar magistério nessa mesma escola. Depois disse que passou a se envolver com os casos das mulheres assassinadas, depois com o caso das crianças

Ela não nega os créditos das lideranças Kayapó na articulação, na opinião dela “o povo mais guerreiro da bacia do rio Xingu”, da organização do encontro de 1989. Mas ressalta que não foi apenas o movimento indígena que se reuniu para chamar atenção do governo e dizer que não aceitariam barramento do rio Xingu em território indígena, mas também o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST) da qual participava quando ocorreu aquele encontro, porque já existia desde 1987. Esse movimento posteriormente se transforma em Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu, ao notar que a luta no movimento não seria apenas pela “sobrevivência” na região da Transamazônica e Xingu e sim “viver”.

Várias lideranças do MPST já vinham de luta desde o início dos anos 1980, quando buscavam mostrar os erros dos governos militares com a construção da Rodovia Transamazônica. Levaram famílias para aquele espaço do Estado do Pará para deixá-las sobreviver à própria sorte na Amazônia. Melo conta que não fizeram políticas públicas para migrantes que chegavam em busca de terra ou para fazer a vida (buscar ascender, deixando a situação de pobreza que vivia, quase sempre no Nordeste).

Defendiam, portanto, que abandoná-los também seria um erro, porque seriam lançados miséria, a mais violências, na busca de sobrevivência acabariam empurrados para ilegalismos como tráfico de pele de animais silvestres, garimpo e venda de madeira produzindo mais desmatamento.

Esse movimento nasce nos anos 1980 e vai, aos poucos, efervescendo da região da Transamazônica e Xingu. Apoia a luta dos povos indígenas em 1989 e várias outras na cidade e no campo. Nos anos 1990 direciona a luta por direitos, especialmente políticas públicas de saúde, educação, crédito para trabalhadores, estradas etc. O movimento foi também revelador de novas lideranças, muitas das quais se tornariam vereadores, deputados estaduais, deputados federais e prefeitos de municípios na região.

No final dos anos 1990, com o apagão em seu governo, o presidente FHC anuncia que construiria o complexo hidrelétrico de Belo Monte. As lideranças políticas se reuniram para discutirem uma estratégia de luta para não deixar isso acontecer. Até aquele momento, nem Eletronorte, nem o governo tinha consultado indígenas, e muito menos qualquer outra pessoa no espaço do Médio Xingu.

emasculadas está nessa luta até agora. Melo conta que foi ela que introduziu esse estilo de usar saias longas em Altamira no início dos anos 1990. Ela enchia o saco de juizes, de delegado, ia na câmara ou na prefeitura. Era tratada por "mulher da saiona desocupada".

Lideranças de movimentos sociais convidam representantes indígenas da bacia do Médio Xingu, lideranças de comunidades ribeirinhas da Terra do Meio, do Riozinho, do Rio Iriri, enfim, de todo Médio Xingu. Depois de três dias de encontro, é aprovada a criação de um grande movimento ao qual nomeiam de Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu. O objetivo não era apenas sobreviver no Médio Xingu, mas também desenvolver.

Todavia, Antônia Melo contou um equívoco na escolha desse nome, quando usaram o termo “desenvolvimento” em cujo sentido não fazia parte o “monstruoso desenvolvimento” que “mata” um rio para construir barragem para a Usina Belo Monte. O desenvolvimento que desejavam do governo federal era investimento em atividades que as pessoas já exerciam, para melhorarem sua rentabilidade, sem prejudicar o rio e a floresta. Políticas de créditos e cursos de formação para pescadores, agricultores familiares, extrativistas etc. Considerando que vários dessas lideranças eram professores e, por isso valorizavam educação, cursos de formação, penso que o sentido de desenvolvimento seria o de “se desenvolver”. As pessoas ampliam seus conhecimentos do mundo e, com isso, fazem suas atividades práticas com melhor qualidade, mais desenvoltura de modo a melhorar a rentabilidade. As políticas para o desenvolvimento que tinham no horizonte eram em forma de linha de crédito, investimento em tecnologia e cursos de qualificação.

Desse grande movimento que surgiu, um grupo de cinco pessoas, dentre os quais quatro sindicalistas e a Antônia Melo, a única mulher do grupo, demonstrou maior interesse em priorizar especificamente a defesa do rio Xingu e a defesa de povos indígenas, ribeirinhos, caboclos e agricultores familiares. Impedir a construção de barragem no rio Xingu era a principal bandeira do movimento. As cinco lideranças fecharam um acordo em novembro do ano 2000.

No entanto, menos de um ano depois, pistoleiros assassinaram em 25 de agosto de 2001, a principal liderança do grupo, Ademir Alfeu Federicci, mais conhecido como Dema. Ele já vinha incomodando ao fazer denúncia sobre garimpos ilegais e corte de árvores para venda de madeira ilegal dentro de territórios indígenas. Muitos desses que praticavam esses ilegalismos também eram aqueles que fizeram parte desde 1989 do movimento “pró-Kararaô”. E Dema era quem liderava uma intensa campanha contra a construção da barragem. Silenciaram uma liderança política com um crime de sangue, um crime hediondo. E isso refletiu diretamente nos outros quatro membros do grupo sobre até que ponto valeria a pena continuar com essa luta no Médio Xingu. Mas decidiram continuar até para não deixar que a

morte de Dema fosse em vão.

Os anos foram se passando e a construção da usina cada vez mais começava a aparecer no horizonte, mesmo com vários laudos de especialistas demonstrando a inviabilidade desse projeto.

Foto 10 - Encontro Xingu Vivo para Sempre. Altamira (PA), dia 20 de maio de 2008



Fonte: Flickr. Foto: Verena Glass

Estavam na metade do ano 2007, quando os indígenas Kayapó, contou-me Antônia Melo, procuraram Dom Erwin, outras lideranças e ela mesma. Queriam ajuda para realizar um grande encontro, com a presença de executivos do governo federal, no qual transmitiriam o recado de que não aceitavam barragem na bacia do rio Xingu onde estão seus territórios indígenas e de outros parentes. Na versão da Melo, esse encontro foi realizado por movimentos sociais e povos indígenas conjuntamente.

O encontro aconteceu de 19 a 23 de maio de 2008 e nenhuma autoridade do governo federal apareceu, ignorando completamente. O único que esteve no encontro foi o diretor da Eletronorte.

Todavia, na opinião de Antônia Melo, o encontro teve resultados positivos e atingiu o objetivo principal que era enviar recado ao governo, através de uma carta que foi produzida no encontro, de que os povos indígenas e povos tradicionais da bacia do Xingu não aceitariam barragem no rio Xingu. No final daquele encontro, as próprias lideranças indígenas decidiram que o nome Xingu Vivo para Sempre adotado para o encontro passaria nomear todo movimentos políticos na bacia do rio Xingu que fazem a defesa do rio, dos povos indígenas, da floresta e da vida.

Esse grande movimento intitulado “Xingu Vivo para Sempre” idealizados por lideranças indígenas, na concepção de Antônia Melo, preocupou o governo federal. Tratava-se de um movimento político constituído por indígenas da bacia do rio Xingu cuja a maior parte do espaço é composto por territórios indígenas. Autoridades do governo, bem como executivos de empresas públicas e privadas recuaram inicialmente por temor novamente de uma forte oposição na opinião pública internacional e assim criar indisposição em investidores internacionais.

Foto 11 - Tuíre Kayapó Entrega Carta ao Juiz Federal Marco Campelo com reivindicação para não deixar construir barragem e usina hidrelétrica no rio Xingu. Altamira (PA), 2008



Fonte: ISA (Instituto Socioambiental) Foto: Verena Glass

O governo federal recua para refletir e encontrar estratégias que o permitisse prosseguir com o plano. E, parece se decidir pela tática de dividir para enfraquecer e dominar. Cria formas de instalar conflito entre povos indígenas e povos tradicionais. Decide liberar uma significativa quantidade de recursos para projetos de povos indígenas de toda bacia do rio Xingu. Várias lideranças indígenas contaram para Melo que a Eletronorte tinha prometido pagar para cada aldeia, durante a construção da Usina Belo Monte, uma espécie de mesada de trinta mil Reais. O estímulo financeiro fomentou conflito e desmembramento de grupos indígenas. No período, várias novas aldeias surgiram, passando de dezenove que existiam no médio Xingu até o ano de 2010 para quarenta e seis no final de 2015.

Na leitura apurada de Antônia Melo, as mesmas estratégias dos governos do PT foram utilizadas para enfraquecer os movimentos sociais na região do Médio Xingu. Ela se lembra de quando então presidente Lula foi à Altamira para lançar projetos de asfaltamento da

Transamazônica, o Programa Luz para Todos, mas principalmente angariar apoio para construção da Usina Belo Monte, aqueles militantes que não aceitavam construir barragem no rio Xingu se organizaram para articular um protesto. Assessores do presidente recebe informação do protesto que estava sendo organizado e resolvem agir (CIMI, 2010); (ECODEBATE, 2010). O próprio presidente Lula entra em contato com algumas lideranças de movimentos sociais e de sindicatos para convidá-los para uma conversa, durante a qual os convence apoiar o projeto da Usina Belo Monte.

E como a maior parte da militância de movimentos sociais na região era base do PT, não foi difícil endossarem um pedido do principal líder e fundador do partido. Segundo Antônio Melo, apenas uma minoria resistiu na luta contra a barragem, rompeu com antigos aliados e passou fazer a luta no Movimento Xingu Vivo para Sempre.

5.7. Rumores de 2010, o grito “Pare Belo Monte” e Licença Prévia para Obra

No ano de 2010 o IBAMA concedeu uma licença prévia para o início das obras da Usina Belo Monte, com exigência de quarenta adequações no projeto. No entanto, o Governo Federal não perdeu tempo, já realizou rapidamente, no mês de abril daquele ano, o leilão que concederia a construção e a operação da usina por 35 anos.

Os movimentos sociais, por sua vez, intensificaram os protestos e busca por apoios visando parar a construção da Usina Belo Monte já se anunciava no horizonte. Em abril daquele ano, quando manifestantes protestavam contra a Usina, recebeu apoio do diretor de cinema James Cameron cuja ajuda não poderia negar por “acreditar que existem muitas alternativas para a geração de energia, como aumentar a eficiência da produção através da energia eólica e da energia solar” (OLIVEIRA, 2010). Cameron estava em evidência no momento devido ao grande sucesso do filme “Avatar”, campeão de bilheteria.

Segundo o próprio diretor, esse projeto de construir uma hidrelétrica na Amazônia fazia relação ao enredo do filme no qual há uma disputa entre o que se poderia chamar de “desenvolvimento/progresso” e modo de vida comunitário com preservação da floresta. James Cameron e a atriz Sigourney Weaver estiveram no protesto em Brasília em frente à ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Naquele mesmo mês aconteceram manifestações em mais de dez Estados da Federação e no Distrito Federal, organizados por militantes de movimentos sociais, indígenas, ribeirinhos, ambientalistas, trabalhadores rurais e membros de

pastorais da terra (MAB, 2010). Bem como, na própria cidade de Altamira, onde cerca de vinte mil pessoas participaram de uma manifestação na recepção ao presidente Lula, articulada pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre com apoio de outros movimentos sociais (CORREIO BRAZILIENSE, 2010).

Correndo contra o tempo, já no ano 2011, quando a obra de construção da barragem já estava traçada e apenas aguardando autorização final, movimentos sociais se mantiveram mobilizados buscando fazer protestos em várias cidades. Um grupo significativo de indígenas do Baixo e Médio Xingu se concentraram em Brasília para protestar contra a barragem, e no último suspiro, quem sabe conseguir parar a Belo Monte (G1, 2011) e (VEJA, 2011). Em junho de 2011, o IBAMA deu a última autorização que faltava para o início da construção da barragem para Usina Belo Monte.

Porém, em agosto daquele ano, no Dia Internacional da Ação em Defesa da Amazônia, o Movimento Xingu Vivo para Sempre e um conjunto de movimentos intitulados Brasil pela Vida nas Florestas prepararam manifestações pela Avenida Paulista, na cidade São Paulo, pela Esplanada dos Ministérios, em Brasília, também por cidades como Belém, Rio de Janeiro e outras nove cidades, bem como outras vinte cidades em dezesseis países, entre os quais Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, Noruega, Irã, Turquia e Austrália (PORTAL TERRA, 2011) e (REDE BRASIL ATUAL, 2011).

Em novembro daquele ano de 2011, o Movimento Gota D'Água consegue reunir dezenove atrizes e atores brasileiros reconhecidos¹¹⁷ para questionar a construção da hidrelétrica de Belo Monte. No curta metragem, atrizes, atores, ambientalistas, pesquisadores acadêmicos, defensores de direitos humanos e procurador do Ministério Público Federal buscam explicar didaticamente sobre os impactos da usina ao meio ambiente e às populações indígenas e ribeirinhos, buscando demonstrar por que se tratava de uma obra inviável e desnecessária (GOTA D'ÁGUA +10, 2011).

No ano de 2012, o Movimento Xingu Vivo para Sempre articula o ato com cerca de 300 indígenas, ribeirinhos, agricultores familiares, pescadores para ocupar o espaço do canteiro de obras para hidrelétrica Belo Monte. Com ferramentas, fincam na terra uma quantidade de cruz para simbolizar as mortes que a usina provocaria e também abrem um estreito canal de terra por onde buscam devolver as águas que começavam a ser barradas ao

¹¹⁷ O curta metragem foi dirigido por Marcos Prado e contou com a participação de Ary Fontoura, Bruno Mazzeo, Carol Castro, Cissa Guimarães, Dira Paes, Elizângela, Eriberto Leão, Ingrid Guimarães, Isis Valverde, Juliana Paes, Leticia Sabatela, Maitê Proença, Malvino Salvador, Marcos Palmeira, Natalia Dill, entre outros.

leito natural do rio Xingu.

Foto 22 - Ato "Pare Belo Monte". Rio Xingu, 2012



Foto: Mario Tama. Fonte: Getty Images. Objetivo era enviar mensagem a mais de cem chefes de Estados que estariam na cidade do Rio de Janeiro para participar do Encontro Rio +20, uma Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. O ato ocorreu na margem do rio Xingu, Vitória do Xingu (PA), 2012

Então formam com pessoas que estavam ali a frase “Pare Belo Monte”. Objetivo, com um ato à beira do rio Xingu em 2012, seria enviar mensagem a mais de cem chefes de Estados que estariam na cidade do Rio de Janeiro para participar do Encontro Rio +20, uma Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (EXAME, 2012) (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2012).

Em outubro de 2013, quando a construção da barragem para Usina Belo Monte está em pleno vapor, discurso começa a mudar, antecipando a derrota e tocar a luta, já que a Usina Belo Monte parecia, naquele momento ser um caminho sem volta.

O Instituto Socioambiental (ISA), por exemplo, articula o Encontro Xingu + Diversidade Socioambiental no Coração do Brasil para o qual convida lideranças indígenas, ribeirinhos, extrativistas, representantes de movimentos sociais e órgãos públicos, bem como especialistas como o etnólogo Eduardo Viveiros de Castro.

Durante o encontro, os participantes fizeram críticas à construção da Usina Belo Monte, alertaram sobre o que representaria a instalação da mineradora Belo Sun na Volta Grande do Xingu, bem como as ameaças que vinham sofrendo as áreas protegidas. Porém, o objetivo principal foi refletir sobre estratégias para angariar apoio da sociedade civil para valorização da diversidade socioambiental da bacia do rio Xingu, como também compartilhar informações sobre a diversidade dos povos do Xingu e da biodiversidade da Amazônia (ISA, 2013).

*Foto 13 - Encontro Xingu + Diversidade Socioambiental no Coração do Brasil.
Altamira (PA), 2013*



Da esquerda para direita, Cacique Sadea Juruna, Aritana Yawalapiti (falando no microfone), Eduardo Viveiros de Castro (Museu Nacional), Philip Fearnside (Inpa), Michael Heckenberg (Universidade da Flórida) e Antonio Guerreiro (Unicamp). Fonte: ISA (Instituto Socioambiental) Foto: Marcelo Salazar

Aquele encontro se insere em um longo processo de tensão e conflito (econômico, jurídico e político entre as instituições do Estado e uma forte resistência construída ao longo de mais de três décadas) que, por vários motivos, não se encerrou com a execução da usina, como podemos notar no próximo capítulo.

CAPÍTULO 6 – O Grito por uma Amazônia viva

6.1. O Grito de 2016 e o Balanço

As mobilizações e críticas à construção da Hidrelétrica de Belo Monte descritas no capítulo anterior remetem a um cenário muito diferente daquele que aparecia no programa de governo e no marketing político, durante a campanha eleitoral para presidência da república de Dilma Rousseff, candidata da situação pelo mesmo partido (PT) do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva que tentaria naquelas eleições de 2010 converter a alta taxa de aprovação pessoal e de seu governo em votos. Então buscar eleger uma sucessora, Dilma Rousseff, que já tinha ocupado dois cargos importantes no primeiro escalão nos dois governos Lula, como ministra de minas e energia, e, posteriormente, com a queda do ministro José Dirceu após denúncias de praticar “mensalão”, como ministra chefe da casa civil. Dilma, no ministério de minas e energia, já começou a se empenhar para tirar a usina Belo Monte do papel e a oportunidade apareceu com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), quando já era ministra da casa civil.

Foi com a reputação de “mãe do PAC” que Dilma Rousseff participou da campanha eleitoral da qual sairia vencedora em 2010 (FOLHA, 2010) (ISTOÉ, 2010). Nas diretrizes do programa de governo da candidata Dilma Rousseff, apresentado pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2010, defende-se a necessidade de concluir obras do PAC e começar outras a partir do novo PAC-2 para o Brasil conseguir competir economicamente cujo crescimento se reverteria em melhorias consideráveis nas condições de vida dos brasileiros. O plano de construir novas hidrelétricas aparece ali com objetivo de acelerar o crescimento a partir de uma política energética amparada em fontes renováveis e com respeito ao meio ambiente. Seu plano de governo defendia a ampliação da produção de energias limpas e renováveis a partir da adequação da matriz energética brasileira denominada como “um desenvolvimento ambientalmente sustentável” (COLIGAÇÃO PARA O BRASIL SEGUIR MUDANDO, 2010).

Dilma tinha se notabilizado por se empenhar nas implementações das políticas públicas contidas no PAC, como a construção de usinas hidrelétricas em rios da região Norte do país que são inclusive introduzidas em peças publicitárias em sua campanha eleitoral. Em dois vídeos publicitários produzidos para a candidata Dilma Rousseff pelo Partido dos Trabalhadores exibido em seu horário de propaganda eleitoral gratuita na televisão, há uma

imagem aérea do Rio Madeira, em Rondônia. Após definir o espaço, o locutor diz que “aqui através do PAC, estão sendo realizadas duas das maiores obras em andamento no país: as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau”. Na sequência, a propaganda defende a importância da realização das obras de “dois gigantes que vão aumentar a oferta de energia no Brasil e levar mais desenvolvimento a toda região Norte”. Na sequência, apresentando número de empregos gerados nas obras com ressalva ao tema de gênero e trabalho: “as obras empregam mais de 20 mil trabalhadores. Boa parte, mulheres. No governo de Lula e Dilma, o espaço dela no mercado de trabalho cresceu como nunca” (Horário de propaganda eleitoral gratuita: 16 set. 2010, 2010). E finaliza com um depoimento operária carpinteira empregada de alguma obra no qual ela explica mudanças no perfil de gênero nos canteiros de obra, com a contratação de várias mulheres como ela.

Em outro filme que foi ao ar nove dias depois desse último, apresenta-se a região Norte do país para defender preservação ambiental atrelado ao denominado “desenvolvimento econômico e social”. Então, um locutor narra: “Aqui o Governo concluiu as eclusas de Tucuruí no Pará, incentiva a Zona Franca de Manaus, onde só empresas que não poluem podem se instalar...”, para em seguir apresentar como investimento as obras de usinas hidrelétricas: “E [o Governo] investe em grandes obras que produzem energia limpa como as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio em Rondônia (Horário de propaganda eleitoral gratuita: 25 set. 2010, 2010). Embora não citasse diretamente a construção da Usina Belo Monte na campanha eleitoral na televisão de 2010, era tratado no PAC como menina dos olhos, e aparece na campanha eleitoral de 2010 como das três maiores obras da história do país (Dilma presidenta, mais mudanças, mais futuro, 2014).

A usina de Belo Monte foi enquadrada nas peças publicitárias do Partido dos Trabalhadores, lideradas pelo marqueteiro João Santana, como a primeira usina genuinamente nacional com vantagens para o país, como o da geração de emprego ao longo de sua construção, bem como geração de energia a ser lançada na rede controlada pelo Operador Nacional do Sistema para contribuir com a oferta de energia e assim evitar novamente um possível “apagão” como aquele que aconteceu no governo de Fernando Henrique Cardoso do PSDB o qual Lula da Silva do PT substituiu quando tomou posse em 2003. No último dia do mês de outubro de 2010, ocorreu a votação do segundo do turno das eleições para presidência da república com Dilma Rousseff do PT saindo vencedora no pleito com 56,05% dos votos, enquanto seu adversário do PSDB José Serra obteve 43,95%. E aqui vale a pena notar como a racionalidade prática desenvolvimentista se cruza, na exploração de recursos naturais para

produção de energia, baseada em inovação científica e tecnológica para se adequar a uma racionalidade desenvolvimentista-sustentável.

Notava-se que a Amazônia não era apenas um canteiro para teste de projetos políticos de desenvolvimento, mas também projeto de estado-nação. É um espaço de utopias a partir de anseios de reinventar o Brasil. Daí a proposta buscar encontrar qual história seria possível ser feita com base em diferentes acontecimentos e práticas que se ajustam à preservação ou ao desmatamento no Médio Xingu, na Amazônia.

Dilma Rousseff foi consagrada vencedora no segundo turno das eleições de 2014 com 50,64%. Para quem candidata à reeleição com a máquina do governo, pouco mais de um por cento dos votos parecia demonstrar uma perda de força, muito embora não se pudesse negar a importância de uma vitória em uma campanha eleitoral que precisou enfrentar uma mídia tradicional que conferia à candidata Dilma Rousseff um tratamento diferente ao seu principal adversário do PSDB Aécio Neves durante campanha eleitoral. O Manchetômetro¹¹⁸, à época, apresentou gráficos demonstrando que a diferença de interesse entre as denúncias contra petistas e tucanos aumentava à medida que a disputa eleitoral de 2014 se aproximava (CARTA CAMPINAS, 2014)¹¹⁹.

O segundo governo Dilma começa com alguns problemas políticos a serem administrado. Seu candidato adversário Aécio Neves sugeriu uma suposta fraude nas eleições e, por isso, não reconheceu a vitória, colocando em risco o jogo democrático cuja regra básica é aceitar vencer e perder segundo as regras pactuadas. Uma campanha marcada por desconfianças e apoio programático por parte das esquerdas, muitas das quais participaram de vários protestos contra políticas do governo Dilma e a apoiou no segundo turno para não ver um candidato da direita se eleger. E ao assumir o segundo mandato, Dilma entrega o Ministério da Fazenda a Joaquim Levi, um executivo com apoio e forte trânsito com banqueiros, especialmente Luiz Carlos Trabuco Cappi, presidente do Banco Bradesco, que participou da indicação do novo ministro.

A política econômica no horizonte de Joaquim Levi ia de encontro ao que foi apresentada na campanha eleitoral que reelegeu a presidente, na linha programática de

¹¹⁸ Produzido pelo Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LAMEP), vinculado ao Instituto de Pesquisa Social e Política (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

¹¹⁹ Com base em dados do Manchetômetro, o site Carta Campinas mostra que durante todo o ano 2014, a mídia tradicional apresentou quinhentos e sessenta e sete reportagens acerca de “escândalos de corrupção” envolvendo membros do quadro do PT e cento e oitenta e sete do PSDB.

adversário com o qual disputou o segundo turno, levantando a uma acusação de estelionato eleitoral, tanto de pessoas com orientação política à direita, como também por boa parte das esquerdas que tinha votado em Dilma no segundo turno e agora retirava o apoio. O governo Dilma posteriormente entrou com muita força na disputa da Câmara dos Deputados, buscando eleger um candidato do PT. Foi derrotado por Eduardo Cunha, uma espécie de desafeto do partido do vice-presidente Michel Temer que, mesmo sendo do principal partido da base aliada e sócio do governo, já vinha fazendo oposição ferrenha contra Dilma durante seu primeiro mandato.

Eduardo Cunha, enquanto presidente da Câmara dos Deputados, buscou dificultar a gestão da presidente Dilma, travando votações necessárias para liberação de recursos financeiros aos órgãos do governo.

6.2. Hidrelétrica Belo Monte e o descontentamento

Havia planejado, um retorno ao campo no início de 2016, visando compreender as novas formas de ação política e novos arranjos político-partidários. Em 2015, quando estive em campo para uma pesquisa preliminar, pude perceber uma certa “frustração” em Altamira por parte de políticos, membros de movimentos sociais ou ONGs, bem como de empresários, quando perceberam que a Hidrelétrica Belo Monte, a qual apoiaram, na qual investiram ou pela qual lutaram por sua construção, direcionaria 80% de seus impostos a Vitória do Xingu, um município com uma população muito menor que Altamira. Isso começava a gerar descontentamento em pessoas que vislumbraram ganhos econômicos (como comerciantes com os quais conversei que consideravam oportunidade se enriquecer), sociais ou políticos maiores do que tinham conseguido o final de 2015, quando o grosso da construção das barragens e da usina estava passando.

Políticos também passaram questionar por não verem um aumento significativo em seu capital político e econômico com os quais esperavam travar a luta política por cargos eletivos estaduais e federais em melhor condição. Ao andar pela cidade de Altamira, conversar com moradores, trabalhadores, comerciantes e assessores parlamentares e do prefeito, observei uma sensação segundo a qual a cidade de Altamira ficaria com mais ônus do que ganhos com a Hidrelétrica Belo Monte. Essa sensação se devia a uma comparação com o município vizinho Vitória do Xingu para o qual os royalties com o funcionamento da hidrelétrica seriam

direcionados. Algumas obras transformavam o centro histórico da cidade, o preço dos imóveis, dos alugueis e alimentos se inflacionavam dificultando a vida de moradores tradicionais e de camada popular, e, ainda por cima, precisavam lidar com uma sensação de que a cidade estava mais suja do que costumava ser, com medo e insegurança a partir do aumento de migrantes, considerados pessoas estranhas, e um propalado aumento da circulação de drogas na cidade e de ocorrências de violência como noticiavam os meios de comunicação.

E nesse cenário, o prefeito de Vitória do Xingu, Erivando Amaral do PSB, tinha aumentava poder frente a políticos adversários de Altamira e outros municípios vizinhos, e por isso, já cogitava lançar candidatos favoráveis a ele. Em Altamira, já indicava que lançaria como candidata à prefeita de Altamira sua própria esposa Josy do Amaral para assim pavimentar um caminho à Câmara dos Deputados depois de dois anos. Um dos assessores de Juvenil, prefeito de Altamira, com quem conversei me convenceu que Josy estava em campanha, quando me relatou um caso de uma moradora da cidade o abordar na rua e dizer que reconhecia em Juvenil um prefeito trabalhador, mas distante das pessoas mais pobres. E era nesse ponto fraco que a esposa do prefeito de Vitória do Xingu atacava, segundo ele, oferecendo aos mais pobres “pato, frango e peru” para o Natal de 2015.

Um assessor do prefeito Domingos Juvenil já o havia alertado de que as pessoas estavam descontentes com o trabalho da prefeitura e por isso correria risco de não se reeleger nas eleições do ano seguinte. O cenário que se desenhava para essas eleições era de vantagem para a esposa do prefeito de Vitória do Xingu Josy Amaral pelo PSB que contava com apoio do governador na época Simão Jatene do PSDB, e de quatro outros candidatos, o Délio pelo partido Republicanos, a Toinha pelo Partido dos Trabalhadores, a ex-prefeita Odeleida pelo PSDB, bem como outro ex-prefeito Claudomiro pelo PSB.

Em campo, eu buscava acompanhar mais de perto essas mudanças nas relações de poder local, especialmente as eleições municipais de 2016, bem como outras mobilizações de lutas por direitos numa perspectiva de “atingidos por barragens”, assim como uma resistência em fermentação contra a instalação da mineradora Belo Sun na Volta Grande do Xingu. Pensava que, para dar conta de um processo de mudança em toda sua complexidade e seus desdobramentos, seria preciso ir além da instalação da Belo Monte e acompanhar as transformações em um espaço mais amplo, do que poderia dizer, todo Médio Xingu.

No primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff, em 2015, a hidrelétrica Belo Monte já estava, portanto, com quase dois terços do projeto concluído, quando o IBAMA autorizou a usina de Belo Monte entrar em operação (Licença de Operação nº 1317/2015). Isso

aconteceu poucos dias antes de minha chega à Altamira para a primeira pesquisa exploratória. Então, o ano de 2016 começa com clima de “velório” entre aqueles que lutaram contra a construção das barragens e da usina e ainda tinham esperança no “Pare Belo Monte”. A Norte Energia anunciava no início daquele ano, em fevereiro, que terminaria de encher o reservatório principal e o reservatório intermediário da Hidrelétrica Belo Monte. E na sequência iam saindo licenças da ANEEAL para operação comercial que ao longo do ano somaram no total de quatro.

6.3. Eleições municipais e disputa de poder local

Pude acompanhar a última semana das eleições naquele ano no local e observar se ocorreria uma reconfiguração de força depois que a Hidrelétrica Belo Monte se instalou no município de Vitória de Xingu, em 2016. O prefeito na época se sentia em condições de eleger um sucessor em seu município como no maior da região, Altamira. Em Vitória do Xingu, o prefeito na ocasião Erivando Amaral do PSB, mais conhecido como Vando, conseguiu fazer de seu vice-prefeito José Caetano, também do PSB, seu sucessor. No entanto, não teve força suficiente para vencer Domingos Juvenil do MDB que se candidatava à reeleição.

Em 2016, havia claramente em Altamira três grupos políticos dos quais dois¹²⁰, segundo várias pessoas com quem conversei na cidade me contaram, emergiram a partir do grupo do prefeito do MDB Domingos Juvenil, com ligação política forte a Jader Barbalho. Contam que seu primeiro mandato como prefeito foi no município de Vigia, no qual nasceu, através de indicação de governos militares no ano de 1975, cujos traços autoritários teriam sido herdados desse período. É localmente reconhecido como prefeito empreendedor e “do cimento” por ligação com empresas de construção civil, já que é engenheiro de formação. Até algumas pessoas que se declaravam eleitoras de Domingos Juvenil consideravam que a base dele seria a elite.

Um tradicional empresário, com empresas no setor do comércio e serviço, com quem

¹²⁰ Uma dessa é a ex-prefeita Odileida Sampaio que surgiu na base de Domingos Juvenil, mas depois rompeu com ele. Até 2016 tinha sido a única no poder executivo do município de Altamira a conseguir se reeleger. É uma professora do ensino fundamental com formação em pedagogia. Na política se dedicou a trabalhos assistencialistas os quais a tornaram conhecida no município. Outro que foi ligado ao grupo de Domingos Juvenil é o ex-prefeito Claudomiro Gomes, também professor com formação em Letras, cuja eleição para prefeito de 2008 venceu tendo como padrinho político Domingos Juvenil. Rompeu com ele para em 2012 candidatar contra seu ex-padrinho com apoio de Odileida Sampaio e seu grupo.

conversei em 2015 já tinha me explicado que, na visão dele, o prefeito Domingos Juvenil “não era bom enquanto pessoa. Não se cruzaria com ele nas ruas da cidade, como também dificilmente se podia contar com um aperto de mão dele. Mas ressaltava que, por outro lado, era um “leão para trabalhar”, já levantava cedo para trabalhar o dia inteiro, justificando o salário de prefeito.

Outro comerciante local com quem conversei durante as eleições ressaltava essa característica de trabalhador do prefeito da época, mas, buscando ressaltar, também possuir uma característica “muito maquiavélico, muito vingativo”, por costumar perseguir quem faz oposição dura contra ele ou se torna um desafeto. Quando perguntei em quem votaria, o comerciante desviou o assunto para não responder. Apenas falou sobre a candidata da oposição Josy Amaral sobre a qual pairavam muitas dúvidas, como, por exemplo, se quem faria a gestão do município seria ela mesma ou seu marido Vando, prefeito de Vitória do Xingu na época, para o qual fizera uma boa administração em Vitória do Xingu mesmo “roubando muito”.

Esse outro tradicional comerciante da cidade considera a construção da Transamazônica mais importante do que a da Usina Belo Monte. Porque, para ele, o governo militar financiava várias famílias com dinheiro para alimentação para desmatar o máximo que conseguisse e passar uma “sensação de que a região estava sendo ocupada”. Os trabalhadores da rodovia que construía cerca de quinhentos quilômetros de Altamira no sentido Marabá e a mesma quantidade no sentido Manaus, ficaram por vários anos em Altamira, gerando receita para a cidade o que permitiu o comércio local crescer e, por conseguinte, a cidade de Altamira se desenvolver minimamente. O comércio passou a vender no atacado porque as pessoas na zona rural queriam comprar mercadoria para passar um mês.

Naquelas eleições, João Batista diretor da Fundação Viver, Produzir Preservar e também vice-presidente municipal do Partido dos Trabalhadores se lançou candidato com apoio do PSOL. Uma candidatura favoreceu a reeleição de Domingos Juvenil. Percebi que na cidade de Altamira, Domingos Juvenil é aquele político local com maior rejeição, mas possui cerca de quarenta por cento de votos consolidados. Assim, quando houver pelo menos mais dois candidatos competitivos disputando na mesma eleição com ele, sairia vencedor, já que não há segundo turno o que impede união de força.

Numa quinta-feira de setembro de 2016, era o último dia que se podia fazer comícios eleitorais. À noite, peguei um táxi no centro da cidade e fui ao bairro Nova Brasília no qual estavam programados comícios de encerramento dos dois principais candidatos do município, Domingos Juvenil e Josy Amaral. De frente ao ginásio de esporte onde ocorreria o comício da

candidata podia-se ver trabalhadores desmontando um palanque. Abri a janela do táxi e perguntei a um rapaz com camisa amarela da campanha por que estavam desmontando o palanque e explicou que a prefeitura havia vetado a realização de um evento público naquele lugar, mas que coordenadores da campanha tinham transferido o último comício para de frente concha acústica na orla.

O taxi então me deixou onde ocorreria o comício do candidato à reeleição, próximo ao mirante e à feira do produtor na Nova Brasília. Na rua havia cerca de trezentas pessoas, entre as quais a maioria usava camisa da campanha na cor vermelha. O locutor no microfone anunciava que no sábado estaria em Altamira o futuro governador do Pará, Elder Barbalho. E tirou aplauso quando ironizou o cancelamento do comício da candidata da oposição obrigando sua transferência para a orla onde, segundo recebera ligação, não teria aparecido ninguém. Mas, minha colega do Daniela do Movimento Xingu Vivo para Sempre estava nesse comício que supostamente não tinha aparecido ninguém. Trocávamos mensagens de celular e impressões sobre os dois comícios simultaneamente. Por áudio disse que estava na orla, no comício da Josy que estaria uma “bagunça”, com várias formiguinhas pagas para trabalhar durante a campanha e irem para os comícios, bem como outras pessoas que foram para ver e ouvir a candidata.

No dia seguinte, a cidade estava muito barulhenta. Havia muita carreata, na sua maioria da coligação de Domingo Juvenil. Havia de carreata com carroças até desfiles camionetes com várias pessoas em cima da carroceria, inclusive crianças, sem nenhuma segurança. Ao cair da tarde, percebi uma ausência completa da campanha de Josy Amaral e um predomínio da campanha à reeleição parecendo buscar aproveitar de um espaço vazio. Mais tarde, quando descii ao bar do Seu Pedro, encontrei o primeiro interlocutor que fiz na cidade, quando estive ali em 2015. Estava sentado em uma mesa sozinho, mas ao me ver se lembrou imediatamente de mim, embora não se lembrasse de meu nome. Conversamos sobre as eleições no que me disse que, até o dia anterior a nossa conversa estava com dificuldade de saber quem venceria as eleições até colegas e conhecidos lhe contarem que vereadores estavam indo à casa de eleitores para entregar uma camiseta vermelha com cinquenta Reais dentro dela.

No sábado, véspera das eleições municipais de 2016, fui à panificadora por volta de umas 9h da manhã tomar café e descobri conversando com o proprietário daquele comércio que a candidata Josy era adventista e por isso não trabalhava de sexta-feira à noite até o final da tarde daquele sábado. Fiquei me perguntando se aquele espaço vazio deixado por Josy às vésperas da eleição não contribuiria para sua derrota, já que na política todo espaço vazio é

um espaço a ser ocupado. A campanha do candidato à reeleição estava aproveitando bem aquele espaço vazio, com caminhada pelas principais ruas que me pareceu contar com algo entre 3 a 5 mil pessoas tranquilamente. Logo atrás da caminhada vinham carroceiros vestindo-se de vermelho. E na sequência, uma motociata e depois uma carreata.

Segui a avenida Djalma Dutra sentido à Brasília até a Travessa 10 de Novembro onde descí até à Rua 7 de Setembro. O comércio estava muito parado e a carreata já estava no final. Ao chegar à Travessa Lindolfo Aranha, virei para retornar para a Avenida Djalma Dutra, onde percebi um pequeno grupo de pessoas vestidas de branco distribuindo santinho do candidato do PT João Batista. Havia uma grande bandeira com o símbolo do feminismo. Na passeata, entre as pessoas, estava o deputado federal pelo PT do Pará Zé Geraldo que ficou pouco tempo e se retirou, talvez para ir a outro município marcar presença e dar sua contribuição também.

Já era cerca de meio dia, passei em uma pequena feira e parei em uma barraca de suco na calçada. O assunto ali era somente as eleições. Pessoas conversavam sobre Domingos Juvenil ser perseguidor, mas também um velhinho trabalhador que “fez tudo em Altamira”. Outros ressaltavam sua fama de perseguir comerciante que vote contra ele: “ele persegue botando toda fiscalização contra aquele comerciante”.

Conversei com um comerciante na barraca. Quando o questionei sobre a construção da barragem, respondeu-me que alguns colegas ganharam muito dinheiro, mas que achava que não tinha valido a pena, porque perdeu seu rio. Segundo ele, antes da construção da barragem “seu” rio Xingu era "azulzinho". Outro ponto negativo que me contou foi o aumento da violência. Na opinião dele, poderia ficar sem Belo Monte. Ele disse que muita gente ganhou dinheiro, mas não tanto quanto o principal beneficiado, a Norte Energia e pessoas de grandes construtoras e “gente de Brasília”.

Como Josy Amaral era adventista, sua equipe de campanha marcou uma carreata com início às 18h. Havia muita motocicleta puxando a carreata que demorou cerca de uma hora entre as primeiras motocicletas e o último carro. Algumas pesquisas locais apontavam vitória de Josy Amaral com cinco por cento à frente de Domingos Juvenil. Com aquela carreata gigantesca cheguei a pensar que as pesquisas de opinião pudessem acertar.

No dia seguinte, no domingo ocorreu a votação. Foi um dia bem silencioso, diferente dos dias anteriores. Às dezessete horas quando encerram as urnas eletrônicas, nas primeiras parciais, Josy Amaral saiu na frente, embora com poucos votos de diferença. Mas logo depois Domingos Juvenil passou a frente e consolidou a vitória com diferença de menos de cinco por cento de diferença, mas com oito vereadores da base aliada eleitos de um total de quinze

cadeiras. Embora um forte candidato do PT à vereador tivesse se despontado desde o início me levando acreditar que a coligação pudesse eleger três vereadores, ao andar da apuração, se podia observar o fiasco que foi as eleições para essa coligação entre PT e PSOL que elegeu apenas um vereador.

Um suposto descontentamento pelas mudanças na cidade provocadas pela Usina Belo Monte não se traduziu em mudança na cadeira de prefeito em Altamira. Candidatos da coligação de Juvenil saíram logo cedo andando por escolas e visitando famílias. No final, a coligação elegeu 8 e candidatos ao legislativo tende a puxar voto para o executivo, pois as pessoas acabam seguindo o santinho, então penso que talvez Domingo Juvenil tenha conseguido o voto de indecisos com o trabalho dos candidatos a vereador.

6.4. Viagem na Volta Grande do Xingu e Desastre na Vida Ribeirinha com Belo Monte

No dia seguinte depois do encerramento das eleições, numa segunda-feira do dia três de outubro de 2016, à tarde fui ao escritório do Movimento Xingu Vivo para Sempre fazer uma visita e repercutir sobre o resultado das eleições. Ninguém parecia surpreso com o resultado ou talvez não se importassem com um resultado que tem pouco poder de influência na luta que travam, contra construção de barragem, mineração, desmatamento, povos tradicionais que são atribuições do governo federal e, em alguns casos, do governo estadual.

Foi naquela tarde que Antônia Melo me disse que receberia uma professora da USP que trabalha com desastre e com a qual faria uma visita de três dias à Volta Grande do Xingu, local no qual a mineradora Belo Sun já tinha se instalado e estava estrategicamente buscando liberar a exploração de ouro no local. Melo então me convidou para integrar a equipe que faria essa visita. Aceitei o desafio imediatamente. Então ficou marcado de sairmos na manhã do dia seguinte, Antônia Melo do Xingu Vivo, a pesquisadora Jane Silva do Ibase, a professora Norma Felicidade Valencio da UFSCar e eu¹²¹.

O dia amanheceu limpo e bonito. Levantei cedo, tomei banho, tomei café da manhã, peguei minha mala e tomei um táxi até a sede do Xingu Vivo. Fui o primeiro a chegar ali.

¹²¹ Xingu Vivo se refere ao Movimento Xingu Vivo para Sempre. Ibase se trata do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, UFSCar é a Universidade Federal de São Carlos.

Conversamos um pouco, até Manoel, piloto da voadeira, chegar e ajeitar nossas malas e mantimentos para viagem de três dias. Manoel parecia ter cerca de quarenta e seis anos, já que ressaltava seus trinta anos de experiência na navegação no Rio Xingu que começou, por intermédio de um de seus tios, quando contava com dezesseis anos.

Foto 14 - Reservatório Principal da Usina Belo Monte enchendo. Rio Xingu. Médio Xingu. 2016



Fonte: as fotos são minhas

Não tinha parâmetro para comparação do que era antes e depois, mas, mesmo durante uma primeira viagem de voadeira no rio Xingu, pude notar um volume de água se agigantando a cada novo metro que navegávamos e muitas árvores submersas com apenas partes dos galhos mais altas a nossa vista.

Chegamos numa parte do rio no qual o barco se agitava muito por causa de um conjunto de ondas que o barqueiro Manuel chamou de banzeiro. Manuel reduziu a velocidade para ultrapassar os *banzeiros*, que, segundo ele, sempre existiu no Rio Xingu, mas depois da construção da barragem da Belo Monte, por ali estava "banzeirando" muito mais do que o normal.

Nos aproximamos do paredão do reservatório principal. Para continuar descendo o rio, é preciso de um trator para transportar o barco até o outro lado do paredão. Já os passageiros da voadeira são transportados dentro de uma van da Norte Energia. Manuel pareceu não se incomodar com aquele sistema de transposição de embarcações implementado desde 2013 para garantir a navegabilidade do rio Xingu.

Uma nova configuração em que lhe retirava o controle completo da viagem, ficando sujeito a profissionais da empresa para seguir viagem. Estava empolgado, parecendo até gostar do pessoal ali o conhecer de modo tal que o chamasse pelo nome.

Foto 15 - Sistema de Transposição de Embarcações (STE), Reservatório Principal da Usina Belo Monte. Rio Xingu, 2016



Fonte: fotos são minhas

Durante a travessia, no sistema de transposição de embarcações há um ponto de apoio com banheiro, bebedores, e lugar de descanso no qual há uma maquete do projeto da Hidrelétrica Belo Monte.

Foto 16 - Pedras com marcas de onde as águas do rio Xingu batiam. Baixo Xingu. 2016



Fonte: as fotos são minhas

Ao retornar navegar o rio, no sentido Volta Grande do Xingu, Manoel começou a encontrar pedras à mostra no rio que jamais tinha visto. São pedras que sabia que estavam, das quais sempre buscou se desviar, mas sem nunca as ter visto. Sua conclusão era de o rio estava muito seco.

Fizemos várias reuniões com lideranças da região, com garimpeiros, professoras, mulheres adultas e adolescentes para buscar captar a percepção deles acerca da ocupação na beira do rio Xingu, agora com o paredão construído acima deles. Vários falavam sobre o medo

daquela barragem estourar. Em um relato, uma senhora contou que quando a Norte Energia foi fazer um teste de uma sirene que alertaria sobre problemas na barragem em que várias mães deixavam suas casas correndo com uma criança em um braço e o bem de maior valor no outro para parte de cima do morro mais próximo.

Norma Valencio que esteve conosco para coletar dados para um relatório da SBPC demandado pelo Ministério Público Federal, ressaltou em seu relatório a interferência no regime de vazão do rio Xingu com construção do reservatório. Depois do barramento do rio, passou a surgir perturbação socioambiental, sofrimento e apreensão aos ribeirinhos locais (VALENCIO, 2017a). A socióloga sugere, portanto, em seu relatório a necessidade de se empoderar a comunidade com ferramentas técnicas que eles próprios sabiam manipular para monitorar ameaças e possíveis desastres oriundos de um possível rompimento da barragem, e assim produzirem seu próprio sistema de alertas e as rotas de evacuação quando necessário (VALENCIO, 2017b).

Manuel ia nos mostrando sedes de grandes fazendas e entrada na floresta que leva à casa de alguns pescadores, muito dos quais, segundo Manoel, vivem sozinhos naquele lugar, avistamos várias casas numa curva do rio, onde já havia uma voadeira encostada próximo a uma tenda com duas pessoas uniformizadas em baixo (e que mais tarde ficamos sabendo que se tratava de pessoas medindo a temperatura do Rio) e umas duas mulheres com as pernas submersa no rio lavando roupa.

Aportamos na Vila da Ressaca e já havia um senhor nos aguardando. Seu Francisco, mais conhecido como Piauí era presidente da associação da Vila da Ressaca. Descemos da voadeira, cumprimentamos Seu Francisco Piauí que nos conduziu até a sede da Cooperativa dos Garimpeiros locais onde estava agendada uma reunião para tratar sobre o conflito entre garimpeiros e Belo Sun.

Seu Pirulito, vice-presidente da associação da Vila da Ressaca fez vários questionamentos sobre a água naquele local onde eles moram que seria comprometida com a implantação do sistema de exploração de ouro e outros minérios pela Belo Sun. Segundo Seu Pirulito, a única água permanente que eles têm ali é a do Rio Xingu a qual também passou a ser comprometida com a construção da barragem, ou seja, o rio vem secando e a água elevando a temperatura. Os outros pequenos riachos nas proximidades secam no verão. O temor do licenciamento para Belo Sun era de comprometer a vida no local. “Querem tirar nossa sombra. Eles ficam no ar condicionado. O agricultor não pode tirar uma árvore que o Ibama está de cima, e a empresa quer [desmatar] 100 mil m²”, disse seu Pirulito. Em visita à Ilha da Fazenda

do outro lado do Rio Xingu conhecemos os comerciantes Seu Otávio e Babá que afirmavam para nossa equipe que a Norte Energia, Belo Sun e os governos nunca pensaram neles, “nunca falaram em colocar um posto de saúde”. Dizem que estão isolados entre uma cachoeira abaixo e um paredão da barragem: “se não fosse essa cachoeira abaixo teria boto aqui, teria outros tipos de peixes aqui.

Seu Otávio fica responsável por anotar e anunciar ao restante da comunidade o quanto de água vai passar nas comportadas da Usina de Belo Monte. Gente da Norte Energia Liga para ele que anota tudo em um caderninho e sai rapidamente avisando quando vem muita água para retirar ou amarrar canoas e bacias d'água usadas para lavar roupas.

Seu Otávio fica preocupado com a instabilidade da vazão de água e quando é questionado se tem vontade de deixar a Ilha da Fazenda ele afirma: “minha vida é aqui. Eu gosto daqui. Como ir embora, se estou com umbigo enterrado aqui. Minha vida está aqui, eu gosto daqui. Aqui que tenho minha choupana. Vou à Altamira, quando é dezessete horas já estou aqui. Aqui durmo de porta aberta. Não tem bala perdida”.

Seu Otávio diz ser um indígena Juruna, muito embora não tenha os mesmos direitos dos indígenas. Há várias etnias vivendo aqui sem os direitos. Ele gostaria de ter documento de indígena: “a gente sabe de onde vem nossas raízes”.

Na vila da Ressaca, conheci também um jovem de dezoito anos que era *reco*¹²² no garimpo, ele tinha o trabalho de garimpar onde outros já tinham garimpado. Um *reco* costuma ganhar um grama de ouro por dia, cerca de cem Reais. Seu Pirulito disse que tira de três a cinco gramas de ouro por dia: “o dia que tira menos é três gramas”. Mas segundo ele sua despesa é de cento e vinte Reais por dia. Então praticamente não lhe sobre muito dinheiro. Seu Pirulito veio para Ressaca há vinte e quatro anos. Trabalhou na Serra Pelada. Descobriu Volta Grande do Xingu como lugar que tem ouro através de alguns contatos do garimpo.

Conhecemos também Francisca comerciante na Vila da ressaca. Ela se preocupa com o destino das mulheres naquele lugar que engravidam muito jovens. Por isso, ela se esforça para proporcionar às filhas melhores condições de vida e idealiza para elas uma boa educação.

Ganhar e perder dinheiro no garimpo parece ser muito comum, faz parte da realidade. Estão acostumados com perdas e com o exercício de dar a volta por cima e recomeçar. Talvez por isso tenham adotado um discurso de derrota com relação à Belo Sun. Entre os homens

¹²² Reco é o nome que os garimpeiros dão a espaços que foram anteriormente garimpados e descartados. Designam *reco* as pessoas que buscam ouro nesses espaços.

mais velhos, poucos são acostumados com resistência prolongada em um mesmo lugar. Mas as mulheres e os jovens que nasceram ali têm vontade de permanecer na Vila da Ressaca e na Vila do Galo onde a Belo Sun já espalha placas reivindicando para si a propriedade e o domínio sobre o lugar.

Após três dias na Volta Grande de Xingu, subimos o rio na voadeira para retornarmos à Altamira. Norma Valencio gostaria de chegar perto das comportas da barragem da Belo Monte para saber se havia alguma medida de segurança para não deixar nenhum barco se aproximar do local onde ocorre a vasão da água. Uma senhora pescadora havia morrido naquele local, pois, como se perde o controle da pressão da água que não se sabe a quantidade que passa pelas comportas, o barco pode sucumbir a uma onda inesperada e jogar pessoas na água, levando à morte como aconteceu com a pescadora. O fato é que estar ali muito próximo a aquele paredão do reservatório principal produz uma sensação bem desagradável.

Foto 17 - Paredão e comportas do reservatório principal da Usina Belo Monte. Rio Xingu, 2016



Fonte: as fotos são minhas

O piloto Manoel começou a se aproximar muito de modo que podíamos notar correntezas e muita espuma no rio, então Norma pediu que se afastasse, alegando ser perigoso. Não havia nenhuma patrulha fiscalizando e pronta para se dirigir a um barco que se aproximasse do paredão e pedir para recuar, algo que deveria ser uma obrigação da Norte Energia. Subimos para entrar no reservatório e seguir para Altamira. Há uma imensidão de água. Jane pediu para o piloto Manoel tentar conduzir a voadeira por onde ele julgava que seria o antigo curso do rio Xingu antes da barragem, por temer uma colisão do barco tocando de árvores submersas, algo que não se podia descartar.

Manoel tomou um caminho que claramente demonstrava ter perdido a completa noção de onde ficava o curso do rio e parecendo estar tentando descobrir novos caminhos.

Quando o piloto, depois de um bom tempo, exclamou reconhecer onde passava o rio, Antônia Melo pediu que encostasse a voadeira em uma beirada da barragem onde existiu uma grande vila de ribeirinhos, conhecida por Paratizão, na qual existia até escola. Toda comunidade foi extinta com a expulsão das famílias para a cidade, ou reassentadas em outros lugares.

Apenas uma pessoa resistiu e recusou sair daquele lugar, Seu Orlando. O piloto Manoel foi encostando a voadeira bem devagar entremeio uma quantidade de galhos encobertas, já que a água por causa da barragem havia subido vários metros naquele lugar.

Foto 18 - Resistência do pescador seu Orlando em não deixar o local onde foi sua comunidade. Moradia solitária



Fonte: a foto é minha

Seu Orlando estava sozinho naquele lugar. Pesca nas horas vagas e nas outras faz sua luta contra pássaros que chegam ao seu rancho para comer o pouco do alimento que tem. Seu Orlando mora em uma barraca de lona que construiu, enquanto aguarda a Norte Energia construir uma casa para ele na parte de cima do morro, já que, segundo nos disse, a Norte Energia não quer ninguém vivendo próximo à água da barragem, conforme se pode conferir na placa da foto abaixo.

Seu Orlando é um homem de cinquenta e poucos anos. Calado, paciente, muito observador, talvez uma característica importante para um bom pescador. Mas o que mais chamava atenção em Seu Orlando é seu olhar triste e distante. Não deixa de pescar, porque é o que sabe fazer, mas não consegue mais pegar peixe próximo de onde armou sua barraca, porque, como nos explicou, tem muito "candiru". É preciso pegar sua canoa com rabeta e ir para uma parte distante.

Foto 19 - Placa da Norte Energia com orientação para não se ocupar ou construir à beira do reservatório da Belo Monte



Fonte: Foto é minha

Depois que a Norte Energia arrasou a vila e seu Orlando se negou a mudar dali, foi obrigado a morar sozinho em uma barraca de lona. Diz ter se acostumado a viver sozinho. Apenas vai à cidade para buscar alimento e sua esposa que vive na cidade durante esse processo de reassentamento para lhe fazer companhia nos finais de semana. Seu Orlando se entristece ao ver que a água corrente com a qual lidou a vida inteira agora é uma água parada que no período de verão tem esquentado mais do que ele estava acostumado. Quando o rio corria, nunca tinha presenciado a água do rio Xingu esquentar. Oferecemos as frutas, sucos e carne que levamos na viagem e não consumimos nos três dias. Ele aceitou e agradeceu. Despedimo-nos e continuamos a viagem de volta com objetivo de encontrar supostos reassentamentos de ribeirinhos em torno da barragem. Chegamos em Altamira ao entardecer.

Foto 20 - Moradia solitária de ribeirinho após expulsão para construção da barragem da usina Belo Monte



Foto do autor

Encontrei-me com Jane, Norma e Antônia Melo no dia seguinte de manhã no escritório do Xingu Vivo para Sempre, onde conversamos sobre nossas impressões e fizemos um balanço da viagem. Naquele dia mesmo, Norma e Jane tomaram um avião para retornarem cada uma para sua cidade. Eu continuaria na região por quase dois meses. Nesse período, acabei me deparando, na cidade, com ex-moradores daquela comunidade do Paratizão no qual me encontrei com o resistente pescador seu Orlando.

6.5. Ribeirinhos Expulsos do beiradão do rio Xingu e Vida Triste na Cidade

Dani do Xingu Vivo para Sempre me colocou em contato com ribeirinhos do Paratizão que há dois anos já estavam morando na cidade. Liguei para falar com alguém da família da Dona Rosa. Marquei uma conversa no Bairro Paixão de Cristo o qual na época contava com apenas uma rua asfaltada. De maneira geral, as ruas são muito estreitas e isso ficou perceptível quando precisei fazer um retorno em uma rua com o carro que tinha alugado. A casa de Dona Rosa fica em uma esquina. Cléo, seu genro, me levou uma área no fundo da casa, onde estava dona Rosa.

Meu objetivo ali era conversar com dona Rosa, mas Cléo começou a atropelar as perguntas, demonstrando vontade de falar, expressar seu sonho de retornar a sua comunidade ribeirinha. Já dona Rosa relatou se sentir na cidade como numa prisão. Ela tem um filho adolescente, o Dailon, com quem também conversei. Garoto tímido que se mostrava um pouco de nervosismo ao longo de nossa conversa. Apenas ficava à vontade para conversar sobre sua curta história de vida na comunidade ribeirinha Paratizão. Quando no final da entrevista perguntei sobre o Rio Xingu, soltou um sorriso de satisfação. Não expressava nenhuma felicidade nos dois anos que morava na cidade. Disse que, depois que passou a morar na cidade de Altamira, apenas sai de casa para ir à escola, à igreja e às vezes para ir jogar futebol com os primos. No restante do tempo fica dentro de casa. Pelo que me contou, em sua extinta comunidade, era outro adolescente, já que brincava na comunidade ou no rio, enquanto na cidade lhe restava de lazer era apenas um campo de futebol que era referido como um lugar perigoso onde pessoas também consumiam drogas ilícitas.

Em outro dia, conversei com outra família também expulsa da beira do rio Xingu, na vila do Paratizão, e reassentada no RUC Jatobá. Conversei com a esposa de uma antiga liderança ribeirinha do Paratizão que travava uma luta para retornar para beira da água, seu

Leonardo Aranô Juruna. Dona Antônia estava com vontade de desabafar. Lembrou-se da vida da família na comunidade ribeirinha, onde morava próxima da família e de vizinhos dos quais gostava e sentia falta. No RUC Jatobá, em Altamira, fica agora a quatro quilômetros do rio Xingu. E sem vizinhos de sua antiga comunidade ribeirinha por perto, sente-se isolada. Tem dificuldade de visitar a mãe. Fica feliz de pensar na sua comunidade. Sonha em retornar. Em sua casa fica no final da rua, já aconteceu furto, sem contar no estranhamento de todas pessoas no novo bairro cuja casa é cercada por grades e muros, algo com o qual não estava acostumada. A frente de sua casa pode ser observada no filme “Volta Grande” aos 12 minutos e 54 segundos (Volta Grande, 2020). Dona Antônia se assusta com esse novo modo de vida que a obriga pagar uma conta de luz muito cara, a qual chegou a ficar devendo quatro boletos. Diz não confiar na polícia da cidade e muito menos se acostumar com essa coisa de sair à rua e "encontrar dois cadáveres".

6.6. Audiência Pública e Organização de Ribeirinhos para um Grito Coletivo

No dia 09 de novembro de 2016, levantei cedo para ir a uma panificadora na qual marquei de conversar com Marcelo Salazar do ISA. Foi uma semana com muitas reuniões para preparar a Audiência pública sobre o modo de vida dos ribeirinhos proposto pelo MPF (Ministério Público Federal) e para a qual Norma Valencio tinha viajado conosco à Volta Grande do Xingu para coletar dados para produção de relatórios. Vários pesquisadores se reuniram no centro de convenções de Altamira, como Mauro Almeida da Unicamp e as responsáveis pela condução dos trabalhos, Manuela Carneiro da Cunha e Sônia Magalhães da UFPA.

No dia 11 de novembro 2016 ocorreu audiência pública convocada pela procuradoria da República no Município de Altamira com o título “Garantia do modo de vida da população ribeirinha diante dos impactos não mitigados da UHE Belo Monte” para o qual foram convidados a comparecer e debater as condições de vida ribeirinha no rio Xingu lideranças das populações tradicionais extrativistas e autoridades da SBPC, da secretaria de governo e de Direitos Humanos da Presidência da República, do Estado do Pará, do Município de Altamira, do IBAMA, do ICMBio, Funai, ANEEL, ANA e da Norte Energia.

O que pude notar com aquela audiência pública em forma de um grito dos ribeirinhos era de que o Movimento Xingu Vivo, agente político muito forte até a construção da barragem,

após a efetivação da obra, perdia força para o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e para própria ONG Isa que vinham se sobressaindo por saberem fazer uma luta por direitos de atingidos por barragens. Ambos se mostravam agentes importantes para a Norte Energia usar com representantes de ribeirinhos numa negociação para reassentamentos e indenizações.

Quando cheguei cedo ao centro de convenções para acompanhar a audiência pública, um auditório estava completamente lotado. Não cabia ninguém em um auditório reservado. Então resolverão transferir para o gigante centro de convenções. Em pouco tempo, o centro de convenções daquele tamanho foi quase todo tomado. Havia muitos jornalistas acompanhando a audiência, ambientalistas e pesquisadores.

Foto 21 - Audiência Pública promovida pelo Ministério Público Federal em 11 de novembro de 2016



Foto do autor. Audiência intitulada “garantia do modo de vida da população ribeirinha diante dos impactos não mitigados da UHE Belo Monte”, no Centro de convenções, Altamira (PA).

Sentei-me ao fundo, onde encontrei Norma Valencio. Fui até ela que ficou feliz em me ver. Disse ter agradecido minha influência em seu relatório ao sugerir que fosse construído um mecanismo de análise do rio pela população local para não depender da Norte Energia ligar para avisar quando o rio sobe ou desce. E Norma gostaria que esse trabalho fosse feito por jovens de comunidades na Volta Grande do Xingu.

A audiência começou com Manuela Carneiro da Cunha, representando a SBPC, Dom Erwin, representando a Prelazia do Xingu, com a presidente do IBAMA, o secretário estadual do meio ambiente, com Amauri da Norte Energia, bem como vários promotores e defensores públicos.

A procuradora do MPF Taís Santi começou a audiência pedindo desculpas pelo transtorno de mudar de lugar, mas disse que não tinha visto um reassentamento ser feito de

forma tão rápida. A parte da manhã foi toda reservada para que ribeirinhos e indígenas fizessem seus questionamentos.

Foto 22 - Composição de mesa para Audiência Pública “garantia do modo de vida da população ribeirinha diante dos impactos não mitigados da UHE Belo Monte”



Foto do autor. Centro de convenções, Altamira (PA), 11 de novembro de 2016

Na parte da tarde, Taís montou uma mesa com pesquisadores que fizeram relatório para subsidiar sua denúncia. Nesse grupo, Norma fazia parte. Cada um apresentava seus relatórios.

E no início da noite, Tais retomou a mesa. O diretor da Norte Energia pediu a palavra e começou a reclamar. Disse que escutou o dia inteiro que os ribeirinhos tinham ficado invisíveis pela Norte Energia. Então, ele usava ironia usando o termo "invisível" para dizer que muita coisa que a NESA ficou invisível também, como o programa "Diálogo Ribeirinhos" entre outros. Questionou Marcelo Salazar sobre sua proposta do tal de "GT Pedral", onde propunha uma terra coletiva para os ribeirinhos. Olhou diretamente nos olhos de Marcelo e perguntou: "Salazar, você já consultou a população sobre isso? Porque você não sai de minha sala e jamais tinha conversado com isso comigo. É uma surpresa para mim". Marcelo Salazar ficou desconsertado. Sua capacidade de transitar entre os espaços o colocava em situação constrangedora em público, especialmente entre vários pesquisadores e ribeirinhos. Marcelo gaguejou e ficou desconsertado. E Amauri continuou a atacar.

Os ribeirinhos tomaram a palavra e atacavam Amauri e a presidente do IBAMA. O clima foi se esquentando e Amauri pediu para terminar a audiência.

Foto 23 - Seu Arenô, liderança ribeirinha



Foto do autor Seu Arenô, liderança ribeirinha, fala ao microfone durante audiência pública garantia do modo de vida da população ribeirinha diante dos impactos não mitigados da UHE Belo Monte. Centro de convenções, Altamira (PA), 11 de novembro de 2016

Os ribeirinhos questionaram-no, dizendo que ele ia para casa onde tinha empregada e comida. Eles estavam até aquele horário, porque muitos nem comida em casa tinham. Amauri já estava muito vermelho. Tudo indicava que estava cansado, mas contendo a raiva.

A partir desse dessa audiência, os ribeirinhos do rio Xingu removidos compulsoriamente de seus territórios para dar lugar ao reservatório da Usina Belo Monte perceberam a necessidade de se organizarem em uma associação a fim de fazer valer seus direitos de populações tradicionais. A Norte Energia buscou fazer a Hidrelétrica Belo Monte às pressas dando pouca atenção para a vida tradicional de populações ribeirinhas. Thais Santi é a procuradora do MPF responsável por pedir apoio da SBPC e convocar a audiência para discutir a situação das famílias ribeirinhas removidas de suas comunidades tradicionais. Em uma dissertação de mestrado que defendeu no Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, ela relata que demorou quase três anos para compreender que havia ocorrido um processo de expropriação do rio Xingu, bem como do modo de vida tradicional, das águas, da história de vida dos ribeirinhos e do futuro de várias gerações que habitavam o espaço do rio que se transformou em reservatório para usina. Comunidades ribeirinhas inteiras foram removidas e as famílias direcionadas, muitas das quais, para casas na cidade, distante do rio. E a Norte Energia, durante o processo de remoção das famílias, criou um chamado cadastro único das famílias a ser indenizadas, obrigando escolher receber como morador de cidade ou de beira de rio. A Thais Santi chegou à conclusão de que se tratava de uma estratégia para se pagar menos por remoções e ter menos trabalho no processo de realocação. Com o poder de

calcular o valor a ser pago, buscaram pagar indenizações insignificantes para famílias que habitassem ilhas que são da União. Com a remoção, o pescador ficou sem rio (SANTI, 2020).

Pude acompanhar, em 2016, quando estive em campo, o drama de algumas famílias que foram removidas e direcionadas para cidade. O que ficava mais nítido era como esse processo transformou famílias inteiras acostumadas a viverem em comunidades num modo de vida tradicional, na qual sua subsistência é garantida pelo rio, pela floresta e própria plantação. Na cidade, essas pessoas são transformadas em pobres e lançadas em uma disputa por trabalho desigual que se transforma em uma violência simbólica.

Entre vários casos que pude acompanhar em campo, me chamou a atenção a luta diária de Francinilda por emprego na cidade. Ela tinha trinta e três anos, era casada e tinha quatro filhos. Todos moravam na pequena casa de sua mãe, dona Joana no RUC, porque a Norte Energia não tinha reconhecido a família de Francinilda como afetada e por isso não recebeu qualquer compensação pela remoção compulsória. Todos os dias ela percorria a cidade em busca de emprego e sentia na pele a dificuldade de arrumar um trabalho com poucos anos de estudos, sempre usado como justificativa para não lhe darem qualquer vaga disponível.

A antropóloga Ana de Francesco narra como os ribeirinhos buscaram fazer uso de várias estratégias para conquistar o direito de retornar para a beirada do rio Xingu a fim de retomar um modo de vida do qual faz parte interagir com pessoas, animais, rio, floresta, enfim, o meio ambiente de modo geral (FRANCESCO, 2020). Em sua tese de doutorado, a antropóloga narra todo um processo de articulação de ribeirinhos para construir uma estratégia de luta pelo retorno à beirada do rio Xingu, desde 2015, com os primeiros “Diálogos ribeirinhos”, junto com um grupo de pesquisadores de diferentes áreas por intermédio da SBPC a qual subsidiária as ações do MPF. E posteriormente no “Ato de criação do Conselho Ribeirinho do Reservatório da UHE Belo Monte”, em dezembro de 2016¹²³. Sua participação juntamente com outros membros do Movimento Xingu Vivo para Sempre direta no auxílio ou consultoria para produzir “tecnologias políticas” para a luta das famílias ribeirinhas.

No final do ano passado, quando a criação do Conselho Ribeirinho completava quatro

¹²³ O Ato de criação do Conselho Ribeirinho do Reservatório da UHE Belo Monte aconteceu no dia dois de dezembro de 2016 é o marco do. O documento ressalta que o conselho se trata de um “órgão deliberativo e autônomo destinado a fazer cumprir os princípios da autodeterminação e do autorreconhecimento no processo de reterritorialização dos ribeirinhos removidos do rio Xingu para enchimento do reservatório da UHE Belo Monte” (CONSELHO RIBEIRINHO DO RESERVATÓRIO DA UHE BELO MONTE, 2016). Foi formado por vinte e oito ribeirinhos, entre titulares e suplentes, representantes de comunidades nas quais viviam antes da remoção compulsória, ou seja, Costa Junior, Bacabal, Bom Jardim, Meranda, Poção, Barriguda, Babaquara, Sossego / Padeiro, Paratizão, Paratizinho, Palhal, Cotovelo, Trindade e Arroz Cru.

anos, embora o reassentamento estivesse incompleto, já se podia contabilizar ganhos, com famílias que tiveram seu direito de retorno ao rio assegurado, aguardando apenas a análise do termo de aceite apresentado pela Norte Energia (SOCIOAMBIENTAL (ISA), 2020).

Aqueles que não tinham inicialmente sido reconhecidos como impactados pela construção Usina Belo Monte, removidos compulsoriamente, sem observar seu direito ao modo de vida tradicional. Os Ribeirinhos do Reservatório da UHE Belo Monte buscaram na articulação, na união de força e na resistência de não aceitar o processo forçado de se transformar em cidadão ou agricultor isolado, uma estratégia de luta. Deram seu grito político para mudar a configuração imposta pela Norte Energia a partir de 2011, um grito de gente protagonista na luta pelo próprio futuro no qual pretende viver e conviver com filhos e netos.

6.7. O Grito de 2020 por uma Amazônia Viva

Foto 24 - Terra para o agronegócio, Mato Grosso, e Território Indígena Wawi



Foto: Kamikia Kisedje, Parque Indígena do Xingu, Bacia do Rio Xingu, Alto Xingu. Ano 2021. À esquerda, terra desmatada para o agronegócio, à direita, Território Indígena Wawi.

Em novembro de 2019, a usina de Belo Monte foi considerada totalmente concluída e, por isso, é inaugurada oficialmente no dia 27 de novembro de 2019. Mas a luta precisa continuar. Naquele ano, havia assumido a presidência da república Bolsonaro com objetivo claro de promover destruição da floresta.

Ribeirinhos do Xingu não aguardaram silenciosamente, a partir de 2015 tomaram o protagonismo da luta por direito de atingidos por barragens e agora desde 2020 vêm retornando ao seu território e ao seu modo de vida tradicional.

E os povos indígenas recuperaram o protagonismo na luta pela garantia de seus territórios, pela preservação dos rios, florestas, animais, bem como seu modo de vida tradicional. Como muito bem resumiu o indígena Ailton Krenak:

[...] não é agora, sempre foi. Agora está pior. Agora está verbalizado que é para acabar com a gente. Tem um anúncio público. Mas antes o estado também fez isso, quando construíram Belo Monte, Tucuruí, quando fizeram a transamazônica, quando construíram Brasília no planalto central espantando o povo Karajá, o povo Xavante, espantando o povo indígena do cerrado. Nossa história colonial é uma história de genocídio contra o povo indígena. Marcha sobre o território indígena e edificação sobre o cemitério indígena. (Vozes Da Floresta: a Aliança dos Povos da Floresta de Chico Mendes a Nossos Dias, 2020).

O mais recente grito ocorreu em janeiro do ano 2020. Desde o governo Juscelino Kubitschek, nos anos 1950, o cacique Raoni se encontrou com todos presidentes brasileiros,

eleitos democraticamente. A exceção foi o ex-presidente Jair Bolsonaro cuja base de apoio são exatamente aqueles que ameaçam o modo de vida dos povos indígenas, por exemplo, garimpeiros, grileiros de terras, ruralistas, bem como empresários da construção com interesses em fazer hidrelétricas, rodovias entre outras obras de infraestrutura.

Povos indígenas, como os Kayapó, aprenderam ao longo dos anos a não se apegarem a ideologia do governo que comanda o país, ao balizamento ideológico que separa direita, esquerda e centro. Percebem as diferenças entre governos, sabem que existem alguns mais simpáticos e outros menos simpáticos a demandas dos povos da floresta. Mas é inegável que os governos defendem os interesses de um Estado no qual estão à margem.

Ailton Krenak explica que há mais de 500 anos os indígenas precisam enfrentar o Estado e o sistema capitalista. Pessoas que vivem nesse sistema capitalista, segundo ele, fora de um sistema de indigenato, têm muita dificuldade de aceitar a maneira de pensar indígena segundo a qual a floresta é sua casa, seu lugar de viver. A mente na qual já se instalou a base do capitalismo em que tudo é mercadoria (inclusive a própria vida), e o pensamento é estruturado por ideias de propriedade e de transmissão de bens em forma de herança, não compreendem o fato do indígena almejar a floresta como lugar para viver. E por isso lutam, pela floresta, pelo seu território (Vozes Da Floresta: a Aliança dos Povos da Floresta de Chico Mendes a Nossos Dias, 2020, de 22min15seg a 22min35seg).

Esse encontro no início do ano 2020 foi o último evento público de que Paulinho Paiakã participou, porque no meio daquele ano viria a morrer no meio da Pandemia em decorrência da infecção de Covid-10 que chegou também em aldeias indígenas como a que Paiakã morava. Naquele encontro, ele lembrava que embora seu povo já sofresse com ataques de brancos, seu povo era mais nômade, podia andar e migrar por toda região de Goiás, Tocantins até o Rio de Janeiro (ARINI, 2020). Talvez, por isso, orientasse ações por uma luta que levasse a sério a guerra cuja vitória exige deslocar-se para combater o inimigo ao invés de aguardá-lo chegando trazendo a morte (SANTILLI, 2020).

Essa parece ser uma linha que, especialmente, os Kayapó, liderados por Raoni, desde os anos 1970, e por Bep'kororoti (Paulinho) Paiakã nos anos 1980, entre outros, adotaram. A avó de Raoni lhe contava durante a infância várias histórias de ataques e mortes cometidas por homens brancos. Quando em 1954 conheceu o "homem branco", teve medo e por isso não gostou.

Foto 25 - Encontro dos Povos Kayapó e lideranças indígenas do Brasil. São José do Xingu (MT), Aldeia Piaraçu no Território Indígena Kapoto Jarina. Janeiro de 2020



Foto: Todd Southgate

Em 2020, lideranças indígenas se deparam com um projeto de governo, segundo os quais, genocida, etnocida e ecocida. Por não ser recebido e não ser ouvido pelo presidente Jair Bolsonaro, o cacique Raoni sugeriu fazer o Encontro dos Povos Kayapó (Mebengokrê) e lideranças indígenas do Brasil, na Aldeia Piaraçu, na Terra Indígena Kapoto Jarina, São José do Xingu (MT), entre os dias 14 e 17 de janeiro de 2020. Participaram do encontro seiscentos e doze lideranças indígenas de quarenta e cinco etnias de todas regiões do país.

Raoni busca instigar os brancos a refletirem sobre a maneira devastadora como ocupam o planeta. Ressalta que sua luta continuará enquanto viver. Pretende lutar contra a insistência dos homens brancos em destruir tudo, cortar a floresta, fazer garimpo em terra indígena e fazer barragem em rio.

Nesse encontro de 2020, há o grito também das mulheres indígenas e outras lideranças da aliança dos povos das florestas. É perceptível a presença feminina no encontro, especialmente de novas lideranças que talvez, por isso, tenham estimulado discussões sobre os direitos das mulheres, além de outros temas como o respeito aos jovens e a orientação sobre como enfrentar as políticas anti-indígenas do governo Bolsonaro (ARINI, 2020).

Foto 26 - Novas Lideranças Indígenas, com destaque para líderes mulheres



Destaque para as duas lideranças indígenas mulheres: Célia Xakriabá e Sônia Guajajara. Foto: Mídia Ninja. Encontro dos Povos Kayapó (Mebengokrê) e lideranças indígenas do Brasil. São José do Xingu (MT), Aldeia Piaracu no Território Indígena Kapoto Jarina. Janeiro de 2020.

Ângela Mendes, filha do líder seringueiro e ambientalista Chico Mendes, assassinado em 1988, foi convocada para repactuar a Aliança dos Povos da Floresta e novamente lutar contra um governo autoritário e “literalmente fascista”. Ela considera estar reencenando uma aliança que foi protagonizada por seu pai quando selou uma aliança com os povos indígenas nos anos 1980 (ARINI, 2020).

Em maio desse ano 2020, o ministro do STF Celso de Mello autorizou a divulgação de um vídeo de uma reunião ministerial no qual o ministro do meio ambiente Ricardo Salles orienta o presidente da república Jair Bolsonaro e outros ministros que, como o foco da imprensa se voltava para a pandemia do novo Corona vírus, se tratava de um momento ímpar para o governo colocar em prática mudanças na legislação ambiental, fazendo novo “regramento e normas”.

Seria uma forma de reduzir bloqueios impostos pelo judiciário. Então, sugere “passar a boiada” que significava mudar regras, leis ambientais para simplificar normas (SOARES, 2020). E tudo indica que o presidente Bolsonaro acolheu as orientações de seu ministro de meio ambiente, já que, depois de sete dias daquela reunião na qual há uma sugestão para “passar a boiada”, o ministério do meio ambiente revoga normas de proteção ambiental permanente que visava preservar restingas e manguezais nas proximidades do litoral. O ato busca beneficiar empresários do setor do turismo como donos de hotéis, empresários da construção civil, bem como carcinicultores, ou seja, produtores de camarão (BENITES e BETIM, 2020). De março ao final de maio de 2020, já eram cerca de 195 atos publicados pelo

Ministério do Meio Ambiente, segundo um levantamento do jornal Folha de São Paulo e do Instituto Talanoa. No ano de 2019, foram 16 aprovados. O fato é que o Ministério do Meio Ambiente buscou facilitar a expulsão de indígenas e quilombolas de áreas de conservação ao regularizar indenizações nessas áreas (JORNAL DA TARDE, 2020).

CAPÍTULO 7 – A conduta sustentável e a contraconduta ético-política amazônica

Jean – É possível dizer que o Xingu Vivo é um movimento anticapitalista?

Antônia Melo - Somos sim anticapitalistas. Eu tenho horror ao capitalismo.

Jean – E como é a luta anticapitalista a partir daqui, da Amazônia?

Melo – É exatamente... Porque assim, o capitalismo, ele tem nome e endereço. Ele não é uma coisa assim abstrata, sabe? São os grupos econômicos, são pessoas dos grupos com poder econômico, tanto a nível nacional quanto internacional. Eles têm nome e endereço. E qual é o objetivo deles? É exatamente estar promovendo essa forma de desenvolvimento econômico onde o que vale é apenas o lucro, é somente o lucro. A vida não interessa para eles, só o lucro. Como é o interesse deles, eles dizem assim “ah!, para que o Brasil todo tenha energia, dez mil têm que morrer”. Enfim essa história. Eles falam “é preciso que muitos sofram, deem a vida para que outros tenham mais vidas”. Isso aí que eles também dizem nesse modelo desgraçado, destruidor. Então ser contra o capitalismo para nós é ser contra esse modelo. Ser totalmente contrário a esse modelo de destruição e morte. Isso são monstros que estão sendo preparados desde a ditadura militar aqui no Brasil, em convênio com o Banco Mundial, com todos esses grupos econômicos a nível internacional, preparando o saque, projetos de saque de destruição da Amazônia, em benefício de poucos. E [a hidrelétrica] Belo Monte é o símbolo assim mais escancarado hoje no planeta desse modelo de destruição e morte.

Antônia Melo foi morar na Amazônia com sua mãe, seu pai e seus irmãos, no início dos anos 1950, quando contava quatro anos de idade. Sua família saiu do Piauí para viver em uma área na floresta do Médio Xingu, acerca de oito quilômetros de distância de um travessão¹²⁴. Na Amazônia, aprendeu a viver de maneira ecológica e preservacionista, em harmonia com os rios, floresta, animais e povos indígenas. Suas práticas, ou melhor, suas atividades, pensamento e saberes foram modulados e enunciados a partir dessa vivência na e da floresta.

Ainda criança se deslocou para estudar em uma escola da igreja católica em Altamira que, na época, segundo ela, “era apenas uma pequena vila”. Na adolescência, após concluir o ginásio¹²⁵, tornou-se educadora. Alfabetizava crianças na agrovila que sua família ajudou constituir no meio da floresta: “eu fui professora lá alguns anos. Fui ser professora para ajudar

¹²⁴ Travessão foi um termo adotado no projeto de colonização da Amazônia. Criavam-se agrovilas delimitando propriedade com linhas e travessões. Os travessões para dividir lotes a esquerda e direita se transformavam na estrada vicinal das agrovilas ou assentamentos. É tomado como sinônimo de uma agrovila ou comunidade.

¹²⁵ Por analogia, concluir o “ginásio” seria semelhante à conclusão do ensino fundamental atualmente. Vale lembrar que, segundo o (IBGE, 1970, p. 246), demográfico do Pará de 1970, a microrregião de Altamira contava com 12.382 pessoas com cinco e mais de cinco anos de idade. Dessas, 41,6% foram classificadas como “sabem ler e escrever”. Se considerarmos apenas a População Rural, do total de 7.698 pessoas com cinco e mais de cinco anos de idade, apenas 2.219 “sabem ler e escrever” naquela época. Significa que cerca de 61% da população rural a partir daquela idade não sabia ler, nem escrever.

as crianças dos vizinhos que moravam na comunidade”, conforme ela relatou. Mais tarde se casou e foi morar em Altamira quando já tinha se tornado uma pequena cidade. Mas a floresta, como uma racionalidade prática amazônica, sempre persistiu em sua fala, em sua militância como liderança do Movimento Xingu Vivo para Sempre.

Na ocasião da entrevista que fiz com Antônia Melo, tive a oportunidade de perguntar o que singularizava as práticas dela e a linha de atuação do Movimento Xingu Vivo, quando comparado com outros movimentos sociais da região. As três primeiras respostas imediatas à pergunta foram “coerência”, “ética” e “posição firme no nosso objetivo, a defesa da Amazônia”. E disse também que fazia sua luta para que as pessoas pudessem viver com felicidade, para tivessem direito de viver bem.

Essa prática amazônica é ecológica e ético-política, porque enuncia um modo de viver ético na e da floresta. Mas também é um posicionamento preservacionista e anticapitalista. Essa racionalidade diverge da racionalidade econômico-capitalista de acumulação de riqueza que se conecta a uma forma de “desenvolvimento econômico onde o que vale é apenas o lucro”, conforme ela mesma asseverou. A racionalidade prática amazônica é “preservacionista” no que tange à proteção do meio ambiente. Considera imoral compatibilizar a conservação do meio ambiente com desenvolvimento econômico como já defendiam teóricos do conservacionismo¹²⁶, o qual é um dos pilares da racionalidade prática do desenvolvimento sustentável.

Ao longo de várias décadas, Antônia Melo esteve na frente da batalha ao lado, embora marcando sua própria diferença, de vários aliados, fazendo a luta contra práticas predatórias de grileiros, madeireiros, fazendeiros e mineradores, bem como contra a racionalidade desenvolvimentista industrialista que atua e pensa o meio ambiente como fonte necessária de matérias primas para garantir crescimento econômico da sociedade industrializada e urbana.

Esse regime de racionalidade amazônica faz parte de uma prática adquirida por quem vive ou foi viver na Amazônia e aprendeu a conviver com a floresta e com todas formas de vida. Há um conhecimento da vida no espaço que permite compreender que viver com

¹²⁶Surgiram duas correntes teóricas no século XIX com visões diferentes acerca da conservação do meio ambiente: conservacionismo e preservacionismo. O conservacionismo defende que os recursos naturais devem ser conservados e usados de maneira racional segundo três princípios: uso de recursos pela geração presente, preservar desperdício, usar recurso para benefício da maioria. As ideias do conservacionismo são precursoras da noção de “desenvolvimento sustentável”. O preservacionismo concebe que o homem não pode ter direito superior aos animais. Que a natureza deve ser preservada de maneira pura. Buscam proteger a natureza das práticas humanas do desenvolvimento moderno, industrial e urbano. Essas ideias são precursoras da noção de ecologia (DIEGUES, 2008).

felicidade é viver em uma floresta com dossel bem definido, rio limpo, biodiversidade. É uma prática humana de quem vive na floresta de maneira ecológica, preservacionista, e reconhece ser a vida humana naquele ambiente apenas uma entre muitas outras.

Antônia Melo assim sintetiza a divergência da racionalidade prática amazônica em relação ao regime de racionalidade prática desenvolvimentista sustentável do qual faz parte estipular valor econômico ao meio ambiente e fazer cálculos sobre compensações de impactos que atividades humanas podem gerar nele: “há algo mais importante do que o emprego, do que o crescimento econômico, a vida é mais importante, a vida no sentido mais amplo”. Nesse sentido de vida, a floresta tem valor em pé assim como o rio limpo e livre correndo em sua calha natural.

Essa prática pode ser considerada uma contraconduta cujos contornos podem ser reconhecidos em conflitos e divergências nas franjas do desenvolvimento sustentável representado pelo projeto de Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. Como buscarei argumentar a seguir, é na intensificação da conduta do desenvolvimento sustentável do projeto da Hidrelétrica Belo Monte, que as racionalidades práticas amazônicas se tornaram enunciáveis e visíveis como contraconduta.

Essa contraconduta descrita por meio da história de atuação do Movimento Xingu Vivo para Sempre é uma novidade em termos de racionalidade prática que se tornou conhecida com a repercussão da resistência contra a hidrelétrica. Como toda contraconduta, ela é marginal à conduta vigente em uma época. Ela foi marginal e, portanto, um contraconduta quando a racionalidade prática desenvolvimentista industrialista foi a conduta vigente de nossas sociedades, e continuará com vigência da conduta desenvolvimentista sustentável.

Neste capítulo, busco mostrar as estratégias do governo federal ao recorrer a conhecimentos da conduta vigente desenvolvimentista sustentável para conseguir implementar a Hidrelétrica Belo Monte depois de três décadas desde os primeiros estudos durante a Ditadura nos governos militares. Buscarei descrever a priorização de cidades, principalmente Altamira, como espaço para receber as compensações pelo barramento do rio Xingu, e analisarei também as contracondutas, ou seja, as racionalidades práticas ecológicas amazônicas de moradores de cidades, aldeias, comunidades ribeirinhas e vilas.

Parto do pressuposto de um processo de mudança no plano da racionalidade que teve início na metade do século XX, logo após a segunda Guerra Mundial, em que há uma mudança na maneira de lidar e pensar o meio ambiente perante a aventada catástrofe ecológica. Na última seção do capítulo 1 e no capítulo 2, falei do início das críticas às práticas humanas do

desenvolvimento industrialista moderno e urbano, da percepção do desequilíbrio do ecossistema como consequência do impacto das indústrias nos ambientes humanos e não-humanos.

Neste último capítulo, discuto dois processos: a consolidação da conduta sustentável no Brasil e a apresentação da contraconduta amazônica na cena pública. Para então, sustentar o argumento segundo o qual as racionalidades práticas ecológicas amazônicas nos conflitos em torno da construção de Hidrelétrica Belo Monte forçaram o governo e a empresa administradora dela a flexionar práticas de gestão e as regras do jogo. Desta vez, não somente pela influência dos mecanismos racionais jurídicos ou técnico-científico do desenvolvimento sustentável, mas principalmente pela expressividade dessa contraconduta preservacionista, as racionalidades práticas amazônicas.

7.1. Novo projeto de Belo Monte sustentável

Desde os anos 1980, o movimento indígena tentou barrar o projeto de construção de uma usina hidrelétrica no rio Xingu, conforme tratei nos capítulos cinco e seis. Naquela década, os governos militares já haviam construído a hidrelétrica de Tucuruí. O plano era, logo na sequência, fazer uma barragem e uma usina no rio Xingu. Durante os governos militares e no governo de transição democrática de 1985 a 1990, as estratégias do movimento indígena e outros movimentos sociais tiveram êxito, conseguiram barrar a implementação do projeto de aproveitamento hidrelétrico Kararaô em 1989.

Os rumores da retomada do projeto de construção da hidrelétrica ressurgiram no final dos anos 1990. O governo FHC II já havia anunciado que a barragem no rio Xingu seria construída com o nome de complexo hidrelétrico Belo Monte, abandonando o nome indígena Kararaô coibido por ser um grito de guerra indígena. Vários grupos locais lutaram contra o projeto de aproveitamento hidrelétrico Belo Monte.

Os movimentos sociais de Altamira e região que tiveram uma formação política de esquerda, desde as comunidades eclesiais de base, dedicaram anos de esforços na luta contra a barragem no simbólico rio Xingu. Mas quando Luiz Inácio Lula da Silva do PT venceu as eleições em 2002 e assumiu a presidência da república, o otimismo do momento os fez acreditar que o projeto Belo Monte seria engavetado, conforme me contou em entrevista Antônia Melo cujo trecho cito abaixo:

Quando saia o Fernando Henrique Cardoso, a luta para que o governo do PT assumisse a presidência, ganhasse a presidência foi muito grande, com uma grande esperança de que, com o governo do PT na presidência...

Então, quando Lula se elegeu 2003, né?, foi uma grande esperança para nós que esse projeto não seria empurrado goela abaixo, seria um projeto onde as pessoas tivessem o direito de falar, dar sua opinião. Enfim, foi isso que nós pensamos e até acreditamos que poderia ser diferente com o governo do PT no poder. Mas aí veio 2004, 2005, veio 2006, 2007, ele só avançou.

Desde os anos 1990, Antônia Melo fez parte de um grupo de cinco pessoas (quatro homens sindicalistas e ela) que juntos ajudaram constituir a FVPP (Fundação, Viver, Produzir e Preservar), uma instituição jurídica que aglutinava várias organizações sociais por meio de afiliação¹²⁷. Em novembro de 2000, aquele grupo com cinco pessoas deu início às lutas, mobilizações e conferências organizadas para chamar a atenção do governo federal para o aumento do desmatamento na região do Médio Xingu e da Transamazônia promovido por grileiros e madeireiros.

Em oito de agosto de 2001, nosso principal coordenador, Ademir Federicci foi assassinado. Com o assassinato foi muito difícil para nós continuarmos em frente. Com certeza, ele foi assassinado também por conta de estar liderando uma campanha contra o projeto Belo Monte e outras questões. Ele havia denunciado roubo ilegal de madeira em terras indígenas. Ele era um militante assim muito atuante.

Ela sentiu muito a perda do companheiro de luta. Mas retomou as forças para continuar a batalha ao lado das outras pessoas do grupo. Melo participava de alguns movimentos sociais, como o movimento de mulheres de Altamira, que se conectava com vários outros movimentos sociais, sindicatos e associações na entidade jurídica FVPP. Mas decidiu se desvincular dessa fundação que ajudou constituir e se afastar de antigos aliados, após a visita do presidente Lula à Altamira no final do seu segundo mandato:

Em 2010, quando Lula veio aqui. Veio para falar de Belo Monte. E um grupo que não aceitou Belo Monte, é!, que não aceitou e que não aceitava, se organizou. Fizemos protesto. Então, o governo chamou os movimentos [sociais], partidos, sindicatos, todo movimento regional que era da base do PT. Chamou os movimentos e mandou que eles ficassem calados e apoiassem o projeto, porque era projeto do PT, projeto do governo. E aí foi onde aconteceu a grande separação, grande divisão dos movimentos sociais. Ficou para lá, quem ficou calado, com certeza, apoiando Belo Monte, porque quem cala consente. E os poucos que restaram, resistiram, continuamos no Movimento Xingu Vivo para Sempre, que é um movimento contra esse modelo desenvolvimentista, que é um movimento em defesa dos povos, em defesa do Xingu, em defesa das águas, em defesa da Amazônia, em defesa da vida, em defesa do planeta.

Adesão de parte das forças de resistência locais ao apelo do presidente Lula acentuou

¹²⁷ A fundação foi criada para ajudar, por meio de seus afiliados, a fomentar o desenvolvimento na Amazônia a partir de práticas sustentáveis. Ela teve sempre uma relação de cooperação com várias pessoas ligadas à FVPP e fez parte do quadro da administração dela até 2010.

a diferença entre formas de se relacionar com a floresta e de construir uma mobilização política a partir dessa relação. As pessoas que enunciavam sua luta a partir de valores e práticas de regulação do desenvolvimento sustentável e aqueles que seguiam fazendo oposição irresoluta à construção da hidrelétrica no rio Xingu. Abriu-se uma cisão. Quem estava disposto a jogar dentro do quadro do desenvolvimento sustentável se esforçava em negociar compensações do projeto e exigir o cumprimento dos pactos da empresa e do governo com a legislação ambiental. Um grupo menor de pessoas continuou na luta pela preservação do rio Xingu e da Amazônia sem uma barragem.

A Eletrobrás, por sua vez, buscava demonstrar no relatório de impacto ambiental que “foram feitas mudanças no projeto de engenharia para que o AHE Belo Monte pudesse ser construído e operado com sustentabilidade” (ELETROBRÁS, 2009, p. 07). De fato, o projeto foi reconstruído segundo uma racionalidade diferente do primeiro projeto formulado pelos governos militares. A área a ser alagada de mil e duzentos quilômetros quadrados foi reduzida para quinhentos e dezesseis quilômetros quadrados, de modo a preservar as terras dos povos indígenas Juruna do Paquiçamba e dos povos Arara da Volta Grande. Além disso, no novo projeto, havia proposta de um plano de Direitos Humanos e de sustentabilidade econômica para povos indígenas no qual estava prevista capacitação de indígenas para trabalhar na construção da barragem da hidrelétrica Belo Monte.

O presidente Lula e membros do governo foram à Altamira, naquele ano de 2010, para tentar demover uma forte resistência ao projeto acentuando os pontos positivos do EIA/RIMA. As pessoas com quem o presidente se encontrou fizeram por vários anos uma luta contra a instalação e operação de hidrelétrica no rio Xingu. O RIMA apresentou os seguintes argumentos:

Você já sabe que a construção do AHE Belo Monte irá causar impactos negativos e positivos. Sabe, também, que os Planos, Programas e Projetos foram elaborados para evitar, diminuir, controlar e compensar os impactos negativos ou aumentar os benefícios dos impactos positivos (ELETROBRÁS, 2009, p. 176).

Os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são citados várias vezes ao longo desse RIMA. O conceito de desenvolvimento sustentável¹²⁸ marca uma nova orientação no projeto de aproveitamento hidrelétrico no rio Xingu. Comparece no RIMA como a racionalidade capaz de garantir o futuro da bacia do rio Xingu, porque seria colocado em

¹²⁸ No RIMA desenvolvimento sustentável é conceituado como: “modelo de desenvolvimento em que o importante não é só gerar riqueza, mas distribuir essa riqueza de forma mais justa e proteger o meio ambiente” (ELETROBRÁS, 2009, p. 188).

prática por meio de adequado acompanhamento, manejo dos recursos ambientais e fiscalização governamental.

Quando se associam noções de desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental visa-se, conforme notou (VASQUES, 2018, p. 85), sempre “conciliar o mercado e a preservação com o objetivo de harmonizar a vida humana e as condições adequadas de manutenção da vida”. O projeto foi reformulado, segundo notou Henri Acselrad, com uso constante dos termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, bem como com respostas antecipadas para evitar críticas dos impactos que grandes obras de hidrelétrica provocam:

Trata-se, por certo, de um esforço vocabular para apresentar a enorme transformação sócio-ecológica que representa a construção da barragem como uma ação ambientalmente benigna, capaz de ser descrita por uma terminologia cara a ambientalistas, instituições do Estado e organismos multilaterais que se deram por missão proteger o meio ambiente (ACSELRAD, 2009, p. 53).

O relatório sugere um plano de sustentabilidade econômica da população indígena que vai de encontro à racionalidade prática ecológica amazônica das populações indígenas. Sugere capacitar indígena para se tornar mão-de-obra para trabalhar nas construções da barragem e da hidrelétrica sob comando de brancos.

Ao contrário do sentido etimológico do termo sustentabilidade, relacionado à garantia ou manutenção da vida, barragens para hidrelétricas produzem grande mudança infraestrutural capaz de transformar o ecossistema da região e deteriorar a vida. A sugestão no projeto de compensar economicamente os impactos que deterioram a vida é imoral da perspectiva da racionalidade prática amazônica enunciada acima por Antônia Melo, na medida em que essas mudanças que deterioram a vida não são compensáveis.

Essa racionalidade prática amazônica apenas se aproxima da reflexão ética e política presente na racionalidade prática desenvolvimentista sustentável que contrapõe à racionalidade prática desenvolvimentista industrialista, bem como à predatória por essas duas últimas desconsiderarem a urgência da preservação ambiental. Não lidam com a catástrofe ecológica porque seguem a lógica do sacrifício em linhas estruturantes da desigualdade social, racial e regional. Há um ponto em comum entre a racionalidade prática ecológica amazônica e a racionalidade prática desenvolvimentista-sustentável de que a destruição do ecossistema leva ao autoextermínio. Mas elas possuem práticas (atividades e pensamento) sobre o meio ambiente diferentes.

A sustentabilidade é uma conduta voltada para fazer um país se desenvolver

economicamente, mesmo que para isso o modo de vida de minorias, como dos povos do Xingu, seja sacrificado. Uma vila inteira (como, por exemplo, a comunidade Santo Antônio que Seu Élio ajudou a construir e sobre o qual falamos de maneira detalhada no capítulo quatro) pode ser desestruturada diante de “objetivos” considerados “maiores”. Por exemplo, a propalada necessidade de geração de energia e desenvolvimento nacional, urbano ou regional. Em outras palavras, o desenvolvimento sustentável corrobora práticas e pensamento de pessoas dos grandes centros urbanos que costumam estar distantes física e afetivamente dos lugares onde acontecem os impactos ambientais reais, os extermínios de espécies e a destruição de modos de viver na floresta.

A racionalidade prática ecológica amazônica percebe, a partir de experiência prática no espaço em que vive, que a consequência da destruição de outras formas de vida no ambiente natural é a morte dos seres humanos também. A aniquilação da floresta, rio, animais leva ao autoextermínio humano. Nesse tipo de prática preservacionista, não cabe nem mesmo o desenvolvimento com o adjetivo eufêmico sustentável.

7.2. O golpe na mesa, engenharia sustentável e política autoritária

Nos primeiros meses do seu primeiro mandato em 2003, o presidente Lula já deixava claro que retomaria o projeto iniciado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, seu antecessor. Um grupo liderado pelo deputado federal Zé Geraldo, do PT do Estado do Pará, mesmo partido do presidente Lula, no ano 2004, conforme Antônia Melo me contou durante uma entrevista, convocou uma reunião em Brasília com a ministra Dilma Rousseff de Minas e Energia. Nessa comitiva que foi à capital federal, além do deputado, estavam outras pessoas conhecidas da região, como o Bispo Dom Erwin e a própria Antônia Melo. Chegaram ao ministério, dirigiram-se a uma sala na qual se sentaram para aguardar a ministra.

Depois de horas de espera, Dilma Rousseff entrou na sala sem cumprimentar ninguém pessoalmente. As lideranças foram diretas ao assunto. Expuseram o motivo da reunião e apresentaram alguns dos argumentos acerca da inviabilidade de uma barragem no rio Xingu. Antes que todos os pontos fossem explanados, Dilma Rousseff atropelou a arguição, deu um forte golpe na mesa que assustou todos da comitiva e falou que Belo Monte seria construída de qualquer maneira. Depois do espetáculo imperativo, levantou-se, virou as costas e saiu da sala, da mesma maneira que entrou, sem se despedir de ninguém.

Aquele golpe na mesa, durante a reunião, era um sinal de que a hidrelétrica Belo Monte seria um propósito intransigente de um governo de esquerda cujo partido a maioria do grupo ajudou a fundar e estruturar na região do Médio Xingu e Transamazônica. Depois desse encontro com a ministra Dilma Rousseff, os membros de movimentos sociais que participaram da reunião fizeram um balanço no qual cogitaram que o encontro no Ministério de Minas e Energia era um sinal sugestivo de traição do governo do PT. Convenceram-se, segundo (BRUM, 2015), de que havia um forte indicativo de que a hidrelétrica Belo Monte, que nem mesmo os governos militares e governos de direita ou centro-direita conseguiram fazer, poderia ser construída por um governo de esquerda.

O plano de construir Belo Monte foi, portanto, retomado, inclusive com as várias mudanças no projeto de engenharia para adequá-lo ao paradigma do desenvolvimento sustentável¹²⁹. O novo desenho propôs a redução do reservatório de mil e duzentos quilômetros quadrados para quinhentos e dezesseis quilômetros quadrados. O objetivo era não atingir as terras dos indígenas Juruna do Paquiçamba e dos Arara da Volta Grande.

Incluiu-se o desvio em um trecho de aproximadamente cem quilômetros na Volta Grande do Xingu para um trecho ocupado por florestas e assentamentos de pequenos agricultores, entrecortados por trechos da rodovia Transamazônica (BERMANN, 2012). Assim buscava driblar a Constituição Federal que impede a remoção das populações indígenas sem consulta prévia e a aprovação do Congresso Nacional. Mesmo, com essas modificações, já se percebia que os ribeirinhos e indígenas seriam prejudicados quando o rio fosse esvaziado (MELLO, 2013).

Com o PAC II, no ano 2010, deu-se sequência à constituição de um ambiente favorável à execução desses projetos de infraestrutura para atrair investidores estrangeiros. O que não aconteceu. O investidor estrangeiro desertou. Coube ao Governo, com estímulos e financiamento, através do BNDES ou da Eletrobrás, garantir condições para um “capitalismo sem risco” e então conseguir sócios nacionais¹³⁰.

O movimento social Xingu Vivo Para Sempre, através do Ministério Público, entrou com doze ações civis públicas no Tribunal Regional Federal (TRF), após o IBAMA conceder

¹²⁹ Foram feitas alterações que visavam reduzir impactos físicos e socioambientais, contornar a legislação e a resistência política dos grupos étnicos, das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais, e assim tornar o projeto mais palatável a ambientalistas e mais atrativo aos investidores estrangeiros.

¹³⁰ Em 2018, os sócios acionistas eram compostos por um grupo de empresas públicas Eletrobras, Chesf e Eletronorte (49,98%), pela Cemig, Light, JMalucelli Energia, Vale, Sinobrás, Neoenergia e pelos fundos de pensão Petros (de funcionários da Petrobras) e Funcef (da Caixa) (PEREIRA, 2018).

licença prévia para início das obras da Hidrelétrica Belo Monte em 2010. Apenas uma delas foi julgada e indeferida. O juiz do TRF alegou, na época, que a interrupção da obra representaria grave lesão à economia pública, porque geraria perda de postos trabalho e de investimento ¹³¹. O magistrado não disfarçou favorecer a lógica do empreendedor. Imediatamente aquele movimento social acusou a parcialidade no julgamento.

Os advogados da Advocacia-Geral da União (AGU) tornaram-se presenças constantes na cidade de Altamira no final de 2010 e início de 2011 para ajudar destravar movimentos de resistência contra a construção da hidrelétrica Belo Monte. Designados para defender a prerrogativa de obra estratégica de interesse da União, os advogados da AGU ficaram de prontidão para processar quaisquer organizações advogados ou procuradores que movessem ações civis públicas contra o projeto, a Eletrobrás ou Governo Federal.

Havia uma contradição nas táticas do governo que buscava vender um projeto de aproveitamento hidrelétrico com rótulo de desenvolvimento sustentável, como busquei mostrar no subcapítulo anterior. Uma das premissas dessa nova política ambiental que emergiu nos anos 1970, era a racionalização e os cálculos sobre viabilidade de empreendimentos potencialmente poluidores, bem como a participação da sociedade. Esperava-se que o procedimento fosse cuidadoso, por isso lento, para se fomentar um consenso mínimo.

Não foi o que aconteceu. O governo de Dilma Rousseff exigiu acelerar esse processo. Fez pressão para que os órgãos do governo como o IBAMA liberassem as licenças prévias, depois a licença de instalação, bem como a licença de operação.

A despeito da forte tensão, conflito e resistência dos grupos étnicos, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, ambientalistas e intelectuais que faziam a luta contra a União, no início de 2011, o Governo Dilma, logo nos primeiros meses de seu mandato, deu sequência aos projetos do PAC 2 nos quais o projeto da Usina Belo Monte estava incluído. No ano anterior, em 2010, a Eletrobrás já tinha a licença com autorização para a construir a hidrelétrica Belo Monte no rio Xingu. O represamento do rio Xingu ocorreria onde havia uma densa cobertura de florestas e assentamentos de ribeirinhos pescadores e pequenos agricultores.

Após uma etapa da guerra contra barragem e vários “golpes” na mesa do governo federal, nos primeiros meses de 2011, deu-se início ao desmatamento dos espaços e ao processo de expulsão dos habitantes ribeirinhos para início da implementação do projeto de

¹³¹ Vale a pena conferir (IRIGARAY, 2011).

construção.

O primeiro golpe, para Antônia Melo, foi dado em Altamira com a imposição de Belo Monte aos povos do Xingu: “nós sofremos um golpe”. O golpe do impeachment da presidente Dilma Rousseff, para ela, foi um contragolpe e ocorreu após se abrir brecha no sistema legal para impor a Hidrelétrica Belo Monte. O que Antônia Melo observa é que o governo Dilma fez uso do golpe de Estado cujas práticas governamentais excederam a soberania na construção da Belo Monte. Ela reconhece o golpe nas manobras do governo para bloquear a possibilidade de negociação. As imposições deixaram a violência do golpe mais exposta¹³².

Um bom exemplo foi a Norte Energia, que naquele clima imperioso que um “golpe” produz, se sentiu no direito de avaliar o preço dos imóveis rurais e urbanos a serem desapropriados com base nos próprios parâmetros da empresa. Algumas casas rurais e ribeirinhas, construídas com madeira e palhas ou lonas, para uso nos finais de semana ou durante o período de pesca foram consideradas sem valor de mercado, desapropriadas, destruídas e queimadas em valas. Uma nova norma que é imposta especialmente aos ribeirinhos.

A força de resistência política, a partir de 2008, dos grupos étnicos e ribeirinhos do Médio Xingu, Transamazônica e da Volta Grande do Xingu tonificou-se com adesão de vários movimentos sociais, da Igreja católica, organizações da sociedade civil, intelectuais acadêmicos e políticos de partidos de esquerda.

Para assegurar o andamento da obra, os advogados da AGU reclamaram medidas de manutenção da ordem e economia públicas (IRIGARAY, 2011). A construção da Belo Monte seguiu seu curso porque foi aplicado o instrumento legal conhecido como Suspensão de Segurança. Trata-se de uma lei que foi criada na Ditadura Militar a partir da lei 4.348/64 que visava suspender decisões judiciais contrárias ao Regime. A essa lei se recorre quando tribunais superiores do judiciário precisam suspender decisões de instâncias inferiores sob a

¹³² É preciso apenas pontuar diferenças das noções de “golpe”. O primeiro golpe foi de fato um golpe, concebido como atributo da Razão de Estado, e voltado para garantir os próprios interesses do Estado e sua autopreservação. Como salientou (FOUCAULT, 2008), a governamentalidade do Estado é algo que permite infringir qualquer lei. O Estado deve comandar as leis para que elas se acomodem dentro do Estado, não o contrário. Ele está acima do direito. Apenas segue a justiça artificialmente, quando está relacionada à necessidade do Estado. É por isso que uma especificidade do golpe de Estado é que ele não se dobra às leis. Uma segunda especificidade é que golpe de Estado tem relação com violência. Já o impeachment da presidente eleita foi um golpe ilegítimo, na medida em que houve uma mudança radical das regras institucionais para alguns agentes políticos assumirem o governo para colocar em práticas projetos de seus interesses e não do próprio Estado.

justificativa do risco de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública¹³³.

Os meios de negociação possibilitados pela institucionalidade do Estado de direito democrático foram se encurtando. Movimentos sociais de Altamira e populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, habitantes da cidade contrários à obra começaram a mudar de estratégias e de ação política. Como meios “legais” e institucionais foram bloqueados, passaram a recorrer a outras ilegalidades para o enfrentamento direto: invasão e depredação de escritório administrativo, furtos de equipamentos, incêndios de alojamentos, tentativa de sequestro de diretores de obras e engenheiros, ameaças com dinamites para explodir máquinas das obras e assim intimidar os empreiteiros, e bloqueios de rodovias e estradas para impedir o acesso de caminhões, máquinas e ônibus que levavam os operários para o canteiro de obra.

Para instituir a “ordem” e conter “ilegalismos” daqueles que “ameaçam” a execução da Belo Monte, o Ministro de Minas e Energia emite uma portaria ao Ministro da Justiça solicitando segurança para as obras de infraestrutura energética e é atendido prontamente com tropas da Força Nacional, alegando que “além de zelar pela integridade pessoal de quem vive ou trabalha na área, em caso de protestos, os policiais [da Força Nacional] vão atuar no sentido de evitar a paralisação das obras e o fechamento das vias de acesso ao empreendimento” (AGÊNCIA BRASIL, 2013).

7.3. Painel de especialistas e práticas das ciências na produção da verdade sobre o Xingu

Desde as primeiras ações relacionadas ao licenciamento ambiental para construção de Belo Monte, conforme apresentei no subcapítulo anterior, indígenas, ribeirinhos e lideranças de movimentos sociais como o Movimento Xingu Vivo para Sempre recorreram estrategicamente a pesquisadores de diversas áreas disciplinares para travar o enfrentamento político no âmbito do discurso técnico-científico.

¹³³ Enquanto a AGU cerceava a ação de juízes e promotores e a Eletrobrás buscava massificar as campanhas publicitárias sobre projeto de construção da Belo Monte, a base de apoio no poder legislativo trabalhava para transformar ilegalidades em medidas legais e assim garantir a construção da usina. É válido notar que nos momentos em que a ação violenta e intransigente do Estado necessita de respaldo legal há uma intensa criatividade jurídica. Durante as jornadas de junho de 2013, por exemplo, houve fabricação de novas leis para transformar ações diretas violentas em crime e assim subsidiar medidas de repressão aos manifestantes e conter aquela pujante e inédita ação política de massas.

A partir da apresentação do EIA/RIMA¹³⁴, os movimentos sociais articularam o Painel de Especialistas, constituído para analisar documentos e estudos produzidos para obter licença prévia, de instalação e de operação. Além de “subsidiar um processo de decisão que se espera seja pautado pelo debate público – sério e democrático” conforme afirmam (MAGALHÃES e HERNANDEZ, 2009, p. 10), os relatórios de especialistas produziam a controvérsia necessária para demonstrar a inviabilidade do empreendimento.

Esse grupo foi formado por vinte e seis pesquisadores e quatorze colaboradores voluntários dispostos a elaborar pareceres, relatórios, enfim, textos de apoio à guerra da informação e da verdade tecnocientífica. O grupo de quarenta especialistas ligados às universidades brasileiras ou estrangeiras foi composto por engenheiros eletricitas e engenheiros mecânicos, especialistas em energia elétrica, biólogos, ecólogos, ictiólogos, hidrólogos, etnólogos, zoólogos, antropólogos, sociólogos, economistas, geógrafos, cientistas políticos, pesquisadores da saúde pública e da assistência social.

Essas análises críticas do EIA/RIMA ofereceriam subsídios para as ações movidas pelo Ministério Público no sentido de requisitar o cancelamento do licenciamento ambiental. Os estudos do Painel de Especialista indicavam impactos imediatos nos quais um fluxo de migrantes para Altamira intensificaria a pressão sobre terras de populações étnicas e seus recursos naturais. Sete terras indígenas e uma unidade de conservação da região sofreriam impactos diretos. Demonstravam que os indígenas não foram consultados, somente informados¹³⁵. O Painel de Especialistas apontou o descumprimento de doze exigências necessárias para o licenciamento e cumprimento parcial de cinco.

Com os mecanismos legais nacionais tolhidos, em novembro de 2010, o movimento Xingu Vivo, com apoio de outros movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil, respaldado pelos pareceres e análises do Painel de Especialistas, recorreu a organizações internacionais e levou o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

¹³⁴ Em 2009, foi apresentado ao IBAMA o EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental) como parte do processo de licenciamento ambiental da construção da Hidrelétrica Belo Monte (ELETROBRÁS, 2009).

¹³⁵ Não foram realizadas oitivas com as populações indígenas, procedimento considerado obrigatório pela Constituição Federal e pela convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratificada pelo Brasil em 2003. A Constituição garante à população indígena o direito de informação objetiva sobre impactos de projetos propostos e exige o registro de sua opinião. Observou-se que a Eletrobrás e o Governo Federal reivindicavam o direito de dar golpes. Além dessas manobras dentro do instrumento dos relatórios, o Estado foi acusado de agir ilegalmente ao não atender às exigências de convenções internacionais e descumprir o tratado da OEA. Uma comissão da OEA apontou a ilegalidade da execução da obra. Com base na lei de crimes ambientais, os movimentos sociais provocaram o MPF a denunciar a Norte Energia, sob comando do Governo Federal, por ter cometido crimes.

da OEA.

Em abril de 2011, mês seguinte ao início da execução da obra de Belo Monte, essa Comissão solicitou oficialmente a imediata suspensão da construção ao constatar ilegalidade do procedimento de licenciamento ambiental que não cumpriu convenções e protocolos internacionais que recomendavam oitivas com os indígenas. O governo brasileiro reagiu a essa solicitação reafirmando legalidade da obra alegando que as exigências da OIT foram cumpridas. Essa reação foi reforçada por declarações nos meios de comunicação, onde o governo reiterava o caráter impreterível e inquestionável da Belo Monte¹³⁶.

Além de constatar omissões, deficiências e erros notáveis nos relatórios de impacto ambiental contratados, em 2009, pela Eletrobrás, os pareceres do Painel também apontaram que a presença das populações indígenas foi completamente omitida, como um modo de driblar a exigência da consulta pública. Ainda que o local de construção da obra tivesse sido transposto para outra área fora da terra indígena, a população indígena seria impactada. Essa transposição também constituiu uma medida para proteger o projeto das recomendações de oitivas e resguardar-se da interferência da população local.

Segundo o relatório do Painel, as falhas e omissões ou ausência no EIA constitui crime ambiental previsto no Artigo 69-A da Lei Federal 9.605/98, qual seja, “elaborar ou apresentar no licenciamento concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso inclusive por omissão [incluído pela lei nº 11.284/2006] pena de reclusão, de 3 a 6 anos e multa. §1º Se o crime é culposo: pena - detenção de 1 a 3 anos; §2º A pena é aumentada de 1/3 a 2/3, se há danos significativos ao meio ambiente, em decorrência do uso da informação falsa, incompleta ou enganosa”.

Se movimentos de oposição à hidrelétrica, por meio de táticas e estratégias políticas eficientes, conseguissem reunir grande poder político, poderiam caracterizar as práticas do governo e da Norte Energia como eticamente reprováveis e crime. Assim a paralisação da construção seria uma forma de coibir esse tipo de ato e possíveis reproduções desses crimes na Amazônica. Caso o grupo lograsse êxito na guerra da barragem, as práticas se institucionalizam em um tipo de conhecimento resultante de uma batalha vencida que se

¹³⁶ As agências de notícia (UNB AGÊNCIA, 2011), (BOM DIA BRASIL, 2011), (FOLHA S.PAULO, 2013), (ESTADÃO, 2011) e (IRIGARAY, 2011) veicularam declarações de teor intransigente da presidente Dilma e da AGU. Como medida de retaliação, o governo brasileiro retirou seu apoio financeiro à Comissão e se recusou a mandar novos representantes para o Encontro da Comissão no final de 2011, conforme se pode conferir também em (VENTURA, 2012).

tornariam prática governamental.

Mas a Norte Energia conseguiu as licenças para construção da Hidrelétrica Belo Monte. E em 29 de novembro de 2015, quando estava em Altamira fazendo trabalho de campo pela primeira vez, o IBAMA autorizou a hidrelétrica a entrar em operação com a Licença de Operação número 1.317. No mês seguinte, exatamente no dia em que retornei do campo, em 21 de dezembro de 2015, a denúncia por violação de direitos humanos entrou em pauta na CIDH. No entanto, essas denúncias ainda não resultaram em condenação.

Após o IBAMA conceder essa licença de operação, vivenciei um clima de desolação e frustração que tomou conta dos militantes e ativistas de movimentos sociais e dos moradores. Embora a licença parecesse colocar fim na intensa mobilização pública nacional e internacional contrária ao projeto, a guerra continuou pela via da produção de conhecimento científico.

Selecionei dois termos, “Xingu” e “Belo Monte”, para ser testado no Ngram Viewer, uma ferramenta do Google Books que disponibiliza mais de 500 bilhões de palavras em um acervo de mais de vinte e cinco milhões de livros digitalizados. Não se trata de uma ferramenta que aponte qualquer relação de causalidade, mas pode ajudar a testar algumas hipóteses e correlações (MICHEL, SHEN, *et al.*, 2010)¹³⁷.

O gráfico abaixo foi produzido com intervalo entre os anos 1986 e 2019 para ilustrar a quantidade de vezes que foram usados em livros de todas as áreas do conhecimento em inglês com sua incorporação nos estudos através dos termos “xingu” e “Belo Monte”¹³⁸. O gráfico mostra que entre 1986 no ano 1992, houve um aumento no número da palavra “xingu” em livros em inglês.

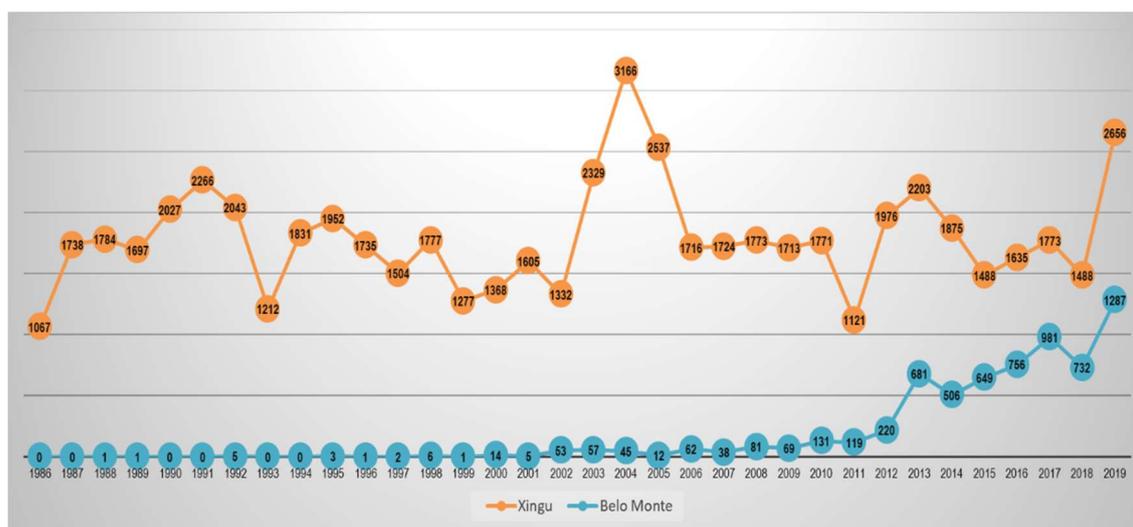
Em 1991, foi quando houve maior frequência dessa palavra nos livros. Esse aumento ocorre no período em que estavam discussão o projeto da barragem Kararaô que foi engavetado em 1989 depois da primeira mobilização das lideranças indígenas no primeiro

¹³⁷ O visualizador Ngram exibe um gráfico para mostrar em um período/anos a quantidade de vezes que uma palavra ou frase foi encontrada. Não se trata de um cálculo exato de cada palavra. Os *bots* de leitura do Google fazem 5 grandes varreduras durante as quais contam os livros digitalizados e separa por corpus de uma língua. E em cada livro conta as páginas e as palavras. Os dados totais são a soma de uma sequência de palavras. Para chegar a esses números de palavras no gráfico, calculei, a partir da porcentagem que a ferramenta oferece para cada ano segundo o corpus de determinada língua, usando o “total de 2 grams” que apresenta uma busca com maior número de palavras, páginas e livros, dentre os cinco “total de grams”.

¹³⁸ Para uma busca mais completa de ocorrência, escrevi palavras-chaves escritas com letras minúsculas e maiúsculas. Adotei também o operador “+” para combinar e somar termos em um único Ngram. Query de busca foram: “Xingu+XINGU+xingu”, “Belo Monte Dam+Belo Monte dam+the Belo Monte+Belo Monte hydroelectric+Belo Monte project”.

grito de Xingu Vivo que tratei com mais detalhe no capítulo cinco. É um intervalo considerável, já que a publicação em livro exige um tempo maior do que artigo em periódico científico.

Gráfico 1 - Uso dos termos Xingu e Belo Monte em corpus de livros em língua inglesa entre 1986 e 2019



Fonte: Google Books Ngram Viewer

Fiz uma mineração de todos os livros que citaram o termo “xingu” e separei aqueles com maior número de citação dessa palavra no corpo do livro. E pude notar que aquele com maior quantidade de citação desse termo se referia à construção da barragem no rio Xingu.

O livro “The Indians of Central and South America” publicado em 1991 trata do conflito entre os Araweté e Parakanã entre os anos 1970 e 80, do recente contato com a os brancos. E capta que a construção da barragem de Kararaô era ainda mais perturbadora do que a guerra com inimigos indígenas (OLSON, 1991). O “Contested Frontiers in Amazonia” trata de mudanças em um espaço do médio Xingu descrevendo os conflitos envolvendo construção de rodovia em São Felix do Xingu e também de maneira secundária da hidrelétrica no rio Xingu (SCHMINK e WOOD, 1992). Nesse ano, foi publicado em língua inglesa também o livro “From the Enemy's Point of View: Humanity and Divinity in an Amazonian Society” do etnólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro no qual fala sobre duas grandes ameaças aos Araweté em um futuro próximo: a inundação de parte de seu território pelos reservatórios do complexo de barragens hidrelétricas no rio Xingu e o cruzamento de suas fronteiras do sul e leste por empresas de mineração e madeireira (VIVEIROS DE CASTRO, 1992).

O que chama a atenção é que nos períodos em que houve ameaça de tirar o projeto

hidrelétrico no rio Xingu do papel, aumentou o interesse principalmente pelo espaço do Médio Xingu. O período entre 2002 e 2005 quando houve o aumento do número de palavras e de livros em inglês coincide com as eleições presidenciais no Brasil de 2002. Naquela eleição o projeto da hidrelétrica Belo Monte retornou ao debate público inclusive nas falas do candidato Lula da Silva do PT que sairia vencedor. Naquele ano ele já havia admitido construir a barragem no rio Xingu, conforme tratei no capítulo 5.

A hidrelétrica somente começou a ser qualificada pelo nome “Belo Monte” após o início de sua construção em 2011, como se pode notar no gráfico acima. Antes do início das obras, nos livros, a referência era “barragem” ou “hidrelétrica” no rio Xingu. A partir do ano 2013, os livros já apresentam o conflito entre os movimentos sociais e governo brasileiro na construção da hidrelétrica Belo Monte que estava em construção naquele momento. Cito aqui dois exemplos mais relevantes, “Environmental Movements Around the World” (SHERILYN MACGREGOR, 2013) e “Native and National in Brazil” (GUZMÁN, 2013).

Em 2017, dois anos após o início da operação das casas de força de energia, percebemos publicações que se remetem em tom mais crítico à hidrelétrica Belo Monte. No estudo de um movimento social da América do Sul, a cientista política alemã (PETERS, 2017) defende que a construção da Belo Monte não poderia ser impedida, porque havia ali relações de poder assimétricas, patrimoniais e repressão promovida pelos proponentes do projeto hidrelétrico o que, segundo ela, desencorajou a população local descontente a levantar a voz e cerrar fileira com os movimentos sociais opositores ao projeto. Mas, mesmo assim, segundo ela observa, ativistas de movimentos sociais tiveram sucesso em conseguir dificultar as obras e promover reações do governo o que permitiu construir um debate sobre o modelo socioeconômico de desenvolvimento e gerar uma consciência internacional.

A socióloga inglesa (MCCORMICK, 2017) ressalta que tais políticas energéticas intensificaram problemas em uma floresta já vulnerável à destruição e ao aumento da pobreza. O desenvolvimento de infraestrutura, como o de energia e transporte, na Amazônia pode apresentar um fator recentemente influente que levou a aumentar os índices de desmatamento na Amazônia. Para ela, a Belo Monte que seria a terceira maior barragem do mundo cujo projeto, hoje é o projeto mais controverso da história do Brasil e resultou em inúmeras violações das leis e de direitos humanos.

Já no livro de pesquisadores ingleses (PINTO, PRADO e TIRADO-ALCARAZ, 2017), a quarta maior usina hidrelétrica do mundo, a barragem de Belo Monte, tem sido fonte de controvérsias substanciais por inundar florestas tropicais e áreas agrícolas, bem como o

reassentamento compulsório de milhares de moradores ribeirinhos.

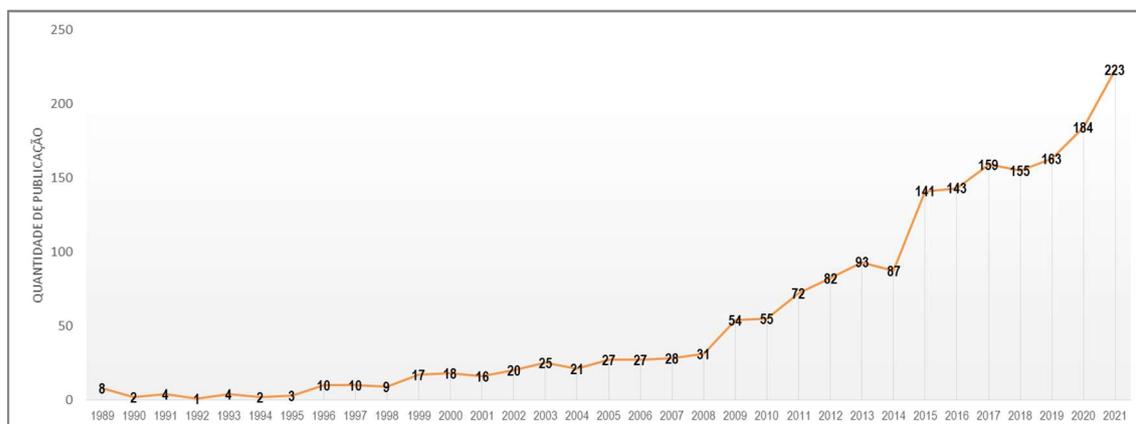
E para finalizar a exemplificação, em um livro de 2019, jornalistas inglesas e brasileiras defendem que, durante décadas, a energia hidrelétrica foi vista como a solução para as necessidades energéticas da América Latina. No entanto, surgiram sérias questões sobre sua viabilidade a longo prazo de hidrelétricas como Belo Monte. Ecologistas já alertavam para o impacto potencialmente catastrófico das barragens na bacia amazônica, a rede mais complexa de canais fluviais do mundo. A Belo Monte é um exemplo de barragem na Amazônia cujos impactos prejudicaram extremamente comunidades indígenas e ribeirinhas, sem contar a corrupção no processo de implementação (BRANFORD e RIBEIRO, 2019).

Com uso de ferramentas da cientometria, Carlos Castro investigou publicações em periódicos sobre a Amazônia na base de dados da Web of Science, de 1980 a 2019. Percebeu que as produções científicas sobre a Amazônia, nessas três décadas, duplicaram a cada sete anos. Segundo ele, essa velocidade foi superior ao da ciência de maneira geral. Se, por um lado, as áreas com mais publicação seriam “ciências da vida”, “ciências da terra”, “medicina tropical” e “ciências sociais”, por outro, as publicações de pesquisas em geociências, meteorologia, ciências atmosféricas e ciências ambientais são mais citadas internacionalmente. A temática que mais cresceu nos estudos sobre a Amazônia foram a transição ecológica e energias renováveis, bem como eficiência alocativa de recursos finitos (CASTRO, 2021).

Fiz uma busca em 2022 na página da Scopus da Elsevier, uma das principais empresas especializadas em publicação científica no mundo¹³⁹, para extrair dados para análise bibliométrica de produtividade e impacto dos artigos tomando como temática “xingu” e “belo monte”, entre os anos. O objetivo, com isso, foi de perceber a quantidade de artigos publicados tendo como temática Xingu e Belo Monte. Essa associação apenas ultrapassou a quantidade de cinquenta artigos anuais, em 2009. Esse foi o ano em que a Norte Energia entregou ao IBAMA o EIA para hidrelétrica Belo Monte, produzido por uma empresa contratada pela Eletrobrás. A base de dados da Scopus retornou cerca de mil e novecentos artigos com menção àqueles termos.

¹³⁹ Acesso efetuado pelo CAFe (Comunidade Acadêmica Federada) da BCE/UNB (Biblioteca Central da Universidade de Brasília) disponibilizado pelo Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, subordinado ao Ministério da Educação do Brasil) que possui um convênio com a base de dados da Scopus Elsevier.

*Gráfico 2 - Distribuição anual da literatura científica sobre “Xingu” e “Belo Monte”.
Entre 1989 e 2021*



Fonte: base de dados da Scopus. A elaboração do gráfico é minha

Interessante notar que após o início da construção da hidrelétrica o número de publicação anual aumentou até chegar em seu pico em 2021 com duzentos e vinte três artigos publicados. A partir da estruturação dos dados da Scopus, foi possível observar que foram usadas quase quatro mil palavras-chaves (3.998) no conjunto estudado pela pesquisa. Com a aplicação da Lei de Zipf, foi possível estimar e fazer um escalamento das palavras-chaves atribuídas pelos próprios autores aos seus artigos. Assim classificar aquelas que possuem mais e menos frequência no conjunto dos dados. Essa estruturação das palavras-chaves e aplicação da lei de Zipf servem para nortear quais são aquelas mais importantes em uma pesquisa sobre “Xingu” e “Belo Monte”.

Houve um total de sete mil seiscentos e quarenta frequências de palavras-chaves que foram distribuídos em 3 grupos. O principal grupo de palavras-chaves de interesse da pesquisa é aquele denominei “trivial”. Sua importância se dá por serem usadas no momento de indexar os artigos em determinada área da ciência ou dar visibilidade. Há apenas 26 palavras (ver tabela abaixo) com mais de 90 frequências. A principal, com 1058 frequências, é a palavra-chave Brazil, país no qual estão localizados o Xingu e a hidrelétrica Belo Monte.

Esse conjunto trivial de palavras-chaves dão pista sobre as discussões tratadas no conjunto de artigos da Scopus. Além disso, permite compreender a influência dos algoritmos em uma sociedade cada vez mais informatizada. Com essas principais palavras-chaves, é possível compreender um pouco de como funciona os motores de busca do Google, por exemplo. Essas 26 palavras-chaves têm grande chance de serem tratadas pelos algoritmos dos buscadores como as principais relacionadas a Xingu e Belo Monte como temas.

Tabela 6 - As 26 palavras-chaves dos artigos científicos, atribuídas pelos próprios autores, com mais frequência de uso que mencionam Xingu e Belo Monte. Organização com a Lei de Zipt. Base de dados da Scopus. Período 1989-2021.

Rank	Author e index Keywords	Freq.	Rank	Author e index Keywords	Freq.
1º	Brazil	1058	14º	Xingu River	107
2º	Animal	328	15º	Dam	107
3º	River	254	16º	Land use	104
4º	Amazonia	243	17º	Hydroelectric power	102
5º	Deforestation	220	18º	Adult	101
6º	Amazon	195	19º	Taxonomy	95
7º	Article	195	20º	Nonhuman	95
8º	Male	192	21º	Phylogeny	95
9º	Female	191	22º	Humans	94
10º	Biodiversity	183	23º	Forestry	93
11º	Human	168	24º	Amazon basin	91
12º	climate change	131	25º	Remote sensing	90
13º	South America	120	26º	Classification	90

Fonte: base de dados da Scopus. A elaboração do gráfico é minha

O que boa parte dessas vinte e seis palavras-chaves da tabela acima sugerem é que a Xingu é um espaço na Amazônia Brasileira. Ciências lutam para que a Amazônia seja representada como um lugar de biodiversidade exuberante e não como um projeto de desenvolvimento. Por isso, era de se esperar que por se tratar de uma área da Amazônia, que animais, rio e biodiversidade estivessem entre os principais temas tratados. Mostram o problema do desmatamento e da mudança climática.

Foucault notou que uma nova governamentalidade, uma nova arte de governar, nascia no século XVIII com os economistas. Se a arte de governar dos políticos resultou na polícia enquanto uma Razão de Estado, a arte de governar dos economistas fez aparecer uma governamentalidade moderna e contemporânea (FOUCAULT, 2012). Mas os neoliberais, segundo ele, perceberam que a ciência econômica não poderia se colocar como ciência do governo, mas sim como uma espécie de ciência orientadora da arte de governar. Para governar de maneira exata e suficiente, é preciso governar ao lado dos economistas, ouvir e levar em conta a ciência que produzem (FOUCAULT, 2010b). Esse será o novo problema do ponto de vista do problema do poder e do exercício do poder com o aparecimento do novo no homem econômico.

Como tentei demonstrar com a busca em livros e artigos internacionais é que houve uma associação da hidrelétrica Belo Monte ao desmatamento, violação de leis e direitos humanos, conflitos com relações assimétricas de poder que silenciaram críticos do projeto. A

estratégia da Norte Energia é apostar no problema das mudanças climáticas e transição ecológica para vender a energia elétrica produzida em sua hidrelétrica associada “energias renováveis” e a eficiência alocativa que são tendência na conduta do desenvolvimento sustentável vigente no Brasil, mas principalmente na Europa e nos Estados Unidos.

Porque as críticas à Belo Monte continuam e ganham uma nova estrutura. Livrou-se daqueles apelos contra a construção, mas há a crítica mais radical ao capitalismo e ao desenvolvimento que levantam voos mais duradouros na mídia, nas redes sociais. Na opinião pública, o nome do que seria o maior projeto hidrelétrico do mundo se tornou paradigma de um fracasso do ponto de vista financeiro, um projeto mais lembrado pelas críticas endereçadas a ele, do que pelo êxito. Até o presente, a Norte Energia (NESA), tem dificuldades para demonstrar o êxito do projeto. Indicadores de rendimento medianos também não seduzem os administradores de fundos de investimento.

Vários problemas apontados pelos pesquisadores do Painel de Especialistas começaram se confirmar. Num discurso oral, o pesquisador Jansen Zuanon¹⁴⁰ relata que a NESA se baseou em uma pesquisa científica de ictioplâncton, sobre larvas de peixes, que observou nos meses de fevereiro, março e abril do ano 2008 uma vazão de água na Volta Grande do Xingu de oito mil metros cúbicos por segundo. O pesquisador investigou e encontrou, depois de vários anos, no EIA/RIMA que a Norte Energia se amparou para dispor água para um trecho de cento e trinta quilômetros na Volta Grande do Xingu.

Mas a população local e cientistas defenderam que essa vazão colocava em risco os igapós (florestas que não sobrevivem sem os alagamentos temporários), as várias espécies de peixes, bem como a sobrevivência de indígenas e ribeirinhos que pescam nesse trecho do rio para se alimentarem. Mas o que chama a atenção é que, se por um lado, a NESA libera oito mil metros cúbicos para garantir o ecossistema na calha natural do rio Xingu, para produção de energia elétrica, nas turbinas da usina hidrelétrica é disponibilizado uma vazão de quatorze mil metros cúbicos de água por segundo (PALMQUIST, 2023).

No RIMA produzido pela Eletrobrás e intitulado “Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte”, o controle do desmatamento é colocado como ponto positivo da construção da hidrelétrica Belo Monte no Rio Xingu. Sugerem que a empresa conseguiria evitar o que ocorreu no espaço do Alto Xingu, onde houve uma interferência significativa dos seres

¹⁴⁰ Jansen A. S. Zuanon colaborou como co-autor da “Avaliação do EIA-Rima – Ictiofauna (2)” (pág. 148-159) que integra a “Parte VI – Fauna Aquática: riscos e omissões” do Painel de Especialistas. Conferir em (MAGALHÃES e HERNANDEZ, 2009).

humanos desmatando a floresta¹⁴¹. O RIMA aponta que o processo de desmatamento que teve início nos anos 1970 estaria em curva de crescimento devido o plantio da soja sem controle no Estado do Mato Grosso. A mudança de floresta para área de plantio de soja estaria colocando em ameaça as nascentes do rio Xingu sobre os quais trato mais especificamente no capítulo três.

No espaço do Médio Xingu, segundo o próprio RIMA, “as matas e florestas são um pouco mais preservadas. Isso se deve, principalmente, pela presença de Unidades de Conservação e de Terras Indígenas” (ELETROBRÁS, 2009, p. 176). Mas no espaço onde reservado à hidrelétrica “os desmatamentos já estão trazendo impactos negativos sobre as florestas de terra firme e floresta aluviais” (ELETROBRÁS, 2009, p. 178). A conclusão estaria de que “o futuro da bacia do rio Xingu” será preservado com implementação da hidrelétrica Belo Monte. Isso ofereceria ao governo oportunidade de controlar o espaço de influência dela freando o desmatamento e desenvolvendo a região com “sustentabilidade”.

Então vaticina que a Belo Monte seria o remédio amargo, mas necessário para conter o avanço de grileiros e madeireiros a partir de São Felix do Xingu sobre o Médio Xingu sentido Baixo Xingu, bem como o desmatamento que teria partido de Altamira com a construção da rodovia Transamazônica sentido Alto Xingu.

Os especialistas independentes analisaram criteriosamente o RIMA e outros documentos da Eletrobrás e fizeram seus relatórios que foram publicados no Painel de Especialista. Essas análises críticas permitiram fazer a controvérsia necessária para impetrar acusações para criminalizar a construção dessa hidrelétrica e para respaldar inúmeros processos abertos por movimentos sociais no Ministério Público e na Justiça Federal.

Para os movimentos sociais, a hidrelétrica Belo Monte é um divisor de águas na luta. Provocou uma nova distribuição de afetos e mudanças na percepção e nas estratégias. Depois da hidrelétrica Belo Monte sair do papel, ser construída e entrar em operação, surgiu a percepção de que a ligação entre movimentos sociais e judiciário terminou por deixar aquele muito refém desse último. A intensidade dessa relação termina por despotencializar a luta, porque abre espaço para governantes do Estado cooptarem a ação coletiva ao levar a luta para dentro do judiciário.

Um dos princípios básicos do Estado, desde sua origem na Razão de Estado do século

¹⁴¹ Segundo o relatório, isso ocorreu mais especificamente nos anos 1970 com a construção da Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) e os projetos de colonização dos anos 1980.

XVI, conforme observou (FOUCAULT, 2008), é comandar as leis para que elas se acomodem dentro do Estado, não o contrário. No judiciário, um braço do Estado, o governo controla as regras do jogo e as estratégias possíveis. O Estado não se dobra às leis, porque está acima do direito e, por isso mesmo, somente segue determinações do judiciário artificialmente. Apenas quando estas estiverem relacionadas às próprias necessidades do Estado.

O contraexemplo dos movimentos sociais do Médio Xingu amazônico, especialmente de Altamira, demonstra por que uma luta travada no judiciário tende ao fracasso. A crença na democracia, na garantia do Estado de direito, impele o jogo para o recinto do judiciário cujas determinações o governo seguirá se estiver de acordo com os interesses do Estado. Caso contrário, por necessidade, abandonará as regras surpreendendo algumas pessoas que acusaram o golpe. Essa é uma das características do Estado, não se relacionar com legalidade, mas tão somente com necessidade. Por que a necessidade silencia as leis, porque:

A política não é uma coisa que tem de se inscrever no interior de uma legalidade ou de um sistema de leis. A política tem a ver com outra coisa, mesmo que utilize as leis como instrumento quando delas necessita em certos momentos. A política é algo que tem relação com a necessidade (FOUCAULT, 2008, p. 351).

Lideranças do Movimento Xingu Vivo para Sempre compreenderam essas características do Estado na prática, na relação com órgãos do judiciário. Presenciei fazerem *mea culpa* por abandonar os elementos contraditórios das leis e por fazer a luta política no judiciário, admitindo as leis a partir de elementos comprovatórios de um Estado democrático e de direitos. É preciso analisar isso tendo em vista um processo, mais geral no Brasil e em outros países, de judicialização das lutas políticas dos movimentos sociais.

O judiciário foi uma armadilha no embate político em torno da Hidrelétrica Belo Monte, quando ocorreu a judicialização da luta política, especialmente a partir do ano 2010. Existiam vários embates, muitos dos quais foram resumidos em “luta por direitos”. Obviamente, para o governo, quando tem seus projetos prioritários como a construção de uma hidrelétrica, é interessante a luta política de opositores ser levada para dentro do judiciário cuja determinação segue se estiver de acordo com suas necessidades ou abandona as regras.

O Movimento Xingu Vivo para Sempre foi aquele que recebeu os golpes mais pesados durante a guerra da barragem da hidrelétrica Belo Monte. Percebi que o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e a FVPP (Fundação Viver Preservar e Produzir), tomando aqui como exemplos, não percebiam a construção da hidrelétrica como golpe, como grande derrota. Porque a linha de atuação do primeiro é a luta por direitos dos atingidos, assim presumindo a inevitabilidade da construção da hidrelétrica e seu conseqüente impacto. A

FVPP demonstra maior adesão ao desenvolvimento sustentável que busca promover. A reformulação do projeto da Hidrelétrica com adaptação à conduta do desenvolvimento sustentável atendeu bem suas expectativas.

Nem um líder carismático de esquerda como Lula ou qualquer outro é capaz de fazer os membros fundadores do Movimento Xingu Vivo para Sempre e as lideranças dos movimentos indígenas do Médio Xingu abrigarem uma hidrelétrica acompanhada com suas condicionantes que MAB e FVPP acolheriam mais facilmente. Como percebi mais tarde, quando isso tornou mais inteligível para mim, os membros desse movimento e dessa fundação compartilham dessa racionalidade prática desenvolvimentista sustentável. As atividades e o pensamento dos povos indígenas e populações tradicionais que o Movimento Xingu Vivo é expressão se referem à conduta ecológica amazônica. Nela a justificativa das compensações econômicas não fazem sentido. Não há lugar para adesões a desenvolvimento com rótulo sustentável como novidade, porque ao fim e ao cabo continua sendo uma expressão do capitalismo, apenas em sua nova embalagem, qual seja, o neoliberalismo.

7.4. Hidrelétrica Belo Monte e o desenvolvimento sustentável

Neste subcapítulo, trato dos estudos e relatórios de impacto ambiental para demonstrar uma mudança na racionalidade prática como causa de mudança no paradigma de gestão de empresas privadas e, por conseguinte, elaboração de *techné* de Estado para governar os seres humanos e controlar o meio ambiente.

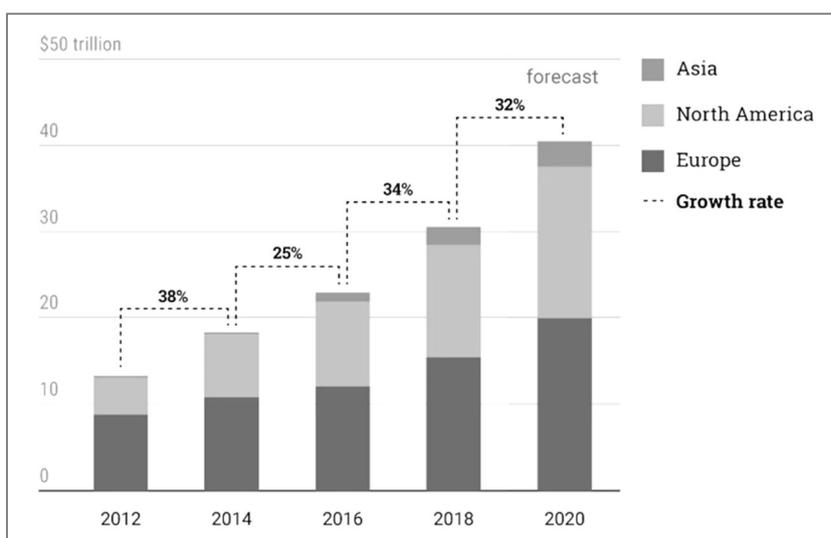
Desde o RIMA, conforme já adiantei no subcapítulo anterior, a estratégia para construir a Hidrelétrica Belo Monte busca associar o projeto dela ao desenvolvimento sustentável. Ao receber a licença para operação e ser considerada totalmente concluída, em novembro de 2019, a Norte Energia, administradora da hidrelétrica Belo Monte, busca demonstrar que cumpriu todos requisitos sugeridos no relatório de impacto ambiental. Assim conseguir certificações de sustentabilidade para atuar com legitimidade no “mercado verde” de bolsa de valores e fundos de investimento.

Em vários lugares do mundo, empresas agora buscam certificação de ESG (Environmental, Social and Governance) ao perceber que produtos se tornam de “alta qualidade” com esse certificado. Compreendem haver no mercado consumidores que fazem escolhas racionais de acordo com princípios éticos e, por isso, buscam rastrear as

características de determinados produtos. A confiança em produtos de determinadas indústrias passou a exigir gestão orientada por objetivo “coletivo”, com “valorização” do capital social e visando à conservação do meio ambiente. O número de consumidores que exigem uso racional da eletricidade sustentável, baseada em produção de energia renovável, de gás não fóssil, de hidrogênio e de sequestro de carbono da atmosfera, tende a aumentar.

Isso reflete um processo de mudança social em curso. Embora demore ainda algumas décadas para se consolidar definitivamente, já é possível notar sua força a partir de uma tendência. Recentemente, para se ter uma ideia, entre 2012 e 2020, houve um crescimento significativo de fundos de investimento de empresas com gestão “preocupada com capital social e ambientalmente responsável”, ou seja, em conformidade com o padrão ESG.

Gráfico 3 - Fundo de investimento em empresas com gestão ESG, 2012-2020. Ásia, América do Norte e Europa. Taxa de crescimento bianual. Por Trilhões de Dólar



Fonte: Opimas e Gzero Media (SANTAMARIA e TURRISI, 2020)

Em uma sociedade capitalista de mercado neoliberal, fundos de investimentos permitem perceber, de certa maneira, qual maneira de viver em sociedade é uma tendência. Se uma parcela significativa dos indivíduos urbanos se orienta com base em princípio ético a partir da valorização de objetivos coletivos na qual está incluso o futuro do planeta terra, a conservação do meio ambiente adquirirá certamente sentido legítimo na ação social dos indivíduos. A racionalidade prática ético-política, humanista e ambiental, após a segunda guerra mundial, com a preocupação das pessoas com o “futuro comum”, direitos humanos, coletividade sob a forma de “paz entre nações”, está em ascensão e em processo de transformação na conduta vigente da sociedade com o título de desenvolvimento sustentável.

Esses breves exemplos podem ajudar compreender as estratégias da NESA. Em 2021, dois anos depois a inauguração oficial, ela conseguiu para a Hidrelétrica Belo Monte I-REC Standard (The International Renewable Energy Certificate Standard) que certifica que a NESA orienta sua gestão por princípios da sustentabilidade, ou seja, sua hidrelétrica produz energia com base em fontes renováveis. Com a certificação, a NESA poderá buscar clientes que queiram neutralizar emissões de carbono, independente do porte de consumo. A NESA, no ano passado (2022), passou a comercializar “certificado de I-REC” diretamente com consumidores finais de energia elétrica. Ao adquirir uma unidade de I-REC, segundo a (NORTE ENERGIA, 2022), o consumidor final estaria comprando diretamente da Hidrelétrica Belo Monte um Megawatt-hora (MWh) de energia renovável¹⁴².

A NESA provavelmente se ampara em pesquisas que indicam aumento de pessoas que demandam energia elétrica “verde ou limpa”. O certificado do I-REC permite a uma indústria garantir aos consumidores finais no mundo que usam “100% de energia renovável”, que “a produção de seus produtos é feita com 100% de energia renovável”, que seus produtos usam eletricidade com tecnologia que emite “zero end-of-pipe” (zero poluição por chaminés), ou seja, que busca colaborar com a redução de emissão de gases poluidores causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas.

Ao vender os créditos diretamente aos consumidores, a hidrelétrica compensa as emissões de poluição do consumidor por meio de um certificado de energia renovável. A título de exemplo, peguei uma campanha de marketing da empresa durante a qual emitiu um certificado de I-REC doando a quantidade de energia elétrica usada durante a feira de indústrias do Pará. Assim o evento se rotulou como “sustentável” por usar eletricidade gerada de forma limpa e sustentável (FIPA, 2022).

O objetivo é sinalizar ao mercado de consumidores finais de vários lugares do mundo que, embora a barragem da hidrelétrica brasileira no rio Xingu esteja localizada no coração da Amazônia, trata-se de uma empresa que se compromete com ESG, conforme consta no site da empresa (NORTE ENERGIA, 2021), gera “energia limpa e renovável de forma confiável e sustentável”.

Mas essa rotulada “energia limpa e renovável” que a NESA pretende vender no mercado verde é produzida forçando a barragem da hidrelétrica Belo Monte ficar cheia ao logo

¹⁴² Se se considerar, por hipótese, que uma família consoma em média 150 Quilowatt-hora (kWh) por mês, um crédito de I-REC com 1 MWh contém quantidade de eletricidade para cerca de seis meses.

de todo ano, inclusive no período de seca. Isso tem colocado os igapós e várias espécies de peixes na Volta Grande do Xingu em risco, conforme denúncia de pesquisadores. Após desmatar amplo espaço da floresta, gerar grande impacto ambiental, reassentar várias famílias de comunidades ribeirinhas ou de bairros de Altamira compulsoriamente durante a construção da barragem e usina, agora a Norte Energia busca criar para sua hidrelétrica uma identidade limpa e sustentável no mercado. Isso requer provavelmente ainda muito trabalho das agências de publicidade dentro e fora do Brasil. Porque, conforme tratei no subcapítulo anterior, durante o processo de licenciamento e início de construção da Hidrelétrica Belo Monte, a NESA e governo federal foram colocados na defensiva na guerra comunicação que teve início nos anos 1980.

A campanha para barrar o projeto da Hidrelétrica Belo Monte na etapa de construção ganhou amplo espaço na opinião pública nacional e internacional. Em conversa com pessoas que atuaram na linha de frente da guerra da informação, disseram-me que, com as redes sociais, os atos foram muito bem-sucedidos, devido a uma repercussão muito superior àquela do primeiro movimento Xingu Vivo no ano 1989. As lideranças de movimentos sociais pensam não terem logrado êxito em barrar a construção, pelo fato do governo federal fazer uso de golpes e da violência com uso de força de segurança, conforme tratei acima neste capítulo e também nos capítulos cinco e seis. Mas acreditam que a Norte Energia e o governo federal saíram derrotados na guerra da informação, especialmente o governo de Dilma Rousseff do PT que ficou associado a hidrelétrica Belo Monte.

7.5. Conduta do desenvolvimento sustentável: novas práticas, novos crimes

Como Foucault já havia percebido desde o surgimento da Razão de Estado que deu origem à governamentalidade moderna, a economia e a opinião são os dois grandes elementos que um governo precisa saber manipular (FOUCAULT, 2012, p. 363). Na guerra para definir a verdade, um governo, ao definir as regras de produção da verdade, visa influenciar a opinião do público sobre aspectos da política. Os neoliberais americanos, ao compreenderem como funciona o “jogo da verdade”, passaram a fazer uso do positivismo lógico para atacar exatamente esse campo da opinião na qual é feita uma política de verdade do Estado. Aplicaram-no ao discurso científico, filosófico ou cotidiano. O objetivo dos neoliberais passou a ser produzir críticas em nome de um intitulado “mercado” às ações políticas ou jurídicas do

governo. A regra dos neoliberais é criticar permanentemente toda política governamental na forma de um “positivismo econômico” (FOUCAULT, 2010b).

Na guerra de comunicação, os adversários conseguiram fazer ataques na Norte Energia e no Governo que geraram danos na imagem da Hidrelétrica Belo Monte. E, como toda a guerra de comunicação ou no campo da justiça foi subsidiada por dados de vários cientistas que fizeram o relatório do Painel de Especialista para demonstrar problemas na RIMA para o Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, bem como a inviabilidade de tirar o projeto do papel, obrigou administradores do “mercado neoliberal” recuarem ainda no início da fase de construção. O governo precisou seguir com as obras da Hidrelétrica Belo Monte com todo recurso nacional.

O governo conseguiu fazê-la sair do projeto e se tornar realidade. Mas deixou para NESA o trabalho de acabar com as incertezas quanto a viabilidade de entregar aquilo que o dito “mercado livre de eletricidade” espera de Hidrelétrica Belo Monte, dar lucro para recuperar o investimento alto da construção. O trecho a seguir de uma matéria jornalista de negócios exemplifica esse argumento:

Operadores do mercado livre elétrico, onde grandes empresas negociam contratos de suprimento diretamente com geradores ou comercializadoras, estão preocupados com a possibilidade de que o órgão ambiental determine uma redução na produção da usina por questões ambientais. (REUTERS, 2021).

Como se pode notar a “preocupação” dos gestores de grandes empresas é com lucros, não com as questões ambientais. A apreensão é porque a justiça obrigou o IBAMA a aumentar a vazão em três mil e cem metros cúbicos por segundo para Volta Grande do Xingu para reduzir os impactos negativos que a vazão reduzida tem provocado na região desde que a hidrelétrica começou suas operações.

A hidrelétrica Belo Monte, projetada e construída segundo o paradigma da racionalidade prática desenvolvimentista sustentável. Foram gastos no final da obra cerca de trinta bilhões para construção de uma hidrelétrica no coração da Amazônia, em espaço simbólico para vários povos tradicionais. Passou por cima de estudos científicos que apontavam o fracasso que seria essa hidrelétrica. E agora a conta chegou. Os próprios agentes de mercado financeiro que orientam suas práticas por cálculos utilitaristas compreendem que empreendimento não é um sucesso.

A conduta do desenvolvimento sustentável, como busquei demonstrar ao longo de vários capítulos, apareceu num contexto de reflexão ética sobre autoextermínio e para pensar como devemos viver. O governo e a Norte Energia buscaram defender pontos positivos na

promoção do desenvolvimento sustentável no Xingu, na Amazônia. Mas por ser um empreendimento que foi gerado no ventre do neoliberalismo¹⁴³ por detrás dessa prática desenvolvimentista com sustentabilidade ensejou resultados insuficientes para garantir a vida no sentido amplo naquele espaço da Amazônia.

Pedro Vasques em “O governo ambiental no Brasil” considera que o aparecimento do ambientalismo se dá também a partir de uma mudança na racionalidade. Defende que as práticas do desenvolvimento sustentável chegaram ao país no final da Ditadura Militar, motivo pelo qual acabou sendo associado à noção de democracia: “no Brasil, a emergência do ambientalismo encontra espaço para se desenvolver no debate sobre a redemocratização” (VASQUES, 2018, p. 212).

Para construir seu argumento, tomou por base o NEPA (National Environmental Policy Act), uma *techné* de avaliação de impacto ambiental construída em 1969 e aprovada como lei, pelo congresso estadunidense, em 1970. O NEPA foi pensado para submeter o meio ambiente à análise técnico-científica a partir da qual se produziria relatório de impacto ambiental para garantir sustentabilidade tornando as forças de produção mais eficientes. Trata-se de um plano para preservação ambiental com orientação técnica e burocrática para decidir sobre implementação de projetos que geram grandes impactos ao meio ambiente. A avaliação de impacto ambiental se estabilizou como prática governamental nos Estados Unidos em 1980.

Foi pensado para gerar informações a partir das quais se produziriam procedimentos para reestruturar práticas conservacionistas nas atividades econômicas, tornando-as mais eficientes e sustentáveis. Mas pela característica da sociedade estadunidense que vivencia enquanto racionalidade prática o neoliberalismo, a NEPA não foi instituída inicialmente como caminho submetido obrigatoriamente pelo Estado¹⁴⁴.

¹⁴³ O plano para preservação ambiental com orientação técnica e burocrática para obras de grandes impactos ao meio ambiente foi constituído de acordo com o método de pensamento do neoliberalismo estadunidense. Segundo (FOUCAULT, 2010b), o neoliberalismo é um método de pensamento, uma grade de análise econômica e sociológica. É uma prática pautada em atividade e pensamento. São práticas que caracterizam um humano econômico a partir de suas relações de troca econômica com parceiros. No neoliberalismo, o humano econômico parceiro da troca torna-se empresário de si mesmo.

¹⁴⁴ Em O Nascimento da Biopolítica, Foucault percebeu o liberalismo americano não como uma opção econômica e política construída e formulada por governantes ou no meio governamental, mas como maneira de ser e de pensar, como relação entre governantes e governados. A governamentalidade em uma sociedade com sujeitos de direito somente poderia ser garantida criando um correspondente na arte de governar que garanta o sujeito de direito e o sujeito econômico, *techné* para governar sociedade economicamente e juridicamente, sem perder a unidade. A noção de sociedade civil foi tomada como referência para invenção dessa unidade na qual a autonomia da arte de governar e do mercado e da ciência econômica sejam garantidas. Sociedade civil resultou da tentativa de responder à questão “como governar, de acordo com as regras do direito, um espaço de soberania que tem o infortúnio ou a vantagem, como vocês quiserem, de ser povoado por sujeitos econômicos? (FOUCAULT, 2010b, p. 402)”. Ela permitirá aparecer uma nova *techné* de governo

A NEPA estava sendo gestada como *techné* de um governo neoliberal com observância ao exercício da liberdade individual para refletir racionalmente sobre importância da avaliação ambiental. Foi apresentado que o “procedimento reflexivo prévio não só indicaria prováveis consequências, como atenta a literatura, mas também modifica a própria racionalidade individual” (VASQUES, 2018, p. 156). Porém, com passar dos anos, segundo esse cientista político, a NEPA foi se consolidando como novas práticas governamentais no meio de vários ataques de opositores que buscaram o caminho da judicialização para defender os pilares básicos das liberdades individuais.

O estudo de impacto ambiental se consolidou como uma *techné* do governo estadunidense voltada para conferir ser viável implementar uma proposta de atividade econômica, para definir os caminhos a serem trilhados na implementação e na operação, bem como nas formas de gestão das empresas privadas ou públicas. Há uma orientação de dispositivos combinados para resguardar a soberania:

[...] remoções, deslocamentos forçados e desapropriações. Dispositivo disciplinar como programas educacionais, requalificações profissionais, rotinas de segurança. Mas principalmente de segurança: fixação e monitoramento de padrões de qualidade do ar, da água, clima, fauna, flora, emissão de ruídos, poluentes, alterações urbanísticas (VASQUES, 2018, p. 156).

No Brasil, o estudo de impacto ambiental se transformou em uma *techné* de governo, usado no licenciamento para instalação e operação de atividades ambientalmente poluidoras visando assessorar tomadas de decisão para prevenção da degradação e do desequilíbrio do ecossistema ambiental. Esse estudo foi instituído no país seguindo o modelo de estudo de impacto ambiental do NEPA.

A partir dos anos 1970, o modelo de *techné* para avaliação de impacto ambiental da NEPA passou ser exportada para vários países industrializados, como o Brasil. Esse modo de avaliar impacto ambiental busca atender aos acordos de cooperação das Organizações das Nações Unidas e a exigências do Banco Mundial que passou condicionar financiamento à apresentação de um relatório produzido a partir de avaliação de impacto ambiental.

No Brasil, muito embora as práticas conservacionistas aparecessem a partir dos anos 1960 durante os governos militares, essas práticas começam a aparecer como *techné* no interior do Estado brasileiro em um contexto dos anos 1970 marcado pelas contradições das lógicas

com autolimitação para garantir a universalidade e onipresença do governo, sem transgredir ou infringir as leis da economia e os princípios do direito. Governo que administrará a sociedade civil, a nação e o social, no neoliberalismo ambiental americano, deve ser onipresente para nada lhe escapar, subordinado às regras do direito e servil à especificidade da economia.

das estratégias. Para se ter uma ideia, no mesmo ano em que os governos militares instituíam a Lei Federal 6.938/1971 intitulada “Política Nacional do Meio Ambiente”¹⁴⁵, deu-se início ao desmatamento de um espaço da Amazônia para construção da rodovia BR-080 que cortaria o Território Indígena do Xingu. No ano seguinte, em 1972, ficou marcado por ser usado pela primeira vez no país a avaliação de impacto ambiental em projeto de grande empreendimento. As instituições financeiras internacionais condicionaram somente liberar recursos para construção da hidrelétrica de Sobradinho no Estado da Bahia com apresentação de relatório contendo avaliação de impactos ambientais¹⁴⁶.

No início dos anos 1970, a prática de “compatibilizar desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico” começa a se consolidar¹⁴⁷.

O marco histórico é a Conferência da ONU, realizada em junho de 1972, na cidade de Estocolmo na Suécia que resultou na Declaração de Estocolmo para o Meio Ambiente Humano. Este foi um dos marcos principais que resultaram da conferência e objetivava orientar práticas que garantissem viver com direitos fundamentais em ambiente equilibrado e qualitativamente saudável. Outra produção importante que a conferência ensejou foi a criação de um organismo com sede em Nairobi e subordinado à ONU denominado PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).

Nos anos 1970, o desenvolvimento sustentável se apresentava no Ocidente como conduta vigente e passa a pressionar por mudança das práticas governamentais em outros países. No Brasil, a prática conservacionista começou a avançar durante o processo de redemocratização. Segundo Vasques, “o discurso ambientalista internacional é incorporado sem muitas reflexões críticas e disseminado como sinônimo de combate ao autoritarismo, democracia e mais direitos” (VASQUES, 2018, p. 240). A metodologia da *techné* de governo para avaliação de impacto ambiental foi desenhada por tecnocratas com auxílio de técnico-cientistas internacionais. O governo, ao entregar para aqueles a tarefa de delinear o plano de avaliação ambiental, objetivava evitar rejeição dessa nova tecnologia política entre os servidores burocratas.

¹⁴⁵ Lei criada para regular o meio ambiente e adequar o desenvolvimento econômico à preservação do meio ambiente e garantir equilíbrio ecológico. Considerada inovadora na época, essa política buscava preservar, melhorar e restaurar o meio ambiente para garantir qualidade de vida.

¹⁴⁶ Segundo (BURSZTYN e PERSEGONA, 2008), em 1971 foi criado dentro do Banco Mundial um escritório para tratar de questões científicas ambientais.

¹⁴⁷ Essa prática está registrada no Inciso I do Artigo 4º dessa Lei Federal 6.938 em 1981.

Em agosto de 1981, entrou em vigor a Lei Federal 6.938 intitulada de Políticas Nacionais do Meio Ambiente (PNMA) para orientar e controlar o exercício das atividades empresariais públicas ou privadas. Ela cria o órgão Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) para monitorar o licenciamento ambiental. Trata-se da *techné* de governo para orientar na racionalização do uso dos recursos ambientais na qual já consta os parâmetros para definir a avaliação de impacto ambiental como instrumento de prevenção de impactos ambientais negativos, bem como os estudos e relatórios nos quais constem os impactos ambientais que a instalação e operação de atividades podem gerar. Posteriormente esses parâmetros de análise de impacto ambiental nessa lei serão incorporados no Artigo 225 da Constituição Federal (CF) de 1988. É interessante notar que tanto o PNMA, quanto outras leis ou decretos¹⁴⁸ que surgiram, após a redemocratização e a promulgação da CF contendo as orientações para proteção ambiental, creditam as ciências o desenvolvimento de tecnologias para usar racionalmente e proteger os recursos ambientais.

Muito embora a nova conduta de conservação do meio ambiente por meios das racionalidades práticas do desenvolvimento sustentável avançasse significativamente a partir do início dos anos 1970 na Europa e nos Estados Unidos, no Brasil, como busquei demonstrar, essa conduta apenas demonstrou relevância para se transformar em *technés* nos anos 1980. Isso talvez explique por que quase duas décadas depois da instituição da PNMA como instrumento de prevenção de impactos ambientais negativos foi instituída a Lei 9.605/98 para dispor sobre sanções penais e administrativa de condutas e atividades nocivas ao meio ambiente.

É inegável a participação de movimentos sociais e cientistas fazendo a disputa política para intensificar moral os ilegalismos ambientais para passar para letra da lei ato reprovável como crime que exige uma punição. A lei teria “como objetivo principal criar um instrumento legal capaz de tornar mais efetiva a fiscalização da legislação ambiental pelos

¹⁴⁸ O que chama atenção nessa lei, dentre outras que surgiram, após a redemocratização e a promulgação da CF contendo as orientações para proteção ambiental: Lei 9.433/1997 intitulada de Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei 9.985/2000 que regulamenta o Artigo 225 da CF e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; Lei 10.165/2000 que institui a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental; Decreto Federal 4340/2002 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; Lei 11.428/2006 que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica; Resolução CONAMA 371/2006 sobre cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental; Lei 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Lei 12.334/2010 que institui a Política Nacional de Segurança de Barragens; Lei Complementar 140/2011 do Artigo 23 da CF que dispõe sobre cooperação entre poderes na proteção do meio ambiente e no combate à poluição; Lei 12.651/2012 intitulada de Novo Código Florestal que orienta a proteção da vegetação nativa.

órgãos competentes e escolheu fazê-lo de forma punitiva” (PINTO, 2006, p. 188).

Juristas conservadores intitularam na época a lei de crime ambiental como “penal ditatorial”, por transformar “comportamentos irrelevantes em crime”. Houve uma opção dos legisladores por expandir o direito penal com previsão de detenção, para questões políticas e sociais: “as sanções administrativas e restritivas, ao que parece, são mais eficientes, e permitem uma reparação do dano de forma mais imediata” (IBID, p. 189). Para essa socióloga, a intitulada lei de crimes ambientais é excessivamente punitivista atende ao Estado policial, descredibiliza o instituto da punição estatal e não soluciona o problema das ilegalidades.

A socióloga faz suas críticas sem perceber o legado histórico do neoliberalismo por detrás da racionalidade prática sustentável. A força política necessária para tipificar determinados atos lesivos ao meio ambiente contou com não apenas com pessoas orientando suas práticas pelos princípios da conservação ambiental, mas por pressão externa por meio de organismos internacionais.

Nesse sentido, não significa que os ilegalismos são banais, por isso não merecem criar uma lei criminal para tipificar esses atos em crime que mereça pena inclusive de prisão¹⁴⁹. O crime contra o meio ambiente é aquilo que Foucault (2010b) chamou de nova tecnologia do neoliberalismo, uma tecnologia ambiental ou psicologia ambiental, uma espécie de intervenção de tipo ambiental que apareceu no neoliberalismo dos Estados Unidos.

7.6. Cidade, desenvolvimento sustentável e racionalidade de mercado

Mesmo quando a construção caminhava para o fim e a Norte Energia já entrava com pedido de licença de operação, Antônia Melo, uma das fundadoras e coordenadora do Movimento Xingu Vivo para Sempre, seguiu coerente em suas práticas, agindo segundo a racionalidade ecológica amazônica. Não deixou de acreditar na possibilidade de barrar a construção da hidrelétrica. Abateu-se mais quando a licença de operação foi concedida, coincidentemente no período de meu primeiro trabalho de campo. Isso pode ter acontecido depois que a Norte Energia lhe infringiu um golpe pessoal. Cerca de três meses antes da

¹⁴⁹ Como Foucault já havia chamado atenção, os neoliberais trabalharam para mudar o ponto de vista sobre crime. Passaram a definir crime o que faz o indivíduo correr o risco de ser condenado a uma pena. Crime é todo ato punido pela lei, é ação que o indivíduo cometeu assumindo o risco de ser punido pela lei. A prática penal se coloca como ação num jogo de perdas e ganhos. É uma ação ambiental, porque atual no ambiente do mercado que oferta seus ilegalismos. E nele pode encontrar uma demanda positiva ou negativa (FOUCAULT, 2010b).

concessão daquela licença, no dia 11 de setembro de 2015, como retratou (BRUM, 2015), a casa na qual morou com sua família por décadas foi abatida, por ordem da empresa, para dar lugar ao Parque Igarapé Altamira como parte do plano de Requalificação Urbana da cidade de Altamira¹⁵⁰.

O argumento que a (NORTE ENERGIA, 2009) adotou para demolir a casa de Antônia Melo e obriga-la ao reassentamento involuntário foi de que sua residência estava localizada dentro do espaço demarcado pela “cota 100m” . Todo esse espaço demarcado no mapa da região central de Altamira abaixo onde Antônia morava estaria dentro da “cota 100” e, por isso, seria alagado quando a barragem da Hidrelétrica Belo Monte estivesse em seu volume máximo de água.

O Ministério Público entrou com uma Ação Civil Pública, com base em estudos de pesquisadores do UFPA, alegando existirem inconsistências sobre a área que seria alagada e o número de famílias que precisariam ser removidas e reassentadas involuntariamente. Percebeu-se que, em alguns pontos, a localização definida na “cota 100” possuía diferença de até trinta metros.

Mapa 7 – Novo Estudo da Cota 100. MPF e UFPA. Em vermelho do Perímetro urbano de Altamira, localizado até 100 metros acima do nível do mar. Igarapé Altamira. Ano 2012



Fonte: Ação Civil Pública, MPF

¹⁵⁰ Como condicionantes pelos impactos ambientais produzidos pela Hidrelétrica Belo Monte, a Norte Energia fez um projeto de parques e reurbanização da orla. O projeto que integra o Plano Básico Ambiental (PBA) se orientar por três pontos: “o primeiro foi o limite espacial das áreas de intervenção, demarcado pela cota 100m [metros] considerando-a como mínima e, o segundo, referiu-se ao desenho do sistema viário, cujo traçado define também os limites das intervenções contemplando uma nova reconfiguração do espaço urbano de Altamira” (NORTE ENERGIA, 2009, p. 5.1.8-1).

A Norte Energia respondeu os questionamentos na justiça com a alegação de que a definição da cota cem produzida pelos pesquisadores da UFPA não era confiável. Orientando-se por um discurso de prevenção de desastre com alagamento em período de cheia do rio Xingu e do igarapé Altamira, a empresa venceu a controvérsia e, por isso, conseguiu remover as pessoas que habitam a área em demarcada, na figura acima, às margens do igarapé.

A casa da Antônia Melo se localizava naquele trecho demarcado com cor mais escura na figura acima e aproximadamente no local que sinalizei com ponto e seta na figura abaixo.

Figura 7 – Imagem de Satélite. Parque Igarapé Altamira. Rio Xingu à esquerda na figura, Centro da cidade acima e Bairro Brasília abaixo. Altamira, Pará. Ano 2022



Fonte: (GOOGLE, 2022), recorte de trecho e edição são meus

O plano urbanístico operou junto com medidas de prevenção de desastre para expulsar, por meio de acordos indenizatórios, quem habitava aquele espaço da cidade, às margens do igarapé Altamira. A maioria das pessoas que moravam naquele espaço eram moradores antigos da cidade. Algumas delas eram servidores públicos, professores, trabalhadores do comércio, pescadores, carroceiros, bem como ativistas como a própria Antônia Melo, Elena e Gracinda, por exemplos.

Ribeirinhos que moravam em ilhas e foram removidos compulsoriamente com mesmo argumento de que a ilha desapareceria quando a barragem enchesse e atingisse a “cota cem”, depois do início de operação da Hidrelétrica Belo Monte, uniram-se por meio do Conselho Ribeirinho de que tratei no capítulo seis, conseguiram na justiça retornar para às ilhas.

O que chama atenção é que depois do reservatório principal da hidrelétrica encher, várias ilhas, conforme foi alegado inicialmente pela Norte Energia, não foram cobertas por água da barragem. Então foi obrigada pela justiça a reassentar em ilhas antigos moradores.

Ficou comprovado que a “cota 100” perdeu eficácia no discurso de prevenção de barragem para ilhas. Por extensão nos leva a crer que o local onde Antônia Melo e outras duas lideranças de movimentos sociais moravam também não alagaria com a “cota 100” como defendeu a NESAs. Acompanhei a rotina das três nos deslocamentos de suas casas até o centro da cidade onde trabalhavam. Um trajeto que faziam em cinco minutos caminhando, com a mudança para bairros distantes, precisava ser feito com veículo. A maioria removida dessa área central da cidade precisou ir para os RUCs ou comprar uma casa distante com a indenização que recebeu da NESAs, porque com os projetos de infraestrutura como do Parque Igarapé Altamira, o valor das casas que remanesceram acabou sendo inflacionado. Somente conseguiram comprar em bairros distante do centro da cidade e do local de trabalho.

Meu objetivo aqui não é tratar detalhadamente das obras previstas no projeto de reurbanização, nem de outros projetos previstos como condicionantes para construção da Hidrelétrica Belo Monte¹⁵¹. Mas discutir essa racionalidade prática do desenvolvimento sustentável que, embora se coloque como prática de conservação ambiental, está muito associado à cidade, à sociabilidade urbana.

A cidade é o *locus* de operação da racionalidade sustentável. A maior parte das compensações pela construção da hidrelétrica Belo Monte foi executada na cidade de Altamira. O desenvolvimento sustentável está ancorado, como salientei anteriormente, no neoliberalismo e seu espaço de ação preferencial é a cidade porque é o lugar da racionalidade de mercado. As ações de mitigação e as ações compensatórias operam com os parâmetros de negociação do mercado que tornam as perdas e prejuízos calculáveis pela lógica da monetização.

É preciso ressaltar que diferentes racionalidades práticas reverberam nas teorias de cidades, no urbanismo, no desenho e planejamento urbanos, na produção e na gestão pública. Os agrupamentos ou aglomerados, como discuti no capítulo quatro, exemplificam a influência de racionalidade prática sustentável na ocupação do espaço que dinamizam a transformação do Médio Xingu amazônico, como na cidade de Altamira, vilas agrópolis e várias comunidades ribeirinhas, antes, durante e após a construção da Hidroelétrica Belo Monte.

A produção de uma *techné* acerca da cidade e da gestão urbana, formada a partir de

¹⁵¹ Um relatório bem robusto foi feito por uma grande equipe da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no ano de 2015 e publicado no ano seguinte com o título “Indicadores de Belo Monte: Um projeto da Câmara Técnica de Monitoramento das Condicionantes do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu” (FGV EAESP, 2016).

teorias e práticas de Estado, opera a partir de questões como “o que é uma cidade? ”, “como deve ser uma cidade? ”, ou seja, como deve ser concebida a organização do espaço real de uma cidade. A produção da cidade se faz por uma rede que envolve teorias ou pesquisas conjugadas à arte de governar. Dessa rede, não raras vezes, articula-se *technés* em projeto político ou de engenharia social voltado para a manutenção da ordem em determinado espaço da sociedade, e no qual atuam teóricos e pesquisadores sociais.

O processo de reurbanização de Altamira fez parte das condicionantes para a construção da Belo Monte, assim como o deslocamento de comunidades ribeirinhas que foram extintas e também a transformação das vilas na Volta Grande do Xingu que tiveram a vasão do rio Xingu reduzida com a construção dos paredões para o barramento da água.

Os projetos que foram formulados para cidades são descritos por (FOUCAULT, 2013b) enquanto estratégias da prática de governo. Práticas voltadas para produzir infraestrutura, assim como também discursos através de teorias que são instrumentos políticos para garantir a implementação de disciplina nas relações humanas na sociedade, a partir do século XVIII. Chega-se a essa conclusão ao constatar que a história dos espaços coincide com a história do poder. Foucault investigou práticas que servem de instrumento para a formação, por exemplo, da cidade moderna enquanto objeto, imagem e teoria.

Nessa linha de investigação foucaultiana, refletir sobre a cidade exige considerar o contexto no qual surge uma dimensão intitulada de “ciências modernas” cujo poder adquirido garantiu-lhes uma posição de juiz na “guerra” travada, desde aquele século, não apenas para que as práticas e discursos “ditos científicos” fossem considerados como legitimamente verdadeiro, mas para ser responsável por definir que conhecimento deveria ser considerado válido ou inválido, verdadeiro ou falso, científico ou senso comum.

Em um cenário de luta como esse, o discurso (oral ou escrito) busca na estratégia de falar com auxílio das ou em nome das ciências. Porque quando é bem-sucedida a ligação, as ciências conseguem definir o que é universal ou singular, como também definir que realização do conhecimento ensinado válido se dá devido à suposta crença na neutralidade política de quem fala, ensina ou pratica segundo os parâmetros da ciência. Ao se arrogar possuir meios de testar empiricamente, a luta da ciência se torna prática principal de conhecimento, um saber capaz de balizar verdade e falsidade.

Nessa arena de “guerra”, na qual a ciência também luta, a definição de “o que é uma cidade” ou “o que é deve ser uma cidade” se coloca. Como observa Foucault, a cidade é transformada em lugar privilegiado para controlar uma sociedade. Uma exceção à norma, um

espaço físico composto por florestas, campos e estradas que teve início no século XVII. O formato particular da cidade, segundo o autor, faz surgir questões que deviam ser enfrentadas pela racionalidade de governo a partir daquela época.

A cidade é enlaçada tornando-se o modelo que a prática governamental buscará estender a todo território. O arquétipo da cidade se torna a bitola para construção do Estado moderno. Esse pensado a partir de um reflexo da grande cidade: “O modelo da cidade se torna a matriz de onde são produzidas as regulamentações que se aplicam ao conjunto do Estado” (FOUCAULT, 2012, p. 208).

Há, a partir de então, a exigência de um sistema de regulamentação das condutas. Uma preocupação obsessiva de controlar a conduta dos indivíduos em um território até que as coisas tornassem habituais, ou seja, fossem mantidas autonomamente sem intervenção. O programa de racionalidade governamental, na época, é intitulado “Estado policial”, ou seja, uma regulação segundo o modelo de organização urbana fechada que visa, através de uma gestão interna, controlar nos seus pormenores atividade das pessoas e dos grupos.

Não significa, contudo, que não existissem posições a partir das quais se tentava estabelecer limite. Significa uma maneira política de governar para garantir o bem-estar da população. O Estado passa ser compreendido como entidade política positiva e plena quando demonstra, naquele século, uma racionalidade na arte de governar (FOUCAULT, 2010b).

Há uma conjunção, para Foucault, entre poder, direito e verdade na arte de governar a qual submete, através de práticas de poder, por sua vez, a sociedade à produção de verdade. Verdade é um sinônimo de lei e de produção. É por isso que há uma conexão entre a produção da verdade e a produção de “inovação”, de desenvolvimento, enfim, de riquezas. Especialmente, porque nessa espécie de guerra da qual o conhecimento científico faz parte, a produção do discurso legítimo e verdadeiro é um alvo a ser atingido.

Por outro lado, a partir do século XVIII, exercício do poder não se relaciona diretamente com dominação ou violência, mas com conhecimento, com a produção da verdade. E é essa espécie de poder que interessa nessa discussão que busca tratar das ciências sociais nesse jogo do dizer-verdadeiro. A sociedade passa a ser submetida pelo poder à produção de verdade. As relações entre poder, direito e verdade se organizaram de uma maneira especial. Quando a verdade praticamente torna-se uma lei, o poder depende da produção de verdades, inclusive para produzir riqueza. Por isso as relações de poder se associam, se estabelecem e funcionam com uma produção, com uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso (DREYFUS e RABINOW, 1995).

O poder, na modernidade, se liga à produção de verdades, de modo que passa a ser muito difícil o exercício do poder sem produzir verdade. Por isso, há uma exigência para se confessar ou encontrar verdade de qualquer maneira.

É importante refazer uma história com objetivo de se compreender essa *techné* no cenário da ordem social moderna, da calculabilidade dos atos humanos, da objetividade racional, do desencantamento do mundo, do ceticismo, da emancipação do sagrado, entre outros. Porque não há sociedade da razão sem a prática da abstração, sem um pensamento baseado no cálculo e sem os domínios da autocompreensão e da autoreflexão. De modo que compreender essa racionalidade guiada por objetivo consciente acerca da cidade requer que se enfrente a relação da racionalização e a abstração com a teoria e com o planejamento de cidade nos tempos modernos. E se questione “por que”, “como” e “quando” passaram a se associar.

7.7. Amazônia e Utopias: desenvolvimento sustentável e a cidade

Abordarei aqui produções das ciências sociais e urbanismo que se inserem em um contexto de transformações da prática governamental com a emergência da conduta sustentável. Repercutem as exigências por uma reflexão racional acerca do que se deve ou não fazer, principalmente no que espera do governo ambiental.

As teorias, as artes e as técnicas da organização do espaço exerceram uma tarefa importante nos objetivos governamentais sobre a organização das cidades. Porque o espaço na modernidade tornou-se indispensável à vida em coletividade e, principalmente, ao exercício do poder. Por exemplo, na maneira de pensar que emerge no final do século XVIII, no modo de vida cujos mecanismos do mercado¹⁵² passam a se apresentar como bitola para verificação das práticas ou ditar o comportamento do governo. A arquitetura e outros técnicos de cidades começam a adquirir poder, tornando-se, a partir de então, suas práticas ou aquilo que escrevem ou projetam em conhecimento importantes (FOUCAULT, 2010b e 2012a).

A arte de governar transforma a arquitetura em arma na “guerra” pela disciplina no espaço real da cidade. Projetos arquitetônicos são, portanto, transformados em estratégias

¹⁵² Vale a pena ressaltar se até a metade do século XVIII, o mercado era tratado como um lugar de se fazer a justiça, a partir de então, o mercado é tratado como um lugar da veridicção. E isso coincide com a ascensão das ciências modernas como um novo conhecimento capaz de revelar a verdade, como a economia política, ciência essa que foi tomada como parâmetro para definir as práticas governamentais.

políticas na arte de governar a cidade. É assim que o Estado se produz utopicamente, naquele contexto, segundo a imagem de uma grande cidade (FOUCAULT, 2012).

A ambição é garantir o poder do Estado. Isso exige tratar o espaço real de uma sociedade como semelhante ao de uma cidade. O espaço mais amplo sob competência de um governo é pensado e planejado à imagem da cidade. Um modelo pensado para vigiar e controlar o espaço da cidade, visando a ordem. Isso foi estendido para o espaço maior do Estado na expectativa de se vigiar todos os cantos. Por meio da racionalidade prática do desenvolvimento sustentável, o governo brasileiro acreditou seguir um caminho diferente.

O dispositivo da conduta desenvolvimentista sustentável, nascente na metade do século XX, combinou uma articulação entre ciências e inovação, tecnologias e desenvolvimento sustentável, desenvolvimento e crescimento econômico, cidade e desenvolvimento. Começaram a defender, com a redemocratização no Brasil, a partir dos anos 1980, que o futuro da Amazônia e o futuro do país dependia do controle das intervenções e produções dessa racionalidade prática capaz de efetivar as novas *technés* da conduta desenvolvimentista sustentável.

As novas *technés* sustentáveis são defendidas como novidade, por tomar a floresta como fonte de inovação científica, tecnológica e de inovação no planejamento urbano e ambiental. Mas mesmo essa racionalidade prática que, a princípio, pareceria uma promessa de uma mudança radical nos projetos de desenvolvimento é enredada também pela axiomática capitalista e experimenta a derrocada dessa utopia com o revés de Dilma Rousseff em 2016.

No limiar do século XXI, desponta no cenário de teoria, modelo e planejamento uma *techné* do desenvolvimento sustentável para produção de cidades inspirada nas relações entre floresta, cidade, preservação ambiental e desenvolvimento econômico. Inicialmente como utopia¹⁵³, depois como uma apologia do planejamento urbano, as cidades amazônicas deixariam seu lugar secundário nos projetos desenvolvimentistas clássicos para serem içadas à condição de instrumento primaz de desenvolvimento sustentável no espaço da Amazônia. Essa nova racionalidade prática passa a influenciar tanto a teoria e o planejamento, quanto a produção e a gestão da cidade na Amazônia e fornece diretrizes para a reinvenção utópica de um novo projeto de Brasil, um país desenvolvido e sustentável.

¹⁵³ Em uma palestra proferida para arquitetos na Tunísia em 1967, Foucault descreve as utopias como alocações que não possuem um lugar real no espaço físico. São espaços irreais que apenas possuem relação geral de semelhança direta ou invertida com o espaço real da cidade e da sociedade. Nas utopias frequentemente sociedades são invertidas ou aperfeiçoadas. Utopia aqui é concebida nesse sentido proposto por FOUCAULT (2013).

Veem-se emergir a partir dos anos 1980, de maneira mais profunda e intensa, um conjunto de reflexões, esboços e debates sobre a Amazônia entre atores políticos, técnicos de governo, pesquisadores acadêmicos, muitos dos quais responsáveis por projetos ambientais, de desenvolvimento ou urbanísticos. Nesse período, a Amazônia volta a despontar como espaço propício para a “reinvenção” do Brasil¹⁵⁴ e assim virar as costas para o desmatamento e massacre das populações indígenas que governos militares promoveram naquele espaço.

Vários esboços ou planos de desenvolvimento produzidos por técnicos de governo, atores políticos ou de pesquisadores acadêmicos buscaram descrever a região de maneira mais ampla. No entanto, pode-se encontrar uma parte reservada para tratar das cidades amazônicas que são quase sempre tomadas como adequadas para inovações técnicas urbanísticas. As cidades amazônicas são identificadas como o *locus* ideal para se as inovações do desenvolvimento sustentável, sem perder de vista preservação do meio ambiente e crescimento econômico.

A imagem da Amazônia como uma região de florestas, de recursos naturais disponíveis à exploração, acaba por invisibilizar as cidades que irradiam pelo território verde, defendem pesquisadores como (BECKER, 2009). Para ela, a chamada “onda verde” dos estudos amazônicos ofuscou o tema sobre cidades na Amazônia ao apresentar apenas povos tradicionais ou carências de infraestruturas de cidades motivos pelos quais algumas análises rebaixaram essas pequenas cidades ao nível de vilas ou assentamentos, mesmo que estivessem tornando-se cada vez mais relevantes demograficamente. Até a primeira década do século XXI, ela defende ter notado, setenta e dois por cento dos habitantes da região vivendo em cidades na Amazônia.

Mas é o desenvolvimento sustentável que vai realimentar uma utopia sobre a Amazônia. Um grupo de acadêmicos, intelectuais e gestores de variadas designações ambientalistas projetaram a Amazônia como devir do desenvolvimento sustentável do país, guiados por teorias sobre essa temática, como, por exemplo, as formuladas por Mangabeira Unger cuja aposta era de que o futuro do Brasil precisaria pela região amazônica e pela floresta, mas sem abandonar por completo o modo de vida modernos e as cidades (UNGER, 2008d).

O país, na visão do antropólogo urbano (RISÉRIO, 2012), se reinventaria e se reconstruiria com a Amazônia, com um novo ambientalismo diferente do que foi adotado nos

¹⁵⁴ A Amazônia seria aquele espaço em que a ação desenvolvimentista moderna teria “poupado”, quando se optou por áreas com precedência, onde havia infraestrutura mínima como energia, mão de obra e vias para transporte de matéria prima e produtos fundamentais para as indústrias.

países europeus e ricos que aniquilam as florestas com objetivo de desenvolvimento e crescimento econômico e depois se colocam como defensores mundiais do clima e da natureza. Ambos estiveram alguma relação com os governos do PT entre 2003 e 2016, por isso, penso não estarem defendendo seus argumentos isoladamente.

Nessa linha de defesa, é possível encontrar outras pessoas que, no contexto de Mangabeira Unger e Antonio Risério, propõe “um dever ser” para o Brasil que passe pela cidade, inclusive entre cientistas sociais acadêmicos que produzem teorias sobre cidades. Um bom exemplo dentro do campo da sociologia é (FREITAG, 2016)¹⁵⁵ que, muito embora não pesquise a Amazônia, implicitamente trata das florestas como questão ambiental mais ampla. Na concepção dela, gestores públicos, inclusive de cidades, não podem mais desconsiderar a questão ambiental. Sua aposta é um desenvolvimento sustentável como uma espécie de vacina contra a exploração.

A utopia ambientalista em fermentação na qual o futuro Amazônia se insere buscava enlaçar a cidade a uma inversão de valências. Viver nas cidades amazônicas, por exemplo, passa a ser tratado no início do século XXI, por pesquisadores e técnicos de governo, como viver numa cidade de floresta. É como se quebrassem a polarização floresta e cidade.

Nas projeções de Risério (2012), devem-se encarar as cidades com olhar criativo, a partir de uma perspectiva que permita produzir inovação e imprimir uma infraestrutura característica, que assegure direitos e serviços básicos articulados em rede capaz de atingir uma certa área de influência. A Amazônia seria um espaço perfeito para implementar uma “Fábrica de Cidades”¹⁵⁶, por se tratar de um lugar “onde está tudo por fazer”. Acredita se tratem de cidades sem história consolidada, sem acervos histórico-culturais acerca do espaço construído, por isso preparadas para intervenção: “podem se converter em casos exemplares

¹⁵⁵ Freitag se preocupa com o desmantelamento do que ela chamou de “valores civilizatórios”. Em sua visão, a globalização em processo favorece a exploração da cidade a qual precisa ser tomada como uma ameaça real, porque é capaz de destruir os valores coetâneos da sociedade moderna, como a civilidade. Esse é um dos motivos pelos quais ressalta que “*está na hora de desenvolver, no Brasil, uma pesquisa voltada para as cidades brasileiras, considerando-se sua história e seu contexto ecológico e cultural*” (FREITAG, 2016, p. 134).

¹⁵⁶ Servia de inspiração para Risério a implementação do projeto Fábrica de Cidades na cidade de Salvador no ano 1985, quando o arquiteto e urbanista João Figueiras Lima (conhecido como Lelé) criou e dirigiu a FAEC (Fábrica de Equipamentos Comunitários). Um projeto que durou apenas três meses devido obstáculos políticos, mas que produziu resultados significativos. A proposta de Risério é retomar essa proposta no ambiente amazônico, onde se preparariam sujeitos com formação política, prática e intelectual sobre cidades. Uma Fábrica de equipamentos urbanos, aos modos industriais, teria a função de produzir, tudo de maneira muito rápida e com custo financeiro muito baixo, escolas, postos de saúde e polícia, hospitais, abrigo de pontos de ônibus etc.

de uma nova criação urbana”. Segundo Risério (Idem, p.348-349), “a Amazônia irá se converter [...] em referencial do novo: espaço por excelência de experimentação urbana”¹⁵⁷.

Para ele, seria impossível dar errado, porque a Amazônia, por si mesma, tornou-se uma marca forte no mundo. É tratada com uma estima muito valorizada, como espaço mítico, nas representações sociais. Sem contar que, com os novos meios de comunicação, várias pessoas já reconhecem cidades na Amazônia, ao invés de apenas floresta, diferentemente do que aconteceu, do século XVIII ao XX, quando não conseguiam desassociar as cidades da floresta.

No âmbito da racionalidade governamental, a imagem do espaço amazônico como “um complexo verde” vai sendo complexificada pela “redescoberta” pelos estudos no Brasil de um conjunto de cidades as quais, por sua vez, precisavam agora ser consideradas. Essa redescoberta é contemporânea dos novos projetos de desenvolvimento sustentável que se servem da cidade para construir proposta para uma nova ordem social, política e econômica¹⁵⁸.

Em vários relatórios ou esboços produzidos, especialmente na primeira década do século XXI, constatam-se propostas segundo as quais, na região amazônica, com ações inovadoras, será possível conquistar o tão sonhado desenvolvimento brasileiro reinventando o país, como, por exemplo, aqueles publicados, em parceria com a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da ciência), em forma de dossiê pela (ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS, 2008).

A vida das pessoas nos espaços amazônicos seria realçada nas agendas de desenvolvimento sustentável para região. Não se desconecta essa ligação construída entre desenvolvimento e cidades. Dentro da perspectiva das práticas inovadoras para o desenvolvimento e a reinvenção do Brasil, a questão da reurbanização das cidades amazônicas obviamente está presente.

Como se tratar de uma “região descentrada”¹⁵⁹, alguns técnicos (e inclusive pesquisadores acadêmicos) nos governos do PT acreditaram no desenvolvimento sustentável como alternativo e inovador. Uma ponta de lança de um redirecionamento dos rumos do

¹⁵⁷ Nota-se que, para produzir seu texto no qual faz sugestões para políticas públicas, Risério se acerca de um grande volume de esboços que surgem especialmente na primeira década do século XXI, como relatórios e projetos de técnicos dos governos, como também de pesquisadores acadêmicos.

¹⁵⁸ As intervenções estatais na Amazônia, em meados do século XVIII, articulavam o planejamento urbano com o desenvolvimento e esse tipo de atuação contribuía para surgirem várias cidades na região.

¹⁵⁹ O termo descentrado quando comparado com o espaço da região Sudeste ou Centro-Oeste, da qual Brasília faz parte, tratados centrais e como motores do crescimento e desenvolvimento do país.

crescimento econômico¹⁶⁰.

Acreditava-se na necessidade de refazer as cidades amazônicas com base em um desenvolvimento sustentável inovador o qual exigisse pesquisa e investimento em obras de construção civil como rodovias, universidades ou somente institutos de pesquisa, empreendimentos econômicos. A defesa era de que qualquer atividade econômica contemporânea necessitaria de uma estrutura viária. E embora não requeresse uma quantidade tão elevada de energia elétrica como a indústria do século passado, qualquer atividade econômica relevante estaria condicionada ao uso da energia elétrica. A justificativa pode ser encontrada na vida em cidades contemporâneas onde parece ser indispensável a tecnologia para iluminação das casas e ruas, os aparelhos celulares, computadores, eletrodomésticos, veículos etc.

No cenário utópico para o Brasil, as cidades na Amazônia passariam a ser consideradas como espaços ideais nos quais a reurbanização nelas seria condicionante de grandes obras de infraestrutura das quais a construção de uma grande barragem e a edificação como a hidroelétrica Belo Monte são exemplos.

É interessante observar o paradoxo. A principal recompensa sugerida como condicionante a projetos de desenvolvimento sustentável é reurbanização, ou seja, mais cidade. Os utópicos defendem que há sempre expectativa de que os projetos de infraestrutura para Amazônia vão deixar um bom legado para as cidades da região.

Risério (2012)¹⁶¹ não é antropólogo urbano teórico, mas alguém com experiência prática em projetos urbanísticos. Trabalhou em esboços e planos produzidos desde os anos 2000. Vários deles, acompanhou *in loco* a produção por estar muito próximo ao governo Lula.

¹⁶⁰ Vale a pena ressaltar, que 2003 e 2008, no governo Lula contava com vários intelectuais nos ministérios, bem como militantes de movimentos sociais ambientais, havia um clima de otimismo acerca de vários projetos para a Amazônia. Entre 2003 e 2008, Marina Silva esteve à frente do Ministério do Meio Ambiente onde buscou colocar em práticas políticas que visavam fortalecer o sistema nacional de meio ambiente, como promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Nativa do Acre, trabalhou na coleta de látex nos seringais amazônicos, antes de se tornar sindicalista e parlamentar. Sua presença no Ministério do Meio Ambiente contribuía para expectativa de propostas alternativas e inovadoras para região amazônica, diferentes daqueles que foram implementados em outras regiões do país, inclusive o Centro-Oeste, considerada a última fronteira de exploração para a qual, no início do segundo meão do século XX, também projetavam algo diferente do que se havia feito anteriormente. Todavia, acabou-se, n a prática, reproduzindo o *modus operandi* de desenvolvimento praticado na região sudeste do país. [Esta nota é fruto de uma análise a partir do que o próprio autor desta tese acompanhou ou leu sobre o governo executivo da época]

¹⁶¹ No seu livro “A Cidade no Brasil”, o antropólogo busca apontar o elemento embrionário da cidade brasileira, há uma parte na qual discorre sobre as cidades na Amazônia do século XXI, acreditando que chegariam a fazer parte de uma nova fronteira na qual emergiria uma inovação para a produção de cidades que se tornaria paradigma a ser seguido no novo século, da mesma maneira em que o paradigma do urbanismo modernista o foi no século XX.

Fez parte de equipe que prestou consultoria urbana ao governo na época. Esteve no caldeirão das idealizações nas quais a Amazônia passava a ser tratada como uma saída para o desenvolvimento sustentável brasileiro. Acredita que as cidades novas que estavam sendo pensadas não precisariam mais se opor à floresta. Ao contrário, ambas estariam integradas. O antropólogo acompanhou um campo de discussão inicial, com novos projetos para desenvolvimento e crescimento econômico os quais, na concepção dele, obrigaria “repensar as cidades amazônicas”.

A questão aqui diz respeito a que tipo de cidades esses pensadores utópicos e técnicos do governo estavam sonhando, que tipo de *techné* pretendem criar para transformar o Brasil por meio da Amazônia?

No ano 2008, quando Roberto Mangabeira Unger foi ministro de Assuntos Estratégicos do Presidência da República no Governo Lula, apresentou um projeto para Amazônia. Rapidamente despertou à atenção da opinião pública, políticos e inclusive pesquisadores. Classificou seu “esboço de uma proposta”, porque, segundo defendeu, serviria de guia para orientar outros membros da gestão do Partido dos Trabalhadores. Trata-se de plano que devia ter respaldo dos seus superiores na gestão (UNGER, 2008d). Caso contrário, seria desautorizado a se lançar nos principais meios de comunicação para falar de seu projeto¹⁶². Nesses veículos de comunicação, busca expor quais são os objetivos do Governo Federal para a Amazônia e é recebido com tratamento de ministro de Estado.

Em sua peregrinação pelos meios de comunicação, Mangabeira Unger consegue repercutir sua proposta conquistando adesão de jornalistas e colunistas que faziam oposição ao governo Lula. Exemplo, Demétrio Magnoli, conhecido por trabalhar como colunistas de vários meios de comunicação bem conhecidos no país que toma a proposta do ministro sem esconder disfarçar entusiasmo, como, por exemplo, no jornal O Estado de São Paulo, onde publica um texto intitulado “*Chega de Lendas! Vamos faturar*” (MAGNOLI, 2008).

Endossa a proposta de Mangabeira Unger como saída ao conflito de duas visões de mundo sobre a Amazônia: desenvolvimentista dos militares e a preservacionista dos românticos. Os primeiros fizeram, segundo ele, projetos estratégicos para a amazônica, como uma nova fronteira rica em recurso a ser explorado. E divulgaram através da publicidade planos para implementar indústrias, o agronegócio e usinas para produção de energia elétrica.

¹⁶² Alguns dos meios de comunicação entre vários que Mangabeira Unger enquanto ministro de Estado cedeu entrevista são: (UNGER, 2007), (UNGER, 2008a); (UNGER, 2008b); e (UNGER, 2008c)

Por outro lado, com a queda dos governos militares, os governantes democráticos que entram em cena teriam abandonado os projetos dos militares e “terceirizando” a Amazônia à ONGs internacionais.

Até opositores do Governo Lula, nos meios de comunicação, parece compadecer-se com o clima de esperança para o futuro promovido por uma gestão política de centro-esquerda com capilaridade nos movimentos sociais, inclusive os movimentos ambientalistas da região amazônica que compactuam com o desenvolvimento sustentável. A expectativa é de que tinha chegado a hora de fazer no século XXI algo diferente.

Os defensores do desenvolvimento sustentável que desejam reinventar o Brasil na Amazônia combinam conservação e crescimento econômico como caminho. Acreditam que cientistas acadêmicos jamais se furtarão caso o governo os convide para ajudar reinventar o país. Risério (2008) definiu um marco para a guinada dos pesquisadores acadêmicos. Foi no ano de 2008 que, segundo ele, pesquisadores acadêmicos aceitaram o chamado para formular propostas para orientar a formulação de projetos de Estado. Nesse ano, a Academia Brasileira de Ciência (ABC) publicou um texto intitulado “Amazônia: desafio brasileiro para o século XXI – a necessidade de uma revolução científica e tecnológica”¹⁶³ que é acolhido e legitimado pela SBPC.

A ideia defendida pelos cientistas da ABC é de que não se poderia pensar em crescimento econômico com pecuária, mas encontrar meio de valorizar a floresta em pé. Isso somente seria possível no país com apoio da ciência e tecnologia. A questão levantada é de como transformar um patrimônio natural, como a Amazônia, em crescimento econômico. Sem inovação, sem auxílio da ciência e tecnologia seria impossível. Fiando-se nessa lógica, a ABC, no dossiê supracitado, defende a criação de várias universidades e institutos científicos e tecnológicos na Amazônia¹⁶⁴.

¹⁶³ Tal publicação é fruto de um grupo de estudos formado pelo biólogo Adalberto Luís Val, pela geógrafa Bertha Becker, o climatologista Carlos Afonso Nobre, o químico Herman Chaimovich Guralnik, o matemático Jacob Palis Junior, e pelo geólogo Roberto Dall’Agno.

¹⁶⁴ Como meio de justificar o argumento, o dossiê da ABC, o qual o próprio Risério (2008) parece ter comprado, cita como exemplo a experiência que aconteceu nos anos 1950 onde foram criadas a Unicamp (Universidade de Campinas) e o ITA (Instituto Tecnológico Aeronáutico) em cidades do interior do Estado de São Paulo. A primeira fundada em Campinas e o segundo em São José dos Campos, com menos de 20 anos, já formavam mão de obra qualificada com condição de produzir tecnologia. No ITA, por exemplo, construiu-se o primeiro avião brasileiro. A região amazônica é, diferentemente do que aconteceu no interior de São Paulo cujas cidades naquela época eram completamente desconhecidas, uma marca forte e reconhecida no mundo o que contribuiria para se repetir nela aqueles feitos. Por isso, no relatório da ABC se aponta uma criação de núcleos de pesquisadores e pensadores que gerariam condições de produzir tecnologia inovadoras para o desenvolvimento, porém, sustentável.

O desenvolvimento sustentável para Amazônia combinaria, portanto, uma articulação entre ciências, inovação, tecnologias sustentáveis e urbanização. O futuro da Amazônia e o futuro do Brasil se associava a uma dependência do controle das intervenções e produções de uma racionalidade prática capaz de efetivar esse modelo sustentável de desenvolvimento.

O elo floresta, cidade, ciência, inovação e desenvolvimento se rompe, quando a utopia é atropelada. E abre espaço para a axiomática neoliberal buscar implementar até mesmo na Amazônia e no Médio Xingu, através da racionalidade práticas desenvolvimentistas sustentável, práticas de sempre, qual sejam, mais cidades, mais urbanização, mais infraestrutura urbana.

CONCLUSÃO

Nesta tese, busquei compreender a mudança social como resultante das guerras políticas, tensões e conflitos entre racionalidades práticas, entre condutas e contracondutas. E tratei de dois tipos distintos de mudanças: as mudanças infraestruturais com a implementação do projeto de aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte segundo os parâmetros da racionalidade prática desenvolvimentista sustentável, e também da construção da rodovia Transamazônica de acordo com o desenvolvimentismo industrialista clássico. E tratei também de uma mudança observada à luz da conduta vigente designada por desenvolvimento sustentável que apareceu a partir racionalidades práticas ambientais, na metade do século XX, e desde então vem se consolidando, não sem disputas com outras racionalidades práticas, outras condutas, na Europa, Estados Unidos, mas também no Brasil no curso de uma série de *techné* governamental e projetos como da hidrelétrica Belo Monte na bacia do rio Xingu.

Até a metade do século XX, as racionalidades práticas desenvolvimentistas eram a conduta vigente. Mas, logo após a segunda Guerra Mundial, há uma mudança na maneira de pensar a vida coletiva a partir da temática ambiental. Inicialmente a questão ambiental ganha os primeiros contornos com a percepção do impacto das indústrias na vida social e no equilíbrio do ecossistema. Mas a reflexão sobre o problema é colocada em segundo plano e o centro da atenção continuou sendo as guerras e a industrialização a serviço delas.

Enquanto a conduta vigente, a racionalidade desenvolvimentista industrial se intensificou no final da segunda Guerra Mundial, com o impacto de genocídio e do poderio bélico nuclear. Até ali, as racionalidades práticas ambientais (preservacionistas ou conservacionistas) se colocavam como contraconduta. As preocupações com questões ambientais e com os direitos humanos ganharam mais força à medida em que o humanismo volta à cena por meio de uma reflexão ética diante da catástrofe ambiental e da perplexidade mundial diante da possibilidade de autoextermínio com o armamento nuclear e com a produção industrial de armas de guerra em larga escala e cada vez mais letais.

Argumento que a racionalidade prática ética e ambiental que aparece nos anos 1940 como contraconduta, avança com maior intensidade nos anos 1970. Naquela começa se tornar a conduta vigente da época, fazendo a conduta desenvolvimentista recuar. Por meios de atividades, pensamento, mas principalmente saberes e técnicas produzidos pela ciência econômica neoliberal e ambiental estadunidense, bem como pelas ciências ambientais, as racionalidades práticas desenvolvimentistas sustentáveis passam a ressoar no Estado, onde vão

fazer surgir novas normativas, protocolos e leis. Ao longo dos últimos cinquenta anos, as racionalidades práticas de conservação ambiental vêm se estabilizando como uma conduta: a conduta desenvolvimentista sustentável que integra o conjunto de regulações ambientais da maioria das democracias modernas.

A racionalidade prática desenvolvimentista sustentável foi uma contraconduta em relação à conduta hegemônica até os anos 1970 e 1980, o desenvolvimentismo industrialista, orientado pela utopia do progresso da ciência que moldava as tecnologias para a sociedade moderna industrializada. A cidade industrializada era o centro e o espaço do qual emergia essa conduta desenvolvimentista. O espaço urbano era o espaço privilegiado da modernidade e produto da racionalização desenvolvimentista modernista. A cidade era o espaço paradigmático das indústrias, da burocracia por meio da qual se fazia a gestão delas, como também do controle racional do monopólio estatal da força física legítima. Em contraponto, o mundo rural e a floresta eram tomado como zonas atrasadas e espaços de matérias-primas infinitas.

A industrialização da guerra, em meados do século XX, levou a intensificação dessa conduta que revelou sua face mais destrutiva da vida humana e do meio ambiente. A intensificação dessa conduta abriu espaço para a irrupção de contracondutas, entre elas, a contraconduta ambiental e ético-legal. Essa nova racionalidade veiculava uma preocupação com equilíbrio do ecossistema, com intensificação das práticas poluidoras das indústrias e do modo de vida urbano que poderiam nos levar a uma catástrofe ou ao autoextermínio.

Mas mesmo no período posterior à criação da ONU e dos mecanismos de controle ambiental, da criação de *technés* para preservação ambiental, como os EIA/RIMA, os governos do Brasil seguem intensificando a conduta desenvolvimentista. A racionalidade predatória que sempre esteve presente na Amazônia, nos quatro anos do governo de Jair Bolsonaro, alcançou um amplo espaço de ação e legitimação.

Simultaneamente à aprovação de normas e leis ambientais como inovações da arte de governar, aconteceram os maiores massacres de povos indígenas e o mais radical desmatamento na Amazônia. São ações contraditórias que não se excluem. Assim a rodovia Transamazônica efetua um modelo de governança nos anos 1960 e 70, época de culminância do desenvolvimentismo. A hidrelétrica Belo Monte representou a intensificação da racionalidade prática desenvolvimentista sustentável conduzido, contudo, por práticas de governo autoritárias. O autoritarismo dos anos 2010 é bem diferente do autoritarismo dos anos 1960 e 70, e do autoritarismo que se instalou de 2018 a 2022, embora guardem entre si

semelhanças como, por exemplo, um modo de governar e induzir mudanças por meio de obras de infraestrutura.

O que estou sugerindo é que, além das racionalidades práticas ambientais que surgiram nos EUA e Europa como reação à intensificação do desenvolvimentismo industrialista, há outras racionalidades práticas que seguem movimentos independentes e formas singulares de ocupar o espaço, como aquelas dos povos tradicionais do Brasil. A racionalidade prática ecológica dos povos tradicionais da Amazônia perpassa as atividades e pensamentos das populações que vivem na floresta. A história política narrada na tese inclui essas racionalidades práticas amazônicas dos povos tradicionais dentro do processo de mudança de conduta no mundo.

No Brasil, o caso dos enfrentamentos em torno da hidrelétrica no rio Xingu nos permitiu narrar e descrever um processo de mudança caracterizado pela intensificação da conduta desenvolvimentista sustentável. Foi no momento de intensificação da conduta desenvolvimentista sustentável que a contraconduta amazônica apareceu com mais nitidez no cenário nacional.

No caso das condutas governamentais para implementar a hidrelétrica Belo Monte, o autoritarismo é um efeito da aceleração, da tramitação forçada e forçosa das licenças ambientais, do tensionamento das instâncias coletivas de decisão. A aceleração não rompeu com as normas jurídicas, corroeu sim o pacto democrático, as instâncias de discussão coletiva que passam por um processo mais lento de decisão.

Mas a forte resistência para barrar o projeto acabou por mostrar os embaraços, quando se precisou jogar no cenário internacional. A visibilidade dos protestos e manifestações fez com que bancos internacionais desistissem de financiar o projeto de aproveitamento hidrelétrico Belo Monte. Os bancos e investidores de fundo de investimento não injetariam recursos na construção de uma barragem no coração da Amazônia que, além de impactar essa renomada floresta, afetaria também territórios indígena e populações ribeirinhas.

Mais de uma vez, o projeto de engenharia da barragem precisou ser reestruturado segundo a conduta vigente que apareceu na segunda metade do século XX e tem no desenvolvimento sustentável seu *rendez vous*. Mesmo com a reestruturação no projeto de engenharia para adequá-lo à conduta desenvolvimentista sustentável, investidores internacionais recuaram devido à grande pressão na opinião pública internacional a qual é levada a sério pelos liberais e neoliberais como tratei no capítulo sete tomando por base (FOUCAULT, 2010b).

O governo brasileiro precisou arcar com a construção no coração da Amazônia da quarta maior hidrelétrica do planeta terra. Coube à primeira presidente mulher do país Dilma Rousseff “governar em demasia” na implementação de várias obras do PAC. Fazem parte dele os projetos de infraestrutura para Copa do Mundo de futebol de 2014, Olimpíadas de 2016, e, por sua vez, hidrelétricas na bacia do rio Amazonas. São exemplos hidrelétricas Santo Antônio, Jirau, Teles Pires e Belo Monte. Para derrubar a resistência contra a hidrelétrica Belo Monte, a presidenta Dilma assumiu integralmente o ônus político, econômico e social da obra.

A construção de uma hidrelétrica não deslegitimou o Estado brasileiro por fazer uso de “estado de exceção” como foi bastante aventado nos meios de comunicação na época da construção da hidrelétrica Belo Monte. Sua legitimidade foi corroída por adotar práticas governamentais que guardam muita semelhança com aquelas do período dos governos militares. Como já dizia Foucault, o maior mal de um governante não é ser mau, mas ser ignorante. É preciso saber governar em uma sociedade de mercado neoliberal, governar entre “o demais” e “o de menos”. Isso somente é possível com pesquisas de opinião constantes.

Diferente de outras obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas que acabaram tendo uma repercussão positiva na opinião pública internacional, a hidrelétrica Belo Monte foi muito mal recebida por ela, e a repercussão negativa foi muito maior do que ocorreu no primeiro grito de Xingu Vivo em 1989. O tamanho dessa repercussão levou a vários líderes de movimentos sociais de Altamira, com os quais conversei, a uma esperança de que o governo recuasse para evitar o risco de se suicidar politicamente. Mas o governo resolveu adotar aquilo que é intrínseco a ele, o golpe, em uma manobra suprajurídica, para construir a hidrelétrica Belo Monte, contrariando uma gigantesca oposição nacional e principalmente internacional. O governo se posicionou, assim, como um robusto agente de uma mudança infraestrutural no Médio Xingu.

O governo Dilma não recuou na época, manteve várias dessas grandes obras de infraestrutura. Com isso, acabou por intensificar a conduta desenvolvimentista rompendo as garantias coletivas do pacto democrático, as condições de defesa do governo pela sociedade civil se degradaram e isso deixou um terreno fértil para reacionários amplificarem ataques morais que culminaram no impeachment da presidente em 2016. O precedente autoritário, em um governo cada vez mais isolado politicamente e mais distante dos valores que o levaram ao poder, criou a oportunidade para ascensão de um governo reacionário como o governo Bolsonaro.

Argumento que o legado político de Belo Monte não abriu espaço para ascensão da

racionalidade prática ecológica amazônica. Porque estava enfraquecida, após intensa luta contra a barragem durante a qual o governo recorreu a vários golpes. Por outro lado, acabou pavimentando caminho para agentes políticos que praticam uma racionalidade predatória e estavam ávidos para usar a máquina do governo para colocar freio num conjunto de leis ambientais que foram surgindo no Brasil, mais especificamente a partir dos anos 1980. Estavam ávidos por uma oportunidade de mudar leis, regimentos, decretos, regulamentos, enfim, todo um conjunto de “regramento” para “deixar passar a boiada”.

Os anos de 2018 e 2022 foram marcados pela violência e destruição escalar do meio ambiente na Amazônia, avanço da depredação colonial e exploração ambiental desmedida. O governo Bolsonaro, que defendeu e atuou abertamente para favorecer a desregulação, desmonte dos órgãos de fiscalização, o desregramento da *technés* da sustentabilidade, corroeu de vez o sentido público, coletivo e ético das práticas de governo.

Mas quero chamar atenção não só para “o que foi”, mas para “o que é” e “como chegamos até aqui”. Estou falando de uma mudança histórico-política que apareceu na metade do século XX e segue seu curso. Um governo reacionário, como o Bolsonaro, é enquanto contraconduta um revés na conduta desenvolvimentista sustentável. Permitiu o fortalecimento de racionalidades práticas predatórias que, desde o início da colonização, dilapidam os recursos naturais. Os quatro anos de seu governo permitiram atos reacionários, que essa racionalidade prática subterrânea e clandestina ocupasse uma posição de preeminência na orientação das políticas do governo e também dos desejos da sociedade. Essa racionalidade prática predatória busca fazer parar a conduta vigente do desenvolvimento sustentável.

Mas seu sucesso é temporário. A racionalidade prática desenvolvimentista sustentável enquanto conduta vigente avança. Não significa, com isso, que será ela também que tirará nossa sociedade do risco da catástrofe ecológica com a mudança climática. As racionalidades práticas desenvolvimentistas sustentáveis podem fazer recuar práticas predatórias ou desenvolvimentistas dos liberais industrialistas do século XIX e XX que não se importavam com a finitude dos recursos naturais e com as ameaças às todas formas de vida no planeta. É uma racionalidade prática que tem em sua gênese uma reflexão ética e conservacionista. Contudo, por todas as concessões continuamente feitas ao desenvolvimentismo industrialista clássico, o pode lograr somente a desaceleração da rota da catástrofe com regras e leis que obrigam estudos e relatórios de impactos ambientais e a submeter à sociedade a tomada de decisão.

Enquanto atividades, pensamentos e saberes, as práticas dos povos tradicionais, em especiais das populações indígenas do médio Xingu da Amazônia, são uma contraconduta que

também tem um fundo ético ao se atentar para preservacionismo ambiental e ao buscar prestar atenção nas formas de vida de maneira geral, por saber que destruir aquilo que sustenta a vida é produzir o autoextermínio e catástrofe no planeta. Nesse tipo de racionalidade prática ecológica e preservacionista, construir hidrelétrica sempre será imoral. Nessa perspectiva, a hidrelétrica Belo Monte é como um içabitu de concreto que morre após seu voo nupcial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A TARDE. Encontro indígena sob clima de tensão. **A Tarde**, Belém e Altamira, 19 fev 1989. Acesso em: jul 2021. Arquivo do CEDI/ISA.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **Amazônia**: desafio brasileiro do século XXI. São Paulo: Fundação Conrado Wessel, 2008.
- ACHEBE, C. A educação de uma Criança sob o Protetorado Britânico. In: ACHEBE, C. **A educação de uma Criança sob o Protetorado Britânico**: Ensaio. São Paulo : : Companhia das Letras, 2012.
- ACSELRAD, H. A noção de “sustentabilidade” presente no documento intitulado “RIMA do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte”. In: MAGALHÃES, S. B.; HERNANDEZ, F. D. M. **Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. Belém: [s.n.], 2009. p. 53-54.
- ADALBERTO, PRÍNCIPE DA PRÚSSIA. Amazonas e Xingu. In: ADALBERTO, P. D. P. **Brasil: Amazônia–Xingu**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. p. 175-378.
- AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. 2a. ed. São Paulo : Boitempo, 2004. Coleção Estado de Sítio. _____ . Estado de Exceção e Genealogia do Poder. **Revista Brasileira de Estudos Políticos** , Belo Horizonte, n. 108, p. 21-39, Jan./jun 2014.
- AGÊNCIA BRASIL. Força Nacional tenta impedir novas paralisações das obras de Belo Monte. **Jornal de Brasília**, Brasília, n. Notícias, 25 mar 2013. Acesso em: abr 2015.
- ALMEIDA, A. W. B. D.; MARTINS, C. D. C.; MARIN (COORDS.), R. A. Boletim Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências. **Povos tradicionais da Volta Grande do Xingu: Garimpeiros, Agricultores, Assentados, Indígenas, Pescadores e Moradores**, Manaus, n. 12, Dez 2017. Realização: Cooperativa dos Garimpeiros da Ressaca e Ilha da Fazenda; Movimento Xingu Vivo para Sempre.
- ALMEIDA, C. et al. **Metodologia utilizada nos sistemas PRODES E DETER**. 2ª. ed. São José dos Campos: INPE, 2022.
- ARINI, J. Raoni e 45 povos indígenas lançam manifesto pela vida. **Amazônia Real**, Manaus, n. Povos Indígenas, 18 jan 2020. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/raoni-e-45-povos-indigenas-lancam-manifesto-pela-vida/>>. Acesso em: 25 jun 2021.
- BARBER, C. P. et al. Roads, deforestation, and the mitigating effect of protected areas in the Amazon. **Biological Conservation**, 177, 2014. 203-209.
- BECKER, B. Uma visão de futuro para o coração florestal da Amazônia. In: _____. **Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009.
- BENITES, A.; BETIM, F. Ricardo Salles "passa a boiada" e retira a proteção a manguezais e restingas para promover turismo. **El País Brasil**, Brasília, São Paulo, n. Governo Bolsonaro, 28 set 2020.
- BENJAMIN, W. Para a crítica da violência. In: _____. **Escritos sobre mito e linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2013. p. 121-156.
- BEP’KOROROTI PAIAKÃ. Expulsão Paiakan. In: UNI **Programa de Índio**. São Paulo: Rádio USP, v. Ailton Krenak (Entrevistador), 1988.
- BERMANN, C. O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, 15, jun 2012. 5-23.
- BOM DIA BRASIL. Brasil reage ao pedido da OEA pela suspensão de obras em Belo Monte. **G1**, Rio de Janeiro, abr 2011.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

- BRANFORD, S.; RIBEIRO, M. C. **Voices of Latin America: Social Movements and the New Activism**. New York City, Newcastle: Monthly Review Press, Cambridge Scholars Publishing, 2019.
- BRASIL. Lei nº 5.727/1971. **I PND - Plano Nacional de Desenvolvimento - 1972/74**, Brasília, 04 dez 1971. 72 p.
- BRITO, A. M. D. et al. **Cultivo de cacau em várzeas amazônicas**. CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira)/CEPEC (Centro de Pesquisas do Cacau). Ilhéus (BA), p. 32. 2002. (184).
- BRUM, E. Dom Erwin Kraeutler: Lula e Dilma passarão para a História como predadores da Amazônia. **Revista Época**, Rio de Janeiro, 04 jun. 2012.
- _____. O dia em que a casa foi expulsa de casa: a maior liderança popular do Xingu foi arrancada do seu lugar pela hidrelétrica de Belo Monte, a obra mais brutal (e ainda impune) da redemocratização do Brasil. **El País**, São Paulo, n. Opinião, Set 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/14/opinion/1442235958_647873.html>. Acesso em: 10 dez 2015.
- _____. **The Collector of Leftover Souls: Field Notes on Brazil's Everyday Insurrections**. Minneapolis: Graywolf Press, 2019. 222 p.
- BURSZTYN, M.; PERSEGONA, M. **A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem-natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- CALVINO, Í. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Biblioteca Folha, 2003.
- CAMARGO, J. C. G. Ação e Intenção na Sociologia Contemporânea: um estudo comparativo dos conceitos de Habitus e consciência prática de Pierre Bourdieu e Anthony Giddens. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UEMS**, 1, 18 Ago 2021. 61–80.
- _____. Ecolimites ou sócio-limites?: Da “preservação ambiental” à segregação sócio-espacial. **Observatório das Metrópoles**, Rio de Janeiro, p. 6, 25 jan. 2012. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/ecolimites-ou-socio-limites/>>.
- _____. Medo e insegurança na cidade de Jataí. In: (ORG.), D. B. D. S. **Violência urbana em goiás: práticas e representações**. Goiânia: Editora UFG, Cânone Editorial, 2011. p. 51-77.
- _____. **Obsessivo desejo de ordem a serviço de uma nova fuga para frente no Rio de Janeiro: uma discussão sobre as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) e os Ecolimites**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ [Monografia de Especialização], 2012b. 47 p.
- _____. **Os medos e os processos de segregação sócio-espacial na cidade de Brasília**. Brasília: PPGSOL/UnB [Dissertação de Mestrado], 2010. 123 p.
- CARDOSO, F.; MÜLLER, G. A ação governamental: a colonização. In: CARDOSO, F.; MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 110-121.
- CARIELLO, R. A onça e a barragem: por que o mais conhecido líder indígena do país é contra a hidrelétrica a centenas de quilômetros de sua aldeia. **Piauí**, São Paulo, v. 77, n. Vultos da floresta, p. 20-28, 28 Fev. 2013.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. Índios na Constituição. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 37, n. 3, Set-Dez 2018. 429-443.
- CARTA CAMPINAS. Manchetômetro expõe a participação da grande mídia no processo eleitoral brasileiro. **Carta Campinas**, Campinas/SP, 05 out 2014.
- CARVALHO, G. Grandes obras de infraestrutura na região amazônica: históricos, tendências e desafios. **FASE**, Belém, 2010. Mimeografado.
- CASTRO, C. P. Estudo sobre a performance da ciência sobre a Amazônia (1980-2019). **SBS 2021, 20 Congresso Brasileiro de Sociologia, CP12 - Sociologia da ciência e da tecnologia**, Belém, 13 Jul 2021.
- CASTRO, C. P. D. **Conexões e Controvérsias no INCRA de Marabá: o Estado como uma ator**

- heterogêneo. Brasília: UNB, ICS, Programa de Pós-Graduação em Sociologia (tese de doutorado), 2013. 383 p.
- CASTRO, E. **Cidades na Floresta**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2009. p. 11-39. 352p.
- CEPEK, M. L. Foucault in the forest: Questioning environmentalty in Amazonia. **American Ethnologist**, v. 38, n. 3, p. 501-515, Ago 2011.
- CIMI. Visita de Lula a Altamira, no Pará, terá protestos contra Belo Monte. **Conselho Indígena Missionário**, Altamira, n. No Brasil, 16 jun 2010.
- COELHO, M. et al. Questão energética na Amazônia: disputa em torno de um novo padrão de desenvolvimento econômico e social. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, 13, dez 2010. 13-102.
- COLIGAÇÃO PARA O BRASIL SEGUIR MUDANDO. **Diretrizes do Programa de Governo Dilma Rousseff 2011/2014**. Partido dos Trabalhadores. Brasília, p. 24. 2010.
- COMTE, A. Curso de filosofia política. In: CIVITA, V. **Auguste Comte (Os Pensadores)**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 1-39.
- CONSELHO RIBEIRINHO DO RESERVATÓRIO DA UHE BELO MONTE. **Ato de Criação do Conselho Ribeirinho do Reservatório da UHE Belo Monte**. Conselho Ribeirinho do Reservatório da UHE Belo Monte. Altamira, p. 6. 2016.
- CORREIO BRAZILIENSE. Carta de Altamira Condena hidrelétrica. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 12, 25 fev 1989.
- _____. Movimentos Sociais preparam protestos contra Belo Monte em visita de Lula ao Pará. **Correio Braziliense**, Brasília, n. Economia, 21 jun 2010.
- CPRM. Bacia do Rio Xingu - Características. **Serviço Geológico do Brasil - CPRM**, 2021a.
- _____. SACE - Sistema de Alerta de Eventos Críticos. **Serviço Geológico do Brasil - CPRM, Ministério de Minas e Energia**, 2021b.
- D'AMATO, C.; TORRES, J. P. M.; MALM, O. DDT (Dicloro Difenil Tricloroetano): toxicidade e contaminação ambiental - uma revisão. **Química Nova**, 25, 2002. 995-1002.
- DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, v. 5, 1997.
- DIAS, G. F. Os quinze anos da Educação Ambiental no Brasil: um depoimento. **Em Aberto**, Brasília, 10, jan./mar. 1991.
- DIAS, G. L. D. S. **O estado de papel construído num cenário de sangue e violência: algumas tentativas de combate à grilagem e pacificação social no campo no estado do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Meio Ambiente (Dissertação Mestrado), 2011.
- DICIONÁRIO TUPI-GUARANI. Xingu. **Dicionário Ilustrado Tupi-Guarani**, 2021.
- DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Huncitec, 2008.
- DILMA presidenta, mais mudanças, mais futuro. Direção: João Santana. Produção: João Santana. Intérpretes: Dilma Presidenta - Programa Eleitoral - 23/09/2014. [S.l.]: Pólis Propaganda & Marketing. 2014.
- DOMINGUES, M. S.; BERMANN, C. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, XV, mai-ago 2012. 1-22.
- DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- DURKHEIM, É. **Sociologia e Filosofia**. Rio de Janeiro, São Paulo: Forense, 1970.
- _____. **Durkheim: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1984.

- _____. **A Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **O suicídio: Estudo de Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ECODEBATE. Manifestantes contra Belo Monte bloquearam a Transamazônica em Altamira, PA. Com visita de Lula, novos protestos ocorrerão. **EcoDebate**, Altamira, n. Notícia, jun 2010.
- EDUARDO Viveiros de Castro: Expedição Gota d'Água Xingu. Direção: Maria Paula Fernandes. Produção: Uma Gota no Oceano. Intérpretes: Eduardo Viveiros de Castro. [S.l.]: Gota D'Água. 2011.
- EINSTEIN, A. **Como vejo o mundo**. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- ELETROBRÁS. **Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte: Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)**. Brasil. [S.l.], p. 198. 2009.
- ELIAS, N. **O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.
- _____. **Escritos & Ensaio**s: Estado, processo, opinião publica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.
- ÉPOCA NEGÓCIOS. Índios e ativistas ocupam obras de Belo Monte para chamar atenção da Rio+20. **Revista Época**, n. Dilemas, 2012.
- ESQUERDO, M. J. D. S. B. **Comercialização de Cacau no Estado do Pará**. Fortaleza: Departamento de Economia Agrícola, Centro de Ciências Agrária, UFC, 1980.
- ESTADÃO. Se o Brasil não atender à OEA enfrentar a Corte Interamericana, diz MPF. **Jornal o Estado de São Paulo**, são paulo, n. Sustentabilidade, 05 abr 2011.
- EXAME. Indígenas e ativistas pedem "Pare Belo Monte" durante Rio+20. **Exame**, Brasil, 09 jan 2012.
- EXPEDIÇÃO Gota d'Água Xingu. Direção: Maria Paula Fernandes. Produção: Uma Gota no Oceano. Intérpretes: Eduardo Viveiros de Castro. [S.l.]: Gota D'Água. 2011.
- FARIA, I. D. **O Descompasso e o Piroscópio: Uma análise dos conflitos socioambientais do projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável (Tese de Doutorado), 2004. 390 p.
- FAUSTO, C. Donos Demais: maestria e domínio na Amazônia. **Mana**, 14, n. 2, 2008. 329-366.
- FEARNSIDE, P. M. Gases de Efeito Estufa no EIA-RIMA da Hidrelétrica de Belo Monte, v. 1, n. 14, p. 5-19, 2011.
- _____. Desafios para mediatização da ciência na Amazônia: O exemplo da hidrelétrica de Belo Monte como fonte de gases de efeito estufa. In: FAUSTO NETO, A. (.). **A Mediatização da Ciência: Cenários, Desafios, Possibilidades**. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba (EDUEPB),. 288 ISBN, 2012. p. 107-123.
- FERNANDES, F. A herança intelectual da Sociologia. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. D. S. **Sociologia e Sociedade: Leituras de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2016. p. 9-17.
- FERNANDES, S. Contra Covid-19, indígenas e seringueiros recriam Aliança dos Povos da Floresta. **MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, Brasil, n. De olho nos ruralistas, 31 jul 2021.
- FGV EAESP. **Indicadores de Belo Monte: Um projeto da Câmara Técnica de Monitoramento das Condições do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu**. PDRS Xingu. Altamira, p. 200. 2016.
- FIALHO, Á. R.; TREVISAN, R. Ocupar, colonizar, urbanizar a Amazônia Legal (1970-80): ações oficiais e privadas na criação de núcleos urbanos. **Anais da XVIII ENANPUR**, Natal, n. 18, p. 26, 27-31 mai 2019.
- FIPA. Norte Energia neutraliza emissões de carbono da FIPA 2022. **FIEPA - Federação das**

Indústrias do Estado do Pará, Belém, 20 Out 2022.

FOLHA. Dilma se destacou no governo Lula como a "Mãe do Pac". **Folha de São Paulo**, São Paulo, n. Poder: Eleições 2010, 31 out 2010.

_____. Violência: Justiça condena Paiakan a 6 anos de prisão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, n. Violência, 23 dez 1998.

_____. Tudo sobre Belo Monte. **Folha de São Paulo**, São Paulo, v. 3, n. Sociedade, 16 dez 2013.

FORSÉ, M. **Análise Estrutural das Mudanças Sociais**: o modelo de Louis Dirn. Porto: RÉS Editora, 1990.

_____. Les Théories du Changement Social. In: CABIN, P. D. J. F. **La sociologie**: histoire et idées. Auxerre: Editions Sciences Humaines, 2000. p. 287-293.

_____. Sept Dimensions du Changement Social. **L'Année sociologique**, Paris, 51, jan. 2001. 51-101.

FORTES, C. Inca reduz assentamento familiar e cede área para mineração bilionária de empresa canadense. **Revista Forum**, 07 dez 2021.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L. . R. P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Ditos e Escritos V**: Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **A Hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. A Governamentalidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Edições Graal, 2010a.

_____. **O Nascimento da Biopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2010b.

_____. **Ditos e Escritos VIII**: segurança, penalidade e prisão. Rio de Janeiro: Forense Univrsitária, 2012.

_____. Espaço, saber e poder. In: FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos VIII**: Segurança, penalidade, prisão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 206-222.

_____. De espaços outros. **Estudos Avançados**, São Paulo, 27, 2013b. 113-122.

_____. **Ditos e Escritos X**: filosofia, diagnóstico do presente e verdade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. **Ditos e Escritos IV**: Estratégia, Poder-Saber. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FRANCESCO, A. A. D. **Terror e resistência no Xingu**. Universidade de Campinas. Campinas, SP, p. 276. 2020. Tese de Doutorado.

FREITAG, B. **Teorias da cidade**. Campinas, SP: Papyrus, 2016.

FREUD, S. O Mal-Estar na Civilização. In: FREUD, S. **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Edição standard brasileira. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 73-148.

G1. **Índio mantém protestos em Brasília contra Belo Monte**. Globo.com, n. Mundo, 08 fev 2011.

_____. **Operação Castanheira combate crimes ambientais no Pará**. G1 Pará: Rede Liberal, Novo Progresso, 27 ago 2014.

GERBAUDO, P. **Tweets and Streets**: social media and contemporary activism. London: Pluto Press, 2012.

_____. Objetivo de manifestações é nova forma de democracia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 jul. 2013.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GOOGLE. earth.google.com. **Google Earth website**, 24 jun 2022. Disponível em:

- <<https://earth.google.com/web/search/parque+igarap%C3%A9+altamira>>. Acesso em: 16 mai 2023.
- GOTA D'ÁGUA +10. Direção: Marcos Prado. Produção: Movimento Gota D'Água. Intérpretes: Bruno Mazzeo, Carol Castro, Ingrid Guimarães, Isis Valverde, Juliana Paes, Cissa Guimarães, Claudia Ohana, Dira Paes, Leticia Sabatella, Maitê Proença, Elisangela Vergueiro, Eriberto leão, Guilhermina Guinle, Marcos Palmeira, Murilo Benício Ary Fontoura. [S.l.]: Zazen Produções. 2011. Disponível em Conselho Indigenista Missionário.
- GOVERNO FEDERAL. **Plano de desenvolvimento regional sustentável para área de influencia da BR -163: Cuiabá - Santarém**. Casa Civil da Presidência da República. Brasília, p. 142. 2005. 2a etapa de consultas à sociedade.
- GUZMÁN, T. D. **Native and National in Brazil: Indigeneity After Independence**. North Carolina: University of North Carolina Press, 2013.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- HARVEY, D. **A Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- HEALY, K. **Social Change: Mechanisms and Metaphors**. Princeton: Working Papers (Department of Sociology: Princeton University), 1998. 88 p.
- HEGEL, G. W. F. **Filosofia da História**. Brasília: Editora da UnB, 1999.
- HOJE EM DIA. UDR vai às ruas em defesa de Kararaô. **Hoje em Dia**, Altamira, 21 fev 1989.
- HORÁRIO de propaganda eleitoral gratuita: 16 set. 2010. Direção: João Santana. Produção: João Santana. Intérpretes: Programa Dilma Presidente. [S.l.]: Pólis Propaganda & Marketing. 2010. de 20'24" a 21'08".
- HORÁRIO de propaganda eleitoral gratuita: 25 set. 2010. Direção: João Santana. Produção: João Santana. Intérpretes: Programa Dilma Presidente. [S.l.]: Pólis Propaganda & Marketing. 2010. de 10'0" a 10'40".
- HORTA, A. **Guerra no horizonte: feitiçaria entre os parque-xinguanos na cidade de Canarana**. ST 25 - Redes de relações indígenas no Brasil. Caxambu, MG: 40º ANPOCS. 2016. 29 p.
- HUBERT L. DREYFUS, P. R. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- IANNI, O. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- IBGE. **Censo Demográfico Pará: VIII Recenseamento Geral - 1970**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, p. 484. 1970.
- ICMBIO. **Plano de Manejo Participativo Reserva Extrativista Rio Xingu**. ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; MMA - Ministério do Meio Ambiente. Altamira, p. 164. 2012.
- INCRA. Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação: Período da Criação do Projeto 01/01/1900 até 05/12/2022. **Sistema SIPRA**, Brasília, p. 332, 05 dez 2022.
- INDICADORES DE BELO MONTE; FGV EAESP. **Indicadores de Belo Monte: Um projeto da Câmara Técnica de Monitoramento das Condicionantes do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu**. PDRS Xingu. Altamira, p. 200. 2016.
- IRIGARAY, C. T. Direitos Indígenas: OEA determina a suspensão das obras em Belo Monte. **Revista Consultor Jurídico**, São Paulo, 27 abr 2011.
- ISA. Índios, ribeirinhos e pesquisadores se reúnem para pensar novas formas de proteger o Xingu. **Instituto Socioambiental - ISA**, Altamira (PA), 14 out 2013.
- _____. **Línguas. Povos Indígenas no Brasil**, 2019.
- ISTOÉ. A Mãe de todos os programas. **Istó Dinheiro**, São Paulo, v. 683, n. Economia, 10 nov 2010.
- JORNAL DA TARDE. "Passar a boiada": Governo Bolsonaro acelerou publicação de atos sobre meio ambiente durante a pandemia. **TV Cultura**, São Paulo, 29 jul 2020.

JORNAL DE BRASÍLIA. Clima de tensão no encontro de Altamira. **Jornal de Brasília**, Brasília, n. Imprensa, 19 fev 1989.

JORNAL DO BRASIL. UDR promove passeata de 15 mil a favor de Kararaô. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 1o Caderno, p. 5, 21 fev 1989.

KOSTOF, S. **The city shaped: urban patterns and meanings through history**. New York: Bulfinch Press, 1993. 352 p.

KRÄUTLER, D. E. Os povos indígenas do Xingu e a hidrelétrica Belo Monte. **Ecodebates**, 26 Maio 2008.

KRENAK, A. Encontro de Altamira I. **Programa de Índio**, São Paulo, n. Ikore, 12 mar 1989. Disponível em: <<http://ikore.com.br/programa/encontro-de-altamira-i/>>. Acesso em: 30 jun 2020. Paiakã fala no encontro de Altamira sobre a construção das hidrelétricas Kararaô e Babaquara no rio Xingu.

LACERDA, P. M. Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, 8, jan.-abr 2013. 153-168.

LAURANCE, W. F.; GOOSEM, M.; LAURANCE, S. G. W. Impacts of roads and linear clearings on tropical forests. **Trends in Ecology & Evolution**, 24, 2009. 659-669.

LEA, V.; FERREIRA, M. K. L. "A guerra do Xingu": cronologia. In: LEA, V.; FERREIRA, M. K. L. **Povos indígenas no Brasil 1984**. São Paulo: CEDI, 1985.

LEMOS, R. D. S. **Relação família/escola - desafios e possibilidades: o caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental Oneide Sousa Tavares - Comunidade e agrovila Vale Piauiense, município de Altamira, Estado do Pará**. Altamira, PA: UFPA, Campus de Altamira, Faculdade de Etnodesenvolvimento, 2019.

LIMA, T. S. Prólogo. In: LIMA, T. S. **Um peixe olhou para mim: o povo Yudjá e a perspectiva**. São Paulo, Rio de Janeiro: UNESP, ISA, 2005. p. 15-20.

LUKE, T. W. On Environmentality: Geo-Power and Eco-Knowledge in the Discourses of Contemporary Environmentalism. **Cultural Critique**, Autumn 1995. 57-81. Acesso em: mar. 2023.

MAB. Manifestações contra Belo Monte em todo o País. **Movimento dos Atingidos por Barragens, Brasil**, n. Notícias, abr 2010.

MACEDO, E. S. **Altamira: Ensaio histórico-maquínico sobre a colonização**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado defendida no PPGAS/MN/UFRJ, 2016.

MAGALHÃES, S. M. S. B.; HERNANDEZ, F. D. M. **Painel de Especialistas: análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte**. Diversas Instituições de Ensino e Pesquisa. Belém, p. 230. 2009.

MAGNOLI, D. Chega de lenda!. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 jun 2008.

MALETTE, S. Foucault para o próximo século: ecogovernamentalidade. **ecopolítica**, 2011. 4-25.

MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MARQUES, A. A. **Amazônia: pensamento e presença militar**. São Paulo: USP (Tese de Doutorado em Ciência Política), 2007.

MARTINS, C. B. Sociologia e ensino superior: encontro ou desencontro? **Sociologias**, 14, jan 2012. 100-127.

_____. Que Sociologia fazemos? Interfaces com contextos local, nacional e global. In: MARTINS (ORG.), C. B. **A Sociologia Brasileira e suas interfaces contemporâneas (Dossiê)**. Sergipe: Revista Brasileira de Sociologia - RBS, Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS, 2018. p. Vol 06, No. 12 | Jan./Abr./2018.

MARTINS, J. D. S. Lutando pela Terra: índios e posseiros na Amazônia Legal. **REV. C. SOCIAIS, FORTALEZA**, XI, 1980. 7-27.

_____. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social (Rev. Sociol. USP)**, São Paulo, 8, mai 1996. 25-70.

_____. **Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MARX, K. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Karl Marx e Friedrich Engels – textos 3**. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

_____. **O capital**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MATTEI, U.; NADER, L. **Pilhagem: quando o Estado de Direito é ilegal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MCCORMICK, S. Renewable energy in the Brazilian Amazon: The drivers of political economy and climate. In: _____ **The Political Economy of Clean Energy Transitions**. Oxford : Oxford University Press, 2017.

MELLO, C. C. D. A. Capacidade de Suporte do Território: o Nomadismo de um conceito. **Série Estudos e Debates**, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, n. 28, p. 01-46, Mai 1998.

_____. Se houvesse equidade: a percepção dos grupos indígenas e ribeirinhos da região da Altamira sobre o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, 16, jun 2013. 125-147.

MESSEMBERG, D. O paradoxo da democracia: A participação política dos alunos da Universidade de Brasília. **Civitas, Porto Alegre**, Porto Alegre, v. 15, p. 1-23, Jan-Mar 2015. ISSN 1.

MESSEMBERG, D. et al. Discursos e Projetos de Mudança Social. **E-legis**, Brasília, n. 24, p. 7-21, set/dez 2017.

MICHEL, J.-B. et al. Quantitative Analysis of Culture Using Millions of Digitized Books. **Science**, 331, 16 dez 2010. 176-182.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Glossário das Forças Armadas**. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Brasília, p. 292. 2016.

MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IUPERJ, UCAM (Tese de doutorado em Sociologia), 1999.

_____. O papel do inquérito policial no processo de incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. **Sociedade e Estado**, Brasília, 26, abr. 2011. Revista do PPGSOL da UNB.

MME. **Plano Nacional de Energia Elétrica 1993/2015**. Ministério de Minas e Energia. Brasília. 2000. Plano Decenal de Expansão PDE 2000/2009 do setor elétrico é incorporado ao Plano Nacional de Energia Elétrica 1993/2015.

MOURA, A. M. M. D. Trajetória da Política Ambiental Federal na Brasil. In: MOURA (ORG.), A. M. M. D. **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016. p. 13-43.

NERI, E. Raoni ameaça provocar guerra no Xingu. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 10, 07 Abril 1996.

NETO, M. M. **O brilho de mil sóis: História, Memória e Esquecimento sobre a bomba atômica nos Estados Unidos e no Japão**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História (Tese), 2020.

NORTE ENERGIA. 5.1.8 Projeto de Parques e Reurbanização da Orla. In: MONTE, N. E. U. H. B. **Plano Básico Ambiental (PBA)**. Altamira (PA), Brasília (DF): [s.n.], 2009. p. 5.1.8-1 - 5.1.8-13.

_____. Compromisso reforçado com o meio ambiente: certificação I-REC standard. **Norte Energia: Sustentabilidade**, Brasília/DF, Vitória do Xingu/PA, 2021.

_____. História de Belo Monte - Cronologia. **Norte Energia - Usina Hidrelétrica de Belo Monte**, 2021.

_____. Norte Energia lança site exclusivo para comercialização de energia limpa. **Norte Energia SA**, Brasília/DF, Vitória do Xingu/PA, 20 out 2022.

NUNES, B. F. A Interface entre o Urbano e o Rural na Amazônia Brasileira. In: CASTRO, E. **Cidades na Floresta**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2009. p. 41-58. 352p.

O DIA. Altamira reunirá ecologistas e indígenas do Xingu. **O Dia**, São Paulo, n. Imprensa, 10 fev 1989.

O LIBERAL. Encontro de Altamira começa sob Tensão. **O Liberal**, Belém, n. Cidades, p. 8, 20 fev 1989.

_____. Kararaô, palavra quase sagrada. Agora uma ameaça. **O Liberal**, Belém, n. Cidades, p. 17, 19 fev 1989.

_____. PF vai garantir a paz durante encontro. **O Liberal**, Belém, n. Cidades, p. 9, 20 jun 1989.

O PARAENSE. O ocaso de Payakan. **Terras Indígenas no Brasil**, Belém (PA), 04 mar 2002.

OLIVEIRA, L. D. Diretor de Avatar apoia manifestação contra Usina de Belo Monte. **Canal Rural RBS**, Brasília, n. Notícias, abr 2010.

OLSON, J. S. **The Indians of Central and South America**. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1991.

PAIM, E. S. IIRSA: É esta a integração que nós queremos? **Núcleo Amigos da Terra**, Porto Alegre, 2003.

PALMQUIST, H. Os 8 mil metros cúbicos por segundo que destroem a Volta Grande do Xingu. **Samaúma: jornalismo do centro do mundo**, Brasília, 21 mar 2023.

PASSETTI, E. Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica. **Revista Ecopolítica**, São Paulo, Jan-abr 2013. 2-37.

PEQUENO, E. D. S. S. Trajetória da reivindicação Kayapó sobre a Terra Indígena Bagjônkôre. **Revista de Estudos e Pesquisas**, Brasília, 1, dez 2004. 249-288.

PEREIRA, R. Sócios já gastaram R\$ 13 bilhões como Belo Monte, o dobro do previsto. **Estadão**, São Paulo, 21 nov 2018.

PESQUISA FAPESP. A Crítica da Razão Pura. **Humanidades: Ética**, São Paulo, Set. 2002. 85-88.

PETERS, G. Bourdieu em pílulas (4): algumas propriedades do habitus. **Que cazzo é esse?**, 26 abr 2016.

PETERS, I. **Cohesion and Fragmentation in Social Movements: How Frames and Identities Shape the Belo Monte Conflict**. Wiesbaden: Springer Fachmedien Wiesbaden, 2017.

PINHO, G. F. D.; MONTEIRO, E. Z.; PINA, S. A. M. G. Urbanismo Rural, Uma Utopia Não Realizada. In: MARTINS (ORG.), B. C. **O essencial da arquitetura e urbanismo**. Ponta Grossa (SP): Editora Atena, v. 3, 2019. p. 350-365.

PINTO, J.; PRADO, P.; TIRADO-ALCARAZ, J. A. **Environmental News in South America: Conflict, Crisis and Contestation**. London: Palgrave Macmillan, 2017.

PINTO, N. M. **Penas e Alternativas: um estudo sociológico dos processos de agravamento das penas e de despenalização no sistema de criminalização brasileiro (1984-2004)**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado: UFRJ/IFCS/PPGSA, 2006.

PONTIN, J. Oppenheimer's Ghost: Can we control the evolution and uses of technology? **MIT Technology Review**, Massachusetts, v. The Blow-Up, 15 oct 2007.

PORTAL TERRA. Ativistas protestam contra Belo Monte no Brasil e no Exterior. **Terra Notícias**, São Paulo, n. Brasil, 20 ago 2011.

PRESIDENTE LULA. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia alusiva à visita às obras da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó**. Presidência da República. Chapecó/SC, p. 5. 2007.

RAIMUNDO, J.; FEITOSA, F. Reservas extrativistas permitem exploração sustentável da natureza.

- Globo Rural**, Brasil, v. G1 Natureza, n. Edição do dia, 12 abr 2015.
- REDE BRASIL ATUAL. Manifestações no Brasil e em 16 cidades no exterior pedem paralisação de Belo Monte. **Rede Brasil Atual**, Brasil, n. Ambiente, 19 ago 2011
- REUTERS. Incerteza sobre Belo Monte após decisão do Ibama reduz liquidez no mercado de energia. **UOL Economia**, São Paulo, 29 jan 2021.
- RHODES, R. **The Making of the atomic bomb**. 1988. ed. New York: Simon & Schuster, 1986. 923 p.
- RICCI, R.; ARLEY, P. **Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013**. Belo Horizonte: Letramento, 2014.
- RISÉRIO, A. **A Cidade no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2012.
- RIVERO, S. et al. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova economia**, 19, Jan 2009. 41–66.
- ROCHA, L. Mineradora canadense tenta tomar área de reforma agrária no Pará, denunciam entidades. **Revista Forum**, 07 Jun 2022.
- ROCHER, G. **Sociologia geral: ação social**. Lisboa: Presença, 1999.
- RODRIGUES, T. Ecológica e segurança: a emergência do dispositivo diplomático-policial. **Revista Ecológica**, São Paulo, jan-abr 2013. 115-156.
- ROOSEVELT, A. C. Arqueologia Amazônica. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. p. 53-86.
- ROUANET, S. P. **As Razões do Iluminismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- RUIZ, N. A ecológica: a nova face das ciências políticas. **Análise & Conjuntura**, 6, set./dez. 1991.
- RUTHERFORD, P. **The Problem of Nature in Contemporary Social Theory**. Canberra: Australian National University, Political Science Program: doctoral thesis, 2000. 247 p.
- SALOMÃO, C. et al. A Amazônia em Chamas: desmatamento, fogo e pecuária em terras públicas. **IPAM Amazônia**, Out 2021. Nota Técnica.
- SANTAMARIA, C.; TURRISI, G. The Graphic Truth: The global sustainable investment surge. **Gzero Media**, 13 Dec 2020.
- SANTI, T. **Viagem à Terra do Meio: um olhar sobre o (mal)encontro de Belo Monte com o rio Xingu**. CDS. Brasília, p. 151. 2020. Dissertação de Mestrado.
- SANTILLI, M. Paiakan, tradutor de mundos. **Socioambiental - ISA**, n. Política e Direito Socioambiental, 18 jun 2020.
- SANTOS, D. D. A militarização da justiça e a defesa da democracia. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 123-140, Jan-Mar 2011.
- SASSEN, S. Atores Locais na Política Global. In: SASSEN, S. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 158-177.
- SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **páginas**. New York: Columbia University Press, 1992. 387 p.
- SENNETT, R. **Burocracia: a cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SHERILYN MACGREGOR, T. D. **Environmental Movements Around the World: Shades of Green in Politics and Culture**. Santa Barbara, California: ABC-CLIO Inc, 2013.
- SIGNIFICADOS. Significado de Xingu. **Significados.com**, Matosinhos, 2021.
- SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-62.
- SOARES, I. Salles sugere aproveitar foco da imprensa na covid-19 para "passar boiada". **Correio Braziliense**, Brasília, n. Política, 22 mai 2020.
- SOBRINHO, M. B. **A Física e o projeto atômico alemães na segunda Guerra Mundial**. São Paulo:

- Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2010. 107 p. Dissertação. SOCIOAMBIENTAL (ISA). Em seu aniversário de 4 anos, Conselho Ribeirinho conquista mais uma vitória para retornar ao seu território, no Xingu. **Instituto Socioambiental**, Altamira, n. Xingu, 02 dez 2020.
- SOUZA, E. B. et al. PREVISÃO HIDROLÓGICA DE CHEIA SAZONAL DO RIO XINGU, ALTAMIRA-PA. **Revista Brasileira de Climatologia**, Curitiba, 22, jan 2018.
- SPVEA. **Primeiro Plano Quinquenal**. Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Belém. 1955.
- STENGERS, I.; PIGNARRE, P. **La Sorcellerie Capitaliste: Pratiques de désenvoûtement**. Paris: Éditions La Découverte, 2007. Collection Cahiers libres.
- STIVAL, M. L. **Foucault entre a crítica e o nominalismo**. São Paulo: USP / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Programa de Pós-Graduação em Filosofia (Tese de doutorado), 2013.
- TEIXEIRA, G. G. Simulação da tendência do desmatamento nas Cabeceiras do Rio Xingu, Mato Grosso, Brasil. **INPE - Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Natal, p. 5483-5490, Abril 2009.
- TELLES, V. Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: anotações de um percurso de pesquisa. **Serviço Social e Sociologia**, São Paulo, n. 115, p. 443-461, jul-set 2013.
- TILLY, C. **Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons**. New York: Russell Sage Foundation, 1984.
- TILLY, C.; TILLY, L.; TILLY, R. **The rebellious century, 1830-1930**. Cambridge: Harvard University Press, 1975.
- TORRES, M.; DOBLAS, J.; ALARCON, D. F. **Dono é quem desmata: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense**. São Paulo, Altamira: Urutu-branco, Instituto Agrônômico da Amazônia, 2017.
- TRIBUNA DA IMPRENSA. UDR intimida com ameaças e tiros. **Tribuna da Imprensa**, Altamira (PA), Fev 1989.
- TURNER, T. Grupos Kayapó no Médio Xingu e Araguaia. In: TURNER, T. **Povos indígenas do Brasil: sudeste do Pará**. Rio de Janeiro: CEDI, 1983.
- UNB AGÊNCIA. Alta tensão: oea pede ao governo para suspender licença de Belo Monte. **Jus Brasil**, Brasília, 07 abr 2011.
- UNGER, R. M. Poder de Moldar o Futuro: a metamorfose. **Revista Piauí**, São Paulo, 11 ago 2007. Entrevista concedida à Consuelo Dieguez.
- _____. A Amazônia de Mangabeira. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 jan 2008a. Entrevista concedida ao Leonel Rocha da equipe do Correio.
- _____. Brasil precisa de Defesa forte para ser rebelde. **BBC Brasil**, São paulo, 05 set 2008b. Entrevista concedida à Carolina Glycerio.
- _____. Amazônia é um caos fundiário. **Terra Magazine**, São Paulo, 29 ago 2008c. Entrevista concedida ao Cláudio Leal.
- _____. **Projeto Amazônia: esboço de uma proposta**. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Brasília. 2008d.
- URUETA, E. E. B. **Influências Mebêngôkre: cosmopolítica Indígena em tempos de Belo Monte**. UFF. Niterói, p. 365. 2014. Tese de Doutorado.
- VALENCIO, N. Considerações sociológicas acerca de desastres relacionados a barragens e a atual desproteção civil de comunidades ribeirinhas conviventes com o megaempreendimento hidrelétrico de Belo Monte. In: MAGALHÃES, S. B.; CARNEIRO DA CUNHA, M.; (ORGS.) **A Expulsão de Ribeirinhos em Belo Monte: Relatório da SBPC**. São Paulo: SBPC, 2017a. Cap. 6, p. 167-202.

_____. Recomendações para o fortalecimento da proteção civil de comunidades ribeirinhas: o caso da UHE Belo Monte. In: MAGALHÃES, S. B.; CARNEIRO DA CUNHA, M. **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório da SBPC**. São Paulo: SBPC, 2017b. Cap. 15, p. 393-404.

VASQUES, P. H. R. P. **O governo ambiental no Brasil: uma análise a partir dos processos de avaliação de impacto ambiental**. Campinas, SP: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Tese (doutorado), 2018.

VEJA. Ambientalistas e indígenas protestam contra Belo Monte. **Veja**, Brasília, n. Política, 11 fev 2011.

VENTURA, D. Depois de Belo Monte, Brasil mudou sua postura com a OEA. **Sul21**, Porto Alegre, 10 set 2012.

VIEIRA, S. D. A. Um drama vivido e narrado. In: VIEIRA, S. D. A. **Césio-137, o drama azul: irradiação em narrativas**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2014. p. 194.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. **From the Enemy's Point of View: Humanity and Divinity in an Amazonian Society**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

VIVEIROS DE CASTRO, E.; ANDRADE, L. M. M. D. Os povos indígenas do Médio Xingu. In: SANTOS, L. A. O.; LÚCIA M. M. DE ANDRADE, (.). **As Hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988. p. 135-146.

VOLTA Grande. Direção: Fábio Nascimento. Produção: Conselho Ribeirinho; Ana de Francesco e Isabel Harari. Intérpretes: Dona Antônia e Leonardo Aranô Juruna. [S.l.]: Rede Xingu+. 2020. 26 minutos.

VOZES Da Floresta: a Aliança dos Povos da Floresta de Chico Mendes a Nossos Dias. Direção: Thiago B. Mendonça. Produção: Rose Farias; Leandro Saflatle e Renata Jardim. Intérpretes: Ailton Krenak. [S.l.]: Le monde Diplomatique Brasil. 2020. Documentário "Não verás país nenhum"; apoio do Rainforest Journalism Fund.

WARD, K. Toward a Comparative (Re)Turn in Urban Studies - some reflections. **Urban Geography**, 29, 2008. 405-410.

WENZEL, F. "A Amazônia já era!": como a imprensa glorificou a destruição da floresta na ditadura militar. **Unisinos**, 06 Outubro 2020.

XINGU: a luta dos povos pelo rio. Direção: João Pavese. Produção: Insituto Sociambiental ISA. [S.l.]: Bangalô Filmes. 2009. A trajetória de luta dos índios do rio Xingu contra a construção da usina de Belo Monte e de outras planejadas para a região. Produzido pelo ISA – Instituto Sócio Ambiental, o documentário reúne cenas históricas desse processo, iniciado em Altamira (PA).

ZAMORA, D. "La résistance chez Foucault ne prend plus vraiment le visage de la lutte des classes". **Le Comptoir**, 05 set 2019.

ANEXO – Cronologia: marcos históricos e legais da mudança nas racionalidades práticas ambientais

- 1945 – Instituição da ONU através da Carta de São Francisco. Membros de 50 países participam da Conferência de São Francisco, na cidade de São Francisco, nos EUA, onde criam a ONU (Organização das Nações Unidas), que substitui o projeto da Liga das Nações de 1919. Reafirma o princípio vestefaliano do respeito máximo e da inviolabilidade da soberania estatal. Mas cria forma de regulamentar questões universais urgentes (os direitos humanos) que emergiram com a II Guerra Mundial para estabelecer normas às quais Estados devem se submeter.
- 1945 – ONU cria a FAO (Food and Agriculture Organization) com objetivo de promover ações para reduzir causas de conflitos, como falta de alimento ou de acesso a recursos naturais.
- 1946 – ONU cria a Unesco, na cidade de Paris na França, voltada para orientação de promoção à educação, ciência e cultura, dentro da qual havia discussões de propostas acerca do meio ambiente.
- 1948 – Declaração dos Direitos Humanos. Institui-se um sujeito de direito internacional a ser protegido por cada nação. A Declaração Universal dos Direitos Humanos se enquadra nos dispositivos diplomático-militar foucaultiano.
- 1948 – Foi criada a União Internacional para Proteção da Natureza (IUPN – International Union for the Protection of Nature), em Fontainebleau, na França. A IUPN recebe vários aportes financeiros da Unesco desde sua criação até os anos 1970, quando as demandas pioneiras sobre a temática ambiental para conservação do meio ambiente eram concentradas na UNESCO.
- 1949 – Conferências da ONU sobre questões como conservação ambiental e utilização dos recursos naturais. Realização da UNSCCUR, em Lake Success, EUA.
- 1952 – Criado o Parque Nacional do Xingu para destinar área para proteção das populações indígenas.
- 1953 – Criação da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) para executar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Ambos foram instituídos pela mesma Lei nº 1.806, em 06 de janeiro de 1953.
- 1958 – Criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN).
- 1962 - Livro “ Primavera Silenciosa” de Rachel Carson - alertava sobre os efeitos danosos de inúmeras ações humanas sobre o ambiente, como por exemplo o uso de pesticidas.
- 1964- Plano de loteamento – lei 4.778/65 – obrigatório ouvir autoridades florestais na aprovação de loteamento para venda de terrenos em prestações. Bursztyl
- 1965 – Aparecimento do termo Educação Ambiental na Conferência de Educação da Universidade de Keele, na Inglaterra. Incentivo à educação ambiental como meio de lidar com produção industrial e consumo que geram destruição ao meio ambiente. Educação é vista como capaz de mudar condutas e maneiras de pensar dos indivíduos.
- 1965 – Foi instituído o Código Florestal de 1965 através da Lei nº 4.771 (de 15/09/1965) cuja elaboração contou com influência da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza através de alguns de seus membros fundadores como Víctor Abdennur Farah que também foi o primeiro diretor-executivo da fundação. Foi intitulado de Novo Código Florestal por substituir o “Código Florestal” instituído em 1934 através do Decreto nº 23.793 que não foi implementado por desinteresse político na época. O Novo Código Florestal define florestas brasileira como bens de interesse comum a todos habitantes do país. Define áreas para preservação permanente (em topos de morros, em volta das nascentes, e nas margens dos rios etc.) que somente podem ser suprimidas em sua totalidade ou parcialmente com autorização do Poder Executivo Federal. Define também a região da Amazônia Legal (Estados do Acre, Pará, Roraima, Rondônia, Amapá e regiões ao norte do Estado de Goiás e a oeste do Estado do Maranhão). Criou a existência da “reserva legal” em todas propriedades variando em porcentagem conforme o lugar. Na Amazônia Legal a reserva deveria chegar à 80%, sendo permitido manejo sustentável. A CNA e a bancada ruralista defendiam o uso pleno da propriedade como motor do desenvolvimento do país.
- 1965 – Massacre do Paralelo 11, considerado o mais letal dentre vários com intenção de bloquear a resistência dos povos indígenas aos projetos de desenvolvimento para a Amazônia, foi promovido por próprios servidores de órgãos públicos, como o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) criado em 1910 com objetivo legal de proteger aqueles que estava ajudando matar.
- 1966 – Incentivos fiscais para reflorestamento – Lei 5.106/1966
- 1966 – Proteção da flora, fauna e belezas cênicas pelo decreto 58.054/66 – convenção para a proteção desses itens dos países da América
- 1966 – A SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) surge de uma transformação nela a partir da SPVEA pela Lei nº 5.176, em 27 de outubro de 1966.
- 1966 – Presidente Castelo Branco defende “Integrar para não Entregar” a Amazônia.
- 1967 – Criação da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), através da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, com o objetivo de “I - estabelecer as diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista, II - gerir o patrimônio indígena, no sentido de sua conservação, ampliação e valorização, III - promover levantamentos, análises, estudos e pesquisas

científicas sobre o índio e os grupos sociais indígenas, IV - promover a prestação da assistência médico-sanitária aos índios, V - promover a educação de base apropriada do índio, visando à sua progressiva integração na sociedade nacional, VI - despertar, pelos instrumentos de divulgação, o interesse coletivo para a causa indigenista, VII - exercer o poder de polícia nas áreas reservadas e nas matérias atinentes à proteção do índio”. A mesma lei que criou a FUNAI tornou extinto a SPI, o CNPI (Conselho Nacional de Proteção aos Índios) criado em 1939, e o Parque Indígena do Xingu criado em 1961.

- 1967 – Proteção de fauna e flora raros ou únicos de nossa – Lei 5.197/67
- 1968 – Conferência da Biosfera, em Paris na França – Contando com conferência de especialistas sobre aplicação da ciência no uso e conservação racional de recursos do planeta. Uma conferência intergovernamental realizada pela UNESCO (em setembro de 1968).
- 1968 – Criado o Clube de Roma (Ver: 1972 - Lançamento do relatório “Os Limites do Crescimento” pelo Clube de Roma)
- 1968 – Grupo que coordenou o Estudos Energéticos da Amazônia (Eneram) sugere criar a Eletronorte com objetivo de gerir a construção de hidrelétricas na Região Norte do país.
- 1968 – Grupo que coordenou o Estudos Energéticos da Amazônia (Eneram) sugere criar a Eletronorte com objetivo de gerir a construção de hidrelétricas na Região Norte do país.
- 1968 - Nasce o Conselho para Educação Ambiental, no Reino Unido. Neste mesmo ano, surge o Clube de Roma que em 1972, produz o relatório “Os Limites do Crescimento Econômico” que estudou ações para se obter no mundo um equilíbrio global como a redução do consumo tendo em vista determinadas prioridades sociais.
- 1968 – ONU - Conferência Internacional sobre os problemas do meio ambiente humano. Acordo para preparar documento sobre questões relacionadas ao meio ambiente. Debater diversos aspectos científicos, sociais etc., acerca da proposta formulada em termos gerais na Suécia.
- 1968 – Simpósio sobre Conservação da Natureza e Restauração do Ambiente Natural que ocorreu do dia 26 ao dia 31 de outubro de 1968 na cidade do Rio de Janeiro, organizado pela Academia Brasileira de Ciências com apoio da FBCN e IBDF. Esse simpósio com objetivo de propor meios de conservar e aproveitar racionalmente recursos naturais para garantir sua renovação para gerações futuras buscava seguir a conferência da Biosfera promovido pela UNESCO e realizado em Paris naquele ano um mês antes.
- 1969 – Relatório da ONU sobre Problemas do meio ambiente alerta sobre a vida na Terra estar em perigo. Grupo de pesquisa busca criar aplicação da ciência e tecnologia ao desenvolvimento. A resolução se referiu ao Cria-se Comitê Especial sobre a aplicação da ciência e da tecnologia ao desenvolvimento, que estabeleceu um grupo de trabalho especial para sua aplicação na resolução de problemas nos assentamentos humanos (preocupação com o rápido crescimento urbano a partir de correntes migratórias do campo para cidades que iriam sobrecarregar serviços públicos como transportes e educação), territoriais (entre os problemas territoriais estão aqueles que aumentam a falta de diretrizes, planejamento, inspeção e administração adequada do uso de terras e águas nas regiões continentais não urbanas) e globais (esses problemas afetam direta ou indiretamente todos os países e podem ser resolvidos por meio de acordos internacionais e a disposição das nações para atuar como um concerto para sua melhoria comum. Entre eles estão alguns problemas relacionados a conglomerados humanos e terras rurais, e outros que estão ligados mais diretamente aos oceanos e à atmosfera). Destaca a natureza como sendo predominantemente física, biológica, social ou cultural.
- 1970 – A abertura da Transamazônica teve início em setembro de 1970, com inauguração oficial em 09 de outubro de 1970.
- 1970 – É apresentado 1º Plano Nacional de Desenvolvimento com princípios traçados no Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo. O primeiro PND esteve em vigor entre 1972-1974. Entre 1975-1979 estiveram em vigor o 2º PND. Os dois foram planos econômicos. O II PND previa a ocupação produtiva da Amazônia e da região Centro-Oeste, através do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Poloamazônia) e pelo Programa de Desenvolvimento de Recursos Florestais.
- 1970 – É apresentado 1º Plano Nacional de Desenvolvimento com princípios traçados no Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo. O primeiro PND esteve em vigor entre 1972-1974. Entre 1975-1979 estiveram em vigor o 2º PND. Os dois foram planos econômicos. O II PND previa a ocupação produtiva da Amazônia e da região Centro-Oeste, através do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Poloamazônia) e pelo Programa de Desenvolvimento de Recursos Florestais.
- 1970 – É criado o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), subordinado ao Ministério da Agricultura, com objetivo de implantar projetos de colonização na Região Norte do Brasil.
- 1970 - Entidade relacionada à revista britânica The Ecologist elabora o “Manifesto para Sobrevivência” onde insistiam que um aumento indefinido de demanda não pode ser sustentado por recursos finitos.
- 1970 – Foi instituído o PIN (Programa de Integração Nacional), através do Decreto-Lei nº 1.106, em 16 de junho de 1970, com objetivo de implementar obras de infraestrutura econômica e social no Norte e no Nordeste do país. No PIN havia previsão de construir através do Ministério dos Transportes o início imediato da construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, bem como de portos e embarcaderos fluviais com seus respectivos equipamentos. Na área do Ministério da Agricultura, o programa visava à colonização e à reforma agrária, prevendo para tanto a elaboração e a execução de estudos e a implantação de projetos agropecuários e agroindustriais. Nesse sentido eram previstas também desapropriações, a seleção, o treinamento, o transporte e o assentamento de colonos, e a organização de comunidades urbanas e rurais com seus serviços básicos. Na verdade, a parte mais importante do

PIN era seu plano de colonização. No próprio Decreto-Lei nº 1.106 foi determinado que uma faixa de terra de dez quilômetros ao longo das margens das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém seria reservada para a colonização e a reforma agrária.

- 1971 – Início da construção da BR-080 que virou uma rodovia estadual (MT-322) e atravessa o Estado do Mato Grosso cortando o Parque Nacional do Xingu.
- 1971 – Política Nacional do Meio Ambiente – Lei 6.938/71 – regulação ambiental. Inovadora na época. Buscava preservar, melhorar e restaurar meio ambiente para garantir qualidade de vida. Queria adequar o desenvolvimento econômico à preservação do meio ambiente e garantir equilíbrio ecológico.
- 1972 – A criação da Eletronorte foi autorizada pela lei nº 5.824/72.
- 1972 - Conferência das Nações sobre o Ambiente Humano, Estocolmo. Os principais resultados formais do encontro constituíram a Declaração sobre o Ambiente Humano ou Declaração de Estocolmo que expressa a convicção de que “tanto as gerações presentes como as futuras, tenham reconhecidas como direito fundamental, a vida num ambiente sadio e não degradado” (Tamanes - 1977). Ainda como resultado da Conferência de Estocolmo, neste mesmo ano a ONU criou um organismo denominado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, sediado em Nairobi. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul criou o primeiro curso de pós-graduação em Ecologia do país.
- 1972 – Declaração de Estocolmo para o Ambiente Humano. Conferência da ONU para o Meio Ambiente Humano foi realizada em Estocolmo, Suécia (de 05 a 16 de junho de 1972). Recomendação nº 96 sobre Educação Ambiental: [...] enfoque interdisciplinar e com caráter escolar e extraescolar, que abarque todos os níveis de ensino e que seja dirigido ao público em geral, especialmente ao cidadão que vive nas áreas rurais e urbanas, ao jovem e ao adulto indistintamente, para lhes ensinar medidas que dentro de suas possibilidades, possam assumir para ordenar e controlar seu meio ambiente.
- 1972 – É criado em Altamira, por onde passa a rodovia Transamazônica, o Projeto Integrado de Colonização (PIC), no dia 16 de agosto de 1972.
- 1972 – Ecologia Profunda é lançada a partir do artigo publicado “The shallow and the deep, long range ecology movement. A summary”, do norueguês Arne Naess. Questiona o utilitarismo do meio ambiente que considera a natureza por um valor de uso, e não por seu próprio valor em si. A ecologia profunda busca abandonar a perspectiva antropocêntrica e egocêntrica, e seguir uma ecocêntrica na qual toda vida na natureza importa para garantia do equilíbrio da biosfera.
- 1972 – Ecologia Profunda é lançada a partir do artigo publicado “The shallow and the deep, long range ecology movement. A summary”, do norueguês Arne Naess. Questiona o utilitarismo do meio ambiente que considera a natureza por um valor de uso, e não por seu próprio valor em si. A ecologia profunda busca abandonar a perspectiva antropocêntrica e egocêntrica, e seguir uma ecocêntrica na qual toda vida na natureza importa para garantia do equilíbrio da biosfera. Não se pode separar seres humanos ou qualquer outro ser vivo de seu meio ambiente natural. A interferência dos seres humanos no planeta é excessiva. E não têm direito em reduzir a riqueza e a diversidade das formas de vidas, salvo para necessidades vitais. É preciso de uma mudança ideológica-políticas
- 1972 – Foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).
- 1972 – Inauguração do 1º trecho da rodovia Transamazônica (27 setembro de 1972). O trecho entre Estreito e Itaituba (PA) foi entregue à circulação em 27 de setembro de 1972.
- 1972 – Lançamento do relatório “Os Limites do Crescimento” pelo Clube de Roma, formado para analisar ações e perspectivas política, econômica e social acerca do meio ambiente. O relatório produzido por cientistas do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts) é fruto de um estudo sobre a interação do homem e o meio ambiente a partir de uma projeção do aumento da população, uso dos recursos naturais e destruição do meio ambiente. Conclui-se que o crescimento econômico possui limite, dos recursos naturais os quais se extinguiriam em cem anos com o ritmo de consumo da época de produtos da indústria e a exploração dos recursos seguisse no ritmo daquela época. Apontava para se pensar uma alternativa de crescimento tomando por base o desenvolvimento sustentável.
- 1973 – A Eletronorte foi instituída como mais uma subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e recebeu, no Decreto 72.548/73, autorização para funcionar como concessionária de energia elétrica.
- 1973 – Acordo para conservação da flora e da fauna na Amazônia brasileira e colombiana.
- 1973 – Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) foi criada pelo Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973, para assegurar a conservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos ambientais. Primeiro órgão de governo com uso dos termos “meio ambiente”. Segundo Viola (1987), sua criação objetivava apenas responder às exigências formais de relatórios de impacto ambiental de alguns organismos internacionais, sem os quais não concederiam empréstimos a grandes obras públicas. Nessa época os ministros de governo compartilhavam da ideia de que poluição era sinônimo de desenvolvimento, antítese da pobreza. “Durante a presidência de Médici, quando o governo brasileiro fazia anúncios nos jornais e revistas do 1º Mundo convidando as indústrias poluidoras a transferirem-se para o Brasil, onde não teriam nenhum gasto em equipamento antipoluinte.”
- 1973 – Conceito de ecodesenvolvimento. Seis objetivos formulados por Ignacy Sachs: satisfazer necessidades básicas, solidariedade com gerações futuras, participação da população envolvida, preservação dos recursos naturais e do meio ambiente, elaborar sistema social que garanta emprego, segurança social, respeito a outras culturas, programas de educação.
- 1974 – Fenômeno Cubatão – considerada a cidade mais poluidora do mundo.

- 1974 – Inauguração do 2º trecho da rodovia Transamazônica, entre Itaituba e Humaitá (AM), no dia 30 de janeiro de 1974.
- 1975 – Carta de Belgrado. Foram estabelecidas metas para os Programas de Educação Ambiental para todos povos, a partir das recomendações estabelecidas na Conferência de Estocolmo promovida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). A educação ambiental multidisciplinar capaz de pensar especificidades atuais das regiões, mas especialmente questões do futuro do planeta, com promoção de cooperação dentre dos países e entre países.
- 1975 – Contrataram o Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC) para estudar e localizar no Rio Xingu e seus principais afluentes trechos adequados para barragens e usinas hidrelétricas.
- 1975 – Eletronorte busca uma consultoria especializada para investigar aproveitamento hidrelétrico no Rio Xingu.
- 1975 - Em resposta às recomendações da Conferência de Estocolmo, A UNESCO promoveu em Belgrado (Iugoslávia) um Encontro Internacional em Educação Ambiental onde criou o Programa Internacional de Educação Ambiental - PIEA que formulou os seguintes princípios orientadores: a Educação Ambiental deve ser continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais. Carta de Belgrado - constitui um dos documentos mais lúcidos e importantes gerados nesta década. Fala sobre a satisfação das necessidades e desejos de todos os cidadãos da Terra. Propõe temas que falam que a erradicação das causas básicas da pobreza como a fome, o analfabetismo, a poluição, a exploração e dominação, devam ser tratados em conjunto. Nenhuma nação deve se desenvolver às custas de outra nação, havendo necessidade de uma ética global. A reforma dos processos e sistemas educacionais é central para a constatação dessa nova ética de desenvolvimento. A juventude deve receber um novo tipo de educação que requer um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre escolas e comunidade, entre o sistema educacional e sociedade. Finaliza com a proposta para um programa mundial de Educação Ambiental.
- 1976 - Criação dos cursos de pós-graduação em Ecologia nas Universidades do Amazonas, Brasília, Campinas, São Carlos e o Instituto Nacional de Pesquisas Aéreas - INPA em São José dos Campos.
- 1977 - Conferência de Tbilisi, na Ex-União Soviética e atual capital da Geórgia, sobre Educação Ambiental. Promovido pela UNESCO e o PNUMA. Durante a conferência, foram definidos critérios, objetivos, princípios e estratégias para promoção da educação ambiental, baseada na interdisciplinaridade e com enfoque na resolução de problemas do meio ambiente. Foram definidas as finalidades da Educação Ambiental: 1) incentivar compreender a existência no planeta, bem como a importância de tratar das questões da econômica, social, política e ecológica de maneira interdependente. 2) Ensinar de maneira ampla sobre valores, interesses, condutas e ações voltadas para proteção e recuperação do meio ambiente. 3) fomentar mudança de conduta dos indivíduos e da sociedade civil acerca do meio ambiente.
- 1977 - Realizada a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi (exURSS) organizada pela UNESCO com a colaboração do PNUMA. Foi o ponto culminante da primeira fase do Programa Internacional de Educação Ambiental, iniciado em 1975. Definiu-se os objetivos, as características da EA, assim como as estratégias pertinentes no plano nacional e internacional. No Brasil, o Conselho Federal de Educação tornou obrigatória a disciplina Ciências Ambientais em cursos universitários de Engenharia.
- 1978 – Documentário “Raoni”, dirigido por Jean-Pierre Dutilleux e Luiz Carlos Saldanha é indicado ao Oscar de melhor documentário aumentando sua visibilidade.
- 1978 – É criado em Itaituba, por onde passa a rodovia Transamazônica, o Projeto Integrado de Colonização (PIC), no dia 19 de maio de 1978.
- 1978 - Os cursos de Engenharia Sanitária já inseriam as matérias de Saneamento Básico e Saneamento Ambiental.
- 1979 – Foi decretada a Lei Federal 6.766/79 (em 19 de dezembro de 1979). Cria regras para o parcelamento do solo urbano. Proibido parcelamento do solo criar loteamento urbano em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, em áreas de preservação ambiental, onde há poluição ambiental que coloca à saúde em risco.
- 1979 - Realização do Seminário de Educação Ambiental para América Latina realizado pela UNESCO e PNUMA na Costa Rica. O departamento do Ensino Médio/MEC e a CETESB publicam o documento “Ecologia - Uma proposta para o Ensino de 1º e 2º graus”.
- 1980 – CNEC entregou à Eletronorte o relatório final em 1980 com pontos na bacia hidrográfica do rio Xingu viáveis para construção de barragens. As informações foram colocadas sob sigilo e reservadas apenas à contratante que o fez chegar às mãos do governo militar.
- 1980 – Publicado o relatório World Conservation Strategy (WCS), produzido pela International Union on the Conservation of Nature (IUCN) com cooperação e financiamento do Programa Ambiental da ONU e da ONG ambientalista WWF (World Wildlife Fund), Elaborado pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN), com contribuições do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O WCS é fruto da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em junho de 1972. Esse documento produzido pelo WCS é pioneiro para conservação do meio ambiente, embora tenha se tornado passível de críticas por considerar desenvolvimento sustentável com base nas prioridades políticas dos países mais ricos. Delineia orientações para um desenvolvimento sustentável. Aponta caminhos prioritários para conservação e meios de se atingir tal objetivo. Esse relatório é considerado importante por

- influenciar mais tarde a produção do relatório de Brundtland em 1987, intitulado “Nosso futuro Comum”, no qual foram definidas as diretrizes para um desenvolvimento sustentável.
- 1981 – Política Nacional do Meio Ambiente. A mais importante. Foi decretada a Lei Federal nº 6.938 (em 31 de agosto de 1981) que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Lei essa influenciada pelos princípios divulgados na Conferência de Tbilisi em 1977. A lei trata também da educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.
- 1983 – ONU cria Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Humano. A Assembleia Geral da ONU designa para presidir essa Comissão Gro Harlem Brundtland, a primeira ministra da Noruega.
- 1984 - Guerra do Xingu. Havia uma exigência dos Kayapó sob a liderança de Raoni que a Funai demarcasse uma área ao norte do Parque do Xingu.
- 1984 – Kayapó que seguiam a liderança de Raoni, depois de 13 anos na PIX, retornam ao seu território, com a conquista da Kapoto-Jarina na intitulada “Guerra do Xingu”.
- 1985 – Articulações de Paiakã Kayapó, Ailton Krenak, Raoni, Mário Juruna e Chico Mendes cujos diálogos colaborou para formalizar a Aliança dos Povos da Floresta, no Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, em outubro de 1985, em Brasília.
- 1985 – Foi decretada a Lei Federal 7.347/85 (em 24 de julho de 1985) para proteger o meio ambiente. Cria regras para responsabilizar danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- 1985 - Parecer 819/85 do MEC reforça a necessidade da inclusão de conteúdos ecológicos ao longo do processo de formação do ensino de 1º e 2º graus, integrados a todas as áreas do conhecimento de forma sistematizada e progressiva, possibilitando a “formação da consciência ecológica do futuro cidadão”.
- 1987 - Estratégia Internacional de ação em matéria de educação e formação ambiental para o decênio de 90 - documento final do Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativas ao Meio-ambiente, realizado em 1987 em Moscou, Rússia, promovido pela UNESCO. Ressalta a importância da formação de recursos humanos nas áreas formais e não formais da EA e na inclusão da dimensão ambiental nos currículos de todos os níveis. Plenário do Conselho Federal de Educação aprovou por unanimidade, a conclusão da Câmara de Ensino a respeito do parecer 226/87 que considerava necessária a inclusão da Educação Ambiental dentre os conteúdos a serem explorados nas propostas curriculares das escolas de 1º e 2º graus, bem como sugeria a criação de Centros de Educação Ambiental. A UNESCO/PNUMA realizou em Moscou o Congresso Nacional sobre Educação e Formação Ambientais - UNESCO/PNUMA onde foram analisadas as conquistas e dificuldades na área de EA desde a conferência de Tbilisi e discutido uma estratégia internacional de ação em educação e formação ambientais para a década de 90.
- 1987 – O cineasta Dutilleux apresenta Raoni ao famoso roqueiro inglês Sting. O músico ficou amigo de Raoni e ajuda conseguir espaços em universidade pelo mundo para Raoni falar sobre os Kayapó e a Amazônia.
- 1987 – Publicado o Relatório Brundtland, intitulado “Nosso Futuro Comum”. O documento lança o conceito de desenvolvimento sustentável. Foi elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Humano sob a presidência da norueguesa Gro Harlem Brundtland.
- 1987 – Surge o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST). Esse movimento posteriormente se transforma em Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
- 1988 – Alerta de mudanças climáticas.
- 1988 – A usina de Kararaô estava prevista para ser construída depois da Constituinte de 1988, num governo de transição democrática.
- 1988 – Chico Mendes é assassinado em Xapuri no Acre.
- 1988 - Constituição da República Federativa do Brasil dedicou o Capítulo VI ao Meio Ambiente e no Art. 225, Inciso VI, determina ao “... Poder Público, promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino...” Realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Educação Ambiental no Rio Grande do Sul. Realização do Primeiro Fórum de Educação Ambiental promovido pela CECAE/USP, que mais tarde foi assumido pela Rede Brasileira de Educação Ambiental.
- 1988 – Constituição Federal promulgada. Movimentos indígenas conseguiram incluir na CF os artigos 231 e 232. Articularam-se com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e órgão da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para fazer uma aliança com geólogos do CONAGE (Coordenação Nacional dos Geólogos) e assim colocar na agenda dos trabalhos da Constituinte uma pauta indígena.
- 1988 – Darrell Posey foi quem articulou para levar os dois indígenas Kayapó ao congresso americano em Washington para falarem com alguns parlamentares. E também para fazerem uma audiência com executivos do Banco Mundial. Uma autoridade do governo brasileiro estava em missão para negociar um empréstimo junto ao Banco Mundial, em julho de 1988, para fazer as barragens.
- 1988 – Departamento Nacional de Águas e Energia (DNAE) aprova estudos que investigou aproveitamento hidrelétrico no Rio Xingu rio Xingu.

- 1988 – Início da articulação para o 1º Encontro do Xingu (em novembro), poucos dias depois da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil.
- 1988 – MME, autoriza a Eletronorte a realizar estudos sobre a viabilidade da construção de barragem no rio Xingu.
- 1989 - Ailton Krenak, em seu programa na Rádio USP, no dia 12 de março de 1989, que foi ao ar 19 dias depois do I Encontro de Indígenas do Xingu, reflete sobre assimetria na relação política que ocorreu naquele evento.
- 1989 - Ailton Krenak, em seu programa na Rádio USP, no dia 12 de março de 1989, que foi ao ar 19 dias depois do I Encontro de Indígenas do Xingu, reflete sobre assimetria na relação política que ocorreu naquele evento.
- 1989 – Eletrobrás e Eletronorte suspendem a construção de barragens e usinas no Rio Xingu, no final do ano de 1989.
- 1989 – Eletronorte conclui os estudos de viabilidade de barragens e usinas hidrelétricas no rio Xingu, em especial sobre viabilidade de Usina Belo Monte.
- 1989 – Eletronorte diz não construir mais seis barragens e seis usinas no rio Xingu, mas somente uma única usina hidrelétrica na Volta Grande do Xingu, 2) e por atenderem a demanda dos indígenas que acusaram ser ofensivo usar palavra indígena Kararaô para nomear a usina, excluíram esse nome indesejado pelos indígenas. A usina, a partir daquela data, passaria se chamar usina Belo Monte.
- 1989 – Ocorre 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu (entre os dias 20 e 25 de fevereiro de 1989), na cidade de Altamira (PA), um movimento de resistência contra a usina de Belo Monte (estradas e outros processos de destruição) se inaugura no grito de “Xingu Vivo”. Tornou-se um marco do socioambientalismo no Brasil e no Mundo introduzindo novas maneiras de fazer a luta política.
- 1989 - Realização da 3ª Conferência Internacional sobre Educação Ambiental para as Escolas de 2º Grau com o tema Tecnologia e Meio Ambiente, em Illinois/USA.
- 1990 - A Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, aprovada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada Jontien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990, reitera: “confere aos membros de uma sociedade a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver a sua herança cultural, linguística e espiritual, de promover a educação de outros, de defender a causa da justiça social, de proteger o meio ambiente....”
- 1990 – A FUNAI, no governo de Fernando Collor de Melo, passa a integrar o Ministério da Justiça com a extinção do Ministério do Interior (Minter) ao qual esteve vinculada desde sua criação.
- 1991 – A Funai passa por uma reforma estatutária e regimental. O governo cria um Conselho de Defesa dos Direitos Indígenas e convida para integrar a ele membros de ONGs, professores de universidades e líderes de associações científicas. No final de 1991, o governo Collor se comprometeu em demarcar as terras Yanomami (o que de fato aconteceu em 1992) e outras terras indígenas (Brazil's Indians and the Onslaught of Civilization: The Yanomami and the Kayapó - ProQuest - <https://www.proquest.com/docview/233609745/7FA37A2EAE24491BPQ/1?accountid=26646>).
- 1991 – Após tomar conhecimento de ameaça à sobrevivência de grupos indígenas no Brasil, em especial os Yanomami, Associação Antropológica Americana criou uma comissão para estudar indígenas do Brasil e produzir um relatório no qual apontou o fracasso do país em proteger seus povos indígenas. O relatório da AAA foi entregue ao Congresso dos Estados Unidos. Oito senadores tomaram conhecimento do relatório e foram convencidos a enviar uma carta ao presidente do Brasil para demonstrar preocupação com a vida dos povos indígenas brasileiros. O secretário de direitos humanos da ONU tomou conhecimento do relatório e, ao se reunir com o presidente do Brasil, expressou preocupações. O Ministro da Justiça atende o pedido do presidente Collor e demite o presidente da Funai órgão que está subordinado aquele ministério na época (https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/41759_20170706_114218.PDF).
- 1991 – O governo brasileiro desejava construir uma imagem positiva acerca de políticas públicas voltadas para o meio ambiente e povos indígenas. Pois naquele ano estava sendo preparado o evento Cúpula da Terra, conferência da ONU sobre meio-ambiente, intitulada de ECO-92 ou Rio-92, que seria realizada na cidade do Rio de Janeiro. Fernando Collor de Melo, em julho de 1991, indicou para presidir à Funai um servidor de carreira que já havia coordenado uma pasta voltada para índios isolados dentro da própria Funai, e, portanto, mais amistoso aos Yanomami. Trata-se de Sidnei Ferreira Possuelo, um sertanista, que foi treinado por Cláudio Vilas Boas, Orlando Vilas Boas e Francisco Meireles.
- 1991 - Portaria 678/91 do MEC, determinou que a educação escolar deveria contemplar a Educação Ambiental permeando todo o currículo dos diferentes níveis e modalidades de ensino. Foi enfatizada a necessidade de investir na capacitação de professores. Portaria 2421 /91 do MEC, institui em caráter permanente um Grupo de Trabalho de EA com o objetivo de definir com as Secretarias Estaduais de Educação, as metas e estratégias para a implantação da EA no país e elaborar proposta de atuação do MEC na área da educação formal e não-formal para a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Encontro Nacional de Políticas e Metodologias para a Educação Ambiental, promovido pelo MEC e SEMA com apoio da UNESCO/Embaixada do Canadá em Brasília, com a finalidade de discutir diretrizes para definição da Política da EA.
- 1992 – Agenda 21 é assinada na ECO 92 no Rio de Janeiro. Plano de desenvolvimento sustentável com metas para a melhoria das condições ambientais do planeta terra, para promoção de justiça social e proteção do meio ambiente, com inclusão da participação e envolvimento sociedade civil.

- 1992 – Bep'kororoti Paiakã (Paulinho Paiakan) é acusado estupro de uma estudante de 18 anos. As expectativas que se criaram em cima do líder Paulinho Paiakã ruíram em maio de 1992, quando contava com 43 anos de idade, com essa acusação.
- 1992 - Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, RIO -92. O MEC promoveu em Jacarepaguá um workshop com o objetivo de socializar os resultados das experiências nacionais e internacionais de EA, discutir metodologias e currículos. Do encontro resultou a Carta Brasileira para a Educação Ambiental.
- 1992 – Rio 92. Cúpula da Terra. ECO 92. Conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento (de 03 a 14 de junho de 1992). Declaração do Rio de Janeiro: reafirma a declaração de Estocolmo de 1972 sobre o meio ambiente e estabelece novos níveis de cooperação para proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável.
- 1992 – Rio 92. Cúpula da Terra. ECO 92. Conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento (de 03 a 14 de junho de 1992). Declaração do Rio de Janeiro: reafirma a declaração de Estocolmo de 1972 sobre o meio ambiente e estabelece novos níveis de cooperação para proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável.
- 1993 - Portaria 773/93 do MEC, institui em caráter permanente um Grupo de Trabalho para EA com objetivo de coordenar, apoiar, acompanhar, avaliar e orientar as ações, metas e estratégias para a implementação da EA nos sistemas de ensino em todos os níveis e modalidades - concretizando as recomendações aprovadas na RIO-92.
- 1994 – O projeto da Usina Belo Monte sai da gaveta e sofre uma revisão nos estudos de viabilidade. A Eletronorte propõe a redução de área inundada e se compromete a não inundar nenhum território indígena. A remodelação no projeto visa tornar-se mais tolerável aos indígenas, ambientalistas e investidores estrangeiros. Então, naquele ano mesmo a Eletronorte o apresenta ao DNAEE (Departamento Nacional De Águas E Energia Elétrica) e à Eletrobrás com redução de 1.225 km² para 400 km² no reservatório da usina que evitará inundar o Território Indígena Paquiçamba.
- 1994 - Proposta do Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA, elaborada pelo MEC/MMA/MINC/MCT com o objetivo de “capacitar o sistema de educação formal e não-formal, supletivo e profissionalizante, em seus diversos níveis e modalidades.”
- 1995 - Foi criada a Câmara Técnica temporária de Educação Ambiental no Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, determinante para o fortalecimento da Educação Ambiental.
- 1996 – A Eletronorte e Eletrobrás juntas enviam um pedido a nova Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), criada naquele ano mesmo no governo Fernando Henrique Cardoso, de autorização para fazer estudos complementares acerca da viabilidade do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte com a dimensão da barragem reduzida em dois terços.
- 1996 - Lei nº 9.276/96 que estabelece o Plano Plurianual do Governo 1996/1999, define como principais objetivos da área de Meio Ambiente a “promoção da Educação Ambiental, através da divulgação e uso de conhecimentos sobre tecnologias de gestão sustentável dos recursos naturais”, procurando garantir a implementação do PRONEA. A Coordenação de Educação Ambiental promove 3 cursos de Capacitação de Multiplicadores em Educação Ambiental - apoio do Acordo BRASIL/UNESCO, a fim de preparar técnicos das Secretarias Estaduais de Educação, Delegacias Regionais de Educação do MEC e algumas Universidades Federais, para atuarem no processo de inserção da Educação Ambiental no currículo escolar.
- 1996 – Morte de Umoro, filho do cacique Kayapó Raoni Metuktire. Seu corpo foi encontrado, quatro dias após sua morte, boiando nas águas do Alto Rio Xingu, próximo a um posto da Força Aérea Brasileira, conhecida como Base do Jacaré, dentro Território Indígena do Xingu (TIX).
- 1997 - Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade – Thessaloniki, 1997 onde houve o reconhecimento que, passados cinco anos da Conferência Rio-92, o desenvolvimento da EA foi insuficiente. Entretanto esse encontro foi beneficiado pelos numerosos encontros internacionais realizados em 1997, na Índia, Tailândia, México, Cuba, Brasil, Grécia entre outras. O Brasil apresentou o documento “Declaração de Brasília para a Educação Ambiental”, consolidado após a I conferência Nacional de Educação Ambiental – CNIA. Reconhece que a visão de educação e consciência pública foi enriquecida e reforçada pelas conferências internacionais e que os planos de ação dessas conferências devem ser implementados pelos governos nacionais, sociedade civil (incluindo ONGs, empresas e a comunidade educacional), a ONU e outras organizações internacionais. Elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs com o tema “Convívio Social, Ética e Meio Ambiente”, onde a dimensão ambiental é inserida como um tema transversal nos currículos do Ensino Fundamental. A Coordenação de Educação Ambiental do MEC promove 7 Cursos de Capacitação de Multiplicadores e 5 Teleconferências.
- 1997 – Decretada a Lei Federal 9.433/97 (em 08 de janeiro de 1997). Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Define a água como bem de domínio público, como recurso natural limitado, dotado de valor econômico.
- 1998 - A Coordenação de Educação Ambiental do MEC promove 8 Cursos de Capacitação de Multiplicadores, 5 teleconferências, 2 Seminários Nacionais e produz 10 vídeos para serem exibidos pela TV Escola. Ao final deste ano, a Coordenação de Educação Ambiental é inserida na Secretaria de Ensino Fundamental - SEF no MEC, após reforma administrativa.
- 1998 – Lei de Crimes Ambientais (9.605/98, de fevereiro de 1998) para punir infratores do meio ambiente. Institui sanções penais e administrativas para condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

- 1999 – Lei Nº 9.795 (em 27 de abril de 1999) que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Mas foi em 2002 que se estabeleceu através do Decreto Nº 4.281 o Órgão Gestor da PNEA para definir as diretrizes de implementação da educação ambiental no país.
- 1999 - Promulgada a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. No Art. 1º diz que se entendem por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade que deverá ser regulamentada após as discussões na Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental no CONAMA. Portaria 1648/99 do MEC cria o Grupo de Trabalho com representantes de todas as suas Secretarias para discutir a regulamentação da Lei nº 9795/99 MEC propõe o Programa PCNs em Ação atendendo às solicitações dos Estados. Meio Ambiente, uns dos temas transversais, será trabalhado no ano 2000.
- 2000 – Decretada a Lei Federal 9.985/2000 (em 18 de julho de 2000). Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Tem como objetivos proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural, contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais, proteger as espécies ameaçadas de extinção, promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais, proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental, proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.
- 2000 – IIRSA (Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana): fórum técnico para temas ligados a planejamento da integração física regional sul-americana do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) que é uma instância vinculada à União de Nações Sul-americanas (UNASUL). O encontro da Cúpula de presidentes de países sul-americanos foi realizado em Brasília, entre o dia 31 de agosto e o dia 1º de setembro. A IIRSA surge com objetivo central de avançar na modernização da infraestrutura da região sul da América e na adoção de ações específicas para promover a integração e o desenvolvimento econômico e social nos doze países envolvidos. O ponto principal é desenvolver e integrar as áreas de transporte, energia e telecomunicações da América do Sul.
- 2000 – Lançamento do Plano de expansão do setor elétrico para a primeira década do século XXI. Portaria 084 do MME, de 17 de abril de 2000. Plano Decenal de Expansão PDE 2000/2009 do setor elétrico que é incorporado ao Plano Nacional de Energia Elétrica 1993/2015.
- 2001 – Morte de Ademar Alfeu Federicci, mais conhecido como Dema, liderança do Xingu. Assassinado em 25 de agosto de 2001.
- 2001 – O Governo Federal diante de eminência de um novo “apagão” lança campanha de racionamento propagada pelos meios de comunicação.
- 2002 – Declaração de Joanesburgo foi lançada durante Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável ou Conferência de Joanesburgo, também conhecida como RIO+10, evento que aconteceu na África do Sul, dez anos depois da conferência no Rio de Janeiro, a Rio-92 ou ECO-92. Nesse encontro é instituído um plano para implementação a longo prazo dos compromissos acordados na ECO-92. Foi firmado compromissos para enfrentar os impactos ambientais, se criar um plano para erradicação da pobreza com política para melhorar distribuição de renda, para assim diminuir a quantidade de pessoas no mundo que vivem com menos de 1 Dólar por dia, instigar o desenvolvimento humano e social em países pobres, promover o acesso à água potável etc. Todas mudanças passariam por um viés de desenvolvimento sustentável.
- 2002 – Eleição para presidente. O tema do apagão elétrico no governo FHC estaria na agenda das eleições de 2002, em programas de governo, ensejando debates. O projeto de Belo Monte é introduzido no meio do debate daquelas campanhas eleitorais, onde se discutia sobre sua viabilidade socioambiental, se atenderia às demandas por energia elétrica do mercado interno, entre outros. O candidato que venceu as eleições de 2002 (Lula) já havia admitido durante a campanha eleitoral que implementaria o projeto da Belo Monte, mas com modificações que reduzissem impactos ambientais e abrandassem a tensão e o conflito.
- 2004 – Chegou às lideranças da região do Xingu, na Amazônia, informação de que o projeto de Belo Monte estava na mesa da ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff. O deputado federal Zé Geraldo (PT-PA) convida um grupo de lideranças para uma audiência com a ministra, em Brasília, onde ela dá socos na mesa e diz aos gritos que a usina seria construída.
- 2005 – Foi instituída o R2P (Responsibility to Protect - Responsabilidade de Proteger). Na Cúpula Mundial da ONU, líderes mundiais se reúne para endossar o R2P, uma norma emergente de segurança internacional e direitos humanos com orientações acerca da responsabilidade de proteger, responsabilidade de prevenir, responsabilidade de reagir, responsabilidade de reconstruir. Reconhece que a soberania do Estado implica a responsabilidade de proteger as populações de crimes de atrocidade em massa: genocídio, crimes contra a humanidade, limpeza étnica e crimes de guerra. A soberania de um Estado implica responsabilidades. O Estado tem direito de gerenciar assuntos dentro de suas fronteiras, mas também é responsável por proteger as populações dentro de suas fronteiras dos quatro crimes. Se o Estado que tem a obrigação de proteger seus cidadãos com base nos direitos humanos não o fizer, por incapacidade ou omissão, deve sofrer intervenções dos Estados membros da ONU estabelecidas na Carta de São Francisco, como censura diplomática, sanções econômicas, embargos comerciais ou intervenção armada coletiva.

- 2006 – Eleições para presidente. Lula é reeleito.
- 2007 – Lideranças de movimentos sociais que eram contra à construção da usina de Belo Monte se deram conta que precisavam agir rapidamente. Encontraram-se na chácara Betânia da Prelazia do Xingu, em junho de 2007, com Dom Erwin, padres, bom como com outras lideranças de movimentos sociais da região, como por exemplo, Antônia Melo. Reuniram-se ao longo de dois dias e ficou decidido que o segundo Encontro de Indígenas do Xingu ocorreria no início de 2008.
- 2007 – O ministro de Minas e Energias vai à público defender a necessidade de a União construir mais trinta usinas hidrelétricas por receio de acontecer um novo desabastecimento de energia, semelhante àquele durante o governo de FHC.
- 2007 – O presidente Lula lança, em janeiro de 2007, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) cuja diretriz já estava em seu plano de governo com o qual foi reeleito no ano anterior. O projeto de instalação da Usina de Belo Monte constava com destaque naquele PAC como obra prioritária.
- 2008 – 2º Encontro de Indígenas da Região do Xingu. Agrega apoio de outros movimentos sociais da região para lançar um grande movimento social com o nome do encontro que acontece, em Altamira, entre os dias 19 e 23 de maio de 2008.
- 2009 – Conferência da ONU sobre Mudança do Clima. COP15 Copenhague (em dezembro de 2009). Líderes de 115 países participaram da conferência. Concordaram em considerar o Acordo de Copenhague, em especial a meta de longo prazo de evitar o aumento da temperatura média global máxima a não mais do que 2 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais.
- 2009 – Movimentos sociais articulam a criação do Painel de Especialistas para analisar documentos e Estudos de empresas e governo com objetivo de colaborar com a construção da barragem e Usina Belo Monte. O grupo do Painel de Especialistas foi formado por 26 pesquisadores dispostos a elaborar pareceres e produzir textos de apoio e 14 outros colaboradores, todos voluntários. Ao todo 40 especialistas ligados às universidades brasileiras e algumas universidades estrangeiras, entre eles antropólogos, sociólogos, biólogos, engenheiros elétricos e engenheiros mecânicos, economistas, geógrafos, especialistas em energia, ecólogos, ictiólogos, hidrólogos, etnólogos, zoólogos, cientistas políticos e pesquisadores da saúde pública e da assistência social.
- 2009 – Norte Energia entrega ao IBAMA o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para ser incluído no processo de licenciamento ambiental da construção da Usina Belo Monte. O EIA foi produzido por uma empresa contratada pela Eletrobrás.
- 2010 – Eleições para presidente. Dilma Rousseff do PT é eleita.
- 2010 – Em novembro, o movimento Xingu Vivo, com apoio de outros movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil, respaldado pelos pareceres e análises do Painel de Especialistas, recorreu a organizações internacionais e levou o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA.
- 2010 – Lançamento do PAC II.
- 2010 – O IBAMA concede licença prévia para início das obras da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte.
- 2011 – Em abril de 2011, mês seguinte ao início da execução da obra de Belo Monte, essa Comissão solicitou oficialmente a imediata suspensão da construção ao constatar ilegalidade do procedimento de licenciamento ambiental que não cumpriu convenções e protocolos internacionais que recomendavam oitivas com os indígenas. O governo brasileiro reagiu a essa solicitação reafirmando legalidade da obra alegando que as exigências da OIT foram cumpridas. Essa reação foi reforçada por declarações nos meios de comunicação, onde o governo reiterava o caráter impreterível e inquestionável da Belo Monte.
- 2011 – Em agosto, no Dia Internacional da Ação em Defesa da Amazônia, o Movimento Xingu Vivo para Sempre e um conjunto de movimentos intitulados Brasil pela Vida nas Florestas prepararam manifestações para Avenida Paulista, na cidade São Paulo, Para a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, também para cidades de Belém, Rio de Janeiro e outras nove cidades, bem como outras vinte cidades em dezesseis país, entre os quais Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, Noruega, Irã, Turquia e Austrália.
- 2011 – Em junho de 2011, o IBAMA deu a última autorização que faltava para o início da construção da barragem para usina de Belo Monte.
- 2011 – Em novembro daquele de 2011, o Movimento Gota D'Água reuni dezenove atrizes e atores brasileiros reconhecidos num curta metragem dirigido por Marcos Prado para questionar a construção da hidrelétrica de Belo Monte.
- 2011 – Indígenas e movimentos sociais se encontram em Brasília para protestar contra a construção da barragem da Usina Belo Monte.
- 2011 – Início da execução da obra de construção da Usina Belo Monte.
- 2011 – Início do Governo Dilma.
- 2012 – Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651 de 25 de maio de 2012). Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Objetivos principais: preservar florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e da integridade do sistema climático, para o bem-estar das gerações presentes e futuras. E promover desenvolvimento sustentável. Define a obrigação de proprietário privado manter Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL).
- 2012 – Pare Belo Monte! O Movimento Xingu Vivo para Sempre articula o ato com cerca de 300 indígenas, ribeirinhos, agricultores familiares, pescadores para ocupar o espaço do canteiro de obras para usina de Belo Monte para enviar

- mensagem a mais de cem chefes de Estados que estariam na cidade do Rio de Janeiro para participar do Encontro Rio +20.
- 2012 – RIO+20. Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável. Proposta de um novo modelo de governança ambiental internacional. Lançamento de Plataforma sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (sigla em inglês IPBES) com objetivo de colaborar com formuladores de políticas públicas fornecendo informações confiáveis, independentes e fidedignas sobre a situação da biodiversidade.
- 2013 – Em outubro de 2013, o Instituto Socioambiental (ISA), por exemplo, articula o Encontro Xingu + Diversidade Socioambiental no Coração do Brasil para o qual convida lideranças indígenas, ribeirinhos, extrativistas, representantes de movimentos sociais e órgãos públicos, bem como especialistas como o etnólogo Eduardo Batalha Viveiros de Castro.
- 2014 – Cúpula do Clima ocorreu na Sede da ONU em Nova York, nos EUA, com a participação de lideranças governamentais, de empresas privadas e sociedade civil, para tomarem medidas concretas para um mundo com energias limpas, com baixa emissão de carbono.
- 2015 – Acordo de Paris. COP-21 da Convenção do Clima – Cúpula da ONU para o Desenvolvimento Sustentável aprova tratado mundial com objetivo de reduzir o aquecimento global (12 de dezembro de 2015). Reduzir emissões de gases de efeito estufa. Reduzir aumento de temperatura global. Desenvolver tecnologia e transferir tecnologia e capacitar para adaptação às mudanças climáticas. Criar cooperação entre sociedade civil, empresas privadas, instituições financeiras, cidades, comunidades e povos indígenas visando ações para reduzir aquecimento global.
- 2015 – O IBAMA autorizou a usina Belo Monte entrar em operação, em 29 de novembro de 2015 (Licença de Operação nº 1317/2015).
- 2016 – “Ato de criação do Conselho Ribeirinho do Reservatório da UHE Belo Monte”, em 02 dezembro de 2016. O documento ressalta que o conselho se trata de um “órgão deliberativo e autônomo destinado a fazer cumprir os princípios da autodeterminação e do autorreconhecimento no processo de reterritorialização dos ribeirinhos removidos do rio Xingu para enchimento do reservatório da UHE Belo Monte”.
- 2016 – ANEEAL concede ao longo do ano à usina Belo Monte quatro licenças para operação comercial.
- 2016 – No dia 11 de novembro 2016 ocorreu audiência pública convocada pela procuradoria da República no Município de Altamira com o título “Garantia do modo de vida da população ribeirinha diante dos impactos não mitigados da UHE Belo Monte” para o qual foram convidados a comparecer e debater as condições de vida ribeirinha no rio Xingu lideranças das populações tradicionais extrativistas e autoridades da SBPC, da secretaria de governo e de Direitos Humanos da Presidência da República, do Estado do Pará, do Município de Altamira, do IBAMA, do ICMBio, Funai, ANEEL, ANA e da Norte Energia.
- 2016 – Norte Energia anuncia, em fevereiro, que terminara de encher o reservatório principal e o reservatório intermediário da usina Belo Monte entrar em operação, em 29 de novembro de 2015 (Licença de Operação nº 1317/2015).
- 2019 – A usina Belo Monte é considerada totalmente concluída, em novembro.
- 2019 – Acontece, em 27 de novembro de 2019, é inauguração oficialmente da usina Belo Monte.
- 2019 – Cúpula da Ação Climática – Objetivo formular ações contra mudanças climáticas e impulsionar a implementação do Acordo de Paris em 2015. Plano para cortar emissão de gases de efeito estufa e neutralizar emissão de carbono até 2050 (23 de setembro).
- 2020 – Manifesto do Piraçu. Encontro dos Povos Mebengokrê, de 14 e 17 de janeiro, na aldeia Piraçu. Lideranças indígenas e caciques do Brasil se reúnem para denunciar a política etnocida, genocida e ecocida do governo Bolsonaro e exigir o fim da exploração da madeira e da agricultura em territórios indígenas.
- 2020 – Ribeirinhos do Xingu atingidos pela barragem da usina Belo Monte retornam ao seu território e ao seu modo de vida tradicional.